



Promontoria Monográfica HISTÓRIA DO ALGARVE 02

Coordenação de
ALEXANDRA RODRIGUES GONÇALVES
A. PAULO DIAS OLIVEIRA
CRISTINA FÉ SANTOS

Fragmentos para a História

DO TURISMO NO ALGARVE

Fragmentos para a História

DO TURISMO NO ALGARVE

EDITOR:

Centro de Estudos em Património, Paisagem e Construção (CEPAC)

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Universidade do Algarve

Editor:

Centro de Estudos em Património, Paisagem e Construção (CEPAC)
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Universidade do Algarve

Comissão Coordenadora:

Alexandra Rodrigues Gonçalves
A. Paulo Dias Oliveira
Cristina Fé Santos

Introdução e Coordenação Científica:

A. Paulo Dias Oliveira

Apresentação:

Alexandra Rodrigues Gonçalves

Tiragem:

500

Capa:

Lúcia Costa

Depósito Legal:**ISBN:**

978-989-8472-76-2

Faro, 2015**Impressão:**

Gráfica Comercial Arnaldo Matos Pereira, Lda
Zona Industrial de Loulé, Lote 18
Apartado 247 - 8100-911 Loulé
www.graficacomercial.com

Agradecimentos:

Muitos foram os que tornaram possível a realização/concretização deste projecto. A alguns deles, que não vêm referidos no corpo da obra, é necessário deixar aqui o nosso agradecimento; estão neste caso Lúcia Costa (luciacosta80@gmail.com), a designer que concebeu e deu rosto a esta publicação e Marta Arez (marta.arez@gmail.com), que colaborou na tradução destes textos. Um especial agradecimento, ainda, ao Emanuel Sancho, diretor do Museu do Trajo de São Brás de Alportel.

Nota: O uso do Acordo Ortográfico de 1990 foi opção de cada autor.

Com o apoio de:

SECRETARIO DE ESTADO
DA CULTURA

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE

Com o Alto Patrocínio da Direcção Regional
de Cultura do Algarve



- 7 APRESENTAÇÃO
- 9 RESUMOS
- 27 INTRODUÇÃO
- PATRIMÓNIO/ CULTURA E TURISMO
- 35 **Cultura e turismo**
Vitor Neto
- 41 **A experiência turística e os museus a Sul**
Alexandra Gonçalves
- 65 **Portimão - O Desafio Museológico Entre Turismo e Património**
José Gameiro | Ana Ramos
- 83 **Património Arqueológico e Turismo na Região Algarvia**
João Pedro Bernardes | António Faustino Carvalho
- HISTÓRIA DO TURISMO
- 105 **A institucionalização do Turismo**
Contributos para o estudo dos primórdios do Turismo no Algarve
Artur Barracosa Mendonça
- 135 **A primeira acção de propaganda externa do Algarve**
A visita dos jornalistas ingleses em 1913
Luís Guerreiro
- 153 **O Algarve e o turismo da região na «Revista de Turismo» (1916-1924)**
Miguel Godinho
- 173 **Contributo para o estudo do Turismo de Saúde no Algarve**
Cristina Fé Santos

187 **O Património Histórico-Artístico das Caldas de Monchique na valorização do destino turístico algarvio**
Ana Lourenço Pinto

197 **Os primeiros Operadores Turísticos no Algarve**
Alberto Strazzera

213 **O turismo balnear em Albufeira: Uma história recente**
Patrícia Batista

INFRA-ESTRUTURAS E TURISMO

229 **As vias de comunicação terrestres no Algarve e a sua evolução nos últimos 170 anos**
Aurélio Nuno Cabrita

251 **Estrada da Fóia - Da vila ao coropito**
José Gonçalo Duarte

261 **O aeroporto de Faro como infraestrutura principal do desenvolvimento turístico da região**
António Correia Mendes

265 **O Turismo como fator de Crescimento Regional: a noção de “BeachDisease”**
João Romão | João Guerreiro | Paulo M. M. Rodrigues

279 NOTAS SOBRE OS AUTORES

Um passado para o turismo no Algarve

Comemoraram-se em Setembro os 100 anos do 1º Congresso Regional Algarvio em que se mobilizaram pela primeira vez os grandes vultos do Algarve, para uma reflexão profunda no Casino da Praia da Rocha sobre os desígnios desta região.

Durante três dias juntaram-se várias classes profissionais e as personalidades mais destacadas para diagnosticar o panorama regional de então. Podemos mesmo referir que o Algarve assumiu uma ruptura regionalista com o resto do país, pois ao invés de congressos municipalistas que promoviam a propaganda nacional, situaram a discussão numa dimensão aglutinadora de uma visão regional. O turismo ainda não era uma realidade no Algarve, mas as preocupações da população falavam de desigualdades sociais e territoriais.

Vivia-se a 1ª República Portuguesa e uma crise governativa que contribuía para mudanças sucessivas de chefes de governo. A nível mundial, a Guerra das Guerras tinha despontado no ano anterior e a Europa teria de reconfigurar as suas fronteiras. O comboio chegara pouco anos antes ao Algarve. As mulheres reivindicavam direitos de igualdade, o casamento laicizava-se e a ‘instrução popular’ era discutida.

O último concelho do Algarve tinha acabado de nascer, São Braz de Alportel em 1 de junho de 1914, fechando assim o mosaico dos 16 concelhos que hoje constroem este território.

As reflexões desenvolvidas à data falavam-nos dos produtos e da indústria do Algarve (Luís Mascarenhas), do clima (Bentes Castelo Branco), das paisagens culturais algarvias (João de Mello Falcão Trigoso) e da alfabetização (Mateus Moreno), entre outros. O professor Fernando Catroga fala numa *revolução cultural de raiz neo-iluminista*¹ no Algarve. Sobre o desenvolvimento do turismo na região assume particular relevância a intervenção de Thomaz Cabreira (Presidente do Congresso), que havia sido ministro das finanças por pouco tempo e apresentava neste congresso uma reflexão sobre as zonas turísticas, que viriam a determinar o aparecimento das primeiras estruturas de apoio ao turismo do Algarve. Defendeu então a criação de uma gare marítima em Vila Real de S.to António para trazer os turistas da margem de Ayamonte, na Andaluzia, até ao Algarve. Propõe a criação das ‘zonas turísticas’ da Praia da Rocha e de Monchique indo ao encontro da procura entre o mar e a serra, e introduz a necessidade de um casino e de um teatro, que proporcionem uma outra oferta regular. Foram dias de inovação e planeamento prospectivo.

Os 100 anos do 1º Congresso deram-nos o mote para este empreendimento, que fica muito longe dos feitos dos homens de então. Na região do Algarve, este centenário ficará marcado pela celebração levada a cabo pelo Município de Portimão, com o Museu Municipal a

¹ Maria de Fátima Pegado Martins de Almeida Pires (2012) *O surto das ideias republicanas no Algarve (1876-1910)*. Tese de Mestrado da FCHS/ Universidade do Algarve. available on line: https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/3484/1/tese_venha%20a%20republica%20paginada%20-%20C%C3%B3pia.pdf, Outubro de 2015.

assumir o protagonismo da programação de um conjunto de relevantes palestras, assim como pela assinalável retrospectiva elaborada por Aurélio Cabrita e publicada pelo “Sul Informação” em 03 de Setembro de 2015², tendo os coordenadores deste trabalho a expectativa que este número especial da *Promontoria*, que procura juntar alguns retalhos deste últimos 100 anos, dê o seu contributo para o registo de alguma da história do turismo do Algarve que tanto tem para nos revelar.

Hoje na linguagem do *marketing*, correntemente adoptada, dir-se-ia que foi a primeira vez que se fez uma análise SWOT, identificando-se potencialidades e constrangimentos para a região, no entanto, ainda subsistem muitas destas características por resolver e cumprir³.

² <http://sulinformacao.pt/201509/ha-100-anos-o-congresso-regional-algarvio-fez-a-primeira-radiografia-da-regiao>

³ Maria João Raminhos Duarte, “O I Congresso Regional Algarvio na Praia da Rocha”, comunicação apresentada no âmbito das comemorações do Centenário.

RESUMOS

Abstracts

Cultura e turismo Culture and Tourism

VITOR NETO

Resumo: Partindo-se da indispensabilidade da implementação de um Turismo Sustentável, examina-se as relações entre Património, Cultura e Turismo. Na mesma ordem de ideias, expõe-se que da sua interação resulta, por um lado, o diferenciar de outras propostas turísticas e, por outro lado, o integrar das especificidades naturais e culturais. Por fim, equaciona-se que só quando a cultura é vetor estruturante da própria estratégia turística é que há, verdadeiramente, Turismo Sustentável.

Abstrat: With the essential implementation of a sustainable tourism as a key issue, the relationships between Heritage, Culture and Tourism have to be verified. On the same perspective, it is shown that from this interaction results, on one hand, the difference to other tourist offers, on the other hand, the inclusion of its natural and cultural specificities. Finally, it is identified that it can only exist a truely sustainable tourism, when culture becomes the tourist's strategy structure.

Palavras-chave:

Turismo Sustentável
Cultura
Património
Turismo
Algarve

Keywords:

Sustainable tourism
Culture
Heritage
Tourism
Algarve

A experiência turística e os museus a Sul The tourist experience and museums in the south

ALEXANDRA GONÇALVES

Resumo: O turismo e a actividade turística utilizam a exclusividade e a singularidade dos lugares como os grandes forças de atractividade dos destinos. Os últimos trabalhos de investigação revelam que o turista da pós-modernidade valoriza e procura aspectos como: interactividade, autenticidade, experiências multi-sensoriais e envolvimento emocional nos locais que visita.

Um número crescente de locais tem definido o turismo como a grande opção estratégica para o seu desenvolvimento. A pergunta principal é: estarão os museus e os seus profissionais a ir ao encontro das

Palavras-chave:

Turismo Cultural
Gestão
Experiência Turística
Museus

expectativas e das necessidades destes visitantes? Mesmo em organizações não-lucrativas – como é o caso dos museus – é necessária a adopção de um pensamento estratégico que contribua para a sua aproximação e resposta a diferentes públicos, mas também entre os profissionais dos museus e do turismo.

As exigências da sociedade pós-moderna têm ditado uma nova forma de estar dos indivíduos. Propõem-se por isso novas orientações para o tempo de lazer que respondam a uma experiência de visita que possa dar resposta a quatro funções essenciais: Educação, Entretenimento, Emoção e Experimentação (4 E's da experiência museológica). Numa ordem aleatória entende-se que a acção do museu junto dos seus públicos se deve pautar pela procura de respostas a estas dimensões. Os museus integrarão crescentemente serviços de apoio ao visitante, funções de marketing e de relações públicas, ou pelo menos, terão que com essas áreas estabelecer uma relação muito próxima.

Keywords:
Cultural Tourism
Management
Tourist Experience
Museums

Abstract: Tourism and tourist activity use the uniqueness and singularity of places as main forces of attractiveness of destinations. The latest research shows that the tourist of *Post modernity* gives importance and demands characteristics such as: interactivity, authenticity, multi-sensorial experiences and emotional involvement in the places they visit.

A growing number of locations have been setting tourism as the major strategic strength for its development. The main question is: Are museums and their professionals trying to meet the expectations and needs of their visitors? Even in not-for-profit organizations – as in the case of museums – is required the adoption of a strategic thinking that contributes to this approach and to the response to different audiences, but also among the professionals of museums and tourism.

Post modern society requirements have dictated a new way of being of individuals. New guidelines are being developed for the leisure time so that they are able to respond to a visitor experience that can meet the four essential functions: education, entertainment, Excitement and experimentation (4 E's of the museological experience). In a random order, this means that the relationship of the museum with its stakeholders should be guided by the search for answers to these dimensions. The museums will increasingly support the visitor services, functions of marketing and public relations, or at least will have to establish with these areas a very close relationship.

Portimão - O Desafio Museológico Entre Turismo e Património

Portimão: The museological challenge between tourism and cultural heritage

JOSÉ GAMEIRO I ANA RAMOS

Resumo: A relação entre Turismo, Património e Museus no Algarve é uma trilogia recente e pouco generalizada no contexto territorial da região.

Propomo-nos, com base nessa realidade, traçar um breve percurso evolutivo da história do turismo no Algarve, centrado especificamente em Portimão.

Pretende-se igualmente testemunhar a história do fenómeno turístico pela forma relevante como gerou novas dinâmicas sociais, económicas, culturais e reflectir sobre as suas implicações e influências no discurso patrimonial local e finalmente qual a relação do Museu de Portimão com a atual realidade turística.

Assumido que foi ao longo das décadas, o modelo turístico de massas do sul da Europa e o binómio sol e mar como o principal atrativo, importa não apenas perceber qual foi o lugar do património cultural local nesse contexto de mobilização de visitantes, mas sobretudo como pode nos dias de hoje o Museu de Portimão constituir uma alternativa e uma mais-valia a quem nos visita, enquanto recurso cultural e turístico singular e diferenciador

É com base nesta relação dinâmica e diálogo, que nos iremos debruçar sobre o contexto de surgimento e desenvolvimento do turismo no Algarve/Portimão.

Abstrat: The relationship between tourism, cultural heritage and museums in the Algarve is a recent and not much generalized trilogy in the region's territorial context.

It is proposed, based on this reality, to draw a short evolutionary route of the Algarve's tourism history, specifically focused on Portimão.

It is also intended to attest the tourist phenomenon's history by the relevant manner how it generated new social, economical and cultural dynamics, as well as reflect on its implications and the influences on local heritage speech, and finally on what is the present relationship between the Museu de Portimão and current tourist reality.

It was assumed over the decades, the southern European mass tourism model and the binomial sun and sea as the main attraction, therefore it is important not only to understand which was the local cultural heritage position in this visitors mobilization context, but mainly, how can, nowadays, the Museu de Portimão represent an alternative and bring added value to our tourists, as a cultural, unique and distinct tourist resource.

Based on this dynamic relationship and dialogue, we will pore over the Algarve's/Portimão tourism emergence and development context.

Palavras-chave:

História
Turismo
Algarve
Património
Museu de Portimão

Keywords:

History
Tourism
Algarve
Cultural Heritage
Portimão Museum

Património Arqueológico e Turismo na Região Algarvia

Archaeological heritage and tourism in the Algarve

JOÃO PEDRO BERNARDES | ANTÓNIO FAUSTINO CARVALHO

Palavras-chave: Algarve
Arqueologia
Turismo

Resumo: Neste curto texto apresentam-se algumas considerações preliminares sobre a relação entre o Património Arqueológico e o Turismo no Algarve, colocando especial ênfase na oferta já existente (que se pode estruturar em três grandes blocos temáticos: património arqueológico pré-histórico, romano e medieval / moderno) e nas dificuldades e potencialidades de desenvolvimento que a região ostenta a este nível. Entre as primeiras salientam-se a desarticulação da oferta e a inexistência de critérios uniformes de valorização e apresentação. As potencialidades radicam, por seu lado, entre outros aspetos, na interligação com o Património Natural e a Gastronomia tradicional (vertente crucial, sobretudo desde a recente classificação da Dieta Mediterrânea como Património da Humanidade pela UNESCO).

Keywords: Algarve
Archaeology
Tourism

Abstract: In this short text, a few preliminary considerations about the relationship between Archaeological Heritage and Tourism in the Algarve are presented, emphasizing the existing offer (which can be structured in three big thematic groups: prehistoric, roman and medieval/ modern archaeological heritage) and the region's development weaknesses and strenghts in terms of tourism. Unrelated touristic offers and the absence of a regular improvement and presentation criteria are some of the weaknesses. The strengths are based, amongst other aspects, in the interconnection between Natural Heritage and Traditional Gastronomy (a crucial standpoint, specially considering the recent UNESCO World Heritage award granted to the Mediterranean Diet).

A institucionalização do Turismo

Contributos para o estudo dos primórdios do Turismo no Algarve

The Tourism institutionalization

Contributions for the Algarve's Tourism origins study

ARTUR BARRACOSA MENDONÇA

Resumo: Propomo-nos analisar o processo de institucionalização do turismo no Algarve, partindo das publicações editadas pela Sociedade de Propaganda de Portugal. Identificaram-se os principais responsáveis pela criação de mecanismos de divulgação da região, de realizações que se foram efectuando, como o Congresso Algarvio da Praia da Rocha em 1915 e a rede de delegações e postos meteorológicos criados na região. A História do Turismo no Algarve ainda está por fazer. Este trabalho assume-se como um modesto contributo para esse estudo, que envolve dados e análises de contexto e estruturais, que passam não só pela História e Economia, mas também pelos transportes, vias de comunicação, pela Antropologia e Sociologia, entre outros domínios.

Palavras-chave:

Turismo
Algarve
Propaganda

Abstrat: The propose is to analyze the Algarve's tourism institutionalisation process, with the Sociedade de Propaganda Portuguesa publications as a background. The prime responsables for the creation of the region's discloser means were identified, from the events that occurred as the Congresso Algarvio da Praia da Rocha in 1915 and the delegations network and weather forecast stations created in the region. The Algarve Tourism History is still to be written. This work is assumed as a modest contribution to this study, involving data, context and structural analyzes, going through History and Economics, but also transports, communication means, Anthropology and Sociology, between other theme fields.

Keywords:

Tourism
Algarve
Propaganda

A primeira acção de propaganda externa do Algarve

A visita dos jornalistas ingleses em 1913

The first Algarve's abroad propaganda action

The visit of the British journalists in 1913

LUÍS GUERREIRO

Palavras-chave:

Turismo
Algarve
Sociedade Propaganda de Portugal
(SPP)
Jornalistas Ingleses

Resumo: A realização do IV Congresso Internacional de Turismo sob a égide da Sociedade Propaganda de Portugal (SPP), em Lisboa no mês de Maio de 1911, pouco tempo depois da implantação da República, despertou um grande interesse no Algarve, vários artigos na imprensa enalteciam os benefícios deste acontecimento para o desenvolvimento do País. Esperava-se que grupos de congressistas viessem ao Algarve, conforme foi prometido pelos organizadores, para visitarem as belezas naturais e o clima excepcional da região. Tal não se verificou não obstante as entidades locais se terem preparado para receber os ilustres visitantes. Ficou prometido que nas próximas acções de propaganda que a SPP viesse a promover, quer no plano interno quer externo, o Algarve seria contemplado. Em 1913 um grupo de Jornalistas Ingleses visitou Portugal a convite da SPP, o Algarve foi incluído no Programa. O presente trabalho descreve como decorreu a visita no sul do País. Importará, posteriormente, analisar o que escreveram os jornalistas ingleses nos seus jornais, com que impressões ficaram do que viram, do que não lhes foi mostrado e, naturalmente, do impacto que tiveram junto dos seus leitores.

Keywords:

Tourism
Algarve
Sociedade Propaganda de Portugal
(SPP)
British Journalists

Abstract: The IV Congresso International do Turismo accomplishment, under the aegis of the Sociedade Propaganda de Portugal (SPP), in Lisbon in May 1911, short time after the Implantação da República, stimulated a great interest about the Algarve, several articles exalted this event as of vital importance for the country's development. Groups of congressmen were expected to visit the Algarve, as promised by the organization, to know the region's natural beauties and exceptional climate. However it did not happened regardless the local entities efforts and preparations for the honorable visitors. It was promised that in future abroad propaganda actions promoted by the SPP, in the internal or external level, the Algarve would be awarded. In 1913, a group of British Journalists visited Portugal invited by the SPP and the Algarve was part of the visit program. This work describes the visit to the southern Portugal. It would later matter to analyse what was written by the British journalists in their newspapers, the opinion about what they saw, what was not shown on the visit and of course the impact on their readers.

O Algarve e o turismo da região na «Revista de Turismo (1916-1924)» The Algarve and the region's tourism in the «Revista de Turismo» (1916-1924)

MIGUEL GODINHO

Resumo: A Revista de Turismo: publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura foi um quinzenário publicado em Lisboa, entre Julho de 1916 e 1924, tendo sido a primeira revista, no nosso país, a ocupar-se exclusivamente deste tema, marcando a tendência internacional de divisão e/ou especialização temática.

A realização daquela que ficou conhecida por «Excursão ao Algarve», realizada em 1921 por um grupo de pessoas ligadas à direcção da revista, permitiu o conhecimento de um “Algarve Turístico” que começava a dar os primeiros passos, num período que antecede a fixação dos estereótipos que viriam a edificar «uma identidade» para a região, servindo também para perceber os problemas que a caracterizavam, principalmente no que toca às acomodações e aos transportes.

Abstract: The *Revista de Turismo: publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura*, a fortnightly published magazine from Lisbon, printed between July 1916 and 1924, was the first portuguese magazine exclusively dedicated to the tourism thematic and marked up an international trend to a theme division/specialization.

When in 1921, a group of people linked to the magazine's direction made a tour to the Algarve, before the stereotypes that marked the region's tourist identity were created, permitted the acknowledgment of a newborn tourist Algarve, and realize its weaknesses, mainly in the accommodation and transport areas.

Palavras-chave:

Turismo
Algarve
Revista de Turismo
Caminhos-de-ferro
Comboio

Keywords:

Tourism
Algarve
Revista de Turismo
Rail-ways
Train

Contributo para o estudo do Turismo de Saúde no Algarve

Contribution to the study of Healthcare Tourism in the Algarve

CRISTINA FÉ SANTOS

Palavras-chave:
 História
 Turismo de Saúde
 Turismo de Bem-estar
 Algarve
 Sanatório
 Termas

Resumo: O turismo de saúde nos primórdios do Turismo na região algarvia? Responder a esta questão é o desidério desta investigação. Desse modo, poderiam ser aduzidos exemplos como as Caldas de Monchique, São Brás de Alportel, ou mesmo Alcoutim, entre outros, locais que encontramos referenciados em inúmeros textos desde há mais de cem anos, como tendo sido procurados por um sem número de forasteiros em busca de tratamento/terapia e cura para os seus males do corpo e mente. Do passado ao presente o Algarve, quer pelo seu clima quer pelo ambiente tranquilizante que proporciona é, para além de uma referência de Sol e Mar, um espaço de tratamento clínico. Tema abordado em algumas das teses apresentadas no 1º Congresso Regional Algarvio validando a recomendação da região pelas características climatéricas, que a destacam para o desenvolvimento de espaços dedicados à saúde. No entanto, podemos constatar, pela constância das potencialidades que são apresentadas, que esta província não é valorizada enquanto espaço para o desenvolvimento de um Turismo de Saúde tendo em conta que, há cem anos e ainda hoje, estes mesmos argumentos se repetem.

Keywords:
 History
 Healthcare Tourism
 Wellness Tourism
 Algarve
 Sanatorium
 Thermal spa

Abstract: Healthcare tourism in the early days of Tourism in the Algarve? Answering this question is this investigation's main goal. Thus, examples could be adduced as Caldas de Monchique, São Brás de Alportel, or even Alcoutim among other places, referenced in numerous texts for over one hundred years, to have been visited by a number of outsiders seeking treatment / therapy and cure for their body and mind ills. From the past to the present the Algarve, whether for its climate or for the soothing atmosphere it provides is, beyond a reference of Sun and Sea, is a clinical treatment venue. Issue addressed in some of the theses presented in the 1st Algarve Regional Congress validating the recommendation of the region by the climatic characteristics that stand out for the development of spaces dedicated to health. However, we note, by the constancy of the displayed potentials, that this province is not valued as an area for the development of a Healthcare Tourism given that, a hundred years ago and today, these same arguments are repeated.

O Património Histórico-Artístico das Caldas de Monchique na valorização do destino turístico algarvio

Caldas de Monchique's Historical-artistic Heritage in the Algarve tourist destination valorization

ANA LOURENÇO PINTO

Resumo: As Caldas de Monchique são conhecidas pelas águas termais, que ali são utilizadas há, pelo menos, dois mil anos. Da sua história densa resultou um conjunto patrimonial de grande interesse histórico-artístico, que foi alvo do nosso trabalho de mestrado.

Recolhidos os conteúdos desse estudo teórico, que caminhos práticos nos convoca esta paisagem única em toda a região do Algarve? Sustentada no trabalho académico e em diferentes documentos normativos internacionais e nacionais relativos ao Turismo e ao Património, propomos uma estratégia sustentável de gestão patrimonial. Apostando na Cultura como produto turístico complementar ou alternativo à oferta disponível no litoral algarvio e nas Caldas de Monchique, antevê-se um caminho de valorização do destino turístico local, mas também à escala regional.

Abstract: Caldas de Monchique is famous for its thermal waters that have been used at least for two thousand years. Its rich history resulted in a cultural heritage set with great historical-artistic interest, which was the main subject to the Master's Degree thesis.

After collecting the contents for the theoretical study, which practical path does this Algarve unique landscapes show us? Based on the academic work and several international and national Tourism and Cultural Heritage normative documents, it is proposed a sustainable Cultural Heritage management strategy. Taking interest in Culture as a complementary or an alternative touristic product to what it is offered in the Algarve coastal region and in the Caldas de Monchique, which is speculated to be the way to local touristic destination valorization, but also to a regional scale.

Palavras-chave:

Touring Cultural e Paisagístico
Gestão do Património Histórico-artístico
Algarve
Caldas de Monchique

Keywords:

Cultural and Landscape Touring,
Historical-artistic Heritage management
Algarve
Caldas de Monchique

Os primeiros Operadores Turísticos no Algarve

The first T. O. (Tour Operators) in the Algarve

ALBERTO STRAZZERA

Palavras-chave:

Tour operadores
História do Turismo
Desenvolvimento da Aviação
Packages

Resumo: A grande maioria dos destinos turísticos do Mediterrâneo deve o seu desenvolvimento aos tour operadores estrangeiros. É também esse o caso do Algarve. A explosão da procura turística nos anos 60 esteve associada às transformações socioeconómicas no período da II Guerra que trouxeram melhorias nas condições de vida dos trabalhadores e o direito às férias. A grande mudança nos hábitos de férias e o modo de viajar ficar-se-ia a dever ao desenvolvimento da aviação comercial, que introduziu os packages. O desenvolvimento turístico exigiu também condições de acessibilidade e estruturas de acolhimento, que associadas aos atractivos naturais e ao clima, bem como, à segurança, pelo afastamento geográfico dos principais conflitos entusiasmaram a região. Os primeiros hotéis a abrir em 1960 foram o Vasco da Gama em Montegordo e o Meia Praia em Lagos. Nos anos 70 o Algarve tinha uma imagem de destino caro e é o período de chegada dos operadores alemães, mas só no Verão. Seguem-se anos de disputa de preços com o mercado do Reino Unido, gerando fusões e transformações entre as empresas que programavam férias para o Algarve. Estas tendências da actividade de “tour operating” condicionaram e afectaram o desenvolvimento turístico do Algarve.

Keywords:

Tour Operator
Tourism History
Aviation development
Packages

Abstract: The vast majority of tourist destinations in the Mediterranean due its development to foreign tour operators. It is also the case of the Algarve. The explosion of tourism demand in the 60's was associated with the socio-economic transformations in the period of World War II which brought improvements in the living conditions of workers and the right to vacations. The big change in the holiday rights and in the mode of travel would result form the development of commercial aviation, which introduced packages. The tourist development required conditions of accessibility and also childcare, that associated with natural attractions and climate, as well as to security, and to the geographical remoteness from the major conflicts brought enthusiasm to the region. The first hotels opened in 1960 and were the Vasco da Gama in Monte Gordo and the Meia Praia in Lagos. In the 70's the Algarve had an image of expensive destination and that was the period of arrival of the German operators, but only in the summer. Following years were of pricing dispute with the United Kingdom market, generating mergers and transformations between companies that programmed Algarve destination holidays. These trends of the activity of tour operating shaped and affected the development of tourism in the Algarve.

O turismo balnear em Albufeira: Uma história recente

Bathing Tourism in Albufeira: A recent history

PATRÍCIA BATISTA

Resumo: O turismo balnear, enquanto concepção moderna do termo, é uma invenção recente, situando-se cronologicamente entre finais do século XIX e as primeiras décadas do século seguinte. As praias de banhos vão perdendo a sua função higienista e medicinal, características da centúria de oitocentos, e passam a destino de ócio e lazer, acessível a toda a população.

Albufeira como “praia de banhos” apenas surge nos anos trinta do século XX, embora haja testemunhos de uma programação de Verão a partir de 1918, certamente destinada à elite local e regional. A sua afirmação enquanto destino balnear ocorre, sobretudo, a partir dos anos 60 do século passado, sendo atualmente considerada a capital do turismo.

Abstrat: The bathing tourism, as a modern concept, is a recent term from late 19th century and the first 20th century's decades. The beaches started to lose its hygienist and medicinal functions, an 18th century characteristic, and became leisure destinations, accessible to most population.

Albufeira as a 'bathing beach' appears around 1930, although there are testimonies of summer programs from 1918 onwards, probably destined to the local and regional elite. Its affirmation as a bathing destination happened around 1960, and Albufeira is currently considered the Algarve's tourist capital.

Palavras-chave:

Praia de banhos
Turismo
Albufeira

Keywords:

Bathing beaches
Tourism
Albufeira

INFRA-ESTRUTURAS E TURISMO

As vias de comunicação terrestres no Algarve e a sua evolução nos últimos 170 anos

The land communications in the Algarve and its evolution over the past 170 years

AURÉLIO NUNO CABRITA

Palavras-chave: Transportes
Vias de comunicação
Caminho de ferro
Estradas
História do Algarve

Resumo: O Algarve constituiu até ao advento do caminho de ferro uma das regiões mais desconhecidas dos portugueses em geral. A serra intransponível limitou sobremaneira as relações terrestres com o resto do país, de tal forma que o principal acesso a Lisboa era marítimo. O Algarve era assim uma região insular e remota até à chegada do caminho de ferro a Faro, em 1889. Uma obra que se protelou no tempo, em que as vicissitudes antagonicamente contribuíram para a aceleração dos trabalhos. Em termos de ligações rodoviárias, somente em 1932 foi possível viajar, sem constrangimentos, de Lisboa a Faro. No contexto regional, as principais acessibilidades também se dilataram no tempo, fossem ferroviárias ou rodoviárias. Viajar pelos acessos ao Algarve nos últimos 170 anos é o objetivo deste trabalho.

Keywords: Transportation
Ways of communication
Railway
Roads
Algarve's History

Abstrat: The Algarve was, until the coming of the railway, one the most unknown regions for the Portuguese people. The mountain range, impassable, has limited the land communications with the rest of the country, in such a way that the main access to Lisbon was by sea. The Algarve was a remote region until the coming of the railway to Faro, in 1889. This construction was delayed over time. Only in 1932 it was possible to travel, without constraints, from Lisbon to Faro. In the regional context, the main communications were also delayed over time. Travelling through the roads to the Algarve over the last 170 years is the main purpose of this dissertation.

Estrada da Fóia - Da vila ao coropito

Estrada da Fóia - from the village to Coropito

JOSÉ GONÇALO DUARTE

Resumo: Um século depois do Congresso Regional Algarvio e setenta anos após a construção do ramal que liga a vila de Monchique ao Coropito da Fóia recorda-se a figura do engenheiro Duarte Pacheco, ministro das Obras Públicas que tutelou este projecto.

Uma das razões apontadas para o atraso do país era a inexistência de uma rede viária moderna. No Algarve tinha-se construído a estrada que liga Portimão à estação ferroviária de Sabóia passando pela Caldas e depois da sua conclusão em 1931 possibilitava uma carreira de camionetas com o fim principal de servir o turismo. Foi como complemento a este serviço que o ministro assinou em dezembro de 1940 o despacho para a construção do ramal que a partir da vila de Monchique ligava ao Coropito da Fóia.

Este projecto foi orçamentado em 1223 contos, tinha o prazo previsto para terminar no final de Janeiro de 1943 e chegou a ter mais de 4000 trabalhadores em simultâneo, construindo os 8 quilómetros que formam o ramal.

É uma estrada turística, continuando ainda a cumprir o seu objectivo ao fazer do Coropito um dos pontos mais visitados do Algarve.

Abstract: A century after the Algarve's Regional Congress and seventy years after the construction of the branch road which links Monchique's village to Coropito da Fóia, we remember the Engineer Duarte Pacheco, Minister of Public Works which tutored this project.

One of the reasons pointed out for the underdevelopment of the country was the inexistence of a modern road network. In the Algarve, it had been built the road which links Portimão to Saboia's railway station passing by Caldas, and after its conclusion in 1931 it was possible for bus fleets to come with tourism aims. As a complement to this service, the Minister signed, in December 1940, the decree for the construction of the branch road which links the Monchique village to Coropito da Fóia.

This project had a budgeted amount of 1223 thousand escudos and the set deadline to finish it was by the end of January 1943. This project had more than 4000 employees, working simultaneously, to built the 8 kilometres which form the branch road.

Palavras-chave:

Estrada
Ramal
Turismo
Desenvolvimento
Coropito

Keywords:

Road
Branch road
Tourism
Development
Coropito

O aeroporto de Faro como infraestrutura principal do desenvolvimento turístico da região

Faro Airport as main region's tourism development infrastructure

ANTÓNIO CORREIA MENDES

Palavras-chave:
Algarve
Destino turístico
Aeroporto
História do Turismo

Resumo: O Aeroporto Internacional de Faro data de 1965 e constitui um importante impulsionador do desenvolvimento económico e turístico da região.

As melhorias nas infraestruturas de apoio têm sido constantes ao longo dos anos, respondendo a novas necessidades dos mercados e da navegação aérea.

O movimento de passageiros tem sido crescente, ultrapassando os 6 milhões na actualidade.

O aeroporto foi e é um equipamento principal na afirmação do Algarve enquanto destino turístico internacional.

Keywords:
Algarve
Tourist destination
Airport
Tourism History

Abstract: Faro International Airport dates from 1965 and is considered an important promoter of the region's economical and tourist development.

The improvements on the support infrastructures have been constant all over the decades, responding to the new market and aircraft navigation needs.

The increasing passengers movement have presently trespassed the 6 million.

The Airport was and still is the Algarve's main affirmation equipment as international tourist destination.

O Turismo como fator de Crescimento Regional: a noção de “BeachDisease”

Tourism as regional growth factor: The “BeachDisease” notion

JOÃO ROMÃO | JOÃO GUERREIRO | PAULO M.M. RODRIGUES

Resumo: Este artigo analisa os impactos das atividades de turismo sobre a estrutura sectorial da economia regional, utilizando um modelo bayesiano. Os resultados revelam que o crescimento do turismo não criou, de forma automática, impactos positivos sobre o desempenho de todos os outros setores económicos, em contradição com o que tem sido defendido nas diversas estratégias de desenvolvimento regional preparadas ao longo das duas últimas décadas. Os impactos positivos do turismo concentraram-se na produção de bens não transacionáveis e na construção, conduzindo a uma redução significativa do peso, na economia regional, do sector dos bens transacionáveis. Evoca-se a semelhança com o processo de desindustrialização, descrita como a “Doença Holandesa” (ou dutch disease). Esta situação anuncia a ausência de uma capacidade de resiliência da atual economia regional.

Abstrat: This article analyses the impacts of tourism activities on the regional economy, using a Bayesian model. The results reveal that the growth of tourism did not create, in an automatic way, the expected positive impacts on the performance of all other economic sectors, in direct contradiction with what has been established in the different strategies of regional development prepared over the last two decades. The positive impacts of tourism are concentrated in the production of non-tradable assets and in construction, leading to a significant reduction of the weight, in regional economy, of the tradable assets. It is mentioned the similitude with the deindustrialisation process, described as the “Dutch Disease”. This scenario states the present inexistence of the regional’s economy resilience capacity.

Palavras-chave:
“BeachDisease”

Economia
Turismo
Resiliência
Algarve

Keywords:
“Beach Disease”

Economy
Tourism
Resilience
Algarve

INTRODUÇÃO

Não podemos deixar de estar em sintonia com William Makepeace Thackeray (1811-1863) quando confessa que “as obras satíricas são as que aportam uma luz que seria inútil buscar nos livros de história”¹. Mais acrescentaríamos, que as obras de sátira e comédia provam que aquilo que é o seu objeto, por analogia com *As Nuvens* de Aristófanes e a doutrina socrática, se encontra suficientemente enraizado na mentalidade de uma determinada época. Se esse não fosse o caso, quem poderia achar risível a comédia de Aristófanes se não tivesse um conhecimento, nem que fosse superficial, da doutrina socrática?

Nessa ordem de ideias, parece-nos que o Livro VII de *A Vida e Opiniões de Tristram Shandy* de Laurence Sterne² pode ser um marco da implementação do conceito do *Grand Tour*³, expressão que está na origem da palavra Turismo, como é do conhecimento geral. Nesta obra, publicada em 26 de Janeiro de 1765, o autor elabora um motejo da viagem turística. Iniciado desde a travessia de Dover para Calais, referindo-se à própria cidade de Calais e às três estradas que demandam Paris, aglomerado que ocupará grande parte do excuro. De Paris temos notícia do cheiro nauseabundo e das suas novecentas ruas enumeradas bairro a bairro⁴, concluindo, que se o viajante as conhecer todas terá conhecido a cidade⁵.

No entanto, é em *Uma viagem sentimental* que Sterne define as razões e os tipos de viajantes. As justificações são as que se seguem: enfermidade do corpo, imbecilidade do espírito ou necessidade inevitável. Ainda para o irlandês, “as primeiras duas incluem todos aqueles que viajam por terra ou por mar, animados por orgulho, curiosidade, vaidade ou contrariedade, subdivididos e combinados *in infinitum*. A terceira classe inclui o exército inteiro de mártires peregrinos; mas especialmente aqueles viajantes que se lançam a caminho com o benefício do clero, seja como delinquentes viajando sob a alçada de tutores recomendados pelo magistrado – ou como jovens fidalgos deportados pela crueldade de pais e guardiões, viajando sob a tutela de preceptores recomendados por Oxford, Aberdeen e Glasgow”⁶. A isto se juntam as espécies de viandantes: o viajante simples (emigrante), ocioso, curioso, mentiroso, orgulhoso, vaidoso,

¹ Citado por *Cadernos de Literatura Brasileira*, nº 10 (Ariano Suassuna), Instituto Moreira Salles, Novembro de 2000, p. 47, col. 2. A propósito desse assunto veja-se, do mesmo modo, o nosso *O pendur ético do humor de Rafael Bordalo Pinheiro*, Congresso Internacional Rafael Bordalo Pinheiro no seu tempo, Novembro de 2009 (no prelo).

² Laurence Sterne, *A vida e opiniões de Tristram Shandy*, 2 Partes, tradução, prefácio e notas de Manuel Portela, Lisboa, Antígona, 1997-1998. O Livro VII encontra-se na Parte Segunda, pp. 177-253. A fazer fé no prefaciador da obra, o próprio Sterne nos declara, em carta datada de Novembro de 1764, que “há-de ler-se aí o mais singular *Tour* através da França que um viajante ou Escritor de viagens alguma vez imaginou, ou levou a cabo, desde os começos do mundo – é uma Sátira bem humorada contra o viajar (como viajam os peraltas)”, Laurence Sterne, *Uma viagem sentimental*, tradução, prefácio e notas de Manuel Portela, Lisboa, Antígona, 1999, p. 10.

³ O *Grand Tour* era visto como a última etapa da educação do jovem adulto e, por esse motivo, era uma atividade, fundamentalmente, com propósitos culturais.

⁴ Laurence Sterne, *A vida e opiniões de Tristram Shandy*, pp. 206-207.

⁵ Para certificar o calibre da comédia vejamos, em particular, os casos de Fontainebleau e Auxerre, Laurence Sterne, *Idem, Ibidem*, pp. 219-224, Lyon, pp. 225 e ss. ou, ainda, Avignon, onde não existe qualquer referência ao Palácio dos Papas, pp. 246-247.

⁶ Laurence Sterne, *Uma viagem sentimental*, p. 33. Segundo o tradutor “a grande voga de textos sobre viagens, sejam de caráter prescritivo ou descritivo, é o pano de fundo narrativo sobre o qual a figura desta obra se constrói”, *Idem, Ibidem*, p. 13.

esplenético, delinquente e criminoso, infeliz e inocente e, por último, aquele de que trata a obra, o viajante sentimental⁷.

Se não atendermos aos casos específicos de homiziados, delinquentes ou outros acidentes semelhantes (de notar que Sterne já inclui nos viajantes os emigrantes), desta breve exposição duas noções podem ser inferidas. A inicial tem a ver com as viagens por motivos de saúde. Turismo de Saúde é o nome que hoje lhe damos, a mudança de ares era recomendada pelos *físicos* como forma de tratamento e, dentro desta, as Caldas e a Praia eram, provavelmente, os locais mais demandados. A seguinte, que na nossa opinião é a verdadeira origem do Turismo, prendia-se com motivos culturais. Turismo Cultural é a designação moderna, nesta o jovem letrado vai completar a sua formação no estrangeiro, no caso dos ingleses incluía uma viagem por França, Itália e Grécia como roteiro principal. Este suplemento não era, propriamente, novidade, pois, provavelmente, desde tempos remotos a educação do aristocrata assim o requeria⁸. No entanto, como temos tentado provar, ela só começa a tornar-se um hábito na segunda metade do século XVIII⁹.

Contudo, a verdadeira popularização do Turismo só se vai dar, como alguns dos estudos irão enfatizar, entre os finais do Século XIX e início do Século XX e será por esse motivo que o I Congresso Regional Algarvio vai dar ao Turismo um papel de claro destaque, tal como se pode perceber pelas temáticas presentes: “portos e rios – irrigação – arborização de serras e dunas – estradas – *utilização dos caminhos-de-ferro sob o ponto de vista do turismo* e expansão das indústrias e culturas algarvias – climatologia – *turismo e sanatórios* – indústrias (sob o ponto de vista moderno) a criar e desenvolver no Algarve – *o folk-lore algarvio: lendas, costumes e tradições* – *museu regional do Algarve (história e pré-história)* – problema do crédito – estudo das culturas a desenvolver e adotar no Algarve”¹⁰. Não era outro o propósito da Casa do Algarve: “promover a valorização e propaganda das belezas naturais e condições climatéricas da referida Província, que fazem com que ela seja uma excelente estação de turismo”¹¹.

Para terminar ouçamos a proposta de Mateus Moreno no que se refere ao que ele apelida de “indústria do turismo”. O escritor fareense começa logo por diagnosticar as necessidades primárias: bons hotéis, estradas e meios de transporte. De seguida, evoca os locais que seriam passíveis de receber visitantes, em primeiro lugar, a Praia da Rocha, símbolo das praias algarvias.

Sobre a Praia da Rocha, que foi o local escolhido para a Reunião regional, não podemos deixar de dar o testemunho, evocado pelo oficial de artilharia, de Raul Brandão em *Os Pescadores*: “detenho-me um instante na cenográfica Praia da Rocha, extasiado nos dois grandes penedos destacados e num fio de areia doirada ao pé da água azul – tudo pintado por Manini agora mesmo. A um lado a ponta do Altar entra decidida pelas águas; do outro, o esfumado Lagos mal se entrevê ao longe... Duas impressões se fixam no meu espírito para sempre: a noite extraordinária, a luz maravilhosa. A luz sustenta. Basta esta luz para se ser feliz. É ela que encanta o Algarve. É ela que produz os figos orjais, os coitos, os bracejotes,

⁷ *Idem, Ibidem*, pp. 34-35.

⁸ Veja-se, apenas como exemplo particular, as viagens de Platão à Ásia Menor, ao Egito e Itália, onde contactou, entre outras coisas, com as doutrinas de Euclides em Mégara ou com as concepções pitagóricas na Sicília. Já agora que vem a propósito, *Uma viagem sentimental* teria uma parte complementar que trataria da estadia de Sterne em Itália, contudo, a morte gorou-lhe os planos.

⁹ Tenha-se em atenção as obras que o prefaciador de *Uma viagem sentimental* enumera: Joseph Addison, *Remarks on Several Parts of Italy* (1705); Piganiol de la Force, *Nouvelle Description de la France* (1724); Edwrad Wright, *Some observations made in travelling trough France, Italy, etc.* (1730); Thomas Nugent, *The Grand Tour* (1756, 2ª edição); Dean Tucker, *Instructions for Travellers* (1757); Tobias Smollett, *Travels trough France and Italy* (1766), que é diretamente parodiada na obra; Samuel Sharp, *Letters from Italy* (1766); a isto ainda se poderia juntar, pois Sterne utiliza-a nas suas obras, *A Liste générale des postes de France*, que a partir de 1708 é publicada anualmente, cf. Laurence Sterne, *Uma viagem sentimental*, pp. 11-12.

¹⁰ *Alma Nova*, nº 8, Maio de 1915, p.1, col. 1, sublinhados meus. A *Alma Nova* tem sido considerada o órgão oficial do I Congresso Regional Algarvio, como já deixei bem patente na conferência sobre Mateus Moreno, Diretor da *Alma Nova* e secretário do Concílio, no X Curso Livre de História do Algarve em 23 de Julho de 2013.

¹¹ Joaquim António Nunes, *Regionalismo, Cultura e Turismo: Síntese Histórica da Casa do Algarve*, Lisboa, Casa do Algarve, 1989, p. 21.

todos eles amarelos, a estalar de sumo, e destilando um líquido perfumado, e o figo preto de enxaire que se mete na boca e sabe a mel e a luz perfeita. É ela a criadora destas agonias doiradas que vão esmorecendo e passando por todos os tons até morrer a muito custo. E as noites mágicas e caladas, as noites sem lua, muito mais claras que as noites do norte, em que se distingue a brancura voluptuosa das casas e se vêem as estrelas enormes reluzindo através das amendoeiras”¹².

Seguidamente, as Caldas de Monchique, sendo esta de “águas verdadeiramente milagrosas”, além disso, “um dos retiros mais belos, de paisagens mais paradisíacas e mais arrebatadores panoramas, que existe no país”¹³, embora votada a uma incúria que, de certa forma, era vista como um travão ao fomento do turismo.

Por outro lado, Mateus Moreno não deixa de prestar atenção ao turismo cultural, ou seja, à visita a monumentos, obras de arte e sítios de significado histórico. Por esse motivo, não posso deixar de constatar que Moreno já entrevia a possibilidade de exploração turística do património, algo que, ainda hoje, nos esforçamos por divulgar e para o qual os nossos operadores turísticos ainda não olham de forma séria e profissional. Por último, mas não menos importante, o clima, que Geraldino Brites considera “uma estação de inverno por excelência (sem deixar de sê-lo também de verão) atribuindo-lhe «uma uniformidade térmica superior a Málaga e à Riviera francesa»”¹⁴.

Está, então, na altura de entrar no conteúdo destes *Fragmentos para a História do Turismo no Algarve*. Este opúsculo dividir-se-á em três segmentos, um primeiro, que investigará as relações entre o Património/Cultura e o Turismo, consistindo naquilo a que Vítor Neto vai chamar, de forma pertinente e acutilante, de *Turismo Sustentável*, o único que, ainda na sua perspetiva, pode ser inteiramente viável; um seguinte, que se irá debruçar sobre os primórdios do Turismo no Algarve nas suas variadas manifestações, desde a promoção da Região até à constituição dos primeiros Operadores Turísticos e estâncias balneares; e um derradeiro, que analisará a questão das acessibilidades no desenvolvimento do Turismo, sem esquecer o papel fundamental que a inauguração do Aeroporto, em 1965 (faz, portanto, meio século), teve em todo este processo. Como remate desta alínea final, um texto onde se investiga a resiliência da economia regional face ao desenvolvimento do Turismo.

Mas comecemos pelo princípio, que é um modo de começar tão bom como qualquer outro. O texto inaugural de Vítor Neto parte do exame dos conceitos de Turismo, Património e Cultura para exarar uma definição de Turismo Sustentável que tem a Cultura no seu ponto axial, dando, desse modo, o mote para a restante investigação deste apartado inicial. No entanto, devemos ter em conta que, na mesma ordem de ideias, não se devem descuidar as idiossincrasias regionais nem a diversificação da oferta turística.

As duas matérias seguintes tratam de assunto idêntico, os espaços museológicos, só que em perspetivas nitidamente diversas. No que se refere ao artigo de Alexandra Rodrigues Gonçalves, pode-se atestar que pretende responder a uma questão crucial: estarão os museus e os seus profissionais a ir ao encontro das expectativas e das necessidades destes visitantes, os Turistas? Com esse propósito a autora define um conjunto de características e estratégias que visam dotar os museus de flexibilidade estrutural (quase diríamos mental) para empreender as tarefas de educar, entreter, emocionar e experimentar, sendo que, cada vez mais, o seu objetivo deva ser conseguir atingir o máximo de público possível.

No que concerne ao texto seguinte de José Gameiro e Ana Ramos, depois de uma contextualização sempre necessária, articula o espaço museológico como salvaguarda de uma

¹² Raul Brandão, *Os Pescadores*, Aveiro, Estante Editora, 2010, pp. 202-203.

¹³ Mateus Moreno, *Os quatro pontos cardiais do regionalismo algarvio*, separata do nº 1 do “Boletim da Casa do Algarve” e da “Página do Algarve” do *Diário da Manhã*, Lisboa, 1934, p. 21.

¹⁴ *Idem, Ibidem*, p. 22.

relação identitária em permanente diálogo com aqueles que o visitam, desiderato que decorre de estratégias autónomas delineadas com rigor.

O artigo seguinte de João Pedro Bernardes e António Faustino de Carvalho seria a parte inicial de um percurso que se estenderia dos primórdios do Reino do Algarve até à Modernidade, com uma incursão na literatura picaresca. No entanto, por razões variadas, apenas viu a luz do dia “Património Arqueológico e Turismo na Região Algarvia”. No que respeita ao texto em questão, os autores anunciam que não pretendem um levantamento sistemático dos sítios pré-históricos e romanos do Algarve, apenas uma amostra representativa e relevante desse Património, tarefa que levam a cabo de forma rigorosa. Completa-se a investigação com um excuro sobre castelos, fortalezas, igrejas e conventos, encarados do ponto de vista arqueológico, e uma breve referência ao património industrial, que serve de remate a esta divisão inaugural.

O segundo tema, como já ficou referido, debruça-se sobre a História do Turismo no Algarve. Neste segmento delineou-se um objetivo claro que foi encarar o assunto em estudo de forma cronológica. Importa, desde já, destacar que existem temas que são transversais a todo este segmento e, *quicá*, a toda a publicação: estão neste caso, obviamente, o Congresso Regional Algarvio, mas, também, a Sociedade de Propaganda de Portugal, o Congresso de Turismo (1911), a *Revista de Turismo*, os periódicos algarvios, e mesmo nacionais, da época, etc., para não enunciar tudo o que se encontra presente nos artigos, tarefa que empreenderemos de seguida.

O primeiro estudo, de Artur Barracosa Mendonça, põe em relevo o papel dos algarvios na tarefa de difusão das primeiras “imagens” do Reino do Algarve até à constituição da Sociedade de Propaganda de Portugal (1906), importante instrumento de divulgação do País como destino turístico. De seguida, trata da fundação da Repartição de Turismo (1911) e prolonga-se até à realização do Congresso Regional Algarvio (1915), não deixando de destacar alguns apontamentos pertencentes à década de 20 do Século findo.

O texto seguinte de Luís Guerreiro aborda a iniciativa primordial de divulgação do Algarve no exterior, a visita dos jornalistas ingleses em 1913, no seguimento do Congresso do Turismo realizado um par de anos antes. Desse modo, expõem-se as circunstâncias que rodearam a visita dos súbditos de sua majestade britânica ao Algarve e os preparativos que envolveram entidades oficiais e oficiosas. De todo o referido pode-se concluir que a visita teve um papel decisivo na difusão e propaganda das belezas naturais do Algarve e foi um primeiro passo na direção da internacionalização do Turismo na região.

A peça seguinte da autoria de Miguel Godinho aborda um instrumento fundamental da publicidade do Turismo no País: a *Revista de Turismo*. Sem querermos ser prolixos, não podemos deixar de referir o papel fundamental que as Revistas, em geral, tiveram no panorama letrado nacional, europeu e mundial nas últimas décadas do Século XIX e grande parte do Século XX¹⁵.

É, precisamente, nesse contexto, que o autor explana, de modo rigoroso, uma apresentação do periódico. Ali se reunia uma maioria de colaboradores afetos à Sociedade de Propaganda de Portugal que definiam como objetivo o pagamento de uma obrigação ao País, a sua elevação a uma posição há muito perdida. Nesse sentido, o Turismo era entendido não apenas como uma forma de estabilidade das contas públicas, mas, mais ainda, como crescimento individual e coletivo. De modo idêntico, convém acrescentar a atenção particular que a Revista dedica ao Algarve, não só na investigação e divulgação das suas características naturais e medicinais, como, também, na visita empreendida pelos responsáveis da publicação à região algarvia (1921). Nesse apartado devemos salientar a importância que tiveram as questões do Turismo e da Indústria, sendo que, como nos alerta o autor, esta possa ser vista como uma espécie

¹⁵ Para avaliar essa questão consulte-se Luís Crespo de Andrade, “Introdução. Quatro notas breves”, VVAA, *Revistas, Ideias e Doutrinas. Leituras do Pensamento Contemporâneo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, pp. 11-18.

de descrição antecessora, tendo em conta as devidas distâncias, do *Guia de Portugal*, que se publicaria, sob a direção de Raul Proença, a partir de 1924.

Embora com percursos diversificados, os dois artigos subsequentes têm como matéria o Turismo de Saúde, tema que, como vimos, está na própria raiz do *Grand Tour*. O preambular de Cristina Fé Santos preocupa-se em estabelecer os limites e alcance estratégico daquilo que se entende por Turismo Medicinal. Nessa linha de raciocínio, questiona se este tipo de Turismo não estará nos primórdios do próprio desenvolvimento desta atividade no Algarve, fornecendo, como exemplo, o caso das Caldas de Monchique, objeto particular do texto seguinte. No seguimento da investigação, pretende analisar, de forma breve, as referências a esse Turismo específico na região do Algarve, tendo como baliza cronológica primeira o Congresso Regional e como meta derradeira a própria atualidade.

Tendo como ponto de partida a história das Caldas de Monchique, Ana Lourenço Pinto desenvolve um conjunto de princípios com vista a uma gestão sustentável do património histórico-artístico da instituição. Nessa perspetiva, vai defender a sua dinamização assente na conservação e restauro das peças históricas, artísticas e terapêuticas, com vista a uma musealização que integre centros interpretativos, exposições temporárias, etc., de modo a que se possa formar um circuito turístico que englobe Turismo, Saúde e Bem-estar.

Tal como os anteriores, os dois contributos seguintes poderão ser compreendidos em paralelo. Pode-se atestar que o seu alvo primacial é o Turismo de Sol e Praia, espécie de preenchimento do lazer que só no Século XX atingiu a sua verdadeira dimensão e, com propriedade, poderíamos acrescentar que só na segunda metade do Século atingiu a extensão que hoje tem.

De qualquer forma, a primeira inquirição de Alberto Strazzeria aborda os operadores turísticos no Algarve, na sua maioria originários da velha Albion. Depois de uma contextualização indispensável, onde se explicita a importância da atividade para o que se designa de “massificação” do Turismo, empreende-se a sua narrativa com relação à região. De qualquer forma, no que respeita à atividade turística, deve acrescentar-se que foi a partir dos anos 60 do Século XX que ela se desenvolveu, sofrendo um impulso muito significativo com a abertura do aeroporto em 1965. Com efeito, como é do conhecimento geral, é através de voos *charter* que os operadores turísticos desenvolvem a sua ação, embora convenha ter em atenção que, sem o desenvolvimento da indústria hoteleira nada disso teria sido uma realidade e, hoje em dia, o Algarve não seria um destino turístico reconhecido mundialmente.

A averiguação terminal desta secção debruça-se sobre um objeto característico: a praia de banhos de Albufeira. Tal como Patrícia Batista nos esclarece, o conceito de Sol e Mar como atividade de lazer é, razoavelmente, recente, e no caso de Albufeira, embora haja referências anteriores, só lá pelos anos 30 do último Século se começa a entranhar e, com certeza evidente, por volta da década de 60 se interioriza como ritual. Desse modo, é na data referida que a Vila, hoje Cidade, veste a roupa turística. Para esse efeito foram decisivos, entre outros, a criação do Hotel Sol e Mar e a visita de ilustres personalidades estrangeiras, sendo que alguns chegaram a fixar residência. Tudo isto contribuiu para que Albufeira seja, hoje em dia, considerada a “Capital do Turismo em Portugal”.

Vemo-nos chegados, desta forma, ao derradeiro tema desta publicação, o qual terá de ser dividido em dois segmentos distintos, convém a saber, um, anterior, que desenvolve o mote das vias de comunicação como condição imprescindível ao desenvolvimento do Turismo, outro, posterior, que encara os riscos desse mesmo desenvolvimento turístico, principalmente nas valências que lhe não dizem diretamente respeito.

Podemos, desde logo, asseverar que os três dianteiros formam um bloco compacto em torno de um objetivo fulcral: as acessibilidades, embora entendidos de forma distinta. De

facto, a investigação de Aurélio Nuno Cabrita aborda, de forma abrangente, todos os meios de comunicação da região com o restante território português. O autor descreve as dificuldades que havia em viajar para o sul antes da inauguração do caminho-de-ferro. Usa, como exemplo, as vias rodoviárias, de que nos fornece um mapa, que eram escassas e em mau estado de conservação, sendo que a forma mais escorregada de empreender a viagem era por via marítima. Em seguida, fornece-nos os dados necessários para entendermos a expansão da linha férrea neste cantinho ocidental, incluindo a demora que houve na chegada do comboio a Lagos (1922), que, diga-se de passagem, só tinha chegado à outra ponta do Algarve em 1906. Termina com uma breve exposição onde procede ao levantamento, nos dias de hoje, de todas as acessibilidades que conta a região algarvia, não se esquecendo de lembrar o que ainda estará por executar.

A contribuição seguinte de José Gonçalo Duarte refere-se à construção da estrada de Monchique ao alto da Fóia, datada de 1945 (comemoram-se sete dezenas de anos), obra que possibilitou a utilização de uma via turística com elevado valor ao nível da leitura da paisagem. Nessa conjunção, o autor vai-nos descrever as vicissitudes inerentes à construção desse caminho, no qual teve um papel de relevo uma figura notável natural do Algarve, Duarte Pacheco.

O definitivo tributo para esta trilogia, da autoria de António Correia Mendes, prende-se com a construção do Aeroporto de Faro, em 11 de Julho de 1965, e a importante função que teve no desenvolvimento do Turismo na região, facto que pode ser constatado através da avaliação dos passageiros transportados: de pouco mais de 1 milhão em 1981 para pouco mais de 5 milhões em 2006, uma quintuplicação do valor inicial num espaço de 25 anos.

A derradeira investigação de João Romão, João Guerreiro e Paulo Rodrigues é de natureza fundamental nesta publicação, pois chama-nos a atenção para os efeitos que pode ter o Turismo numa dada região, isto é, sofrer o que os peritos designam de “doença holandesa”, uma especialização em demasia do sector turístico com consequentes manifestações no declínio da indústria e da agricultura. Quadro que em relação ao Algarve descreve de forma pertinente o que se passa nas últimas décadas, o que demonstra que a capacidade da região em voltar ao equilíbrio do seu próprio sistema tem sido insuficiente.

Não podemos concluir a exposição, ainda que breve, dos trabalhos desta publicação sem fazer um voto para que, de futuro, se multipliquem os estudos sobre o fenómeno do Turismo no Algarve e que esta obra tenha a utilidade, se outra lhe não poder ser assacada, de poder potenciar essas investigações, que, quem sabe, talvez se possam juntar um dia, fragmento a fragmento, numa História do Turismo no Algarve.

Para terminar, embora não da forma mais ortodoxa, vindo a propósito do título da obra, gostaria de mencionar dois excertos de Augusto Monterroso, intitulados “Fragmentos (1)” e “Fragmentos (2)”, que rezam desta maneira: “um fragmento é às vezes mais pensamento que todo um livro moderno. No seu afã de sintetizar, a Antiguidade chegou a cultivar muito o fragmento. O autor antigo que melhores fragmentos escreveu, fosse por disciplina ou porque assim o decidiu, foi Heraclito. Consta que todas as noites, antes de se deitar, escrevia o correspondente a essa noite. Alguns eram tão pequenos que se perderam (...) os fragmentos, como já dissemos noutro lado, foram cultivados em todas as épocas; mas foi na Antiguidade que mais floresceram. Seja em que época for, os melhores fragmentos surgiram, na Europa, na arquitetura e na escultura; no que se refere às nossas antigas culturas autóctones, na cerâmica”¹⁶.

¹⁶ Augusto Monterroso, *O Resto é Silêncio*, Tradução Pedro Pyrrait, Lisboa, Oficina do Livro, 2007, p. 148.

Património/ Cultura e Turismo

Cultura e Turismo

Vitor Neto

Do ponto de vista estrutural, o Algarve passou nas últimas décadas de uma região pouco desenvolvida, com uma economia essencialmente agrícola, com alguma indústria resultante de recursos da terra e do mar, para uma região predominantemente de serviços agregados em torno das atividades associadas ao Turismo. Agravou-se o desequilíbrio estrutural e o peso da agricultura e da indústria, na região, é hoje escasso. O Turismo é a atividade dominante e o motor da economia, e faz com que o Algarve tenha um rendimento *per capita* superior à média nacional, correspondente a 85% da média europeia.

O Algarve é o principal destino turístico do país, tanto de estrangeiros como de nacionais, e dá um contributo relevante para a economia nacional através das receitas externas geradas pelo Turismo, que são o principal setor exportador.

O PAPEL DO TURISMO

Importa antes de mais ter presente que o Turismo é hoje uma atividade económica relevante em todo o mundo, envolvendo interesses poderosos em todos os continentes – alojamento, imobiliária, operadores, transporte aéreo, indústrias de lazer, investimento financeiro, plataformas informáticas, etc..

Neste quadro, a primeira questão que se coloca é a forma como cada país pretende posicionar-se perante as perspetivas de evolução do Turismo. O que passa por saber o que representa para cada país a Economia do Turismo: se é uma atividade especulativa e oportunista, tendente a obter resultados imediatos, mesmo à custa da destruição de recursos, ou se, pelo contrário, é uma

atividade que se pretende sustentável, capaz de gerar riqueza, desenvolvimento e emprego, mas preservando e potenciando, ao mesmo tempo, recursos vitais não renováveis, sejam eles de que natureza forem.

Esta é a primeira opção que Portugal, e obviamente o Algarve, têm de fazer. Saber o que representa e onde quer estar a nível de Turismo.

Portugal não pode errar nas suas opções, pela simples razão que a economia do Turismo não pode ser vista como um elemento complementar de outras atividades, como acontece em potências desenvolvidas, como os Estados Unidos ou a França, mas constitui, já hoje, um vetor estratégico insubstituível do seu crescimento económico. Apesar de nem todos os responsáveis terem consciência disso.

CULTURA E TURISMO

Antes de mais, em qualquer país, a começar por Portugal, mas também em qualquer Região – por exemplo o Algarve - quando se pensa em Turismo, tem de se ter plena consciência da sua *dimensão*, desde logo de *território*, mas também de *recursos* e das potencialidades de *oferta*. Porque existe concorrência. Não basta ser «muito bom» num ou noutra aspeto para vencer.

A capacidade de atração de um destino turístico não é a simples resultante da soma aritmética de «produtos» isolados - mesmo que cada um seja muito bom - mas é, antes de tudo, a *perceção global*, a *ideia*, que os potenciais visitantes já têm sobre o destino, seja ele uma grande capital mundial ou um lugar de férias e lazer. O Turismo hoje, com a informação que existe, é cada vez mais confirmação do que descoberta.

E é aqui que entra a relação Cultura/Património e Turismo. Sendo certo que há abordagens diferentes sobre a relação entre Cultura e Turismo, umas sérias, outras instrumentais.

Os riscos de abordagens erradas desta relação estão aí todos os dias à nossa frente. São vários e partem quase todos de atores turísticos que seguem tendências nascidas no século XIX, quando o Turismo começou a ganhar importância como atividade económica, e tendem a formatar e construir «produtos» que se consideram bons para vender. Às brochuras das agências, que são o símbolo máximo dessa tendência, juntou-se agora a internet. Os agentes tradicionais e alguns novos pensam que, no fundo, o que interessa é ter um menu de «produtos» capaz de preencher um

pacote para satisfazer os «turistas», seja por poucos dias ou mesmo só por algumas horas (património, igrejas, museus, lugares, eventos). Este mecanismo acaba por comportar muitos riscos e por influenciar a própria oferta, cada vez mais igual à dos concorrentes, e não evidencia as nossas diferenças.

Qual o caminho então para um destino pequeno como Portugal – e o Algarve - que tem fronteira com o imenso Atlântico e com uma das maiores potências mundiais do Turismo e que está inserido naquele que é e vai continuar a ser - segundo a OMT - o maior e o mais concorrencial mercado turístico do mundo - a Europa - e mais concretamente, os dezassete países do Sul da Europa/Mediterrâneo?

Só há um caminho. Mas é longo, difícil e exige muito trabalho.

Portugal – e o Algarve - como destinos turísticos de excelência, têm de conseguir afirmar uma sua proposta/imagem que não pode ser a simples soma de produtos que os concorrentes também têm, tem de saber afirmar uma sua proposta global. É no quadro dessa proposta que se devem inserir os «produtos» sejam eles provenientes da nossa riqueza patrimonial e natural, como da nossa História e Cultura, das nossas gentes, hábitos e costumes. Com as nossas diferenças e especificidades.

Isto vale também para as diferentes Regiões – Lisboa, Madeira, Porto, etc. – e desde logo para uma das regiões mais diferente e original – o Algarve.

ALGARVE

O Algarve tem, em primeiro lugar, de se afirmar pela sua imagem global – que é uma síntese quase impercetível e perfeita que resulta de vários fatores:

1. o seu território e a sua localização geográfica atlântico/mediterrânea; 2. uma conjugação única de características ambientais – Mar, Sol, Clima, Luz, Cor, Ar, Aménidade, Sabores, Odores; 3. uma natureza e paisagem diversificada entre interior e litoral, entre barlavento, centro e sotavento, mares, rios e rias; 4. uma História milenar, um cruzamento de civilizações, de raças e povos que resistiram e lutaram em terra e no mar, que geraram cultura, tradições e hábitos, boa disposição e afetividade sóbria.

É aqui que se enquadram a nossa Cultura e o nosso Património Cultural – os nossos monumentos, os nossos museus, as nossas Igrejas, castelos e fortalezas,

as nossas estações arqueológicas, a nossa arquitetura tradicional herdeira de diferentes culturas, a nossa gastronomia, as nossas cidades, vilas e aldeias, todas com história e personalidade.

É neste enquadramento que o Turismo tem de saber integrar na sua estratégia o contributo da Cultura da região, e a Cultura tem de se afirmar, não como mero produto instrumental ao serviço do Turismo, mas como vetor estruturante da própria estratégia sustentável de Turismo e da Economia do Algarve.

O TURISMO NO MUNDO VAI CONTINUAR A MUDAR

O Turismo vai crescer muito. Dos atuais 1100 milhões de turistas internacionais a nível mundial, teremos 1400 milhões em 2020, e 1800 milhões em 2030. Mas, ao contrário do que alguns distraídos pensam, os turistas «não vão andar por aí». Vão-se deslocar segundo «leis» que são inexoráveis: a OMT prevê que 80% dos turistas internacionais que em cada região/continente se deslocarem para destinos estrangeiros, escolherão o seu próprio continente. A Europa, onde 88% dos turistas estrangeiros serão europeus, vai continuar a ser o maior e mais competitivo destino turístico do mundo (com 750 milhões de turistas em 2030). Portugal faz parte dele.

Este quadro obriga Portugal, e em particular o Algarve, a preparar-se da melhor forma para a complexidade das batalhas que aí vêm; a definir o seu posicionamento estratégico; a afinar, qualificar, diversificar e diferenciar os seus produtos e a sua oferta; a apontar as suas prioridades de mercados e as linhas de intervenção na promoção.

Ainda mais, porque o Algarve viveu na última década um preocupante período de estagnação do Turismo. Um só dado: a região em 2014 registou 12,4 milhões de dormidas de estrangeiros, como atrás referimos, tendo crescido cerca de um milhão em relação a 2013, o que é muito positivo. Mas importa recordar que em 2001 já tinha registado um número superior de dormidas: 12,6 milhões. Um dado que não pode ser «esquecido».

Esta evolução impõe uma forte reflexão sobre as suas causas – que não está feita – e sobre o Turismo do Algarve e as propostas para o futuro. É redutor ficar-se pela «sazonalidade» e é insuficiente proclamar a necessidade de «novos produtos».

ALGARVE. TURISMO E CULTURA

O caminho é claro. O Algarve possui uma enorme riqueza Cultural e patrimonial. Para o Algarve é vital, é

imprescindível, que a Cultura, o Património cultural, as propostas e iniciativas culturais cresçam, se enriqueçam, se desenvolvam e encontrem o seu lugar - de forma autónoma - numa estratégia global integrada de desenvolvimento da região, em que o Turismo é o principal setor e o motor da Economia.

A experiência turística e os museus a Sul

Alexandra Gonçalves

INTRODUÇÃO

A discussão sobre os museus e o turismo parte da noção que existem novos paradigmas emergentes na sociedade, aos quais o museu não poderá ficar indiferente, sobretudo, como forma de potenciar a sua atracção junto do público turista, mas também pretende afirmar-se como equipamento ao dispor de uma sociedade de informação e de lazer. Consciente dos desafios desta relação procura-se demonstrar que existem benefícios claros resultantes de uma aproximação entre estas áreas.

As abordagens próximas do território e dos seus recursos tendem a constituir-se como um estímulo à diversidade cultural. Por sua vez, a proximidade espacial entre vários recursos turísticos, culturais e patrimoniais podem potenciar a constituição de *clusters* nas áreas do turismo e do lazer, afirmando-se como ofertas diferenciadoras dos destinos turísticos. Estas aglomerações de recursos também são boas oportunidades para a construção de economias nas operações destes espaços e equipamentos, que por sua vez, trazem ganhos de atractividade para o turismo.

Aalst e Boogaarts (2002) discutem como os *clusters* baseados nos museus se constituem como estratégias de sucesso e como quase todas as grandes cidades apostaram nos museus como forma de regeneração dos seus centros urbanos e de revitalização das suas economias. Estes autores introduzem a noção de “entertainment hub” e defendem que a concentração física dos museus e de outros equipamentos e atracções possuem vantagens: partilha de infra-estruturas; transportes públicos; acessibilidades; e maior

capacidade de resposta multi-funcional a diferentes audiências e necessidades (Aalst and Boogaarts, 2002). A constituição de redes, de itinerários, de rotas, tem em regra na sua base a resposta a uma dupla necessidade: a da valorização e preservação de património e de identidades locais; e a redução ou economia de recursos e de custos (nomeadamente, em termos de esforços de marketing).

Há evidências de que a cultura tem ganho uma dimensão estratégica e os museus, não raramente, contribuem pela promoção de actividades com grande potencial de atracção turística que estão na base de economias locais e regionais. Na actualidade, os turistas representam uma parte importante das visitas aos museus, tornando-se, em alguns casos, uma percentagem expressiva do seu público. O reconhecimento da importância da sustentabilidade cultural já foi apreendido pelo turismo cultural e os agentes do turismo estão hoje conscientes que o futuro da indústria turística depende da protecção e preservação dos recursos ambientais, patrimoniais e culturais de cada região.

Outros pressupostos principais da abordagem que aqui se desenvolve têm que ver com:

1. Os paradigmas do turismo alteraram-se e uma orientação para o produto está a dar lugar a um turismo baseado na experiência.
2. As fronteiras entre os diferentes tipos de cultura e de património estão a desaparecer.
3. Existe uma crescente dificuldade em separar o turismo de outras práticas sociais e culturais.

As principais tendências de investigação associadas a estas questões apresentam um proliferar de textos e de trabalhos sobre a experiência do visitante no museu, sobre a museologia multissensorial e sobre o trabalho em parceria, como formas privilegiadas para o museu encontrar estratégias de resposta às necessidades e às mudanças da sociedade. Entre as temáticas mais emergentes encontram-se os seguintes temas: *Repensar o museu* – novos modelos de gestão; Estudos de visitantes: o perfil do visitante; Desenvolvimento de novas audiências; Procuras Latentes e Não-públicas; Experiência no Museu: aprendizagem *versus* entretenimento; autenticidade *versus* encenação; interactividade *versus* passividade; Qualidade da visita e satisfação do visitante; outros temas mais recentes incluem: marketing dos museus; programas educativos para adultos; programas para famílias; gestão centrada

no visitante; aprendizagem “experencial”, museologia multissensorial; e trabalho em rede.

O museu emerge então como um equipamento ao dispor do turista e do excursionista¹ e como espaço privilegiado de representação da cultura e da identidade de um território, ou de uma comunidade. A discussão da temática “museus, turismo e experiência turística” é a problemática central da investigação de Doutoramento com o tema: “A cultura material, a musealização e o turismo: a valorização da experiência turística nos museus nacionais.”.

1. TURISMO, MUSEUS E A EXPERIÊNCIA TURÍSTICA

A proposta de estudo da experiência turística nos museus resulta do interesse em verificar quais as necessidades e as motivações do turista e do excursionista na visitação a este espaço, bem como, em conhecer a caracterização que fazem dessas experiências e quais as suas condicionantes. O estudo da “experiência turística e cultural” resulta igualmente da crescente valorização atribuída à “economia das experiências”, ao “marketing experiencial” e às “indústrias criativas” como temas actuais que anunciam um “novo olhar” sobre o turismo.

No decurso da proposta de trabalho, determinou-se como problema de investigação: Que factores contribuem para a valorização da experiência turística nos museus nacionais? Mais do que responder à questão – Quem são os visitantes dos museus, procurou-se conhecer o tipo de experiência e as determinantes dessa experiência a que atribuem maior valor no contexto de visita ao museu (social, pessoal ou física, de acordo com a proposta de Falk e Dierking, 1992 e 2000).

A metodologia utilizou quer técnicas qualitativas, quer técnicas quantitativas para a análise dos dados recolhidos. A informação primária recolhida baseou-se na aplicação de uma “triangulação de métodos” (entrevista exploratória semi-estruturada aos responsáveis pelos 32 museus envolvidos na investigação², questionário técnico aos mesmos museus, observação participante, debate/ mesa redonda e questionário ao visitante dos museus). As técnicas referidas foram testadas de forma faseada e sequencial, tendo em vista a recolha de informação complementar e uma abordagem do geral para o particular.

¹ Excursionista diz respeito ao visitante não residente que permanece por um período inferior a 24 horas (não pernoita no local) e pode ser nacional ou estrangeiro.

² Incluiu todos os museus da Rede Portuguesa de Museus a Sul de Lisboa à data, bem como os da cidade de Lisboa, pelo que abrange museus sob tutela da administração central, museus municipais, museus de fundações, museu da misericórdia, museu privado; garantindo diversidade na amostra em termos de propriedade e do tipo de colecção e localização – meio urbano, meio litoral e meio interior.

À abordagem centrada na experiência turística acrescenta-se o argumento que a qualidade dos serviços e dos produtos já não é questionável, mas o que é relevante é coleccionar experiências únicas e memoráveis (Morgan et al, 2008; Pine e Gilmore, 1999; Schmitt, 1999). Os indivíduos colecionam experiências que devem ser únicas e memoráveis. Haahti e Komppula (2006) salientam a diversidade do tipo de experiências e da sua duração, e Pine e Gilmore (1999) propõem que a experiência seja tematizada, inclua mensagens positivas, combine memórias e envolva todos os sentidos.

Tal como a sociedade, o museu evoluiu e modificou-se, sobretudo de três formas principais: o museu passou a preocupar-se não só com o objecto, mas também com a representação do passado, pelo que, teve lugar um alargamento do que vale a pena preservar; teve lugar uma mutação da natureza do museu – “os museus vivos” substituem os “museus mortos”; museus fechados, substituem os museus ao ar livre; alteração da relação do museu com outras instituições sociais – os museus estão a tornar-se mais sociais e comerciais (integram cafés, livrarias e restaurantes; possuem dias abertos; alugam colecções e organizam eventos) (Garcia, 2003; Martos e Santos, 2004; Paris, 2006; Weil, 2004). Em 2005, na sua proposta de um “museu envolvente” (*The Engaging Museum*), Graham Black incluía o museu como atracção turística entre as 16 características e expectativas para o museu do século XXI.

Será de referir que apesar das evidências na altura demonstrarem que não se encontrava consolidada a relação entre os museus e o turismo, o pensamento entre estas duas áreas, desde longa data que vem sendo estruturado pelos organismos internacionais, bastará analisar a documentação internacional produzida no âmbito do *International Council of Museums*, do *International Council of Monuments and Sites*, da UNESCO e até da Organização Mundial de Turismo. A “Carta Internacional do Turismo Cultural” de 1976 (ICOMOS), sendo uma proposta de aproximação entre o turismo e os museus mais recente – *Charter of Principles for Museums and Cultural Tourism* (Trujillo, Peru; ICOM, 2000).

Num primeiro momento os esforços de aproximação entre estas duas áreas tinham um carácter assumidamente de preservação dos recursos culturais e patrimoniais, mas hoje assiste-se a uma aliança estratégica que inclui trabalho em rede e planeamento integrado para o desenvolvimento do turismo cultural

e de novas oportunidades de lazer, mas também como bandeira diferenciadora e identitária dos locais, num mundo cada vez mais global.

O turismo emerge como oportunidade também porque: “Os gestores culturais com frequência possuem aptidões criativas que podem ser usadas para inovar a experiência turística, enquanto os gestores turísticos podem trazer as aptidões de economia e de marketing que são essenciais para tornar o produto viável.”³ (Richards e Wilson, 2006:1221). Uma gestão baseada na experiência pode acrescentar valor à oferta e uma orientação neste sentido representa a necessidade de conhecer as expectativas e as necessidades de quem visita os museus, mas também os atributos que lhes dão resposta (Quan e Wang, 2004); e tal como afirma M. Morgan: “As estratégias competitivas têm que se basear nas experiências oferecidas e não apenas na qualidade dos equipamentos e infra-estruturas⁴.” (Morgan et al., 2008: 18). Esta atitude apresenta novos desafios para os responsáveis dos museus: “Melhorar a experiência de visita ao museu envolve ir para além da tradicional ênfase dada aos objectos e às colecções e ainda da ênfase dos anos recentes na informação e na educação. Gerar experiências envolve actividades em que os visitantes possam participar activamente e em que possam utilizar uma percepção sensorial intensiva, combinando visão, som e movimento, ambientes em que os visitantes possam imergir mais do que comportar-se como meros espectadores, fora do estímulo usual e com efeitos capazes de tornar as visitas aos museus únicas e memoráveis.”⁵ (Kotler e Kotler, 2004: 173).

Em 1995, um dos trabalhos de investigação de âmbito internacional que estabelece a relação entre os museus e o turismo, apontava conclusões que caracterizavam estes 2 mundos como afastados e conflituantes: o mundo dos museus obedece a regras diferentes; funciona com base em leis científicas, por taxionomias e com base em períodos; os objectos tendem a ser todos semelhantes para o público não-especialista; a comunicação é do tipo convencional e espera-se que cada visitante tenha um papel passivo; é um mito que os visitantes vêm ao museu para obter ganhos de conhecimento, apesar de o afirmarem; a

³ Texto original: “Cultural managers often have essential creative skills which can be used to innovate the tourism experience, while tourism managers can bring the economic and marketing skills that are essential to make the product viable.” (Richards e Wilson, 2006:1221).

⁴ Tradução livre da autora.

⁵ Tradução livre da autora.

visita ao museu é sobretudo uma oportunidade de interacção social; os curadores privilegiam a palavra e a escrita como forma de comunicar as ideias, quando a aprendizagem é crescentemente colocada no visual; os serviços são uma área pouco valorizada no museu; a visita ao museu ocorre em momento de lazer, contudo, o ambiente gerado em torno da visita ao museu é de stress, associando-a a um ambiente de aprendizagem, intimidando o visitante que procura lazer (Schouten, 1995). Benediktsson num outro trabalho identifica 6 formas principais de inter-relação entre os museus e o turismo (que foram utilizadas como base de análise para as entrevistas exploratórias): Cooperação total; Inter-relação em desenvolvimento; Existência paralela/Ignorância harmoniosa; Incómodo moderado; Emergência do conflito; Conflito (Benediktsson, 2004).

Globalmente, pode-se afirmar com base nas entrevistas recolhidas na investigação de campo, que a percepção é de “inter-relação” em desenvolvimento, com alguns pontos de incómodo moderado, sobretudo pela má compreensão do papel dos agentes do turismo como mediadores culturais ao serviço do público-turista.

O museu tem conhecido diferentes abordagens ao longo dos séculos: de templo de saber, a serviço público, a instrumento educativo, a espaço comercial, a equipamento de lazer; e a sua função social tem-se alterado. O museu é tudo isto e muito mais, tal como Robert Janes e Richard Sandell afirmam, é um mundo complexo, mas em que o que interessa não é sobre o que é, mas para quem é (utilizando referência ao texto de Stephen Weil, 1999, “From Being about Something to Being for Somebody”, sobre a transformação do museu Norte Americano).

Uma questão que ficou explícita ao longo da investigação prende-se com o processo de valorização patrimonial, que para os agentes culturais e patrimoniais, termina no momento da abertura do espaço ao público e circunscreve-se ao espaço em si – dentro de portas do museu – verificando-se alguma dificuldade destes interlocutores em perspectivar uma revalorização contínua ou uma valorização integradora de outros contextos, ou de outros recursos “fora de portas”.

Recorrendo à abordagem de Zahava Doering (2007), que identifica três tipos de visitantes, procurou-se perceber qual era, no conjunto dos museus estudados, a abordagem predominante face ao visitante turista e excursionista: a de *Estranho*; de *Hóspede*; ou de *Cliente*;

a estas três categorias acrescentaria uma quarta, que é a do visitante “convidado” e “participante”, que resulta das propostas da economia da experiência (Pine e Gilmore, 1999) e do marketing experiencial (Schmitt, 1999), que entendem o visitante como um co-produtor na experiência final, pelo que, no centro da experiência turística. Os resultados parecem apontar, nalguns casos para um visitante perspectivado como um “Hóspede”, sobretudo no que concerne à comunidade local e aos grupos escolares, mas o turista é em grande parte dos casos “um estranho”.

O museu oferece uma grande diversidade de emoções e de conhecimento, mas em regra a sua visita ocorre em tempo de lazer, o que muitas vezes se esquece ao visualizar a experiência museológica como puro instrumento educacional (Falk e Dierking, 1998; Hein, 1997; Hooper-Greenhill, 2006). Sabe-se hoje que existem vários graus de conhecimento dos públicos em relação ao que estão a ver, assim como, diferentes graus de intensidade de motivação para a cultura. As pessoas chegam ao museu com diferentes necessidades de informação, mas o turista tem necessidades específicas que o diferenciam do visitante geral (Doering, 2007; Kotler e Kotler, 2004; Falk e Dierking, 2000; Goulding, 2000).

O entretenimento é apontado como uma parte da experiência, mas não representa a totalidade. Têm emergido novos conceitos associados às experiências que combinam o entretenimento com outras dimensões, entre os quais o de “Edutainment”, actividades que combinam o aspecto educativo com o entretenimento (Okan, 2003; Pine e Gilmore, 1999; Schmitt, 1999).

Aqueles dois consultores – Pine e Gilmore – chegam à conclusão que as pessoas falam sobretudo de experiências, pelo que propõem uma abordagem centrada na criação de experiências e que só depois se verifique quais os produtos e serviços que dão resposta a essas experiências. Os tipos de experiências que propõem centram-se em quatro grandes dimensões: Entretenimento; Educação; Estética; e Escape; mas possuem forças em comum, pois a próactividade, ou a participação do indivíduo, pode ser mais ou menos intensa.

Um dos primeiros autores a introduzir a discussão da experiência memorável na relação com o turismo e o património foi Moscardo, que na sua análise determina que a interacção e o sentimento de controlo da experiência são factores importantes para o visitante,

e diferencia a experiência em dois tipos: “Mindful” e “Mindless” (Moscardo, 1996). Para que uma experiência seja memorável entre os princípios fundamentais a que deve responder encontram-se: o tema tem que ser consistente e repetir-se ao longo de toda a experiência; o tema deve integrar elementos positivos e uma simbologia de fácil percepção; os elementos negativos ou outro tipo de distrações - visuais ou auditivas – devem ser eliminados; o produtor ou o fornecedor da experiência deve proporcionar ao visitante a oportunidade de comprar algo que leve para casa (*souvenir* ou algo que confira tangibilidade à experiência); a experiência deve ser multisensorial (Pine e Gilmore, 1999). Mike Morgan diz-nos que: “Para que seja verdadeiramente efectiva, todavia, a experiência deve ser mais do que transitória, oferecendo a oportunidade de ‘transformação’ através da aquisição de novas competências e de novo conhecimento, ou através da melhoria da auto-confiança e da auto-imagem.”⁶ (Morgan, 2006:306) e sugere que isto pode ser conseguido se a ênfase for colocada nos aspectos emotivos, na realização de sonhos, e se se procurar dar resposta a aspirações e desejos (em vez de responder a necessidades): o visitante tem que ser visto como um participante activo e devem ser criadas oportunidades de interacção entre o pessoal e o indivíduo. O lugar, a envolvente e o *design* são elementos a avaliar (Morgan, 2006).

O visitante-turista (nacional e estrangeiro) demonstra em regra um bom conhecimento em relação ao que está a ver e é um veículo de promoção do interesse na visitação destes locais. A fruição destes espaços não pode ser só vista na perspectiva económica, mas também cultural e social, pois transmitem e assimilam conhecimento. Em regra, os agentes do turismo centram o seu discurso na questão económica, pois é a forma mais fácil de convencer sobretudo os responsáveis políticos, mas na verdade existem outras dimensões desta realidade. Um conhecimento mais aprofundado dos públicos poderá encontrar propostas de visita diferenciadas para os principais segmentos do museu, identificar formas de desenvolvimento e de captação das audiências, que ainda não estão presentes nos museus.

O museu que pretenda ir ao encontro dos seus visitantes tem que integrar um processo dinâmico na sua forma de gestão, o que pressupõe pró-actividade, pré-planeamento e reactividade (adaptação às necessidades,

⁶ Tradução livre da autora.

capacidades e preferências do consumidor). Assim, o conceito (a ideia que o visitante tem em relação ao museu e à visita) e o sistema (os recursos internos e externos ao dispor do museu) podem ser os mesmos, mas as actividades propostas a diferentes visitantes podem variar de acordo com a experiência desejada (módulos) (Haahti e Komppula, 2006).

Uma conclusão principal diz respeito à adopção de uma abordagem de marketing na relação da gestão do museu com o exterior, e de uma abordagem de gestão estratégica interna no museu que se pretenda posicionar como orientado para o visitante, procurando a conciliação das propostas de Kotler e Kotler (2004), com aquelas de Reussner (2004) (com um exemplo prático em curso na Fundação de Serralves, explicitado por Odete Patrício, na *museologia.pt*, n.º 2, de 2008, pp. 213-227). O marketing é no presente uma necessidade dos museus, para a sua continuidade e para a sua sustentabilidade (Rentschler, 2007). A realidade em que os museus coexistem hoje é diferente.

Por sua vez, um modelo de gestão estratégica pressupõe sempre o desenvolvimento de pesquisa e investigação sobre as audiências do museu (incluindo estudos de visitantes e de não-visitantes), pois a investigação fornece informação que pode conduzir a mudanças nas orientações estratégicas definidas (Reussner, 2003). A grande questão que se parece evidenciar nos museus é efectivamente um problema de gestão, que não tem que ver com quem gere, mas com o que se gere e para quem se gere? E nesta perspectiva, o turista emerge como um estranho, como uma “não prioridade”, e em poucos casos foi reconhecido como um “cliente” ou “convidado” (Doering, 2007). Mas do outro lado desta relação estão também os agentes do turismo, onde parece existir um grande desconhecimento em relação ao trabalho dos museus e à sua programação, sem que os incluam em novas ofertas de produtos ou sem que procurem uma maior cumplicidade na cooperação tendo em vista a criação de valor associado às actividades que desenvolvem para o turista.

1.1 Apontamentos, resultados e recomendações sobre os museus e o turismo

O momento internacional que se vive, de grande incerteza económica e financeira, deve ser encarado como uma oportunidade para os museus e para o turismo, que numa concertação de esforços se

deverão reinventar mutuamente, promovendo uma programação que veja o visitante como participante, e em que a escalas geográficas de proximidade devem ser privilegiadas num primeiro patamar, mas também almejar ao desenvolvimento de audiências de âmbito regional (excursionismo, com enfoque privilegiado em programas de “city break” e “touring” cultural e paisagístico) e de âmbito nacional (turista nacional). No entanto, a observação da realidade museológica existente revela alguns obstáculos para um estreitamento desta relação.

Para além de se questionar as missões e os objectivos propostos para cada museu, deve ser colocada a questão de quem são as suas audiências, e para quem querem trabalhar. Depois de tomada esta decisão é que se deve desenvolver todo o planeamento da acção do museu, ponderando os efeitos destas tomadas de decisão sobre as estruturas do museu, as qualificações do pessoal ao serviço, os recursos e os meios ao dispor, e a sua envolvente (institucional, política, económica). Desta forma, impõe-se como uma necessidade dos museus, repensar a relação com os seus visitantes (Doering, 2007). Se o objectivo destes espaços for determinado como o aumento da participação cultural, a estratégia deve preocupar-se não só em aumentar os visitantes, mas também em diversificá-los (Reussner, 2003).

Em Portugal, foi com o trabalho conjunto do Observatório das Actividades Culturais e do Instituto Português de Museus que se deu início a um estudo objectivo e profundo do panorama museológico português entre 2000 e 2003, recentemente publicado (Lima dos Santos e Oleiro, 2005) e que tem vindo a ser actualizado (Soares Neves e Alves dos Santos, 2006). À data foram identificados 680 registos de museus, tendo sido recolhidas 530 respostas válidas na investigação. Este primeiro estudo resultou na assinatura de um protocolo conjunto (Instituto Nacional de Estatística, Instituto Português de Museus e Observatório das Actividades Culturais), para a criação de uma Base de Dados dos Museus (Soares Neves e Alves dos Santos, 2006).

Em face dos dados disponíveis, o número de museus a funcionar em 31 de Dezembro de 2005 era de 1.018, o que representa um acréscimo de 40% em relação a 1999. Salienta-se uma tendência crescente para a apresentação de novos projectos de criação de museus, tendo sido identificados 326 em 2005

(o que representa 153% de crescimento em relação aos números de 2000), sendo a administração local a grande responsável por estes novos projectos, e pela declaração de intenções de criação de mais museus (Soares Neves e Alves dos Santos, 2006).

Os vários estudos consultados referem que um número cada vez maior de entidades museológicas procedem ao registo do seu número de visitantes anuais, contudo, em face da disparidade do número de museus que anualmente respondem ao INE, é difícil estabelecer uma evolução das entradas de visitantes nos museus portugueses, apontando a análise do Observatório das Actividades Culturais e do Instituto Português de Museus publicada em 2005 para uma evolução positiva entre 2000 e 2002 (em 2002, cerca de 13.609 milhões de visitantes, dos quais cerca de 16,5% visitantes escolares) (Lima dos Santos e Oleiro, 2005). Dos cerca de 1000 “museus” existentes em Portugal, (que incluem colecções visitáveis, monumentos, sítios ou até outras situações) apenas 119 museus integram a Rede Portuguesa dos Museus (RPM). Neste momento a RPM⁷ tem em processo de avaliação a credenciação de 53 museus (na sua maioria de tutela municipal), sendo que a RPM passou a integrar os Palácios Nacionais no seu âmbito, pelo que à data desta publicação integra um total de 125 museus e palácios.

Numa análise dos visitantes nos museus do IMC nos últimos 12 anos verifica-se alguma oscilação nos resultados anuais. O ano de 2004 foi o pior ano em termos de números de visitantes nos últimos 12 anos (918,208 visitantes), retomando em 2006 a tendência de subida da procura nos museus da tutela. No ano de 2008 assiste-se a um ligeiro decréscimo face aos números do ano anterior (1.243.051 visitantes em 2007 e 1.218.718 em 2008, o que representa -2%) (IMC, 1997-2009). Se pensarmos que em 1996, segundo dados do INE, Portugal recebeu 9.730,2 milhões de turistas residentes no estrangeiro, e em 2007 esse número ascendeu a 12.320,8 milhões de turistas residentes no estrangeiro (e 11.411,4 excursionistas), sendo que 18% a 20% dos visitantes dos museus são grupos escolares, é fácil perceber que muitos destes turistas e excursionistas não visitam qualquer museu nas suas deslocações (INE, 2008).

No conjunto dos 12 anos, o total de visitantes apresenta uma variação relativa positiva de 13,8%,

⁷ A Lei-quadro dos museus (2006) instituiu o processo de credenciação para o reconhecimento da qualidade técnica do museu (Artigo 110º), quanto à adesão à RPM é voluntária e pressupõe a resposta a um processo de candidatura, de acordo com o Despacho Normativo n.º3/2006 de 25 de Janeiro.

mas que 2008 conheceu uma redução no número de visitantes, que estará associada à quebra generalizada no número de visitantes no mês de Maio de 2008 (-8% que em 2007). A partir da análise de conjunto dos números de visitantes dos museus do IMC entre 1997 e 2009, também merece reflexão o comportamento dos números no mês de Maio – mês do “Dia internacional dos Museus” e da “Noite dos Museus” – e do mês de Agosto, que sendo os meses que conseguem reunir maior número de visitantes, apresentam um comportamento muito estável ao longo dos anos, registando pequenas flutuações. Os meses de Janeiro e de Dezembro foram quase sempre, ao longo destes 12 anos, os meses de menor afluência de visitantes (IMC, 1997-2009).

Estes são os resultados do IMC, mas não se conhecem os do conjunto dos museus da RPM. A análise do Instituto Nacional de Estatística aponta para um número de grupos escolares equilibrado entre 2000 e 2006 (variando estes grupos entre 18 e 20% dos visitantes totais; e registando em 2006, para os 291 museus que responderam ao inquérito, um total de 10,3 milhões de visitantes, 17% dos quais visitas escolares) (INE, 2001-2008). Se é verdade que um aumento dos números de visitantes não tem que estar associado a uma diversidade dos públicos, também é verdade que não existem outros indicadores disponíveis que possibilitem comparabilidade de resultados ou outro tipo de análise.

Nos museus do IMC em 2007, o número de visitantes estrangeiros representou 37% do total dos seus visitantes, registando-se 783.780 mil visitantes nacionais (63%) (IMC, 2008). Ao analisar o gráfico evolutivo – Fig.1 – constata-se que já existiu um maior equilíbrio entre os visitantes estrangeiros e

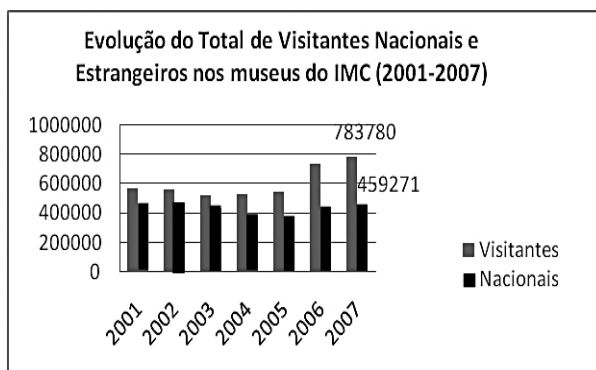


Figura 1 Gráfico da evolução dos visitantes estrangeiros e nacionais nos museus do IMC (2001-2007) - Fonte: IMC, 2000-2008

nacionais nestes museus, tendo o aumento do total de visitantes nos últimos anos acontecido por via de um crescimento nos números dos visitantes nacionais. Em 2003, os visitantes estrangeiros representaram 45,4% dos visitantes totais dos museus do IMC (IMC, 2008). Outra análise possível é a da quase estabilidade no número de visitantes estrangeiros ao longo dos sete anos analisados, com quebras em 2003 e 2004, mas registando em 2007 um número de visitantes estrangeiros muito próximo daquele do início do século.

Passando da análise dos números de visitantes para o contexto de visita ao museu, refira-se que se verificou que, de uma forma geral, a interpretação e a comunicação com o visitante do museu encontram-se muito centradas nas folhas de sala, na legendagem e nos painéis interpretativos. Em muitos casos assiste-se à necessidade na renovação de brochuras e a uma fraca edição de catálogos sobre as exposições.

Outra questão interessante foi a percepção que um conjunto elevado de aspectos materiais que surgem em toda a bibliografia de referência de avaliação dos serviços dos museus mas que, pelo facto de não existirem disponíveis de uma maneira generalizada nos museus portugueses, geraram um elevado número de não respostas nesses itens (a interpretação multi-sensorial ou as formas de apresentação da colecção e dos objectos mais interactivas). O marketing nestes museus tem-se restringido a acções de promoção e difusão, ainda que possam estar a emergir novos olhares sobre os instrumentos e técnicas que o marketing disponibiliza.

Identificaram-se os seguintes factores positivos e negativos relativos aos museus portugueses a partir dos estudos disponíveis sobre as práticas de lazer e culturais dos portugueses, mas também do trabalho desenvolvido⁸:

Os museus devem repensar a sua relação com os seus visitantes; é necessário que o museu se envolva com os visitantes, em relações profundas, com significado, que também tragam valor para os museus e para a sua actividade. Mas não só com os visitantes tem que ser repensadas as suas relações, mas também com

⁸ Para os resultados que se apresentam, serviu de base a análise da informação secundária recolhida e parte do trabalho empírico desenvolvido no âmbito das entrevistas e da mesa redonda "Diálogos entre Museus e Turismo" (21 de Maio de 2008) e da observação participante promovida, no âmbito das visitas efectuadas aos museus, mas também as conversas informais conduzidas com especialistas dos domínios dos museus e do turismo.

Factores Negativos	Factores Positivos
<ul style="list-style-type: none"> - Estudos sobre as práticas culturais dos portugueses demonstram que a visita a museus é uma das práticas de lazer com menor frequência. - Elevado peso da tutela pública: 60% dos museus pertencem à administração pública e nestes 40% são da administração local. - Ausência de visão estratégica, que se confunde com a missão do museu enquanto instituição cultural e social. - Enquadramento legal visto como entrave à inovação, sobretudo ao nível das carreiras. - Perda da especificidade das colecções pela integração de acervos com dificuldades de definição do seu corpo predominante (derivado sobretudo do alargamento do conceito de património). - Ausência de estratégia de comunicação e de promoção (recursos que surgem enquadrados como despesa onde retraem investimento em tempos difíceis). - Ausência de hábitos de monitorização e de avaliação das acções e dos projectos desenvolvidos (excepção introdução da CAF no Museu do Trabalho em Setúbal). - Insuficiente abordagem centrada no visitante; a satisfação é encontrada (ou procurada) pelo indivíduo partindo-se do pressuposto que é inerente às motivações de visita ao museu. - Insuficiência de recursos informáticos. - Cerca de 52% dos museus nacionais não possuem serviço educativo organizado (num total de 591 museus em 2002). - As formas de comunicação do museu com diferentes públicos são deficitárias. Muitos não possuem serviço de acolhimento ou até folheto desdobrável. - As visitas guiadas exigem em quase todos uma reserva antecipada e são sobretudo para públicos escolares. - Ausência de uma visão integrada para os serviços de apoio ao visitante no museu. - Aumento do número de museus fechados que se atribuem a: mau estado das infra-estruturas; desaparecimento da tutela; processos de reorganização do sector dos museus por parte das tutelas (fusões de unidades museológicas, alterações das funções do espaço até então consagrado à colecção, redistribuição dos acervos, entre outros). - Alguma dificuldade em garantir de forma continuada os requisitos exigidos pelo processo de qualificação como museu, pela <i>Lei-quadro dos Museus Portugueses</i> (nos museus municipais). - Falta de propostas integradoras de outros agentes ou equipamentos locais e regionais (podem ser propostas conjuntas de programação ou de visitação). - No caso específico do visitante estrangeiro assiste-se em número elevado de situações a quase um evitar de contacto, que se percebeu estar muito associado às barreiras linguísticas e à falta de competências neste domínio, mas também nas áreas de atendimento, prestação de serviços e apoio ao visitante. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tendência crescente para a apresentação de novos projectos de criação de museus. - Criação da Rede Portuguesa de Museus/Inquérito aos Museus/Base de dados dos Museus. - Esforço de requalificação museológica. - Redução do número de concelhos sem museu e esbatimento da predominância geográfica dos museus na Região de Lisboa e Vale do Tejo. - Exposições temporárias surgem como oportunidades de captação e alargamento de públicos, e como instrumento de promoção. - Crescente interesse pela museologia e museografia. - Projectos de investigação que reúnem parcerias interessantes: OAC, INE, IPM. - Novos eventos: Comemorações do “Dia Internacional dos Museus” e “Noite dos Museus” tem vindo a funcionar com grande êxito. - Roteiro dos Museus (120 museus da RPM). - Algumas oportunidades para o sector podem resultar da dinâmica de crescimento dos museus. - Nova <i>Lei Quadro dos Museus</i> e regime de credenciação pela Rede Portuguesa de Museus tornam mais rigorosas as condições de funcionamento e qualificação dos museus portugueses (existentes e novos). - Novas oportunidades de desenvolvimento de audiência a ser testadas – sobretudo através de eventos: “5as à noite no museu” (iniciativa inaugurada em 2008 pelo IMC). - Introdução recente da possibilidade de gestão directa nas receitas de acções educativas, cedência de espaços ou mecenato, para actividades do museu pelos directores dos museus do IMC. - Iniciativas de formação para os agentes do turismo: cursos promovidos pela Gulbenkian para os Guias intérpretes e profissionais do turismo em torno das suas colecções.

Quadro 1 *Factores negativos e positivos da análise secundária dos museus portugueses* Fonte: Autora, 2009 (a partir de; Fortuna, 1995 e 2000; Garcia, 2003; Lima dos Santos e Oleiro, 2005; Novais, 1997; Santos, 2008; Serra, 2007; Soares Neves e Alves dos Santos, 2001 e 2006). Fonte: Autora, 2009 (a partir de; Fortuna, 1995 e 2000; Garcia, 2003; Lima dos Santos e Oleiro, 2005; Novais, 1997; Santos, 2008; Serra, 2007; Soares Neves e Alves dos Santos, 2001 e 2006).

a sociedade em geral. O museu sozinho não sobrevive, e o trabalho em rede dos museus é tão importante quanto a cooperação com outras entidades, como é o caso do turismo. Um maior diálogo e cooperação entre estes dois sectores – museus e turismo – traz benefícios para o desenvolvimento de estratégias associadas ao turismo cultural.

As actividades comerciais são com frequência encaradas de uma forma negativa pelos responsáveis dos museus, perdurando um sentimento de “venda” do “produto” museológico. A discussão entre o museu como espaço cultural e educativo e o museu como espaço de diversão permanece como questão envolta de alguma conflitualidade. Assume-se largamente uma gestão orientada para uma audiência dos museus de um só tipo, quando temos vários públicos no museu, com motivações diferenciadas e à procura de experiências diferentes. A localização, o horário, os espaços na internet, a comunicação, a mediação, a interpretação, a política de preços, a sinalética direccionada até chegar ao local, os serviços complementares no museu, a programação, são alguns dos aspectos que merecem reflexão na investigação associada a este trabalho.

Todavia, a dimensão económica tem vindo a assumir uma importância crescente nas tomadas de decisão dos museus e dos seus responsáveis. Aos curadores e gestores da actualidade exigem-se novas competências que incluem: gestão e análise de projectos; gestão financeira; gestão da informação; que deverão integrar propostas continuadas de formação com vista ao desenvolvimento profissional destas competências (Boylan, 2006; Semedo, 2003 e 2004; entre outros). Existem vários meios disponíveis que possibilitam conciliar a acção dos museus, com a sobrevivência financeira e uma melhor resposta às necessidades dos seus visitantes, mas os museus parecem trabalhar excessivamente de forma isolada. A produção de eventos e a introdução de novas tecnologias são as formas mais utilizadas para a integração das novas atitudes na sua gestão. Schuster propõe um modelo de gestão híbrido, isto é, a integração de um modelo misto de responsabilidades entre o sector público e o sector privado, encontrando cada museu, o modelo mais adequado à sua realidade. Francine Lelièvre, Directora do Museu de Arqueologia e História de Montreal, enuncia como medidas para encontrar novos modelos de financiamento: ajustamentos na política de preços do museu; desenvolvimento de actividades comerciais;

desenvolvimento de produtos derivados (reproduções, *posters*, postais, CD-Rom, publicações); introdução de novas fontes de receitas (restaurantes, aluguer de salas, espectáculos); inserção em redes (redes de partilha de recursos, de investigação, de promoção e de marketing), que podem ser exclusivas de museus ou integrar outros equipamentos e agentes, como os do turismo; parcerias entre empresas e museus (patrocínios de exposições, acções de promoção conjuntas); acções mecenáticas (promover a divulgação do mecenato em Portugal é essencial) (Lelièvre, 1996).

No trabalho que se desenvolveu ilustram-se e sistematizam-se práticas e iniciativas introduzidas na reorganização dos museus e na sua aproximação ao turismo (alguns exemplos: o “Programa para a Qualificação dos Museus para o Turismo” do Governo Brasileiro, 2008; a rede de promoção e marketing dos museus da *North East Regional Hub*, 2003; o programa de promoção e desenvolvimento do turismo cultural da cidade de Washington sob o slogan: “Warm up to a museum”, 2007; mas também o grupo informal de reflexão e acção museológica que dá pelo nome de “Rede Regional de Museus do Algarve”, criado em 2007).

A monitorização dos visitantes nos museus é uma das medidas mais implementadas a nível internacional e para o conhecimento dos seus públicos, mas também a adopção do modelo de experiência interactiva (*Interactive Experience Model*), que pressupõe cuidados acrescidos com elementos como o contexto físico – espaços para descansar/sentar; legendagem e percurso (itinerário) (Falk e Dierking, 1992) são propostas a considerar.

Reconhece-se a necessidade de introdução de melhorias contínuas nos aspectos materiais do museu e da sua exposição. Apesar de se afirmar que se verificou uma diversificação das audiências dos museus, parece continuar a assistir-se, a um crescente número de pessoas que não vão a museus. Os museus competem hoje com outras ofertas de lazer para manter os seus visitantes e devem desenvolver esforços junto da comunidade sem hábitos de visita ao museu. Por exemplo, os programas para a comunidade são sobretudo programas inclusivos, dirigidos a grupos da comunidade com problemas de exclusão social e a grupos minoritários. Outros incluem a comunidade e, maioritariamente, os jovens e os idosos. No oposto aparecem os eventos de carácter mais mediático e com um posicionamento generalista.

Nas áreas principais de relação entre os museus e o turismo identificaram-se: a localização (e acessibilidade); a sinalética direccional; o horário; a política de preços; o espólio; a comunicação, a mediação e a interpretação; o modelo de gestão; a cooperação; e a comunidade. A nossa sugestão em relação a estes domínios é que exista uma relação de cooperação interdepartamental, o que significa a definição de estratégias conjuntas ou até a reorganização de serviços que tenham a ver com marketing e comunicação, programação educativa e pedagógica, e estudos de visitantes (internacionalmente, em alguns museus assiste-se a uma fusão de serviços e departamentos nestas áreas, integrando-se estes serviços num só departamento designado por *Visitor Services*).

Em geral estes aspectos são pouco valorizados nos museus estudados, baseando-se os percursos em propostas unificadoras de visita, ou pelo contrário, deixando o percurso ao livre arbítrio do visitante. A investigação desenvolvida também se deparou com uma informação apresentada de forma pouco apelativa e muito baseada na visão e em alguns casos na audição, sem que exista a introdução efectiva da interactividade ou de oportunidades de apelo multissensorial. Ressalve-se que existe uma grande disparidade de casos observados. Por exemplo, as visitas guiadas são pouco utilizadas como forma de interacção social e de diferenciação das propostas de visita ao museu, apesar de terem um grande potencial de flexibilização.

A monitorização e a investigação sobre as audiências dos museus são necessidades prementes, pois a investigação fornece informação que pode ser essencial para a introdução de novas orientações estratégicas na gestão dos museus (veja-se o caso do *Visitor Attractions Monitor*, criado em 1999 na Escócia, Lennon e Graham, 2001). O estado da investigação associada aos chamados “visitor studies” em Portugal revelou-se um constrangimento a esta reflexão e infelizmente nem sempre o apoio inicialmente demonstrado à proposta de investigação se concretizou nas fases posteriores da investigação de campo.

O turismo pode dar contributos válidos para a captação de novos públicos, para a valorização das identidades locais, para o financiamento de novos projectos museológicos e actividades, bem como, para as actividades de conservação e restauro, mas também para a revitalização de actividades tradicionais, para a competitividade e a afirmação dos destinos turísticos,

para a interacção, experimentação e transformação interpessoal e, por último, para a formação de comunidades próximas dos seus recursos e dos seus territórios. A partilha de conhecimento entre os museus e o turismo é um elemento crucial para estabelecer a confiança e a compreensão entre os dois sectores. As redes e as parceiras emergem como formas privilegiadas de relacionar os recursos e os equipamentos de um território de forma a conceber propostas inovadoras e atractivas para diferentes públicos.

CONCLUSÃO

Esta análise empírica reveste-se de um âmbito geral sobre a temática. Os resultados e a reflexão desenvolvida apontarão algumas propostas de valorização e estreitamento da relação que se estabelece entre os museus e o turismo em Portugal¹.

As sociedades – tal como todos nós – têm necessidades diversas e a receita de equilíbrio entre as dimensões dos museus, do território e do turismo, podem não ter uma resposta comum. Os museus ainda que partilhem de uma imagem de marca comum – instituições de prestígio e grande valor simbólico –, variam em diferentes aspectos, tais como o tamanho, a natureza das suas colecções, o edifício onde estão localizados, em recursos humanos e técnicos, o tipo de gestão e, principalmente, em orçamento, e as suas colecções baseiam-se em regra na cultura material das suas comunidades, pelo que, dificilmente qualquer teoria de marketing pode ser transversalmente aplicada, na medida em que o museu se insere numa comunidade e num território único, com os quais tem que dialogar para construir os seus significados, pois só assim se poderá constituir como um museu de referência e uma atracção turística.

Os museus enfrentam assim vários desafios, que estão associados à adopção de uma gestão estratégica mais orientada para o mercado, para o visitante e para as suas necessidades, para manter a sua viabilidade financeira, e em simultâneo cumprir com a sua função social, de instituições públicas. Porém, verifica-se que existe um conhecimento muito incipiente do uso potencial dos museus pelo turismo, e vice-versa.

Ao turismo exige-se a cooperação e um planeamento da utilização e da valorização dos recursos de forma integrada de um território. Do museu espera-se que, como qualquer instituição ou empresa, que seja dinâmico e se adapte e antecipe as novas exigências. À

direcção dos museus exige-se hoje polivalência, uma abordagem holística das questões museológicas, mas também a definição de uma visão e uma liderança forte.

Os museus devem reavaliar as histórias que estão a contar, os papéis que os objectos possuem nessas histórias e porque estão a contar essas histórias. Uma questão que se reconhece entre a maioria dos investigadores nestes domínios e sobretudo ao nível da gestão e do marketing aplicados aos museus, prende-se com alguma resistência à mudança e às dificuldades de introdução de novos procedimentos. O planeamento estratégico, a segmentação, o marketing, são questões que ainda não conseguiram penetrar nas lógicas de funcionamento da maioria dos museus. Para os museus, o turismo apresenta-se como uma oportunidade desconhecida.

Os museus portugueses não fogem à realidade internacional encontrada nos estudos consultados, e que os problemas que se colocam aos museus portugueses parecem ir ao encontro das discussões que têm vindo a acontecer um pouco por toda a Europa. Verifica-se, no entanto, que os estudos de públicos em Portugal, têm assumido um carácter pontual, e que a preocupação dos serviços educativos está muito centrada nos públicos infanto-juvenis.

A relação entre o turismo e a gestão do património cultural tem sido tipificada como uma competição pelo uso do mesmo recurso, pelo que muito centrada nos compromissos relativos aos valores da conservação por parte do turismo. Como dizia um dos directores de um dos museus do Algarve, esta relação “já é melhor, mas ainda não é de todo uma relação muito aberta e directa”.

Em regra, as propostas que se baseiam numa análise de comportamento do visitante/consumidor são recusadas pelos museus, pois identificam esta abordagem como de mercado. Uma abordagem que perspectiva o visitante do museu como central não deve ser vista como negativa e será inevitável, pois as forças externas ao museu exigem este repensar das instituições museológicas.

O museu é um espaço dinâmico e multifuncional, integra vários objectos e vários espaços físicos, que possibilitam o desenvolvimento de diferentes tipos e níveis de interacção entre as pessoas e a sua colecção, e assim possibilita um trabalho diferenciado junto de públicos diversos, o que pressupõe um aumento da investigação aplicada a esses diferentes públicos

e a esses diferentes contextos. No caso particular do turismo, e dos turistas, significa a implementação de um sistema de monitorização e de avaliação das experiências turísticas e culturais com base em diferentes técnicas de investigação, mas também a necessidade de instrumentos de planeamento e de estratégias integradas, que dêem lugar a visitantes satisfeitos, enriquecidos e envolvidos com as mensagens do museu.

Black (2005) fala-nos em “museu envolvente”, Casey (2003) refere-se ao museu como “agente”, Moscardo caracteriza o que deve ser o museu memorável (*mindful*) (1996); seja qual for a designação fica claro que o visitante assume uma nova importância no museu da actualidade. Neste processo de mudança o marketing surge como um instrumento essencial, mas não deve ser confundido com vendas, mas sim perspectivado como capaz de estabelecer a melhor relação entre o museu e os seus públicos (internos e externos).

Novos desígnios exigem que o museu no futuro procure transformar os seus visitantes em participantes, e que em vez de apresentar objectos de reconhecido valor *aurático*, seja capaz de se tornar num agente facilitador de experiências memoráveis. No caso do turismo, esta capacidade introduz também necessidades específicas.

Como convicção final e principal da investigação que se está a desenvolver fica a perspectiva de um museu inserido no território, aberto a parcerias com outros equipamentos e agentes, para constituir novas oportunidades de lazer, empenhado em conhecer os seus públicos e em ser pró-activo na sua acção, procurando antecipar as mutações da sociedade e apostando na criatividade dos seus activos. O reconhecimento da necessidade de mudança dos museus e da sua acção já se iniciou, falta agora agir. Para o efeito é fundamental ouvir o visitante.

BIBLIOGRAFIA

Livros e artigos

- AALST**, Irina; Boogaarts, Inez (2002) "From Museum to Mass Entertainment. The Evolution of the role of museums in cities", *European Urban and Regional Studies* 9 (3): 195-209.
- BOYLAN**, P. (2006) "Current Trends in Governance and Management of Museums in Europe", Genoways, Hugh (ed.) *Museum Philosophy for the Twenty-first Century*. Lanham: Altamira Press, pp.201-219.
- BLACK**, G. (2005) *The Engaging Museum*. Oxon: Routledge.
- CRESWELL**, J. (1994) *Research Design: Qualitative & Quantitative Approaches*. California: Sage.
- DOERING**, Z. (2007) "Strangers, Guests or Clients? Visitor experiences in museums". Sandell, R. e Janes, R. (Eds.) *Museum Management and Marketing*, Nova Iorque: Routledge, pp.331-344.
- FALK**, J. e **DIERKING**, L. (1992) *The Museum Experience*. Washington , D.C.: Whalesback Books.
- FALK**, J. e **DIERKING**, L. (2000) *Learning from Museums. Visitor Experiences and the Making of Meaning*. Lanham: Altamira Press.
- FEATHERSTONE**, Mike (1998) *Consumer Culture and Postmodernism*. (1ª edição, 1991), Londres: Sage Publications.
- GARCIA**, N. (2003) *O Museu entre a cultura e o mercado: um equilíbrio instável*. Coleção Práticas, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra.
- GILMORE**, A. e **RENTSCHLER**, R. (2002a) "Changes in Museum Management. A Custodial or Marketing Emphasis?". *Journal of Management Development*, 21 (10), pp.745-760.
- GILMORE**, A. e **RENTSCHLER**, R. (2002b) "Museums: Discovering Services Marketing", *International Journal of Arts Management*, vol.5, nº1, pp.62-72.
- GOULDING**, C. (2000) "The Museum Environment and the visitor experience". *European Journal of Marketing*, vol. 34, números 3-4, pp.261-278.
- HOOPER-GREENHILL**, E. (2006) "The Power of Museum Pedagogy", Genoways, H. (ed.) *Museum Philosophy for the Twenty-first century*, Oxford: Altamira Press, pp.235-245.
- INE** (2002-2008) *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE** (2008) *Estatísticas do Turismo*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- JEOUNG**, M., **FIORÉ**, A. e **OH**, H. (2007) "Measuring experience economy concepts: Tourism Applications", *Journal of Travel Research*, vol. 46, pp.119-132.
- JENNINGS**, G. (2006) "Perspectives on Quality Tourism Experiences", in G. Jennings e N. Nickerson (eds.) *Quality Tourism Experiences*. Oxford: Butterworth-Heinemann, pp.1-21.
- KOTLER**, N. e **KOTLER**, P. (1998) *Museum Strategy and Marketing- Designing missions, Building Audiences, Generating revenue and resources*. São Francisco: Jossey-Bass.
- KOTLER**, N. e **KOTLER**, P. (2004) "Can Museums be all things to all people? Missions, Goals and Marketing Role"; **ANDERSON**, G. (Ed.) *Reinventing the Museum: Historical and Contemporary Perspectives on the Paradigm Shift*. Lanham: Rowman e Littlefield Publishers, pp.167-186.
- KRATZ**, C. e **RASSOOL**, C. (2006) "Remapping the Museum". Karp, I.; Karp, C.; Szwaja, L. e Ybarra-Frausto, T. (eds.) *Museum Frictions. Public Cultures/Global Transformations*. Durham: Duke University Press, pp. 347-356.
- LELIÈVRE**, F. (1996) "De défis en solutions, les nouvelles stratégies financières des musées". Doré, G. ; Lelièvre, F. ; Davallon, J. ; e May, R. (Dir.) *La Société et le musée, l'une change, l'autre aussi*, Actas do Colóquio do Centro Jacques Cartier, Musée d'archéologie et d'histoire de Montréal, pp. 39-44.
- LE MAREC**, J. (1997) "Évaluation, Marketing et Muséologie"; Tobelem, J.-M. (Dir.) *Marketing et Musées, Revue Publics et Musées*, nº11-12, pp. 165-189.
- LENNON**, J. and **GRAHAM**, M. (2001) "Commercial development and competitive environments: The museum sector in Scotland". *International Journal of Tourism Research*, Vol 3(4), pp. 265-281.

LIMA DOS SANTOS, M. de Lourdes e **OLEIRO, M.** (Coords.) *O Panorama Museológico em Portugal (2000-2003)*, Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, Instituto Português de Museus/Rede Portuguesa de Museus, 2005.

LIN, Y.- Neng (2006) "Leisure- A function of museums? The Taiwan perspective", *Museum Management and Curatorship*, vol.21, (4), pp. 302-316.

MARTOS, L. e **SANTOS, V.** (2004) "Economia de la Cultura, Museo y Territorio. Una aproximación de la realidad andaluza. *Encuentro Internacional Museo y Territorio*, Siena e Sevilha, pp.61-96.

MORGAN, M. (2006) "Making space for experiences", *Journal of Retail & Leisure Property*, vol.5, n.º 4, pp.305-313.

MOSCARDO, G. (1996) "Mindful visitors: heritage and tourism", *Annals of Tourism Research*, vol. 23, nº 2, pp.376-397.

OKAN, Z. (2003) "Edutainment: is learning at risk?", *British Journal of Educational Technology*, vol. 34, n.º3, pp. 255-264.

PARIS, Scott (2006) "How Can Museums Attract Visitors in the Twenty-first Century?". Genoways, H. (ed.) *Museum Philosophy for the Twenty-first Century*. Lanham: Altamira Press, pp. 255-266.

PHELPS, A. (1994) "Museums as Tourist Attractions". Seaton, A.V. (Ed.) *Tourism the State of the Art*, Nova Iorque: John Wiley and Sons, pp. 169-177.

PORTER, J. (1996) "Un questionnaire qui doit avoir de la vision". Doré, G. ; Lelièvre, F. ; Davallon, J. ; e May, R. (Dir.) *La Société et le musée, l'une change, l'autre aussi*, Actas do Colóquio do Centro Jacques Cartier, Musée d'archéologie et d'histoire de Montréal, pp. 75-82.

PRENTICE, R. (2001) "Experiential Cultural Tourism: Museums & Marketing of the New Romanticism of Evoked Authenticity", *Museum Management and Curatorship*, vol. 19, nº1, pp.5-26.

RENTSCHLER, R. (2007) "Museum Marketing: Understanding different types of audiences", Sandell, R. E Janes, R. (eds.) *Museum Management and Marketing*. Nova Iorque: Routledge, pp.345-365.

RMA (2008) "Rede de Museus do Algarve – Uma experiência Inovadora", *X Jornadas do Património do Algarve*, Albufeira (trabalho não publicado), 23 p.

RYAN, C. (2002) *The tourist experience*. (2ª edição) Londres: Continuum.

SCHMITT, B. (1999) *Experiential Marketing: How to get customers to sense, feel, think, act, relate*. Nova Iorque: Free Press.

SCHOUTEN, Frans (1995) "Improving visitor care in heritage attractions", *Tourism Management*, Vol. 16, nº 4, pp.259-261.

SEMEDO, Alice (2003) "O panorama profissional museológico Português. Algumas considerações", *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*, I Série, vol.II, pp. 165-181.

SEMEDO, Alice (2004) "Da invenção do museu público: tecnologias e contextos", *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*, I Série, vol. III, pp. 129-136.

SILBERBERG, T. (1995) "Cultural Tourism and Business Opportunities for Museums and Heritage Sites". *Tourism Management*. vol.16, (5), pp.361-365.

SOARES NEVES, J. e **ALVES DOS SANTOS, J.** (2006) "Aspectos da Evolução dos Museus em Portugal no período 2000-2005", *Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus*, Dezembro de 2006, pp.4-7.

SMITH, W. (2006) "Experiential tourism around the world and at home: definitions and standards", *International Journal of Services and Standards*, vol. 2, n.º 1, pp.1-14.

SUTTER, G. (2006) "Thinking like a system. Are Museums up to the challenge?". *Museums and Social Issues*, Vol. I, n.º2, pp.203-208.

TUFTS, S. e **MILNE, S.** (1999) "Museums: A supply-side perspective", *Annals of Tourism Research*, vol.26, n.3, pp.613-631.

URRY, J. (1990) *The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies*. London: Sage.

URRY, J. (1996) "How Societies Remember Their Past". MacDonald, S. e Fyfe, G. (eds.) *Theorizing Museums*. Blackwell Publishers, Londres, pp.45-68.

URIELY, N. (2005) "The Tourist Experience: Conceptual Developments". *Annals of Tourism Research*, Vol. 32, n.º 1, pp.199-216.

WEIL, S. (2002) *Making Museums Matter*. Washington: Smithsonian Institution Press.

WEIL, S. (2004) "Rethinking the Museum: an Emerging New Paradigm", Anderson, Gail (Ed.) *Reinventing the museum: Historical and Contemporary Perspectives on the Paradigm Shift*. Lanham: Rowman e Littlefield Publishers - Altamira Press, pp.74-79.

WORTS, D. (1996) "Visitors Make Their Own Meaning". Durbin, G. (ed.) *Developing Museum Exhibitions for lifelong Learning*. Londres: The Stationery Office, pp. 123-135.

YEH, J.-T. e LIN, C.-L. (2005) "Museum Marketing and Strategy: Directors' Perception and Belief.", *The Journal of American Academy of Business*, Cambridge, n.º 2, pp.279-284.

Publicações electrónicas:

FALK, J. e DIERKING, L. (1998) "Understanding Free-Choice Learning: A Review of the research and its application to Museum Web Sites", [on-line] Disponível em: <http://www.archimuse.com/mw98>, [Março, 11.2007], 11 p.

IMC (1996-2009) *Estatísticas dos visitantes dos museus*. [on-line] Disponível em: <http://www.rpmuseus-pt.org/Pt/html.index2.html>, [Fevereiro, 02. 2009].

MORGAN, M.; ELBE, J.; e CURIEL, J. (2008) "Has the experience economy arrived? A comparison of three visitor-dependant areas", TTRA Europe Charter Conference, [on-line] Disponível em: <http://www.regional-studies-assoc.ac.uk/events/prague08/papers/Morgan.pdf>, [Outubro, 10.2008].

SCOTT, C. (2007) "Advocating the value of museums", INTERCOM Annual Conference, [on-line] Disponível em: <http://www.intercom.museum/documents/CarolScott.pdf>, [Janeiro, 9. 2008], 11 p.

SLOOF, Esther (2003) "The Power of Museums", [on-line] Disponível em: <http://www.acsn.nl>, [Maio, 13. 2008].

VICTOR, I. (2005) *Os Museus e a Qualidade - Distinguir entre museus com "qualidades" e a qualidade em museus*, Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona, [on-line] Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/40> [Janeiro, 21. 2007].

YURTSEVEN, H. (2006) "Managerial Perspectives of Museum Directors in Turkey: The Balance between Custodial and Market-focused Management", *International Conference of Trends, Impacts and Policies on Tourism Development- Conference Proceedings*, [on-line] Disponível em: <http://tourism-conference.eap.gr/index.htm>, [Maio, 10. 2007].

Legislação:

Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto, *Lei Quadro dos Museus Portugueses*, Diário da República - Iª Série-A.

Despacho Normativo nº3/2006 do Ministério da Cultura, *Regime de credenciação à Rede Portuguesa de Museus*, (e o respectivo formulário de credenciação), Diário da República – Iª Série-B.

Notas:

¹ Também se desenvolveu um "Questionário ao Visitante" para o qual foi solicitado o apoio a várias entidades e associações na aplicação, no entanto, não se conseguiu concretizar nenhum apoio para além do esforço individual de cada museu. O inquérito decorreu em quatro idiomas para além do Português (Inglês, Castelhana, Alemão e Francês), em 21 dos 32 museus, e estabeleceu-se como período de aplicação os meses de Julho a Setembro de 2008. Os resultados da investigação de campo demonstraram-se satisfatórios e serão apresentados oportunamente.

² A bibliografia apresentada não se esgota nas referências bibliográficas deste documento, mas alarga-se a outros documentos que serviram de base à conceptualização teórica da investigação subjacente a este artigo. Outros documentos e referências foram incluídos e discutidos na dissertação.

Portimão - O desafio museológico entre turismo e património

José Gameiro | Ana Ramos

(...) Todo o litoral algarvio radiante de claridade, doirado pelo sol, rendilhado de espuma alvacentas, é um poema de beleza divina, cenário imponente e inconfundível, onde a cor e a luz se combinam em magistrais sinfonias.

(Almanaque do Algarve, 1948)

Muitos foram os escritores e os géneros literários que, tendo como um dos seus expoentes máximos Manuel Teixeira Gomes, exaltaram as belezas do Algarve e da sua costa, deixando antever grandes potencialidades turísticas para este destino.

Não obstante, apesar da sua posição geográfica, atrativos paisagísticos e recursos naturais, o fenómeno turístico consumou-se tardiamente nesta região face ao resto do país.

Com um passado relacionado com o mar e as trocas comerciais de produtos rurais e marítimos foi deste modo que, do ponto de vista histórico, o Algarve travou os primeiros contactos com outros povos, sobretudo romanos e árabes que por aqui passaram e se fixaram, motivados sobretudo pelos interesses comerciais resultantes do aproveitamento dos seus recursos.

O mar e o seu peixe foram desde logo um importante chamariz, verificando-se por exemplo, a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, a vinda de espanhóis, franceses, italianos e gregos a Portugal, para darem início a uma outra importante fase de desenvolvimento económico-social relacionada com o surgimento da indústria conserveira, sobressaindo o Algarve como um destino preferencial e no qual Portimão desempenharia um importante papel.

E se era notória e reconhecida a afirmação crescente da faceta industrial e marítima da região algarvia,

em particular no seu litoral nos finais do século XIX, do ponto de vista do turismo ocupava nessa época um dos últimos escalões dentro dos chamados atrativos nacionais, permanecendo praticamente desconhecida relativamente ao turismo internacional, numa altura em que, na Europa, a burguesia aderira ao turismo mediterrânico.

Por outro lado, a praia não estaria ainda associada aos rituais balneares e constituía sobretudo um local de passeio, de contemplação e de exaltação da beleza natural por onde, ao longo desse século, passavam sobretudo alguns viajantes que registariam aspectos relacionados com a amenidade do clima, as ocorrências e peripécias das viagens, bem como alguns usos e costumes dos seus habitantes.

Para além desta faceta mais contemplativa a praia começava, também nesta altura, por se constituir como um local com propriedades terapêuticas e curativas, mais propícias a práticas higienistas.

No entanto, este hábito seria inicialmente apanágio das elites e, no que diz respeito ao Algarve, suplantado pelas termas de Monchique para onde se dirigiam doentes nacionais e estrangeiros, encantados também pela paisagem montanhosa e a vegetação intensa que lhe valeu o título de “Sintra Algarvia”.

Elogiavam-se as suas águas, cujas ações terapêuticas eram eficazes contra o reumatismo, doenças de pele, estômago e intestinos.

De resto, os passeios à costa e às praias locais seriam empreendidos sobretudo por algarvios e alentejanos, mais de fronteira com o Algarve, uma vez que um dos motivos que ditou o lento arranque no desenvolvimento turístico regional assentou nas dificuldades de deslocação, devido à inexistência de boas vias de comunicação, à pobreza de transportes e à reduzida qualidade e quantidade da oferta hoteleira.

O “reino dos Algarves” mantinha-se à parte do restante país e despertava pouco interesse à Coroa e à sociedade portuguesa em geral.

Tida como terra de pescadores, a opinião geral era a de que a região primava pela inexistência de paisagens imponentes ou de monumentos importantes, pois o que existia era considerado de grande pobreza artística.

K. Albrecht Haupt e Estácio da Veiga entre outros, registaram e identificaram importantes vestígios históricos e arqueológicos de monumentos algarvios, mas a sua dimensão, avançado estado de abandono e falta de recuperação, não permitiu que viessem a constituir um motivo de admiração para os turistas.

Mesmo o próprio mar algarvio, calmo e tépido, era no início renegado pelas vagas tonificadoras de praias como a Póvoa de Varzim ou Espinho.

Outra das representações que o Algarve gerava para o restante país prendia-se também com os seus habitantes e os seus costumes, sendo os algarvios tidos como “gente incivilizada e carrancuda”.

Autores como Aquilino Ribeiro e Raul Proença no “Guia de Portugal”(1924), referem-se ao Algarve como uma “região com gostos gastronómicos estranhos, com festas soturnas e silenciosas”, acrescentando o último que a mulher algarvia não primava pela beleza e que o povo era “mesquinho, interesseiro e pouco hospitaleiro”.

OS PRIMEIROS “TOURISTES”¹ E O NASCIMENTO DA “PRAIA DA ROCHA” COMO ESTÂNCIA BALNEAR

É na viragem para o século XX que chegam os primeiros “touristes” e alguns veraneantes, acusando o declínio dos hábitos termais.

Começam a definir-se alguns potenciais destinos balneares regionais, de onde se destacariam Monte Gordo e a Praia da Rocha, a par também das primeiras tentativas de esboçar estratégias de divulgação destes e de outros destinos a nível nacional.



Figura 1 Praia da Rocha, início do século XX

¹ Denominação encontrada em alguma literatura da época reportando-se aos primeiros visitantes. Este termo surgiu em França, no decurso dos vários incrementos introduzidos pelo general De Gaulle relativamente à democratização do fenómeno turístico.

Alguma imprensa regional como a *Alma Algarvia*, publicações periódicas entre as quais o *Almanaque do Algarve* ou a *Revista Internacional* e alguns registos bibliográficos como as *Cartas de um Viajor* de João Arruda (1908), ou o *Manual do Viajante* de Leonildo Mendonça (1907), dão já conta dos principais destinos turísticos e balneares do país.

Na *Alma Algarvia* relata-se a época balnear, os seus aspectos e rituais quotidianos, geralmente com início em Maio e encerramento em Outubro, enunciando as famílias que chegavam ao Algarve, a sua origem e a constituição de uma comunidade de elite nas praias de eleição, entre as quais a Praia da Rocha, onde eram alugadas casas e *chalets*.

A Praia da Rocha surge, neste contexto, como uma das mais promissoras estâncias balneares do país, pela beleza e qualidade da praia e pela amenidade do clima, sendo comparada à *Cote d'Azur* e à *Riviera* Francesa. Famílias de alentejanos, algarvios de terras vizinhas, Lagos, Monchique, Faro, um ou outro lisboeta e andaluzes movidos também pelos negócios, começam a ocupar esta estância.

No entanto, apesar da procura que já se fazia notar e à imagem do restante Algarve, o eixo Praia da Rocha–Portimão debatia-se ainda com insuficiências e limitações de vária ordem.

A falta de acessos era um dos principais motivos de constrangimento da Vila Nova de Portimão que se afirmaria, nos finais do século XIX, como “o primeiro centro de vida do Algarve” e o segundo porto comercial depois de Vila Real de Santo António.

Embora já com estradas municipais que ligavam todo o concelho, apenas em 1876 é inaugurada a ponte rodoviária, dando desse modo continuidade ao projecto da estrada do litoral algarvio o qual, passando por Portimão ligava Vila Real de Santo António a Lagos e, somente em 1922, seria inaugurada a ponte ferroviária sobre o rio Arade.

As incipientes condições de acolhimento de potenciais visitantes, a falta de luz e água, a inexistência de uma rede de esgotos, associada às más condições de higiene e de alojamento também seriam fortes condicionantes à capacidade da atractividade local.

Uma das prioridades passaria igualmente por mudar a mentalidade da população local para alterar os seus hábitos de vida, os quais primavam por parques cuidados de higiene e de saúde pública.

Nos finais do século XIX começam a oferecer-se serviços de alojamento e alimentação e existiam no centro da vila quatro hotéis: o Hotel Francês, o Hotel Seromenho, o Hotel Central e o Hotel Sansão.

A dois quilómetros de Portimão, a Praia da Rocha acompanhava este cenário. Constituída sobretudo por *chalets* e quintas que progressivamente começavam a ser alugados na época balnear, existia apenas um hotel o Hotel Viola (1912), o qual no entanto, reunia poucas condições de acolhimento, pelo que era na vila que as famílias encontravam alojamento com mais facilidade.

À Praia da Rocha era também apontada a falta de algumas infraestruturas, como o fornecimento de água, o alcatroamento da avenida principal, e a falta de atrativos como um casino, animação musical e campos de golfe, entre outras.

No entanto, a crescente procura desta estância tão afamada pela sua beleza natural, motivou a abertura de um posto de telégrafo, a inauguração do Casino da Rocha em 1910 e a constituição de algumas Comissões (de alojamento e itinerários) em 1911, para a receção aos “touristes”.

Este crescimento que coincide com a passagem da Monarquia à República, culmina com a realização do I Congresso Regional Algarvio, entre os dias 3 e 5 de Setembro de 1915, no Casino da Praia da Rocha, uma das mais importantes afirmações do regionalismo republicano do Algarve.

Dinamizado na sua génese, pelos algarvios António Teixeira Biker, presidente do núcleo portimonense da Sociedade de Propaganda de Portugal e por Thomaz Cabreira, presidente da Comissão Organizadora do



Figura 2 Hotel Viola, 1912



Figura 3 Casino da Praia da Rocha



Figura 4 1.º Congresso Regional Algarvio 1915A

Congresso, nele se pretendia analisar as condições e os problemas gerais com que o Algarve se debatia, visando igualmente potenciar o seu desenvolvimento, designadamente a promoção do turismo no Algarve.

Desde o clima, aos principais setores de atividade, entre os quais as indústrias, a agricultura, os transportes, a educação, a arte, a pesca, os portos e barras algarvias, foram apresentadas 25 comunicações procurando caracterizar a região, apresentar soluções e sublinhar as suas mais-valias.

Entre estas analisaram-se também as áreas mais carentes e os temas que então deveriam merecer mais atenção, como seria o caso das “Zonas de Turismo”, por Thomaz Cabreira, o qual propunha a criação de uma “Estação de Turismo: Praia da Rocha – Monchique” para tirar partido das potencialidades e da invejável proximidade entre o mar e a montanha, a comunicação “Hoteis” de Raul Lino, onde aquele arquiteto apresentava a sua tipologia de construção para um “Hotel Solar”, como sendo o adequado ao litoral algarvio e um tema apresentado por Manuel Emygdio da Silva, designado “Kurtaxe”, sobre os “benefícios para o turismo da região, resultantes da aplicação de uma taxa designada por “imposto municipal”.

Este Congresso foi igualmente acompanhada por um intenso programa aberto à população no qual, para além da animação musical, artística e desportiva, contou com uma importante “Exposição de Produtos Agrícolas e Industriais do Algarve”, cujos proprietários e empresários atravessavam graves problemas de exportação, em especial para a Alemanha, devido ao difícil contexto da 1.ª Grande Guerra (1914-1918).

No entanto, do que foi discutido neste Congresso e dos seus contributos infelizmente pouco se efectivou e é mais tarde, do interior da própria elite portimonense, entre os quais os industriais Cayetano Feu e Magalhães Barros, que surgem iniciativas como a Sociedade da Praia da Rocha, com o objetivo de fomentar a construção de algumas infraestruturas designadamente hotéis.

Mais tarde (1930) surge a Comissão de Iniciativa da Praia da Rocha, formada também por Cayetano Feu, João Josino da Costa e José Simões Quintas.

É de realçar o papel de algumas das mais influentes personalidades de Portimão no desenvolvimento da Praia da Rocha, onde se incluem Industriais, proprietários, comerciantes locais e outros que, vindos de fora, aí se fixaram a pretexto dos negócios e interesses na localidade.



Figura 5 Anúncio de espetáculo no Casino da Praia da Rocha de agosto 1925

Foram eles os primeiros a construir ou a comprar *chalets* na Praia da Rocha, para aí passar a época balnear, contribuindo desse modo para impulsionar o desenvolvimento desta estância.

Mas apesar destas tentativas promocionais e estruturantes, chega-se ao Estado Novo, sem grandes melhorias ou transformações.

Com a criação do Secretariado Nacional de Informação (SNI), organismo estatal promotor do turismo e, à imagem da política de um governo que procurava o elogio de uma ruralidade moribunda e temia o progresso e as novas mentalidades, rejeitava-se a ideia de divulgar um Algarve balnear ou centrado na amenidade do seu clima e na qualidade das suas praias.

Em vez disso, este organismo tentou exaltar um outro tipo de belezas naturais, os supostos símbolos da ruralidade e da “tipicidade” aí existente.

Surgiram representações como as amendoeiras em flor, as casas caídas, as chaminés algarvias, entre outras.

Neste contexto surgiu também uma nova forma de turismo popular nacional, o excursionismo, muito ligado à época das amendoeiras em flor, cuja imagem aliás foi escolhida para o primeiro grande cartaz turístico do Algarve.

A criação da Empresa de Viação do Algarve (EVA) em 1933, possibilitou no ano seguinte, o início da organização de excursões e iniciativas em grupo, para visitar o Algarve na época das amendoeiras floridas.

Sagres foi, neste contexto, alvo do turismo de propaganda como ponto de partida histórico e mitológico para a expansão marítima portuguesa, juntando-se assim aos destinos “Praia da Rocha” e “Monchique”, que constituiriam o “O brinquinho do Algarve”.

No entanto, apesar dos esforços do Estado Novo para controlar o fenómeno turístico, promovendo uma política regionalista promotora do “rusticismo”, era mesmo para as praias que se dirigiam os turistas.

A Praia da Rocha vai crescendo em fama e as condições de acolhimento vão conhecendo melhorias.

A ligação a Portimão torna-se mais efetiva pois, para além das famosas viagens de carrinha que fizeram a maravilha de muitos turistas e locais até aos anos oitenta, a partir de 1936 surgem as carreiras de autocarros.

Dá-se o alcatroamento da avenida principal, a iluminação da mesma e a melhoria das instalações aí existentes.



Figura 6 Folheto promocional da Praia da Rocha como Estância de Inverno



Figura 7 Folheto 1934

No início dos anos trinta melhora-se e amplia-se o antigo Hotel Viola e surge no seu lugar o Grande Hotel da Rocha (1932), a que se seguirá em 1936, a inauguração do Hotel Bela Vista, antiga residência do industrial António Magalhães Barros.

Este hotel, que manteve o romantismo presente na construção e nos aspectos decorativos dos seus interiores do seu primitivo edifício, era muito procurado por ingleses que, sobretudo no contexto da II Grande Guerra e pós-Guerra, se transformam numa presença assídua, geralmente nos meses de Setembro e Outubro.

Sobre este fenómeno comentou Pearce de Azevedo, "(...) Chegam ao Algarve várias famílias de cidadãos britânicos, que vão aumentando nos anos que se seguiram e que constituem uma comunidade estrangeira na Praia da Rocha. São reformados, indivíduos na sua maioria das ex-colónias britânicas, atraídos pelo clima do Algarve e que se alojam naquela praia trazendo para ela o hábito do seu país (...)". (AZEVEDO cit. in PRISTA, 1991)

Com a crescente afluência de gentes às praias, com diferentes culturas e comportamentos, os hábitos balneares e mentalidades foram sofrendo influências e alterações. As praias que eram sobretudo espaços marítimos, começaram a ter uma dupla demarcação, agora associadas ao ócio e lazer.

E do "fazer praia" porque fazia bem à saúde, progressivamente esta tornou-se um espaço recreativo onde as "modas" vindas do exterior, como o culto do corpo e do bronzado, foram ganhando espaço.

Tendo em especial atenção o regime conservador em que Portugal se encontrava, surgiu toda uma regulamentação própria para evitar o descontrolo dos "novos tempos".

Esta era diversificada e abrangia diversas frentes, desde a segurança e decoro dos banhistas, com rigorosos detalhes sobre o tipo e dimensões da indumentária permitida na praia, à repressão da mendicidade, à exploração de negócios nos areais durante o Verão.

Até os uniformes das autoridades, as vestes dos vendedores, o horário dos banhos, o uso de chapéus-de-sol e os atributos dos nadadores salvadores foram contemplados na extensa e minuciosa regulamentação que incidiu sobre as praias.

A praia exigiu assim rigores de decência e vigilância que, antes do turismo, pareciam não se justificar e que subsistiriam mesmo em épocas de maior abertura.

Paralelamente, a praia tornava-se palco dos rituais, hábitos e comportamentos dos seus ocupantes.

Neste espaço coexistiam as famílias de algarvios, alentejanos, lisboetas, espanhóis que aqui faziam a sua época balnear, alugando um toldo para os meses da temporada que aqui passavam.

Frequentemente, era comum assistir-se, nesse ritual de chegada à praia, a uma sequência que se iniciava em geral com o grupo feminino, onde se integravam as “senhoras” com as crianças e as “criadas” e, mais tarde terminado o trabalho, com a chegada dos homens.

Pedro Prista (1991) refere que os algarvios citadinos apareciam na praia em Julho e Agosto, enquanto aqueles que trabalham na agricultura só o faziam em Setembro.

Os alentejanos por seu lado frequentavam diferentes praias de acordo com o seu estatuto social: “(...) os pobres iam para Quarteira, os remediados para Albufeira, os ricos para Armação de Pêra e os finos para a Rocha”.

A par e passo com esta ocupação, ocorriam numa outra esfera, as festas dos trabalhadores agrícolas, a de S. João a 24 de Junho e a de S. Miguel a 29 de Setembro, quando as pessoas de Monchique desciam à praia para o piquenique e o banho, gerando um interessante entrosamento entre locais e turistas.

Posteriormente, com a vinda crescente de turistas estrangeiros, com as férias dos trabalhadores, entre outros fatores, a ocupação da praia altera-se no sentido de uma maior democratização deixando desse modo de ser o espaço elitista inicial.

AMASSIFICAÇÃO TURÍSTICA E A TRANSFORMAÇÃO DO PARADIGMA ECONÓMICO-SOCIAL

Os anos 50 marcam, por assim dizer, o arranque de um turismo a grande escala, mas é sobretudo nos anos 60, com a inauguração do aeroporto de Faro que se criam as condições para o fenómeno do turismo de massas que conduziu também na Praia da Rocha e em Alvor, a uma construção desenfreada de equipamentos hoteleiros, tais como hotéis, restaurantes, e outros espaços de lazer, coincidindo com o declínio das atividades tradicionais e de indústrias, como os fumeiros e as conservas.

O turismo e a construção civil a ele associada, representavam igualmente uma solução para os portugueses e imigrantes vindos das antigas colónias.

As atividades consideradas de índole “tradicional” e as indústrias ligadas ao mar e ao campo entraram em decadência acentuada pela falta de investimento a vários níveis, concorrência internacional, ausência de adaptação a novas realidades económicas, políticas e

laborais e também porque os olhares dos investidores se viraram para o turismo.

Destas atividades, que durante décadas marcaram pelos saberes e pelos fenómenos populares que geraram, a identidade própria das comunidades locais, pouco foi valorizado pelos organismos oficiais, autárquicos e turísticos, como parte integrante de um património cultural específico.

O turismo ia-se desenvolvendo à parte, como que separado das restantes vivências históricas e sociais do Município de Portimão e a sua poderosa influência junto dos decisores económicos e culturais foi sempre incontornável.

A obtenção meramente quantitativa de objetivos de lazer, recreio ou de efémeras “experiências folclóricas”, foram sendo sempre mais fortes do que a sua apropriação como elementos portadores de uma efetiva singularidade e um bom exemplo da autenticidade das suas populações.

À erosão das falésias, originada pela densidade da construção, assistia-se igualmente a uma erosão cultural da memória, da história e do património, pela ausência de atividades de fruição, educação,



Figura 8 Carrinha e Hotel Belavista, 1960

conservação e salvaguarda dos bens culturais móveis, imóveis e imateriais.

O turismo de sol e praia impôs-se na região de forma clara e na atualidade embora se contem com ofertas como o turismo de golf e surja cada vez mais uma oferta virada para valores como a natureza, ecologia, mundo rural e influência mediterrânica, é o primeiro que continua a motivar e movimentar um maior número de visitantes tendo em conta a estratégia e o planeamento anteriormente seguido e a sua forte e histórica implantação.

O MUSEU DE PORTIMÃO COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO DO TURISMO CULTURAL

Entretanto, foram emergindo novos espaços de sociabilidade, ordenaram-se as zonas ribeirinha de Portimão e Alvor, surgiram equipamentos urbanos coletivos, espaços culturais, desportivos e educativos e inaugurou-se em Maio de 2008, o Museu de Portimão, constituindo-se desde logo como uma importante tentativa de equilibrar e fortalecer a oferta das opções de fruição das raízes históricas, patrimoniais e identitárias das suas comunidades e igualmente como uma estrutura ativa na ampliação e qualificação de uma oferta cultural complementar à própria realidade turística.

Os museus desempenham um papel fundamental enquanto lugares de investimento social e cultural, de representação simbólica e de interpretação histórica das comunidades, assumindo-se como pólos potenciadores, tanto das iniciativas de descoberta das qualidades representativas das suas populações e do seu território, como da oferta patrimonial e da diversidade dos seus particularismos culturais, portadores de efetiva singularidade.

Neste contexto, os museus e a sua programação devem instituir-se como locais dotados de uma visão global capazes de trabalhar no cruzamento da diversidade de expressões e variáveis sociais, funcionando como refúgios identitários seguros e compensatórios, tanto ao nível das suas memórias fundadoras, como das formulações mais atuais e contemporâneas, relacionadas com o desenvolvimento evolutivo das comunidades.

Devem igualmente espelhar o espaço e o tempo, a cultura e a natureza, no sentido de mais eficazmente cumprirem o papel insubstituível de mediação, entre as representações das suas comunidades e as dos seus visitantes, estabelecendo-se como locais privilegiados

dessa permanente abertura e exposição pública, sempre disponíveis ao olhar temporário dos “outros”.

Assim e também enquanto importantes recursos e destinos de apropriação turística, os museus devem desenvolver estratégias autónomas e ativas de comunicação, reciprocidade, trabalho em rede, projetos e parcerias, entre si e com os diversos agentes, setores económicos e estruturas turísticas, partilhando audiências e públicos comuns.

Desde logo e prioritariamente, com os situados na envolvente mais próxima da sua área de influência geográfica e cultural, mas procurando igualmente alcançar plataformas e escalas de contacto, visibilidade e interação mais globais.

A “Carta de Princípios sobre os Museus e o Turismo Cultural”, saída do Encontro “Museus, Património e Turismo Cultural”, organizada pelo ICOM-Conselho Internacional dos Museus, em Maio de 2000, nas cidades de Trujillo (Peru) e La Paz (Bolívia), constitui ainda hoje, um importante contributo para um melhor e mais correcto enquadramento entre Museus, Turismo e Cultura.

Desse documento, em síntese, destacam-se cinco ideias chave, de extrema atualidade e aplicabilidade, na relação entre o campo museológico e o turismo cultural:

- Articulação e envolvimento;
- 2- Salvaguarda e conservação;
- Valorização da qualidade de vida;
- Comunicação e reciprocidade;
- Singularidade e representatividade;

Neste contexto, o Museu de Portimão assume-se como um **Museu de Sociedade, Identidade e Território**, ao espelhar a evolução da matriz histórica, social e cultural das comunidades presentes na sua área de influência e com ela interagindo.

Instalado na antiga fábrica de conservas de peixe “Feu Hermanos”, datado de finais do século XIX, situado junto à margem direita do rio Arade, o Museu de Portimão assume-se como um observatório e um laboratório em permanente mediação cultural, entre a comunidade local e os seus visitantes, cujo programa museológico assenta, basicamente, nos seguintes quatro grandes objetivos:

- a)- Reabilitação do património industrial e cultural
- b)- Valorização da relação cidade, rio e mar
- c)- Interpretação e reforço da evolução histórica, territorial e social da comunidade
- d)- Formação de novos públicos, potenciando e desenvolvendo uma oferta cultural de qualidade

O Museu de Portimão revela-se assim como um elemento âncora complementar de sinergias, participando ativamente como elemento polarizador e facilitador, do desenvolvimento de uma nova atratividade na região, integrando-se naturalmente como destino já consolidado na programação da oferta turística.

Como exemplo dessas sinergias, na procura de uma maior proximidade e de uma adequação mais ativa, entre a museologia e o turismo destacaríamos entre

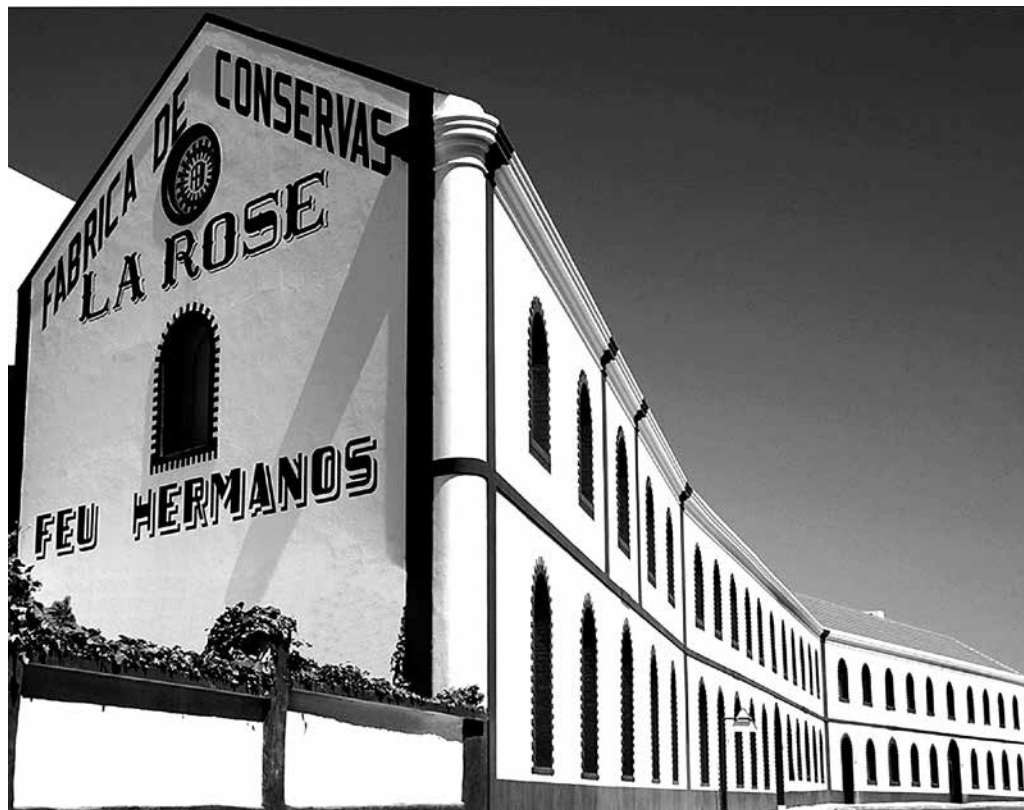


Figura 9 Museu de Portimão

outras, no caso do Museu de Portimão, cinco iniciativas facilitadoras dessa mesma interação:

1 - Protocolos com Setores da Hotelaria e Similares

Realização de protocolos com unidades hoteleiras e outros agentes de acolhimento turístico e similares, visando a divulgação do Museu, enquanto destino cultural de qualidade para as suas audiências e clientes. Mais de 30 parcerias e acordos de cooperação foram estabelecidas, compreendendo a divulgação do Museu, exposições e materiais itinerantes, *vouchers* de entrada, promoções especiais, patrocínio de atividades e utilização dos espaços museológicos, como alguns dos exemplos das soluções fornecidas.

2 - Gestão Integrada e Conjunta de Monumentos

Desenvolvimento de uma política de valorização dos ativos do património cultural, da sua envolvente territorial, como bens imóveis e monumentos civis religiosos e militares, sítios históricos e arqueológicos, localizados em Portimão, potenciando a organização articulada de rotas, percursos e circuitos turísticos, direcionados para a interpretação histórica e identitária da comunidade.

É o caso do Centro de Acolhimento e Interpretação dos Monumentos Megalíticos de Alcalar o qual, através de um protocolo de cooperação, entre a Direcção Regional de Cultura do Algarve e o Município de Portimão, passou a funcionar como “antena museológica” do Museu de Portimão, permitindo uma gestão cultural e uma dinamização pedagógica mais articulada e integrada.

3 - Parcerias com Visitas e Turismo de Grupos

O estabelecimento de parcerias efetivas com entidades do Turismo Sénior e Social (INATEL), com os agentes de navegação, de viagens e com alguns dos operadores responsáveis pelo movimento e comercialização dos cruzeiros, que acostam ao cais de Portimão, de modo a incluir visitas ao Museu durante a sua escala na cidade, através do planeamento e organização logística, incluída na programação cultural dos navios de cruzeiro.

Atualmente, Portimão é o terceiro porto a nível nacional que mais passageiros recebe, provenientes de navios de cruzeiros (logo a seguir a Lisboa e Funchal), reforçando assim, este segmento de turismo de qualidade, o que atesta bem a importância deste setor

e deste porto, estrategicamente localizado entre o Atlântico e o Mediterrâneo.

4 - Projeto “Ocean Revival-Parque Subaquático de Portimão”

Através de uma constante observação e ativa procura de projetos que, do ponto de vista cultural, científico e museológico, se podem tornar de relevante interesse para o conhecimento e a fruição das comunidades, quer a residente quer a turística, foi estabelecida uma articulação entre o Museu e os responsáveis do projeto do novo recife artificial.

Construído a partir de quatro antigos navios de guerra da Armada Portuguesa, afundados a 3 milhas da zona costeira de Portimão, o projeto, designado “Ocean Revival-Parque Subaquático de Portimão “ pretende assumir-se como um local único para mergulhadores e turistas de todo o mundo e um lugar para o nascimento de novas espécies de fauna e flora marinhas.

Depois de um contato direto com a associação “Musubmar” responsável pelo projeto, foi acordado que o Museu iria criar as condições museográficas para uma exposição permanente sobre a história deste novo recife.

Na galeria da antiga cisterna da fábrica de conservas surgiu em 2014, uma sala em forma de “submarino”, onde os visitantes podem seguir toda a evolução deste projeto, nas suas diferentes fases.

5 - Horário especial de Verão

Flexibilidade e adaptação de horários diferenciados e sua adequação aos fluxos sazonais dos visitantes, através da oferta anual de um horário especial de verão, entre 1 e 31 de Agosto, das 15h00 às 23h00.

Desde a sua abertura em 2008 e a atribuição entre outros, do prestigiante prémio “Museu Conselho da Europa” em 2010, o Museu assume-se como uma mais valia no âmbito do turismo cultural (nacional e internacional) e como uma estrutura que pretende responder com flexibilidade, a novos desafios e necessidades ao longo de todo o ano, contrariando desse modo a inevitabilidade sazonal da região.

Estes são alguns dos desafios e caminhos de proximidade que no caso do Museu de Portimão, têm vindo a ser desenvolvidos, numa cooperação consistente e num diálogo profícuo, visando a divulgação e maximização das potencialidades culturais do museu,

da comunidade e do seu território, enquanto produtor ativo de conteúdos e conhecimento, inserindo-se como mais um elemento da permanente interação entre turismo , cultura, património e museologia.



Figura 10 Museu de Portimão - Sala do Descabeço

BIBLIOGRAFIA:

- Almanaque do Algarve* (1948) dir. e coord. de Fausto Gonçalves, Lisboa, Casa do Algarve.
- I Congresso Regional Algarvio (1915), *Teses*, Lisboa.
- PINA**, Paulo, (1988), *Portugal, O Turismo no século XX*, Edições Lucidus, Lisboa.
- RIBEIRO**, Aquilino; **PROENÇA**, Raúl, (1924), *Guia de Portugal*, Lisboa.
- PRISTA**, Pedro Miguel, (1991), *Turismo e Culturas Populares no Algarve*, Lisboa, ISCTE.
- FLORES**, Adão, (1999) "O Turismo no Algarve na primeira metade do século", in *O Algarve -da Antiguidade aos nossos dias*, coord. Maria da Graça Maia Marques, Lisboa, Edições Colibri.
- BOYLAN**, Patrick, (1996), "L'ICOM a cinquante ans", *Museum*, n.º 191, Paris, UNESCO.
- GAMEIRO**, José, (1998), Programa Museológico Preliminar, do Museu Municipal de Portimão, Caderno de Encargos do Concurso Público, para a Elaboração do Estudo Prévio do Projecto, do Museu Municipal de Portimão, C.M.P.
- RIVIERE**, G. H., (1989), *La Museologie selon Georges Henri Riviére*, Tours, Dunod.
- SHAFERNICH**, Sandra, (1993), *On-Site Museum, Open-Air Museums*, London, Butterworth.
- UNESCO** (1972), *Resoluções adoptadas pela Mesa Redonda de Santiago do Chile*, Santiago, ICOM.

Património Arqueológico e Turismo na Região Algarvia

João Pedro Bernardes | António Faustino Carvalho

1. INTRODUÇÃO

Apesar do potencial histórico arqueológico do Algarve, desde os primórdios da ocupação humana do território, com o Paleolítico, até aos alvares da nacionalidade, com a remodelação dos castelos e sítios islâmicos logo após o processo da Reconquista, a promoção turística do Algarve não tem tido em devida conta estes recursos essenciais à diversificação e qualificação do turismo regional. Este trabalho procura chamar a atenção para aqueles recursos e respetivo potencial, elencando e caracterizando de forma muito sumária alguma da oferta turística existente em termos de Património Arqueológico. Não fazemos um levantamento exaustivo, mas tão só uma seleção alargada de sítios ou conjuntos de sítios, que nos parece ilustrativa da realidade geral (para a localização dos sítios



Figura 1 Localização dos sítios e conjuntos arqueológicos algarvios referidos em texto: 1- Alcoutim; 2- Menires do Lavaço (Alcoutim); 3- Montinho das Laranjeiras (Alcoutim); 4- Castelo de Castro Marim; 5- Santa Rita (Cacela); 6- Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim); 7- Tavira; 8- Quinta do Marim (Olhão); 9- Milreu (Faro); 10- Quinta do Lago (Loulé); 11- Cerro da Vila (Loulé); 12- Salir (Loulé); 13- Paderne (Albufeira); 14- Alcalar (Portimão); 15- Monte Molião (Lagos); 16- menires de Vila do Bispo.

mencionados, ver Fig. 1), reforçando a ideia de como alguns sítios arqueológicos e áreas naturais se poderiam complementar, potenciar e qualificar de forma conjunta e articulada. Não procedemos também a uma avaliação ou balanço do impacto deste património no Turismo algarvio por não ter sido nosso objetivo aceder a dados quantitativos.

2. O PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO ALGARVIO E A SUA VALORIZAÇÃO TURÍSTICA: EXISTÊNCIAS E POTENCIALIDADES

2.1. Património arqueológico pré-histórico

Por natureza, o património arqueológico de época pré-histórica é frequentemente pouco monumental. Acampamentos de caçadores paleolíticos, concheiros mesolíticos ou abrigos de pastores neolíticos são de musealização exigente e complexa, porque exigente é a sua explicação se feita em termos rigorosos e comumente entendíveis, sobretudo se se pretender direcionada para o grande público não especialista. Pode dizer-se que esta dificuldade se deve a um duplo fator. Com efeito, nos exemplos referidos estamos a lidar com sociedades extintas que tiveram modos de vida radicalmente distintos dos nossos e que elaboraram culturas materiais — ou seja, os objetos que expomos nos museus — que nada têm que ver com as nossas experiências quotidianas no mundo atual. Trata-se, em suma, de apresentar ao público objetos aparentemente insignificantes, tais como peças em pedra lascada e, a partir da informação científica que elas nos proporcionam, construir um discurso que descreva as condições bioclimáticas que determinaram as diferentes paisagens pré-históricas, a maior ou menor mobilidade destes grupos humanos, a sua organização social e as transformações culturais por que passaram. Ou, dito de outro modo, trata-se de reconstruir o cenário e as “histórias” humanas que nele tiveram lugar. A estas dificuldades inerentes ao próprio objeto de estudo, há ainda que adicionar o imaginário popularizado do “homem das cavernas”, que luta incessantemente contra as violências da Natureza e dos outros homens — os frios glaciares, as feras esfaimadas, os inimigos canibais... — para conseguir garantir a sua simples sobrevivência, imaginário que não é senão a perduração de ideias (hoje preconceitos enraizados) herdadas das primeiras interpretações, de meados da centúria de oitocentos, sobre o mais remoto Passado humano.

A região algarvia conta com inúmeros vestígios dessas épocas remotas, os quais aliás integram as grandes sínteses que se têm escrito sobre a Pré-História de Portugal (p. ex., Cardoso 2002), dada a sua relevância científica, por vezes verdadeiramente excepcional. Porém, um pouco à semelhança de muitas outras regiões do País, no Algarve existem também vestígios pré-históricos bem mais monumentais desse Passado: os monumentos megalíticos e os povoados delimitados por recintos de pedra ou fossos. Alguns têm sido objeto de valorização mais ou menos sistemática e continuada, outros encontram-se longe dos circuitos turísticos mais frequentados, outros ainda estão desaproveitados mas contêm um potencial incontornável. De uma amostra deles teceremos de seguida curtas considerações.

Entre os monumentos ditos megalíticos — do grego antigo “*mega*” (grande) e “*lithos*” (pedra) — encontramos, na realidade, dois tipos: os menires e as antas (ou dólmenes). De ambos há notáveis exemplares no Algarve. Os primeiros são particularmente frequentes no Barlavento, onde se encontram inventariadas mais de duas centenas (Gomes 1997)¹ e que se constituem, aliás, como uma das maiores concentrações em toda a Península Ibérica. Ainda hoje objeto de alguma controvérsia quanto à sua cronologia e significado concretos, tem-se no entanto seguro que a sua maior parte terá sido erguida no decorrer do período neolítico (desde há cerca de sete mil anos) e que seriam lugares de reunião para celebrações variadas relacionadas, quer com os ciclos agrícolas e astrais (e, portanto, entendidos como símbolos de fertilidade e locais de observação astronómica), quer com estratégias de relacionamento político-social estabelecidas pelas comunidades agropastoris que então habitariam a região. Os segundos eram túmulos coletivos — detinham, portanto, como função primeira o depósito dos restos mortais dos antepassados — mas reúnem também todo o rol de papéis sociais e simbólicos que reconhecemos nos monumentos meníricos

O primeiro conjunto de menires a ser objeto de valorização localiza-se no concelho de Vila do Bispo (freguesia de Sagres). Sob a denominação de “Roteiro do

¹ O último inventário publicado data de finais do século passado, da autoria do autor citado, que estimava então existirem em toda a região algarvia mais de duas centenas de menires, “alguns integrados em recintos ou em pequenos alinhamentos”, sendo que se contabilizavam nessa data 219 exemplares, distribuídos da seguinte forma por concelho: 121 em Vila do Bispo, 20 em Lagos, 9 em Portimão, 40 em Lagoa, 21 em Silves, 5 em Loulé, 2 em Albufeira e 1 em Alcoutim (Gomes 1997, p. 156-157).

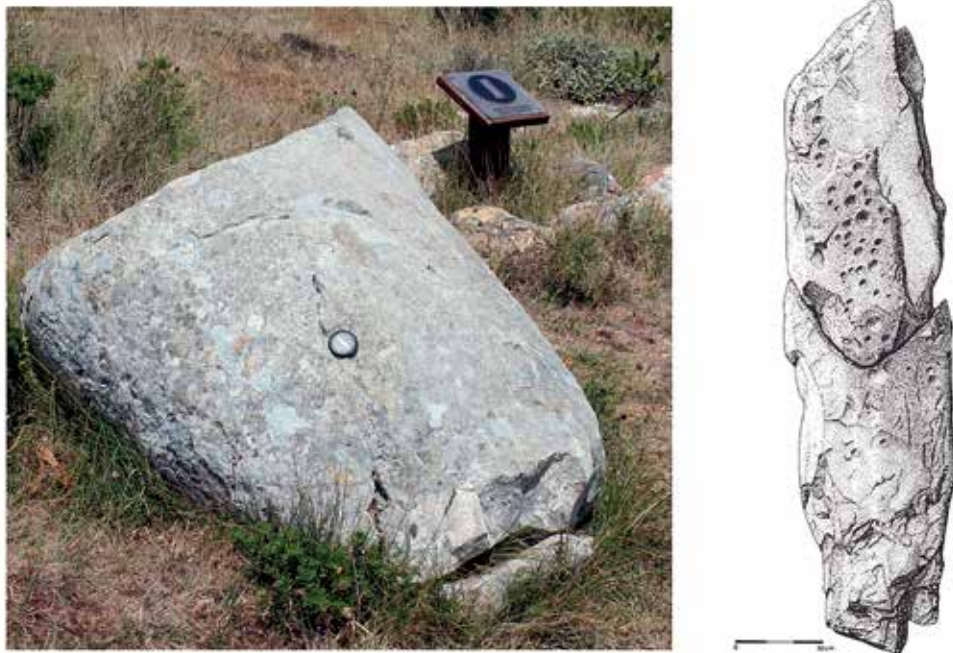


Figura 2 À esquerda: imagem de um dos menires fraturados e tombados que compõem o presumível cromeleque do Monte dos Amantes, notando-se junto ao canto superior direito da fotografia, uma das placas sinalizadoras. À direita: levantamento da arte insculpada no Menir 3 do conjunto do Lavajo (Cardoso et al. 2003, fig. 8, adaptada), onde se podem observar temas conhecidos em monumentos similares do megalitismo alentejano, denunciando portanto influências culturais dessa região.

Monte do Amantes”, reúne um conjunto de monólitos fraturados (Fig. 2) que, pelo menos aparentemente, formariam à época um cromeleque (ou seja, um recinto delimitado por diversos menires) erigido numa suave vertente virada ao Atlântico, no sítio com aquele topónimo. Este roteiro conta com um desdobrável (disponível no website do município) que apresenta diversas informações úteis: sugestões de itinerário, condições de acesso, regras de proteção dos vestígios, explicação do seu significado, apontamentos sobre a flora local e outros pontos de interesse patrimonial, e ainda um glossário. No próprio local foram colocados painéis explicativos em infraestruturas de madeira e o percurso foi assinalado. Não sabemos — nem provavelmente sabe o município, uma vez que as visitas são de livre acesso — qual é a frequência de visitantes, o seu perfil, e a motivação, mas forçosamente se deduz que o visitante-tipo é veraneante e/ou conjuga a visita ao Monte dos Amantes com o usufruto da paisagem da região, integrada num parque natural.

Semelhantes no tipo de vestígio, são os menires do Lavajo, localizados no extremo oposto da região, no concelho de Alcoutim (freguesia de Afonso Vicente).

Na realidade, são dois locais com menires (Lavajo I e II), separados apenas por uma linha de água, mas que deveriam conformar uma única entidade, considerando a intervisibilidade existente entre ambos. Os trabalhos de restauro e reerguimento dos monólitos originalmente existentes em cada um dos locais implicaram escavações sistemáticas que permitiram identificar os alvéolos onde assentavam as peças e descobrir alguns objetos arqueológicos que se lhes encontravam associados (que, aliás, permitem por sua vez determinar que a sua construção datará do final do IV milénio a.C.). Estes trabalhos, levados a cabo por João Luís Cardoso e colaboradores (2003), tiveram lugar em 1998 e 2001, e tiveram como resultado a disponibilização dos monumentos meníricos ao público, integrados na Rede Museológica de Alcoutim. No website do município está disponível uma página sobre este património, curta mas com elementos importantes para uma visita (apresentação e mapa de acesso) e um folheto bilingue (português e inglês) com uma breve descrição, mapa de acesso, fotos da localização e dos objetos encontrados, assim como o levantamento da arte insculturada existente num dos monólitos (Fig. 2).

Em Santa Rita, no concelho de Vila Real de Santo António (freguesia de Cacela), foi escavado em 2007 e 2008 um notável monumento — o túmulo megalítico de Santa Rita (Fig. 3) — que se integra cultural e funcionalmente no conjunto mais alargado



Figura 3 À esquerda: imagem de conjunto do túmulo megalítico de Santa Rita, com o corredor de acesso à câmara funerária em primeiro plano. À direita: imagem do "átrio" exterior do monumento funerário n.º 7 do complexo arqueológico de Alcalar. Note-se as diferentes técnicas construtivas empregues em ambas as necrópoles e, mais expressivamente, o efeito cromático produzido pelo recurso a elementos construtivos a partir das geologias locais.

de manifestações dolménicas de fins funerários conhecidas neste sector de sotavento do Barrocal desde os trabalhos pioneiros de Estácio da Veiga (1886). Conquanto ainda apenas preliminarmente publicados os resultados da escavação (p. ex., Inácio *et al.* 2010), é possível ao visitante, se se dirigir diretamente ao Centro de Investigação e Informação do Património de Cacela, que funciona na antiga escola primária de Santa Rita, obter um desdobrável com informação bastante completa sobre o sítio arqueológico (a sua descrição arquitetónica, as práticas funerárias observadas durante a escavação, as questões que o monumento levanta, o seu enquadramento no megalitismo de Cacela, e indicações para mais informações) e aceder ao próprio monumento, localizado nas imediações. Aquele centro não conta com qualquer outro tipo de apoio ao visitante nem elementos adicionais sobre o monumento (entre os quais seria interessante, por exemplo, uma pequena amostra permanente dos interessantíssimos objetos exumados na escavação), mas o conteúdo do desdobrável e outras indicações encontram-se disponíveis no respetivo website.

Por iniciativa da Tutela da cultura, as duas últimas décadas assistiram a trabalhos vários de valorização e musealização do complexo arqueológico calcolítico de Alcalar, no concelho de Portimão (freguesia de Mexilhoeira Grande). Trata-se de um vasto conjunto de realidades arqueológicas atribuíveis essencialmente ao Calcolítico (III milénio a.C.), que parecem testemunhar a existência de uma sociedade pré-histórica fortemente hierarquizada do ponto de vista da sua estrutura social, tal como se pode inferir da panóplia de objetos recuperados em escavação e, muito expressivamente, da própria disposição espacial e tipologia dos diversos sítios arqueológicos que compõem o conjunto. No que respeita ao património pré-histórico algarvio, este é um dos projetos mais aprofundadamente desenvolvido, pois incluiu prospeções no terreno e escavações sistemáticas em diversos sítios. Estas tiveram lugar em alguns dos monumentos funerários já conhecidos desde o século XIX graças aos trabalhos de Estácio da Veiga (1886), já referidos a propósito da área de Cacela, de que é exemplo Alcalar 7 (Fig. 3), e também no povoado adjacente, ocupando, ao que tudo indica, uma vasta área habitacional delimitada por fossos. Deste esforço de trabalho de campo têm resultado diversas publicações científicas que não cabe

aqui descrever, mas deve salientar-se a publicação de um excelente livro, integrado na conhecida coleção “Roteiros da Arqueologia Portuguesa” (Parreira 2007). No próprio local, junto a um conjunto de monumentos funerários, foi edificado o Centro de Interpretação de Alcalar onde, para além da aquisição dos bilhetes de entrada para visita aos mesmos, o visitante tem acesso a informação sobre o conjunto arqueológico, que inclui nomeadamente uma pequena exposição. Uma pequena descrição, mas contendo informações sobre as visitas ao local, podem ser encontrados no website do Museu de Portimão.

Outros monumentos megalíticos da região — por exemplo, os que se conhecem na Serra de Monchique e na Serra do Caldeirão, ou os menires do concelho de Lagoa — e povoados fortificados (isto é, delimitados por linhas de muralhas) — de que é exemplo maior o Cerro do Castelo de Santa Justa, em Alcoutim — foram já escavados. Isso significa que existe informação científica disponível para a elaboração de discursos museológicos e objetos adequados para o respetivo suporte museográfico. Porém, à data de redação deste texto, em nenhum dos casos referidos se dispõe de condições mínimas de receção de visitantes (os sítios não se encontrarão todos devidamente limpos de vegetação e com acessos próprios, e não se dispõe de roteiros, sinalização, ou outro tipo de apoio a visitas), pelo que apenas por esforço próprio, e por sua própria conta e risco, poderá o visitante aventurar-se na (re) descoberta de tais sítios arqueológicos.

2.2. Património arqueológico romano

Os vestígios do último milénio antes da nossa Era, cujos contextos funerários foram largamente identificados por Estácio da Veiga, têm nos últimos anos adquirido importante expressão no panorama dos estudos arqueológicos do Algarve, embora em termos quantitativos o número de sítios identificados e estudados seja ainda escasso. Não porque os sítios destas épocas de intensos contactos com o Mediterrâneo, imediatamente antes da chegada dos romanos, não tenham sido bastante relevantes, como se comprova por um vasto número de necrópoles identificadas pelo pioneiro algarvio, mas porque os povoados correspondentes são de difícil detecção na paisagem. É o período em que o atual território nacional e a região do Algarve estabelecem uma intensa e profícua relação

com as civilizações e povos do Mediterrâneo Antigo de que são exemplos os fenícios, gregos ou cartagineses; é o tempo em que a escrita, o modo de vida urbano e muitos dos hábitos do quotidiano mediterrâneo começam a ser adotados pelas comunidades locais; é, finalmente, o início de uma nova forma de ver o mundo e de estar que passa pelo sentido de pertença a uma cultura europeia e mediterrânea, que se inicia com a incorporação no Império Romano e culmina hoje na plena integração na União Europeia. Os vestígios arqueológicos do período pré-romano e romano são, pois, determinantes para ajudar a conhecer a identidade da região, e entender as suas vivências e ambiências, enfim, a enriquecer a experiência de quem nos visita.

No castelo de Castro Marim, as escavações lideradas por Ana Margarida Arruda nos últimos anos têm trazido à luz do dia alguns dos vestígios do Bronze Final, da Idade do Ferro e da época romana. Estas ruínas, que ainda não estão musealizadas, pertenceram ao núcleo urbano de *Baesuris*, um povoado de origem pré-romana que é referido nas fontes clássicas como um importante nóculo viário, para além da posição estratégica que assumia na desembocadura do Guadiana. Um pequeno núcleo museológico no castelo de Castro Marim permite ter acesso a algum do espólio recolhido nas escavações que ali tiveram lugar (Arruda *et al.* 2007). Tal como naquele núcleo fortificado, também se encontram em Tavira abundantes testemunhos, datados de entre os séculos VIII e III a.C., de fenícios, gregos e cartagineses, demonstrando os amplos contactos que a região mantinha com as civilizações do Mediterrâneo antes da chegada dos romanos. Nesta cidade do Rio Gilão já foram identificados vários núcleos fenícios, sendo visitáveis alguns dos poços votivos no átrio do Palácio da Galeria. Tem vindo a ser admitido que a cidade de *Balsa* teve a sua origem neste núcleo urbano pré-romano de Tavira, que, já em época romana, foi transferida para junto de Luz de Tavira (Maia 2003).

As escavações igualmente dirigidas pela investigadora atrás referida no Monte Molião, em Lagos, revelaram muitas estruturas da última fase da Idade do Ferro (séculos IV-II a.C.) e dos primeiros séculos da presença romana, aguardando-se a valorização e preparação do sítio para receção de visitantes. Supõe-se que aqui se localizava o núcleo urbano da *Lacobriga* referida nas fontes clássicas, tendo as escavações

confirmado que, a partir do século II, foi paulatinamente abandonado em virtude da transferência das populações para a margem oposta da ribeira de Bensafirim, onde se situa o atual burgo. Com efeito, nos últimos anos, em pleno centro histórico de Lagos, foram identificados restos de uma significativa indústria de preparados de peixe (Arruda 2007).

Para além dos povoados enunciados, as outras ocupações conhecidas da Idade do Ferro objeto de intervenção arqueológica, mas não visitáveis, resumem-se a Faro e Silves (Cerro da Rocha Branca) (Arruda *et al.* 2008). A distribuição pelo litoral destes sítios do primeiro milénio a.C. — que, *grosso modo*, correspondem aos primórdios das principais cidades do Algarve — acaba então por estruturar a própria ocupação humana do território algarvio, definindo uma matriz urbana regional que não mais se alterou.

Do período romano os dados são mais abundantes, havendo vários sítios escavados e preparados para o visitante. O Montinho das Laranjeiras, na margem portuguesa do Guadiana, é um sítio com uma longa diacronia de ocupação que se estende do século I ao século XIII. Esta estação arqueológica, cujas escavações se iniciaram no século XIX com Estácio da Veiga, foram retomadas em finais do século passado com Justino Maciel e Hélder Coutinho (Maciel 1993). O sítio, que entretanto foi musealizado pelo município de Alcoutim, integrando a rede museológica concelhia, é bem conhecido por apresentar uma das primeiras igrejas cristãs em Portugal de planta cruciforme, datada do século VI e VII. Situado num sítio aprazível de onde se domina o rio, é um bom exemplo da importância da navegabilidade do Guadiana para a região ao longo da época romana, Antiguidade tardia e época islâmica e que, rio acima, culminava no porto de Mértola. O acesso às ruínas é livre, podendo o visitante encontrar informação — para além da que se encontra disponível localmente — no museu do castelo da vila de Alcoutim (Coutinho 2005).

Não longe do Montinho das Laranjeiras, há que referir a barragem do Álamo e o castelinho dos Mouros. Neste último, situado junto a Guerreiros do Rio, numa posição estratégica que controla a navegabilidade do Guadiana, as escavações dos últimos anos têm revelado uma ocupação romana do século I a.C. Já

a barragem do Álamo constitui a mais imponente e bem conservada estrutura hidráulica do Algarve romano, cujas características ficaram melhor definidas com as intervenções arqueológicas de 2006 e 2007. É constituída por um paredão retilíneo com 41 metros de comprimento e 2,8 metros de espessura, reforçada por sete contrafortes, e com uma altura superior a 8 metros (Cardoso e Gradim 2011). Não é esta a única barragem do Algarve. A de Santa Rita, situada junto ao monumento megalítico homónimo já mencionado, era uma barragem das épocas romana e islâmica que abastecia a povoação situada em Cacela a Velha. Este sítio costeiro, com uma vista privilegiada sobre a Ria Formosa, constituiu-se, entre os séculos X e XIII, como núcleo urbano de importância regional, aparecendo designado nas fontes árabes como *Qast'alla*. Ainda que se desconheça quase tudo relativamente ao sítio romano que aqui existiu, pode-se ver *in loco*, para além das ruínas de um bairro islâmico cuja musealização está por fazer, um troço da muralha islâmica em taipa.

Em Cacela, tal como na maior parte dos sítios arqueológicos costeiros da época romana, estão identificados tanques para elaboração de preparados de peixe. Este tipo de tanques, que são hoje as estruturas arqueológicas que restam das fábricas ou unidades de processamento piscícola que produziam produtos à base de sal e peixe exportados para todo o mundo romano, de que o mais famoso era o *garum*, podem ser vistos na sede do parque natural da Ria Formosa, localizada em Marim (Olhão), ou ainda no *resort* da Quinta do Lago. Escavadas nos anos 80 do século passado (Silva *et al.* 1992; Arruda e Fabião 1990) as ruínas ficaram visitáveis, embora nunca tenham sido criadas as condições mínimas de conservação e de valorização dos sítios que os preparassem convenientemente para as visitas e devida apreciação do grande público. Na verdade, pouco ou nada foi investido nos locais nesse sentido, para além de uma breve placa identificando a natureza de tais tanques. E foi assim desde a década de 80 — altura em que as então bem conservadas estruturas foram postas a descoberto — até aos dias de hoje. Os sítios e as suas ruínas que deveriam sair dignificadas pela opção de as apresentarem ao público, após estes 30 anos de abandono estão completamente degradadas e até pouco recomendáveis a visita, tal é o grau de desprezo a que estão votadas. Não se tendo apostado o mínimo na sua manutenção, já há muito que se deviam

ter enterrado de novo, salvaguardando-as, dessa forma, do estado de destruição a que chegaram.

Servem estes dois casos, de Marim e Quinta do Lago, para bem ilustrar que a relação entre Património e Turismo tem que resultar de uma parceria de entendimento e de ação em que se os bens patrimoniais arqueológicos servem ou podem servir o turismo — nomeadamente através da diversificação da oferta, da apresentação de outros conteúdos fortemente comprometidos com a história do território, o ambiente envolvente e as características da terra — o turismo não pode apenas servir-se dos bens arqueológicos. Tem, também, em articulação com as entidades que o tutelam, que olhar para a sua preservação e valorização uma vez que se serve dele e precisa de o utilizar nas suas atividades de uma forma sustentável. Infelizmente, em Portugal os setores do Turismo e do Património como que têm caminhado e progredido de costas voltadas, divorciados um do outro, quando a atividade de um assenta na “venda” e exploração das características de um território, ao passo que o outro constitui boa parte da identidade e alma desse mesmo território. Ainda que a atitude, pelo menos ao nível do discurso teórico, tenha vindo paulatinamente a mudar, há que passar à prática, aprendendo inclusive com os nossos parceiros europeus onde a aliança Turismo/Património se tem mostrado muito frutuosa para ambos os setores constituindo hoje mais um binómio do que uma mera aliança de interesses. Turismo sustentável é hoje impensável sem se imiscuir no território, sem considerar o ambiente, sem olhar para o Património ou até envolver-se socialmente. Pois é a conjugação de tudo isto que cria os ambientes genuínos e autênticos, as ambiências que levam a novas experiências e vivências, que constituem os terrenos férteis à atração turística e à valorização das comunidades.

Os sítios romanos do Algarve mais visitados e melhor preparados para os visitantes são a *villa* de Milreu (Estoi) e o Cerro da Vila (Vilamoura). Ambos integram os itinerários arqueológicos do Algarve tendo beneficiado de algum investimento sobretudo dirigido para a construção de centros de acolhimento e de interpretação. Recebem hoje milhares de visitantes por ano, sobretudo estrangeiros, realizando-se nos seus espaços eventos de natureza vária, como exposições ou espetáculos musicais. Ambos os sítios, com uma longa



Figura 4 Em cima: ruínas romanas da praia da Luz correspondentes a um balneário de um sítio de transformação de preparados de peixe. Em baixo: Estrutura hexagonal do Cerro da Vila (Vilamoura), eventualmente dos séculos V ou VI d.C

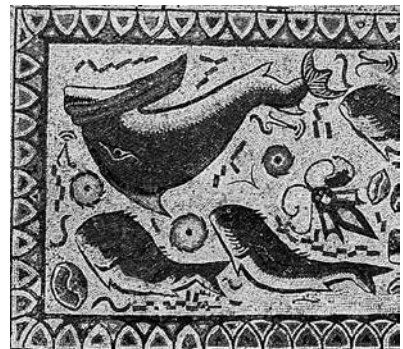


Figura 5 Mosaico de Milreu retratando a fauna marinha regional, um dos recursos mais explorados na época romana e exportado em larga escala.



Figura 6 A Ria Formosa vista a partir da fortaleza de Cacela, uma das muitas fortificações do litoral algarvio que asseguravam o controlo da costa e a segurança das populações.

diacronia de ocupação, têm como principal motivo de interesse as ruínas de compartimentos do século IV pavimentados a mosaico, para além de estruturas e artefactos de outros períodos. Outro sítio que já esteve aberto ao público pela peculiaridade da arquitetura das suas ruínas e pavimentos de mosaico foi a *villa* da Abicada (Mexilhoeira Grande) que se encontra em fase de requalificação para integrar o itinerário arqueológico do Algarve. Note-se que a gestão dos sítios disponíveis neste tipo de itinerários pode ser partilhada. Se Milreu é um dos bens arqueológicos tutelados pela Direção Regional de Cultura, já o Cerro da Vila está sob gestão privada através de uma parceria de concessão entre a tutela e a empresa turística local (Lusort). Este tipo de gestão, passível de se articular com interesses económicos, partilha entre o público e o privado a responsabilidade social sobre a preservação e valorização patrimonial de um sítio arqueológico, através de um modelo cuja aplicação pode ser interessante para outros sítios.

Finalmente, da época romana podem ver-se mais núcleos de ruínas do Algarve, alguns por escavar e/ou que a erosão marítima tem posto à luz do dia, como o sítio pesqueiro da Boca do Rio ou os fornos do Martinhal, outros que desde a época romana têm permanecido visíveis como a barragem da Fonte dos Mouros, em Lagos. Estas ruínas arqueológicas bem como muitas outras que marcam a paisagem servem, antes de mais, para ilustrar a frequência de sítios romanos no Algarve e a potencialidade arqueológica e patrimonial da região. Alguns destes sítios, como o núcleo balnear das ruínas romanas da praia da Luz, escavado em 1987 (Parreira 1997), e que integrava mais uma unidade de transformação de preparados de peixe, estão devidamente preparados para receber públicos, ainda que frequentemente lhes falte a devida divulgação e informação associada.

2.3. Património arqueológico medieval e moderno

Castelos, fortalezas, igrejas e conventos, constituem o património histórico-arqueológico das épocas medieval e moderna mais notável do Algarve, para além de um ou outro caso de arquitetura civil de que o palácio de Estoi, convertido numa pousada de luxo, é o exemplo mais significativo. Sem querer enumerar todos estes bens que se afirmam e são referência das paisagens urbanas da região e que se enquadram mais no âmbito histórico e artístico do que arqueológico, não podemos deixar de abordar alguns castelos islâmicos que, quer pela relevância que ocupam no contexto nacional, quer por terem sido alvo de trabalhos arqueológicos e de valorização com vista à sua abertura ao público, são incontornáveis em qualquer texto que trate o panorama arqueológico do Algarve.

O mais antigo destes castelos com uma ocupação entre o século VIII e o XI é o castelo velho de Alcoutim, escavado por Helena Catarino e que pode ser visitado em grupo recorrendo aos serviços educativos e culturais do município. Implantado estrategicamente sobre o rio Guadiana, dali tem-se uma panorâmica verdadeiramente excepcional sobre o rio, mas também sobre as afrontadas vilas de Alcoutim e congénere espanhola de San Lúcar do outro lado do Guadiana. Informações sobre o primitivo castelo e o que lhe sucede, já localizado em plena vila, poderão ser vistas em alguma bibliografia destinada a visitantes, como por exemplo no recente roteiro sobre Alcoutim Medieval. Ainda do

período islâmico mas já das últimas fases da ocupação do território algarvio, séculos XI-XIII, os castelos de Salir e de Paderne, igualmente escavados sob orientação de Helena Catarino, constituem outros bons exemplos da presença islâmica no Algarve central. O castelo de Salir dispõe de um centro interpretativo com um pequeno núcleo museológico, onde se expõe espólio exumado no local aquando das escavações e ainda restos da arquitetura doméstica e militar da época. Tudo isto com a particularidade de estar perfeitamente inserido na trama da atual aldeia. Já o castelo de Paderne tem como ponto principal de interesse as suas imponentes muralhas de taipa, a cisterna e os restos de arquitetura religiosa e doméstica do seu interior, para além de se encontrar numa colina de onde se avista uma magnífica paisagem do barrocal algarvio. A visita está hoje a cargo do museu municipal de Albufeira que disponibiliza abundante informação sobre o sítio (Catarino 1997).

No extremo ocidental do Algarve há que fazer referência ao *ribât* da Arrifana escavado nos últimos anos por Rosa Varela Gomes. Implantado sobre o promontório da Ponta da Atalaia, a 6 km a poente de Aljezur, que cai sobre o mar num cenário paisagístico inesquecível, tem sido interpretado como o santuário erigido pelo mestre sufi *Ibn Qasî* em meados do século XII. Tal como em Alcoutim e mesmo em Salir, também aqui se aliam o Património Cultural e Arqueológico com o Património Natural e paisagístico, combinando num mesmo cenário diferentes pontos de interesse, tornando o local patrimonialmente ainda mais estimulante pela conjugação das suas potencialidades. O sítio, onde ainda decorrem escavações, ajuda a entender o mundo do Sagrado conjugado com o imenso mar Oceano que desde a mais remota antiguidade tiveram lugar neste extremo ocidental da Europa a que os romanos chamaram *Promunturium Sacrum*.

Para além das estruturas de defesa da época moderna, particularmente abundantes ao longo de toda a costa algarvia, o património religioso constituído por igrejas e conventos é abundante no Algarve. É claro que estes bens patrimoniais arquitectónicos e artísticos não são objeto deste texto dedicado ao património arqueológico, ainda que nos mereçam uma breve referência pois, recorrentemente, têm sofrido escavações arqueológicas, sendo os vestígios detectados por vezes incorporados no espaço existente.

Refira-se, apenas a título de exemplo e tomando como caso a cidade de Tavira, as estruturas fenícias detectadas nas escavações efetuadas para a reabilitação do Palácio da Galeria e que se podem observar no interior deste solar do século XVIII, ou ainda o núcleo arqueológico que mostra ao público parte de um bairro islâmico no convento da Graça (séc. XVI), escavadas aquando da sua conversão em pousada (Covaneiro *et al.* 2008; Cavaco e Covaneiro 2009); ou ainda as escavações efetuadas no convento das Bernardas ou de Nossa Senhora da Piedade, uma das obras mais notáveis construídas em Tavira no século XVI, que permitiu a integração num projeto residencial de Eduardo Souto Moura de vários elementos antes ocultos relativos à história do edifício enquanto convento e depois moagem industrial.

Uma última palavra para alguns exemplos de património industrial que nas últimas décadas foi também associado à arqueologia quando aí se aplicam os métodos da disciplina sob a designação de Arqueologia Industrial. No Algarve há duas atividades industriais historicamente incontornáveis: a indústria ligada à transformação de peixe e a indústria corticeira. Se a primeira tem presença bem atestada desde os Romanos, a segunda foi uma importante atividade nos finais do século XIX e primeira metade do XX, conservando-se um excelente caso em Silves, na chamada “Fábrica do Inglês”. Esta fábrica abriu como museu da cortiça em 1999 e ganhou o prémio de melhor museu industrial da Europa em 2001. Depois de um amplo sucesso e de uma forte capacidade de atração de públicos, o espaço foi encerrado com a falência do projeto mais vasto em que se integrava, encontrando-se hoje em risco de desaparecimento. Melhor sorte do que este emblemático exemplo da arqueologia industrial algarvia, teve a fábrica Feu, conserveira onde se instalou o museu de Portimão, integrando o espólio da antiga unidade fabril e que é hoje o maior e mais moderno museu do Algarve.

3. CONCLUSÕES

Como se foi constatando ao longo das páginas precedentes, o património arqueológico algarvio é muito rico, diversificado e encontra-se disperso por praticamente toda a região, o que, apesar de parecer uma contrariedade do ponto de vista logístico e das acessibilidades, pode na realidade ser uma mais-valia. Mais importante ainda é verificar-se que este património

dispõe de um enorme potencial para investigação e valorização adequada com base nessa investigação, não só no que respeita aos sítios arqueológicos desconhecidos do grande público (que constituem a larga maioria), como também mesmo no que respeita a muitos daqueles sítios que, de um modo ou outro, estão acessíveis a visitas. As dificuldades presentemente observáveis na sua valorização e articulação com o Turismo no Algarve radica, quanto a nós, em dois pontos cruciais. Em primeiro lugar, na desarticulação de que padece a oferta, a qual resulta de iniciativas pontuais mais ou menos estruturadas mas sem interligação explícita entre si; em segundo lugar, na inexistência de critérios uniformes de valorização que sejam transversais às entidades que têm o património arqueológico a seu cargo (a tutela e as autarquias), e que poderiam mostrá-lo como um todo robusto e coerente. Ou seja, com maior visibilidade. Mesmo quando se procura inserir os sítios em circuitos turísticos mais ou menos coerentes, como é o caso do circuito arqueológico do concelho de Alcoutim, que reúne um conjunto alargado de sítios cobrindo diferentes temáticas e épocas repartidas pelo concelho, falta-lhes um programa de *marketing* e de comunicação, particularmente junto dos agentes turísticos e unidades hoteleiras. A desarticulação entre o público e o privado tem sido, aliás, recorrentemente apontada ao nível nacional pelos *stakeholders* quando abordam o problema do binómio Turismo/Património, onde o esforço de colaboração é frequentemente emperrado por estruturas públicas pouco ágeis e com canais demasiado burocráticos e hierarquicamente muito dependentes (Fonseca e Ramos 2012).

É nossa opinião que um primeiro passo na superação das referidas dificuldades poderia assentar na elaboração de um guia integrado, que definisse roteiros próprios para conjuntos de sítios arqueológicos — e, sempre que possível, museus com coleções arqueológicas, sejam eles locais ou monográficos — localizados em relativa proximidade entre si². Estes roteiros, idealmente, deveriam ser elaborados proporcionando uma articulação estreita pelo menos com o património ambiental envolvente (designadamente a geologia, a flora ou a avifauna), se com outros patrimónios (etnográfico, imaterial, etc.) se mostrasse de mais difícil articulação. O património

² À semelhança, por exemplo, do Guia de Percursos Pedestres publicado em 2012 pelo Turismo de Portugal – Algarve, que inclui já, aliás, alguns sítios arqueológicos (Anta da Masmorra e Castelo de Paderne).

gastronómico seria, todavia, um valor a não ignorar nesse sentido, em particular após a classificação da Dieta Mediterrânea pela UNESCO como Património Cultural Imaterial da Humanidade (para uma análise da Dieta Mediterrânea sob diversas perspetivas, ver AA.VV. 2014). Mas é claro que não pode ser esquecido o esforço de divulgação e de articulação com os agentes turísticos, a fim de dinamizar essa oferta patrimonial e não a deixar no esquecimento apesar do seu potencial, como é o caso de Alcoutim.

No sentido da proposta dos guias integrados, e no que respeita ao património pré-histórico, há vários locais na região algarvia que se conformariam como interessantes hipóteses de investimento para valorização e integração na oferta turística, que se poderiam somar às ofertas já existentes e que deveriam apostar também fortemente na ligação direta com o património ambiental do respetivo território. Tratar-se-ia, seguindo as reflexões apresentadas por Parreira (2011), de seguir um caminho em quatro etapas — “delimitar”, “intervir”, “preservar” e “difundir” (tarefa que implica “gerir”) — o qual, em suma, se constitui como um autêntico investimento a diversos títulos, e com retornos também a diversos títulos, desde financeiros a científicos, passando pelas vertentes sociais, educacionais e culturais.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV.** (2014) - *A dieta mediterrânica em Portugal: cultura, alimentação e saúde*. Faro: Universidade do Algarve.
- ARRUDA, A. M.** (2007) - *Laccobriga: A ocupação romana da Baía de Lagos*. Lagos: Câmara Municipal.
- ARRUDA, A. M.; FREITAS, V. T.; OLIVEIRA** (2007) - Os fenícios e a urbanização no Extremo Ocidente: o caso de Castro Marim. In LOPEZ CASTRO, ed. - *Las ciudades fenicio-púnicas en el Mediterráneo Occidental*. Almeria, p. 459-482.
- ARRUDA, A. M.; COVANEIRO, J.; CAVACO, S.** (2008) - A Necrópole da Idade do Ferro do Convento da Graça, Tavira. *5.º Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves: Câmara Municipal de Silves (*Xelb*; 8), p. 141-159.
- ARRUDA, A. M.; FABIÃO, C** (1990) - Ânforas da Quinta do Lago (Loulé). In ALARCÃO, A.; MAYET, F., ed. - *As Ânforas Lusitanas. Tipologia, Produção, Comércio*. Conimbriga / Paris: Museu Monográfico de Conimbriga / Diff. de Boccard, p. 199-213.
- CARDOSO, J.L.** (2002) - *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Verbo.
- CARDOSO, J.L.; CANINAS, J.L.; GRADIM, A.; JOAQUIM, A.N.** (2003) - *Os menires do Lavajo, Afonso Vicente, Alcoutim*. Alcoutim: Câmara Municipal de Alcoutim / Comissão de Coordenação Regional do Algarve.
- CARDOSO, J. L.; GRADIM, A.** (2011) - *Dez anos de trabalhos arqueológicos em Alcoutim. Do Neolítico ao Romano*, Alcoutim: Câmara Municipal de Alcoutim.
- CATARINO, H.** (1997-1998) - *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento e recintos fortificados* (3 vols). Loulé: Câmara Municipal de Loulé (*Al-'Ulyā*; 6).
- CATARINO, H.** (1997) - Castelos Muçulmanos no Algarve. In BARATA, M.F., coord. - *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, p. 449-457.
- CAVACO, S.; COVANEIRO, J.** (2009) – Um (novo) olhar sobre a Tavira Islâmica”. *6.º Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves: Câmara Municipal de Silves (*Xelb*; 9), p. 429-443.
- COUTINHO, H. M. R.** (2005) - *As ruínas do Montinho das Laranjeiras : Alcoutim*. Alcoutim: Câmara Municipal de Alcoutim.
- COVANEIRO, J.; CAVACO, S.; LOPES, G.** (2008) – O Bairro Almóada do Convento da Graça (Tavira). *Promontoria Monográfica*, 11. Faro: Universidade do Algarve, p. 51-62.
- FONSECA, P.; RAMOS, R.** (2012) - Heritage tourism in peripheral areas: Development strategies and constraints. *Tourism Geographies*. 14(3), p. 467-493.
- GONÇALVES, V.S.** (1997) - Cerro do Castelo de Santa Justa: um povoado calcolítico fortificado no Alto Algarve Oriental. In BARATA, M.F., coord. - *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, p. 183-190.
- GOMES, M.V.** (1997) - Megalitismo do Barlavento algarvio: breve síntese. *I Encontro de Arqueologia da Costa Sudoeste. Homenagem a Georges Zbyszewski*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (Setúbal Arqueológica; 11-12), p. 147-190.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.** (2004) - O Ribat da Arrifana (Aljezur, Algarve). Resultados da campanha de escavações de 2002. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 7:1, p. 483-573.
- GUIA DE PERCURSOS PEDESTRES (2012) - Faro: Turismo de Portugal – Algarve.
- INÁCIO, N.; CALADO, D.; CURATE, F.; NIETO, J.M.; BAYONA, M.R.; OLIVEIRA, C.** (2010) - O túmulo megalítico de Santa Rita (Vila Nova de Cacela). Resultados preliminares de um processo de investigação em curso. *7.º Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves: Câmara Municipal de Silves (*Xelb*; 10), p. 73-86.
- MACIEL, M. J.** (1993) - Reescavações na Villa Romana do Montinho das Laranjeiras (Alcoutim). *Arqueologia Medieval*. 2, p. 31-38.
- MAIA, M.** (2003) - Fenícios em Tavira. In *Tavira Território e Poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 57-72.

PARREIRA, R. (1997) - O salvamento arqueológico das ruínas romanas da Praia da Luz (Lagos): as oficinas de salga a oriente do Balneário (Escavações de 1987-1988). *I Encontro de Arqueologia da Costa Sudoeste. Homenagem a Georges Zbyszewski*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (Setúbal Arqueológica; 11-12), p. 241-248.

PARREIRA, R. coord. (2007) - *Alcalar: monumentos megalíticos*. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (Roteiros da Arqueologia Portuguesa; 10).

PARREIRA, R. (2011) - Sitios musealizados de la Prehistoria reciente. Algunas experiencias en Portugal. *1.º Congreso de Prehistoria de Andalucía*. Antequera, p. 461-466.

SILVA, C. T.; SOARES, J.; COELHO-SOARES, A. (1992) - Estabelecimento de produção de salga da época romana na Quinta do Marim (Olhão). Resultados preliminares das escavações de 1988-89. *Setúbal Arqueológica*. 9-10, p. 335-374.

VEIGA, S.P.M.E. (1886) - *Antiguidades monumentaes do Algarve*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional.

Websites consultados

Centro de Interpretação de Alcalar (Portimão):

<http://museudeportimao.pt/pt/menu/73/alcalar.aspx>

Centro de Investigação e Informação do Património de Cacela (Vila Real de Santo António):

<https://ciipcacela.wordpress.com/>

Instituto de Conservação da Natureza e da Floresta:

<http://www.icnf.pt/portal/ap/amb-reg-loc/pais-protect-local-rocha-pena>

Menires do Lavajo (Alcoutim):

<http://cm-alcoutim.pt/pt/464/menir-do-lavajo.aspx>

Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina:

<http://www.icnf.pt/portal/turnatur/visit-ap/pn/pnsacv/inf-ger#pt>

Roteiro do Monte dos Amantes (Vila do Bispo):

<http://cm-viladobispo.pt/pt/menu/188/roteiro-do-monte-dos-amantes---a-descoberta-dos-menires.aspx>

Castelo de Castro Marim:

<http://www.uniarq.net/projecto-castro-marim.html>

Monte Molião:

<http://www.uniarq.net/projecto-moliatildeo-na-antiguidade.html>

Visitas aos monumentos tutelados pela DRC Algarve:

<http://www.culturalg.pt/pt/drca/visitantes-dos-monumentos-aumentam-em-2014>

História do Turismo

A institucionalização do Turismo

Contributos para o estudo dos primórdios do Turismo no Algarve

Artur Barracosa Mendonça

1- ANTECEDENTES DO TURISMO E AS REFERÊNCIAS AO ALGARVE COMO DESTINO TURÍSTICO

O presente trabalho pretende acrescentar alguns contributos para a análise histórica das transformações que ocorreram no Algarve ao longo do tempo e que conduziram à assunção da região como o principal destino turístico em Portugal. Abstraindo algumas discussões sobre o que é o turismo¹ e a evolução do conceito ao longo do tempo.

Um dos reputados especialistas portugueses em Turismo, considera que o termo turista surge em Inglaterra, quando milhares de pessoas, sobretudo burgueses, começam a viajar pelo Velho Continente, percorrendo ao longo de cerca de três anos vários países, em especial a França, Itália, Suíça e Alemanha no que se designava por “grand tour”². Turista era um vocábulo que servia para se referir ao viajante inglês, primeiro os nobres depois os burgueses, que se deslocavam por prazer, instrução e conhecimento.

A revolução dos transportes foi determinante no desenvolvimento das viagens, da rapidez e também do conforto com que se realizavam as mesmas. A mobilidade

¹ W. Hunziker e K. Krapf em 1942, defendem que o turismo é o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma actividade lucrativa principal, permanente ou temporária e articulando três eixos fundamentais: a deslocação; a permanência e a motivação com que é feita. Mais tarde, em 1963, a Organização das Nações Unidas (O.N.U.), na conferência de Roma, sobre turismo e viagens internacionais acrescentava a noção temporal (viagens superiores a 24 horas) e amplia a noção da mobilidade populacional (alargando para o âmbito dos negócios, missões, reuniões, visitas a familiares, etc.), mantendo a diferença entre turista e excursionista. Esta noção foi revista em 1993, pela Organização Mundial do Turismo.

² Licínio Cunha, “Desenvolvimento do Turismo em Portugal: os primórdios”, *Fluxos & Riscos*, Nº1, Lisboa, 2010, p. 128.

interna nos países tinha aumentado com a época moderna, mas sobretudo a mobilidade externa era ainda muito diminuta até meados do século XIX. As viagens de lazer eram privilégios de poucos, como assinalou José de Ataíde, no seu primeiro relatório da Repartição de Turismo em 1912:

Há pouco anos atrás ainda, raros eram aqueles que viajavam propriamente pelos encantos da viagem. Para fora das fronteiras dos países apenas saíam, geralmente, os representantes diplomáticos e consulares, os comerciantes mais empreendedores e os aventureiros em busca de fortuna, vivendo as diversas nações quase isoladas umas das outras. Se analisarmos as causas que motivavam a deslocação dos homens para fora dos seus países de origem, encontramos quase sempre razões de comércio ou de indústria. Dentro dos países imperavam na circulação dos viajantes, as mesmas razões, havendo a acrescentar, naturalmente, à lista dos que eram forçados a deslocar-se, os diferentes funcionários em virtude das promoções, transferências e outras causas idênticas. Quem viajava anos atrás em Portugal a não ser os vários funcionários, os membros do parlamento, os académicos, os militares e os comerciantes?³

Foram também estes viajantes mais conhecedores, endinheirados e habilitados que começaram a deixar memória dessas viagens pelo estrangeiro. Nos meados do século XIX, em Portugal surgiram algumas obras⁴ que ilustram essa situação, bem como periódicos⁵ que

³ José de Ataíde, *Serviços da Repartição de Turismo. Setembro de 1911-Junho de 1912. Relatório*, Typ. Bayard, Lisboa, 1912, p. 5-7.

⁴ Entre as obras que surgiram publicadas em Portugal durante o século XIX e que serviam para dar a conhecer melhor os territórios, tradições, monumentos e paisagens do país podemos apontar: João António Peres Abreu, *Roteiro do Viajante no Continente e nos Caminhos-de-ferro de Portugal em 1865*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1865. Esta obra assaz curiosa apresenta um roteiro das principais localidades onde passava o comboio e se previa que viria a passar, apresentando já uma interessante selecção de locais, palácios, igrejas, bibliotecas, jardins, hotéis e hospedarias, fábricas, escolas, restaurantes e casas de pasto, cafés, as carreiras de trens e trens de praça, as empresas de vapores, serviços de diligências que poderiam interessar aos viajantes sendo estes aspectos muito mais detalhados para a cidade de Lisboa, mas também indicados para outros locais ainda que de forma muito mais sumária. O autor tem ainda o cuidado de sugerir alguns passeios ou roteiros pelas regiões como o que sugere ao Porto, passando por Aveiro, Bussaco, Coimbra, Leiria, Batalha, Alcobaça, Caldas e Alenquer (Cf. p. 147 a 152), um conjunto de três passeios de recreio a Coimbra (p. 152-156), entre outros que são sugeridos. Além desta, podemos referir, por ordem cronológica, as seguintes obras: Augusto Mendes Simões de Castro, *Guia Histórico do Viajante no Bussaco*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1868, [2ª ed. 1883]; Ricardo Augusto Pereira Guimarães [Visconde de Benalcanfor], *Impressões de Viagem. Cadiz, Gibraltar, Paris e Londres*, Viúva More Editora, Porto, 1869; Ramalho Ortigão, *As Praias de Portugal. Guia do Banhista e do Viajante*, Livraria Universal, Porto, 1876; Eduardo O. Pereira Queiroz Velloso, *Roteiro das Ruas de Lisboa e concelho de Loures*, Lisboa, 1890; A. R. Andrade, *Guia do Forasteiro em Coimbra*, Typ. José da Silva Mendonça, Porto, 1906; Victor Ribeiro, *A Influência da Tradição Monumental e Local no Desenvolvimento do "Turismo" no País* [Tese do Grande Congresso Nacional da Real Associação dos Archeólogos Portuguezes 1910], Casa da Moeda, Lisboa, 1910.

⁵ Entre as publicações periódicas podemos indicar: *O Viajante: jornal de recreio*, n. 1 (13

mostram o interesse que havia em dar a conhecer o mundo ainda mal conhecido pela grande maioria da população. Almeida Garrett, nos meados do século XIX, a propósito do tema das viagens, escreveu o romance *Viagens na Minha Terra*, onde descreve detalhadamente as paisagens à beira-Tejo. Também alguns estrangeiros publicaram obras sobre as suas viagens a Portugal algumas delas foram depois traduzidas para a língua de Camões, outras mantiveram-se nas suas línguas de origem e são pouco conhecidas em Portugal⁶.

Out. 1838] - n. 22 (18 Out. 1849), Lisboa, Typ. de A.J.P., 1838-1849; *Jornal de Viagens. Aventuras de Terra e Mar*, dir. Emydio d'Oliveira. - V. 1, n. 1 (1 Jun. 1879) - s. 2, v. 1, n. 16 (2 Out. 1898), Porto, 1879-1898; *À Volta do Mundo. Jornal de viagens e assuntos geográficos*, Dir. Teófilo Braga e Eduardo Barros Lobo, Lisboa, 1880 - 1883; *Almanach ilustrado do jornal de viagens e aventuras de terra e mar*, 1881, Porto, Empresa do Jornal de Viagens, 1881; *Carteira do viajante: guia oficial dos Caminhos de Ferro Portuguezes*, Porto, Administração Geral, [1883?] - 1886; *Jornal de Viagens*, Porto, 1896.

⁶ Citando, só a título de exemplo, autores estrangeiros sobre a paisagem, os monumentos e as tradições portuguesas podemos apontar: William Beckford, Hubner, Rackzinsky, Lichnowsky, Albrecht Haupt, Madame Ratazzi, entre muitos outros que tecem encómios, uns mais entusiásticos que outros, sobre o clima, o sol, a paisagem, os monumentos, que seriam merecedores de melhor divulgação e conhecimento junto dos seus patriotas. Autores menos conhecidos relatam também as suas viagens, passeios, estadias em Portugal como: Henry John George Herbert Carnavon, *Portugal and Galicia*, John Murray, London, 1836 [assinala passagens por várias povoações algarvias, com descrições detalhadas das localidades e identifica algumas pessoas, p. 50-103]; W. H. Harrison, *The Tourist in Portugal*, Robert Jennings London, 1839; John Murray, *A Handbook for travellers in Portugal*, John Murray, London, 1856 [com referências ao Algarve entre as páginas 53-65]; Catherine Charlotte Lady Jackson, *Fair Lusitânia*, Richard Bentley and Son, London, 1874; John Latouche (pseud. Oswald Crawford), *Travels in Portugal*, 1875 [com descrições de algumas povoações algarvias, p. 259-265]; Richard Stephen Charnock, *Bradshaw's Illustrated handbook to Spain and Portugal: a complete guide for travellers in the peninsula*, W. J. Adams, London, 1894 [com apontamentos breves sobre o Algarve p. 186-187]; Karl Baedeker, *Spain and Portugal. Handbook for travellers*, Karl Baedeker Publisher, Leipsic, 1898 [as páginas com referências e informações sobre Portugal encontram-se nas p. 509-587, mas as referências ao Algarve são muito escassas p. 548-549]; Benito Perez Galdos, *La Casa de Shakespear. Portugal. De vuelta de Itália*, António Lopez Librero, Barcelona, 1900 [embora publique memórias da passagem por Portugal em 1885]; Gilbert Watson, *Sunshine and sentiment in Portugal*, Edward Arnold, London, 1904 [esta obra merece particular destaque pelo detalhe das descrições e vivência no Algarve, em especial Faro, mas também a região serrana de Loulé, com referências a Salir, Alte, Benafim, que são muito pouco vulgares no início do século XX]; Agnes M. Goodwall, *Peeps at Many Lands. Portugal*, Adam and Charles Black, London, 1909; *Lisbon & Cintra: with some account of other cities and historical sites in Portugal*, Chatto & Windus, London, 1907; Martin Hume, *Through Portugal*, E. Grant Richard, London, 1907 (com ilustrações); W. H. Koebel, *Portugal. Its Land and People*, Archibald Constable and C^o, London, 1909; Mark Sale, *A Paradise in Portugal*, The Baker & Taylor Company, New York, 1911; Aubrey Fitz Gerald Bell, *In Portugal*, John Lane, London/New York, 1912 [com várias páginas a descrever o Algarve, p. 54-62]; B. Granville Baker, *A Winter Holiday in Portugal*, Stanley Paul and C^o, 1912; Ruth Kedzie Wood, *The Tourists Spain and Portugal*, Dodd, Mead And C^o, New York, 1913 [com descrições do Algarve: Portimão, Monchique e Faro, p. 283-287. Esta obra tem a particularidade de ser de uma das pessoas que acompanhou a visita dos jornalistas ingleses em 1913.]; Aubrey Fitz Gerald Bell, *Portugal of the Portuguese*, Charles Scribners Sons, New York, 1915; Marcel Monmarché et Émile Bertaux, *Espagne et Portugal*, Librairie Hachette, Paris, 1916 [com breves anotações sobre o Algarve entre as p. 494-496]; F. y H. Giner de los Rios, *Portugal. Impresiones para server de guia al viajero*, Imprenta Popular, Madrid, 1920; Ernest Peixoto, *Through Spain and Portugal*, Charles Scribners Sons, New York, 1922. Ainda há relativamente pouco tempo António Ventura, *Viajantes Estrangeiros no Algarve*, Lex, [Lisboa], 2005, onde faz uma pequena antologia dos textos de alguns dos viajantes mais ilustres, ficando ausentes os que acima se indicaram. Provavelmente, com este levantamento, mais autores seriam recordados.

As viagens, sobretudo com o desenvolvimento do comboio tornaram-se cada vez mais fáceis, baratas e acessíveis a uma parte da população que até ali nunca tinha conseguido viajar. Lembrava José de Ataíde a propósito das condições de viagem até meados do século XIX:

As viagens faziam-se em péssimas condições de comodidade e segurança. Ou a cavalo, ou em diligência por caminhos inóspitos, pernoitando-se nas estalagens onde tudo faltava, à mercê dos muitos salteadores que então infestavam as estradas, as viagens não eram de molde a seduzir quem quer que fosse e constituíam um acontecimento de tal importância que a maioria dos que se aventuravam a fazê-la, tinha o cuidado de fazer testamento antes de se meter ao caminho⁷.

Para o Algarve, as viagens eram preferencialmente feitas por barco a vapor, pelo menos para os grupos sociais que podiam. Porque por terra as dificuldades aumentavam, as descrições que conseguimos encontrar correspondem a todas estas dificuldades, acrescentando também os perigos dos assaltos em pleno Alentejo ou na serra algarvia, onde bandos de salteadores fizeram saques até muito tarde no século XIX. Dizia-se nos inícios da década de quarenta do séc. XIX, “Os transportes fazem-se no Algarve em mueres ou jumentos, porque não há estradas; apenas na beira-mar, e arredores de Silves até S. Bartolomeu se usa de carros de bois, e muito poucos de bestas. Assim, uma das descrições que se conhece, encontra-se na obra de Amadeu Ferreira de Almeida, e refere a viagem do avô [Manuel Bento de Almeida] para Faro cerca de 1880⁸, também na imprensa se encontram alguns ecos das dificuldades e problemas das viagens para o Algarve e, em 1873, no jornal *Revolução de Setembro*, respeitante ao mês de Setembro, onde se reflecte sobre essas dificuldades⁹.

Em 1903, no *Almanach do Algarve para 1903*, fazia-se o enfoque na questão das praias, apresentando descrições e gravuras para a Praia da Rocha, para a Praia de Lagos entre outras¹⁰. A apresentação da paisagem natural e sobretudo da praia como potencial destino de

⁷ José de Ataíde, *Serviços da Repartição de Turismo. Setembro de 1911- Junho de 1912. Relatório*, Typ. Bayard, Lisboa, 1912, p. 5- 7.

⁸ Amadeu Ferreira de Almeida, *Recordando... Memórias e Impressões*, Faro, 1956.

⁹ F. Simões da Cunha, “Necessidade de Navegação a vapor entre a capital e a Província do Algarve”, *Revolução de Setembro*, Lisboa, 2-09-1873, Ano XXXIV, nº 9375, p. 2, col. 1 e 2. Ainda sobre este assunto analise-se um conjunto de artigos intitulados “Causas que têm obstado ao desenvolvimento do Algarve” que foi publicado em 1873, no semanário *Gazeta do Algarve*, de Lagos.

¹⁰ *Almanach do Algarve para 1903*, Dir. Marcos Algarve e José Castanho, Portimão, 1903.

viajantes não só para portugueses mas também para estrangeiros conjugando com o clima ameno e suave, recomendado para o tratamento de algumas doenças, mas também para descanso.

Raul Proença, em 1908, escrevia no semanário tavnense *Província do Algarve* um conjunto de artigos a que deu o título singelo “O Algarve – Sua Decadência”¹¹. Foram publicados três extensos artigos no semanário republicano. Neles é possível encontrar como grandes problemas da região a falta de vias de comunicação; a falta de higiene; os problemas de iluminação pública; e, por fim o problema do analfabetismo.

Uma das referências ao Algarve, como destino de viagens e passeio, pode ser encontrado numa publicação dedicada ao tema das viagens publicada em França, *Journal des Voyages et des aventures de terre et de Mer*¹², com um artigo “O Reino dos Algarves” [tradução nossa]. O autor do artigo assina V. Morans e apresenta uma descrição da região, com uma breve resenha desde a reconquista cristã, depois caracteriza as produções agrícolas da região (azeitonas, amêndoas, figos, alfarrobas, empreitas, cera, mel). Refere-se ao clima da região, destacando o papel da serra de Monchique com as suas temperaturas mais suaves, contrastando com as mais quentes que se fazem sentir no Alentejo. O artigo termina com os votos de receber na região os viajantes. Curiosamente este aproveitamento do clima favorável é um dos temas que os primeiros defensores do turismo apontam o Algarve como região de referência¹³, como iremos ver adiante.

Terá sido com Thomas Cook, comerciante inglês, que se começou a pensar nas viagens como um negócio e transformou a actividades das viagens numa indústria que hoje movimenta anualmente inter-continentes e intra-continentes muitos milhões de pessoas, gerando empregos, ainda que muitas vezes sazonais, para as mais variadas regiões, como assinalava logo em 1912, José de Ataíde, Director da Repartição de Turismo:

Alguns ousados comerciantes, destacando-se dentre todos eles um, Thomas Cook, cujo nome ficará indissoluvelmente ligado à história do turismo, procuram tirar partido da indústria nascente, organizando estabelecimentos destinados a elucidar os viajantes e

¹¹ Raul Proença, “O Algarve – Sua decadência”, *Província do Algarve*, Tavira, 24-10-1908, Ano I, nº 4, p. 2, col. 1 e 2.

¹² *Journal de Voyages et aventures de terre et mer*, 24-11-1889, Paris, nº 646, p. 3.

¹³ Daniel Gelanio Dalgado, *The Climate of Portugal and notes on its Health Resorts*, Lisboa, 1914, p. 379 a 383 com referências ao Algarve, em especial à estância termal de Monchique.

*a fornecer-lhes pelos mesmos preços que empresas de caminhos de ferro e de navegação, bilhetes para toda a parte, encarregando-se também, em condições muito vantajosas, da carga e descarga das bagagens, um dos grandes aborrecimentos de quem viaja*¹⁴.

Em 1917, Augusto de Castro afirmava, numa crónica intitulada “Paisagens de Portugal”¹⁵, que “nenhum de nós [portugueses] conhece Portugal [...]”. A serra da Estrela é quase um lugar desconhecido do nosso turismo, como o são a costa do Algarve, a serra da Lousã, o poema cinzento e acantilado das sombras transmontanas [...]. O turismo português emudece diante da Torre de Belém, extasia-se diante dos Jerónimos – e, quando muito, já com os bofes pela boca fora, chega até à Batalha, Alcobaca e à Sé Velha de Coimbra. Passado, arte, maravilhas históricas – mas, no fundo, coisas mortas. Fora disso, o turismo fica pelo Bussaco, ou Sintra, pela Figueira, pelas praias e pelas batotas”. Esta constatação mostra as dificuldades de conseguir introduzir esta nova concepção de lazer, conhecimento, cultura na população portuguesa. Os números de viagens de turismo de portugueses ao estrangeiro não são conhecidos, nem as entradas de estrangeiros em Portugal em turismo, pelo menos na época que neste curto artigo nos propomos abordar. Porém, a Sociedade de Propaganda de Portugal tinha iniciado em 1906¹⁶ um processo de promoção de Portugal sobretudo junto dos estrangeiros, mas também com algumas iniciativas interessantes em Portugal que nos propomos analisar em algumas das suas vertentes, acompanhando sobretudo as incidências respeitantes ao Algarve através do boletim que publicou regularmente ao longo de vários anos.

João António Correia dos Santos (1874-1949) realizou na Casa do Algarve em Lisboa, no início da década de 30, uma conferência intitulada “O Turismo no Algarve”, onde refere que o Algarve atraía “pelas suas encantadoras belezas naturais, pelas suas lendas maravilhosas, pelos inebriantes perfumes dum

¹⁴ José de Ataíde, *Serviços da Repartição de Turismo. Setembro de 1911-Junho de 1912. Relatório*, Typ. Bayard, Lisboa, 1912, p. 5- 7.

¹⁵ A propósito de exposição feita no Chiado pelo fotógrafo Rompana, de um conjunto de fotografias sobre a Serra da Estrela, que obteve algum sucesso junto da opinião pública da época. Cf. Augusto de Castro, *Fantoches e Manequins*, Editores Santos & Vieira, Lisboa, 1917, p. 75-76.

¹⁶ Ana Cardoso de Matos, Maria Ana Bernardo e Maria Luísa Santos, “A Sociedade de Propaganda de Portugal e o Congresso do Turismo de 1911”, *Atas do Congresso da I República e do Republicanismo*, 2011 [consultado online aqui: http://www.centenario-republica.parlamento.pt/CongressoCvsPapers/Ana%20CardosoMatos_MariaAnaBernardo_MariaLuisaSantos_Paper.pdf em 01-08-2014], p. 394-395.

interminável jardim florido”¹⁷. Nesse texto reivindica já a importância não só dos elementos acima descritos mas também a questão do clima da região e as suas praias. Por outro lado, assume com convicção que a região algarvia possuía as condições para se tornar um grande centro mundial do turismo¹⁸, sendo apresentada como a zona de excelência o território entre a Praia da Rocha, Monchique e Sagres, a “trindade encantadora” como lhe chamaria Mário Lyster Franco.

Propomo-nos neste pequeno trabalho abordar o período que Licínio Cunha denomina como a etapa da infância do Turismo, que ele situa entre 1900 e 1950¹⁹. Porém, em nosso entender, torna-se importante circunscrever cronologicamente ainda mais este período entre 1906 e 1930, isto é o início da *Sociedade de Propaganda de Portugal* e a publicação da lei hoteleira de 1930, que vai marcar profundamente o licenciamento e construção de alojamento para o público durante todo o Estado Novo. Ou seja, dentro da primeira etapa podemos encontrar vários sub-períodos, sendo um deles da denominada institucionalização do turismo. Este período cronológico, com cerca de duas décadas, em que o próprio Estado começa a organizar a actividade turística e procura regulamentá-la, criando a repartição de turismo, mais tarde criando o Conselho do Turismo e desenvolvendo mecanismos de regulamentação da actividade hoteleira, do ensino das línguas estrangeiras para o pessoal dos hotéis, criação das primeiras zonas de turismo e jogo no Estoril, das praias, dos monumentos e das paisagens.

2 - A SOCIEDADE DE PROPAGANDA DE PORTUGAL E O ALGARVE

A Sociedade de Propaganda de Portugal foi criada por alguns apaixonados pelas viagens, constituída por personalidades dos mais variados quadrantes políticos. Foi oficialmente criada em 28 de Fevereiro de 1906. Considerada instituição de Utilidade Pública em 3 de Março de 1920, por decreto nº 6440. A sua sede funcionou no Largo do Chiado, nº12. Esta sociedade tinha por principal objectivo promover o turismo, desenvolvendo esforços junto das entidades públicas e privadas com a finalidade de divulgar Portugal junto dos estrangeiros. Desde o início que se constituem várias comissões e delegações que promovem as belezas naturais, curiosidades artísticas,

¹⁷ Correia dos Santos, *O Turismo no Algarve. Como os estrangeiros sabem valorizar as suas riquezas*, Casa do Algarve, Lisboa, 1931, p. 5.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 9.

¹⁹ Licínio Cunha, *Economia e Política do Turismo*, Verbo, Lisboa, 2006, p. 78-81.



Figura 1 Emblema da Sociedade Propaganda de Portugal

históricas, arqueológicas, realizando melhoramentos locais, proporcionando comodidades e indicações úteis aos turistas²⁰.

Entre os sócios fundadores e dirigentes da sociedade encontramos personalidades dos mais variados quadrantes políticos. Desde monárquicos como o Eng. Fernando de Sousa, Emídio Navarro ou o conde de Penha Garcia, a republicanos como Sebastião de Magalhães Lima, todos unidos numa ideia de divulgação de Portugal como potencial destino turístico junto de outros países. Nesta iniciativa envolveram-se personalidades de grande relevo e prestígio na época, o que provocou o grande desenvolvimento da sociedade que chegou a atingir os 75000 sócios. Com grande dinamismo abriram-se casas de Portugal, criaram-se comissões de turismo em grande parte das localidades em Portugal, empenharam-se na realização do 1º Curso de Pessoal Hoteleiro, participou e organizou Congressos e conferências. Foi por sua iniciativa que se organizou em Portugal o Congresso Internacional de Turismo em 1911, criou postos de informação meteorológica e a criação da cadeira de Estudos Portugueses na Universidade de Rennes, em 1921. Promoveu, não podemos também esquecer, o 1º Congresso Regional Algarvio, em 1915, cujo centenário se assinala no próximo ano.



Figura 2 Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal

²⁰ Ana Cardoso de Matos, Maria Ana Bernardo e Maria Luísa Santos, *Idem*, p. 395-396; Cf., também, Ana Cardoso de Matos e Maria Luísa Santos, "Os Guias de Turismo da cidade de Évora no contexto do turismo contemporâneo (dos finais do século XIX às primeiras décadas do século XX)", *A Cidade de Évora*, II série, nº 5, 2001, p. 384-388 [consultado online aqui: http://www.bdalentejo.net/BDAObra/obras/633/BlocosPDF/bloco01-c_389.pdf. (01-08-2014)].

a) Caracterização do Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal

O *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal* era uma publicação com periodicidade mensal, que surge em Julho de 1907, começando por fazer um breve historial da própria sociedade, publicando o relatório da direcção provisória apresentado à Assembleia-Geral de 18 de Dezembro de 1906. Esta revista publicava-se sob a égide da Direcção da Comissão de Publicidade da sociedade, sendo director da revista Manuel Roldan y Pego e tendo por editor Agostinho Lourenço. Inicialmente, era redigido na Rua Nova do Almada, 109, passou depois para a rua Garrett, 103, em Lisboa. Contendo inicialmente 26 páginas, mas a paginação foi sendo alterada ao longo do tempo por diversas vezes. Era composta e impressa na rua do Corpo Santo, 46-48, mas depois passou para a rua da Abegoaria, nº 27 e 28, na tipografia de Adolpho de Mendonça²¹.

O boletim continha publicidade na página dois, geralmente de hotéis e artigos de casas filiadas na Sociedade de Propaganda de Portugal, e nas últimas páginas, com anúncios aos Caminhos de Ferro Portugueses, às Oficinas Fotográficas e à publicação do *Manual do Viajante em Portugal*, de Leonildo de Mendonça e Costa, entre outros anúncios.

Nesta publicação encontram-se artigos muito interessantes sobre as ideias mais em voga para a divulgação do turismo entre os portugueses, notando-se o contacto com organizações internacionais e o conhecimento de outras realidades, sobretudo europeias.

Contando com variadíssimas colaborações, algumas delas não assinadas, mas onde podemos destacar o Dr. João Bentes Castel-Branco, de que falaremos mais adiante, de Leonildo de Mendonça e Costa, entre muitos outros.

O boletim²² publicou-se com regularidade até 1921, suspende aí a publicação durante vários anos tendo reaparecido depois em 1932 de forma efémera. A publicação foi-se esvaziando de conteúdo ao longo do tempo, até porque em 1916 tinha começado a publicar-se a *Revista de Turismo*, publicação especificamente



Figura 3 Leonildo de Mendonça e Costa

²¹ Sobre esta publicação encontram-se algumas referências em Luís Paulo Martins e Mário G. Fernandes, "Cartografia, Progresso e Turismo: Apontamentos sobre o «Mapa Excursionista de Portugal», de 1907" [consultado online aqui: http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/73/108/Comunicacao_LM_MGF_VSLBCH2013.pdf (02-08-2014)];

²² Segundo a indicação do site da Biblioteca Nacional o que existe da publicação resume-se aos números publicados entre 1907 e 1913 [Nº 1 (Jul. 1907) - a. 7, nº 12 (Dez. 1913)], porém na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC) consegue-se encontrar a publicação até 1920 e ainda um número de numa nova série que não deve ter tido continuidade em 1934.

dedicada ao tema e que veio a absorver muitos dos colaboradores da antiga publicação. Era distribuído gratuitamente aos sócios.

Sobre a *Revista de Turismo*²³ que também analisamos, é possível encontrar várias referências ao Algarve e às iniciativas que tiveram lugar na região. Uma publicação útil para se perceber os avanços, as dificuldades e os temas da actividade turística no País. Nela se apelava frequentemente propostas de viagens pelo País e estrangeiro, divulgavam-se monumentos e paisagens naturais dignas de menção para serem visitadas.

b) Algarvios envolvidos na S.P.P.

Os algarvios envolvidos na Sociedade de Propaganda de Portugal eram vários. Entre eles e com funções de relevo destacam-se Agostinho Lúcio, médico e político algarvio. Nasceu em Faro em 1842, estudou na Escola Médico Cirúrgica de Lisboa, tendo concluído o curso em 1871. O trabalho que apresentou para conclusão do curso médico intitulava-se *Ovariotomia. Sua importância cirúrgica*, 1871. Foi várias vezes eleito deputado por círculos do Algarve durante a monarquia. Colaborou em várias publicações e pertenceu ao quadro médico dos Caminhos-de-ferro Portugueses. Elaborou um relatório sobre a questão do regime prisional depois de uma visita a vários países europeus para estudar o problema. Foi um dos homens que mais se empenhou no combate à crise no Algarve em 1875, organizando em Lisboa, no Passeio Público, em 22 de Agosto de 1875, uma festa de recolha de fundos para acudir aos agricultores sem trabalho devido à seca. Exerceu funções de médico da Penitenciária, subdelegado de saúde do município de Lisboa, redactor do *Boletim de Saúde e Higiene Municipal*. Participou de forma muito empenhada na criação da Sociedade de Geografia de Lisboa, onde participou sempre com grande assiduidade. Chefe do serviço de saúde dos caminhos-de-ferro do Estado, Vogal do Conselho Superior de Agricultura. Em 1906, foi um dos primeiros dirigentes da Sociedade de Propaganda de Portugal, integrando a comissão de Melhoramentos Públicos²⁴.



Figura 4 Dr. Agostinho Lúcio da Silva

²³ Jorge Mangorrinha, *Revista de Turismo - publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, arte e literatura*: ficha histórica consultada online aqui: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/RevistadeTurismo.pdf> (05-08-2014)]. Além disto localizou-se também de Miguel Godinho, "O Algarve e o turismo da região na «Revista de Turismo»" disponível online aqui: http://museusdoalgarve.files.wordpress.com/2013/01/o-algarve-e-o-turismo-da-regic3a3o-na-revista-de-turismo_miguel-godinho-cmvr3a.pdf (5-08-2014). Este último trabalho já revisto e aumentado pode ser consultado na presente edição deste revista.

²⁴ "Relatório da Direcção Provisória apresentado à assembleia-geral de 18 de Dezembro de 1906", *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal*, Lisboa, nº 1, Julho de 1907, p. 11.

Participou no 2.º Congresso Internacional de Higiene Escolar, realizado em 1908. Com a mudança de regime, em 1910 afastou-se da vida política e profissionalmente sentiu alguns dissabores, pois em 26 de Janeiro de 1911, durante o ministério de José Relvas, foi demitido das funções de médico da Inspeção-geral dos Impostos. Deixou escritos vários textos onde se destacam *Introdução ao estudo da chymica elemental segundo as teorias modernas*, Lisboa, 1868; *Relatório das Epidemias de Tifo no Cadaval*, 1873; *A Tuberculose na Penitenciária de Lisboa*, 1888; *Estradas*, Lisboa, 1915 [Tese apresentada ao Congresso Regional Algarvio]. Colaborou no *Jornal da Sociedade de Ciências Médicas*, no *Correio Médico*, no *Diário de Notícias*, entre outros órgãos da imprensa. Foi um dos responsáveis pela organização do Congresso Regional Algarvio, realizado em Portimão em 1915. Faleceu em Lisboa, em Abril de 1926²⁵.

Jaime de Pádua Franco era natural de Portimão, onde nasceu em 9 de Maio de 1868, filho de Francisco Augusto de Pádua Franco e de Maria da Conceição Franco. Foi batizado na Igreja de Nossa Senhora da Conceição em dois de Julho desse ano, com o nome completo de Francisco Jaime Lindsay de Pádua Franco, embora tenha ficado conhecido com o nome de Jaime de Pádua Franco. O pai era aspirante da alfândega de Olhão, mas colocado na delegação de Portimão, era natural de Lagoa e a mãe era natural de Portimão. Os avós paternos chamavam-se Francisco António das Chagas Franco e Carolina de Pádua Franco. Os avós maternos chamavam-se João André da Conceição Franco e Maria da Conceição Lindsay Franco. Foram seus padrinhos de batismo António Maria de Pádua, viúvo, oficial da alfândega de Olhão e madrinha D. Augusta Ballesteros de Pádua.

Foi um dos fundadores da Sociedade de Propaganda de Portugal, embora não tenha integrado a direcção provisória da associação, criador e inspector de diversas organizações daquela instituição em Paris e noutras cidades europeias, que durante muitos anos desempenharam as funções que hoje competem às Casas de Portugal.

Foi organizador das primeiras conferências de propaganda turística de Portugal em Paris, Londres, Rennes, Bordéus e Ruão, dos primeiros concertos de música portuguesa em Paris, Havre e Londres, e da



Figura 5 Jaime de Pádua Franco

²⁵ Filipa Ribeiro da Silva e Paula Cristina Costa, "Silva, Agostinho Lúcio e", *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*, vol. III (N-Z), Coord. Maria Filomena Mónica, Col. Parlamento, Imprensa de Ciências Sociais/Assembleia da República, Lisboa, 2006, p. 643-645. Sobre Agostinho Lúcio e Silva, ver ainda Luís Vidigal, "Mil Cidadãos Meridionais", *Anais do Município de Faro*, nº XVIII, Faro, 1988, p. 115.

representação do nosso país em feiras internacionais, como a de Bordéus e Saarbrucken. Em 1921, sendo director da Sociedade de Propaganda de Portugal e seu representante em Paris, conseguiu, depois de várias negociações, a criação da cadeira de Português na Universidade de Rennes, que foi entregue a seu primo sr. Chagas Franco. Em 1923, graças aos seus esforços, foi dada à língua portuguesa um estatuto semelhante ao do inglês, do alemão e do espanhol, nos cursos secundários de França.

Representou Portugal em vários congressos dos «Tourings» (Aliança Internacional de Turismo). Colaborou em muitas publicações de turismo e em diversos jornais.

O velório de Jaime de Pádua Franco teve lugar na Igreja da Praia da Rocha, seguindo depois para a Igreja matriz de Portimão, onde foi rezada missa de corpo presente. A urna foi coberta com a bandeira da Sociedade de Propaganda de Portugal e o corpo vestido com a casaca e com as condecorações de Isabel, a Católica, Senhora da Conceição de Vila Viçosa e colar da Sociedade de Geografia.

Faleceu com 69 anos, em 20 de Abril de 1938.

A urna ficou depositada no cemitério de Portimão, no jazigo do visconde de Bívar²⁶.



Figura 6 Manuel Roldan y Pego

Manuel Roldan y Pego nasceu em Vila Real de Santo António em 3 de Dezembro de 1863. Frequentou o curso de engenharia, inicialmente na Escola Politécnica de Lisboa e depois na Academia de Minas de Freiberg, na Alemanha, onde concluiu o seu curso.

Marcou presença em vários Congressos Internacionais de Estradas, nomeadamente no segundo, em Bruxelas (1910) e no terceiro, em Londres (1913). Na sequência destas participações elaborou uma exposição ao Ministério do Fomento, nesse período, enquanto representante do Conselho de Turismo, manifestou suas preocupações relativamente ao estado das estradas portuguesas e o seu papel no desenvolvimento da economia portuguesa.

O discurso relativamente à viação ordinária começa a mudar na I República, com o “problema das estradas” a ser equacionado de forma mais frequente pelos interesses ligados às vias rodoviárias, entre

²⁶ “Necrologia - Jaime de Pádua Franco”, *O Algarve*, Faro, 24-04-1938, Ano 31, nº 1569, p. 3, col. 3 a 5.

outros, o Automóvel Clube de Portugal e as empresas fornecedoras de gasolina. Em 1914, por exemplo, o relatório da Repartição do Turismo do Ministério do Fomento dava conta do mau estado das estradas, referindo a exposição feita pelo engenheiro de minas Manuel Roldan y Pego, na qualidade de representante do Conselho de Turismo, ao ministro do Fomento, na qual afirmava: “A estrada deteriorada é de grande prejuízo à vida portuguesa em todos os seus ramos já que profundamente afecta a economia do país, porquanto a estrada não é só útil pelo automobilismo às classes privilegiadas, mas essencialmente democrática e necessária à vida rural e ao comércio”.

Foi membro do Corpo de Engenharia Civil da Secção de Minas e foi director da Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos desde 1918 até à sua reforma em 1933. Foi também membro de vários Conselhos Superiores como os de Turismo, o de Caminhos-de-Ferro, de Indústria e de Electricidade. Presidiu à Sociedade Propaganda de Portugal por várias vezes. Realizou diversas conferências ligadas à questão do turismo, mas não chegaram a ser publicadas.

Em 1933 era presidente do Conselho Fiscal da Sociedade de Propaganda de Portugal.

Faleceu em Vila Real de Santo António a 12 de Abril de 1935.

Publicou entre outras coisas ligadas à sua formação de engenheiro de minas: “Jazigos de Minérios”, *Notas Sobre Portugal*, Vol. I, Imprensa Nacional, 1908; “Efeitos dos Tremores de Terra nas Minas de Aljustrel e S. Domingos”, *Revista de Obras Públicas e Minas*, Ano XI, 1909, nº XL, p. 241; “O ouro e a prata do Sado”, *Revista de Obras Públicas e Minas*, Tomo XL, Outubro a Dezembro de 1909, n.os 478 a 480; *Riquezas de Portugal. O ouro e a prata do Sado*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910; “Footways of small setts. The paving of public places and sidewalks in Lisbon”, [Comunicação], *II Congresso Internacional de Estradas* (Highway Engineering), 1910 [em co-autoria com o eng. José de Mello e Mattos], Bruxelas, 1910; “Dos carvões portugueses”, *Revista de Obras Públicas e Minas*, n.º 632, Maio de 1925, pp. 15-19; “Aproveitamento de energia” [Comunicação] *Porto Medico*, Porto, 1926. - 4 p. (3.º Congresso de Electricidade em Coimbra); “Exposição internacional: Panamá Pacífico em S. Francisco da Califórnia: sessão portuguesa”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 49, nº 1-2 (1931), p. 34-38.



Figura 7 José Lorjô Tavares

Também José Bernardo Camilo Lorjó Tavares²⁷ fazia parte da Comissão de Recepção da Sociedade de Propaganda de Portugal aquando da sua criação. Era natural de Faro, onde nasceu em 21 de Dezembro de 1857 e veio a falecer em Colares, em 1939. Autor teatral, jornalista e escritor, colaborou com inúmeras publicações periódicas com destaque para *Brasil-Portugal*, *Perfis Contemporâneos*, *Ilustração Portuguesa*, *Correio da Noite*, *Correio Português*, *Ocidente*, *Comércio Português*, *Diário da Manhã*, entre muitos outros.

Apaixonado pelas viagens relatava os seus percursos pelo mundo fora.

Publicou: *A Moira de Silves*, 1891 (ópera-cómica), com três actos e quatro quadros foi representada pela primeira vez no teatro da Trindade a 5 de Janeiro de 1891; *O Segredo da Confissão*, 1892 (drama), peça com quatro actos, foi representada no teatro de D. Maria II a 29 de Outubro de 1892; *O Suicida*, 1894 (drama); *Inglêses ...*, 1915 (comédia); *Divórcios*, 1933 (comédia); *Nonda*, inédita (comédia trágica); *1808*, inédita (drama histórico); *Alma Portuguesa*, inédito.

c) A propaganda do turismo no Algarve pelo Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal

As grandes preocupações e estratégias para o turismo no início do século XX passavam pelo aproveitamento do clima, das praias, termas e paisagens. Afirmava João Bentes Castel-Branco no *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal* num artigo intitulado “Termas e Praias”: *É necessário pensar nos modos de criar atractivos, recursos e comodidades para reter e fixar entre nós os elementos estrangeiros que nos procuram.*

Temos a nosso favor, além da privilegiada posição geográfica, a amenidade, salubridade e doçura do nosso clima, que se presta admiravelmente para o tratamento dos indivíduos que chegam extenuados, que pela violência luta e desregramento da existência civilizada, quer pelos ardores dos climas tropicais, quer pelos rigores dos climas frígidos²⁸.

Neste extenso artigo, Bentes Castel-Branco colocava algumas prioridades para o turismo em Portugal sobretudo na questão das praias e termas:

²⁷ Sobre Lorjó Tavares e o Brasil consultar o artigo de Fernanda Suely Muller, “Lorjó Tavares, esse ilustre desconhecido de «Brasil-Portugal». 1899-1914”, *Todas as Letras*, vol. XIII, nº 2, 2011, p. 44-54 [consultado aqui: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/viewFile/4006/3197> (08-08-2014)].

²⁸ João Bentes Castel – Branco, “Termas e Praias”, *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal*, Lisboa, Nº2, Agosto de 1907, p. 8-10.

a) estudar e distinguir as melhores estâncias para as conseguir fazer concorrer com as melhores da Europa no tempo;

b) coordenar esforços para não desenvolver concorrência desordenada;

c) elaborar regulamentos sanitários para as praias, termas e estações sanitárias para garantir as melhores condições higiénicas;

d) promover a educação de pessoal adequado para hotéis, casas de saúde e estabelecimentos termais;

e) promover a criação de hotéis, casas de saúde, balneários e outros congéneres adequados ao tratamento de doenças crónicas;

f) abrir vias de comunicação que ajudem a dar fácil acesso às estações climatéricas que forem escolhidas.

Na sequência da publicação deste artigo, e porque ele foi analisado em detalhe, os membros directivos da Sociedade de Propaganda de Portugal decidiram criar uma comissão *de vários elementos de competência para elaborar o programa de um congresso que estude tão complexo assunto, que se relaciona e prende com várias empresas de capital interesse e importância para a representação digna do País*²⁹ e criar uma secção nesta sociedade com vista a *promover a realização prática da exploração climatérica em Portugal. Brevemente publicará as importantes resoluções tomadas já nas primeiras reuniões e que coligidas num bem elaborado e sucinto relatório, presente à Direcção, são um trabalho de grandíssimo alcance na solução de vários problemas sociais*³⁰. Pode perceber-se, já nesta fase, uma estruturação do pensamento do médico e director das termas de Monchique³¹ e um dos primeiros algarvios



Figura 8 João Bentes Castel-Branco

²⁹ “Notas Várias: Termas e Praias”, *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal*, Lisboa, N^o3, Setembro de 1907, p. 15.

³⁰ “Notas Várias: Termas e Praias”, *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal*, Lisboa, N^o4, Outubro de 1907, p. 30.

³¹ Sobre João Bentes Castel-Branco deve consultar-se a nota biográfica mais centrada na figura do médico esboçada por Ana Lourenço Pinto, “Caldas de Monchique: Das Águas Sagradas ao lugar de bem-estar. Um esboço da instituição através das personalidades históricas”, *Promontória Monográfica. História do Algarve. Contributo para a História da Saúde no Algarve*, n^o1, Centro de Estudos de Património e História do Algarve/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Algarve, Faro, 2013, p. 55-58. Cf., também, João Nuno Aurélio Marcos, *Os Viscondes de Lagoa*, Arandis Editora, Albufeira, 2013, p. 218-220. Permita-se-nos acrescentar mais alguns elementos sobre a vida pública e política deste polémico médico algarvio: Na vida política João Bentes Castel Branco começou por se afirmar como republicano, envolvendo-se na propaganda levada a cabo no Algarve no início dos anos 80 do século XIX, participando em comícios e reuniões políticas. Foi da sua autoria o projecto de “Organização do Partido Republicano no Algarve” que publicou no jornal *O Século* de 25 a 28 de Novembro de 1884. Foi ainda redactor-principal do semanário *Provincia do Algarve* juntamente com Roque Féria, que funcionou como órgão oficial do Partido Republicano na região, mas este periódico rapidamente desapareceu. Participa em Fevereiro de 1888 no primeiro Congresso Agrícola, tendo apresentado uma proposta de criação de uma nova secção no congresso, a sétima, para estudar a crise das frutas

a demonstrar publicamente interesse e conhecimento sobre a questão turística.

Através do *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal* é possível encontrar, sobretudo nos textos deixados pelo médico algarvio, alguma expectativa no aumento de turistas na região, sobretudo com a abertura do canal do Panamá³². Na referida publicação, encontram-se textos sobre as várias estâncias termais e suas potencialidades, bem como as praias em destaque e recomendadas aos viajantes como Póvoa do Varzim, Foz, Leça e Matosinhos, Espinho e Granja e Figueira da Foz que era a praia mais frequentada do País nas primeiras décadas do século XX³². Depois faz um percurso pelas praias de Cascais, Praia da Rocha, Luz de Lagos e pelas termas de Vidago, Gerês, Vizela e Caldas da Rainha³³. Afirmava-se na época sobre a Praia da Rocha: *é a mais pitoresca praia do País pelas penedias cheias de anfrtuosidades [sic] e galerias que a guarnecem: é muito extensa e bem areada. Fica perto da barra de Portimão, onde tocam vapores espanhóis, portugueses, alemães e ingleses que a ligam por mar ao Norte da Europa e partes do Mediterrâneo.*

Por terra a Rocha dista 2 quilómetros de Portimão; numerosos veículos percorrem de Verão esta distância transportando passageiros, etc.

Portimão é estação de caminhos-de-ferro do sul e dista de Lisboa 328 km: Hotel Sansão.

verdes e secas – laranja, figo, ameixa, uvas, tomates e cortiça. Foi nomeado, em Fevereiro de 1890, guarda-mor da saúde de Lisboa. Realizou, em Abril de 1890, uma conferência no Centro Ultramarino, em Lisboa, sobre a colonização africana. Em Maio de 1890 entra como sócio da Sociedade de Geografia, proposto por Ângelo Sarrea de Sousa Prado. Curiosamente foi ele, três anos mais tarde, que propôs a entrada na referida sociedade de outro ilustre algarvio, Tomás Cabreira. Em 1894, era presidente da secção de emigração da mesma sociedade. Mais tarde, encontramo-lo já no campo monárquico, colaborando com o jornal *Portugal* defendendo posições políticas completamente opostas, porque exercia funções de destaque na Liga Monárquica, e sendo por isso fortemente criticado pelos seus antigos correligionários.

Em 1908 participou mesmo no congresso do Partido Nacionalista, em Viseu, onde apresentou uma tese sobre “Vida e Modo de Ser do Partido Nacionalista”. Foi secretário do Centro Nacionalista Distrital de Lisboa. Foi também apresentado como candidato a deputado pelo círculo eleitoral de Bragança nas eleições de Abril de 1908. Participou no Congresso do Partido Nacionalista, realizado no Porto, entre 14 e 16 de Novembro de 1909, onde apresentou uma tese sobre higiene e saúde pública. Mais apresentou também uma tese no I Congresso da União Nacional, em 1933, sobre questões de higiene e saúde pública, mas que não foi publicada. Foi o representante de Portugal em vários congressos internacionais e tentou ainda criar um Instituto de Bio-Cultura, em Lisboa, que dirigiu acompanhado de alguns seguidores.

Desiludido e parcialmente desacreditado retirou-se da clínica, vivendo dos rendimentos e assumindo sempre um papel de excentricidade ao assumir-se como o mais velho vegetariano português.

Faleceu em S. Pedro do Estoril, em 15 de Julho de 1940, com 89 anos de idade.

³² Anónimo, [João Bentes Castel-Branco???], “Praias e Termas de Portugal”, *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal*, Lisboa, Agosto de 1908, nº 14, p. 64-68.

³³ Anónimo, [João Bentes Castel-Branco???], “Praias e Termas de Portugal”, *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal*, Lisboa, Setembro de 1908, nº 15, p. 70-72.

Na Rocha há casino, casas particulares para hóspedes, chalets mobilados e Hotel Viola.

Na descrição que é feita da praia note-se o cuidado em destacar a facilidade de deslocação através de barco, com os múltiplos contactos comerciais que existiam através da barra em Portimão³⁴. Por outro lado, salientando a presença do comboio como meio de deslocação a utilizar, bem como a existência de alojamentos, como o hotel e as casas particulares que eram utilizadas já para actividades de veraneio.

Por seu lado, a praia da Luz de Lagos era descrita da seguinte forma:

Fronteira à praia da Rocha fica a baía de Lagos, muito ampla, tornada conhecida pela escolha que os ingleses fizeram dela para as manobras das suas esquadras, como ponto estratégico militar e comercial, pela sua posição à entrada do Mediterrâneo e do Atlântico, justamente colocada na estrada de maior navegação do mundo sobretudo depois da abertura do Canal do Panamá.

Já hoje rasam a Baía de Lagos mais de 12000 embarcações por ano, que poderiam comunicar com a cidade sem se desviar sensivelmente do seu rumo, isto é, quase sem perda de tempo, poderiam receber em primeira ou última mão passageiros, correspondência, comestíveis e carvão quando navegam do mediterrâneo para a América ou reciprocamente.

O mar da costa Sul de Portugal é muito manso, excepto em dias de vento sudoeste que de resto é pouco frequente.

O clima é tão doce e seco que rivaliza com o das melhores estações de inverno.

Nos meses mais frios a temperatura raro desce abaixo do 8º apenas durante duas ou três horas na madrugada, todo o resto do dia a temperatura mantém-se acima de 12º³⁵.

Notam-se aqui os eixos fundamentais da propaganda da região e do país: o clima ameno e a nossa posição geográfica, mas lançava também o alerta para a necessidade de resolver problemas como os alojamentos, as vias de comunicação e os recursos para manter os estrangeiros no País durante mais tempo, como a criação de atractivos.

Ao longo de vários números da revista abordou-se por diversas vezes a importância do aproveitamento

³⁴ Ana Prata, "Portimão, une ville portuaire : la dynamique d'une industrie de la mer. Étude d'un hinterland portuaire", *Cahiers de la Méditerranée*, nº 80, 2010, 139-155.

³⁵ Anónimo, [João Bentes Castel-Branco??], "Praias e Termas de Portugal", idem.

do clima do País e da região. Concomitantemente, apresentavam-se já as praias como um elemento essencial que era necessário explorar e aproveitar³⁶.

Segundo o referido boletim, João Bentes Castel-Branco apresentou em 12 de Janeiro de 1910, na sessão da direcção da *Sociedade de Propaganda de Portugal*, um extenso relatório sobre este assunto. Este relatório estava dividido nos seguintes capítulos: estado do assunto; oferta de lucros; condições climáticas; posição geográfica; lugares pitorescos; monumentos; distrações e espectáculos; jogo de azar; comodidades; facilidades de acesso; resumo; condições de viabilidade do empreendimento; receitas; despesas; II Parte: estudo da execução³⁷. A análise deste documento mostra a preocupação com a criação de condições para acolher e manter por algum tempo os visitantes, tendo em vista a obtenção de lucros e alargando as ofertas de distrações como o jogo, espectáculos e diversões, que permitiriam atrair mais gente, possibilitando também aumentar as receitas proporcionadas pela denominada indústria do estrangeiro.

O boletim fazia regularmente referência às publicações que iam sendo editadas e, em 1912, surge a referência a um álbum de fotografias da Praia da Rocha, da autoria de Francisco de Bivar Weinholtz, para divulgação no estrangeiro³⁸, contribuindo assim para mostrar as belezas naturais da região. Uma espécie de folheto de propaganda da Praia da Rocha.

Reivindicavam-se também melhores estruturas para a região, em especial ao nível do alojamento. Para isso, a Sociedade de Propaganda de Portugal, pressionou junto do poder político, para que se realizasse uma reunião entre elementos de destaque da sociedade algarvia em Lisboa e do Governo, como José Estêvão de Vasconcelos, também ele algarvio, para se analisar a necessidade de construir um hotel de luxo na região³⁹, tendo sido discutidas diferentes localizações e propostas.

³⁶ Pedro Alexandre Guerreiro Martins, *Contributos para uma História do Ir à Praia em Portugal* [Dissertação de Mestrado], FCSH-UNL, 2011 [consultado online <http://run.unl.pt/handle/10362/7093> (09-08-2014)].

³⁷ "Indústria do Estrangeiro – João Bentes Castel-Branco", *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal*, Lisboa, Janeiro de 1910, nº 1, Ano IV, p. 1-7.

³⁸ "Praia da Rocha", *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal*, Lisboa, Março de 1912, nº 3, Ano VI, p. 21. No entanto não conseguimos localizar esta obra em nenhuma das principais bibliotecas consultando os catálogos disponíveis online, mas a obra existe.

³⁹ Nessa reunião, realizada a 5 de Junho de 1912, estiveram presentes além de Estêvão de Vasconcelos, Manuel Roldan, Alberto da Silveira, Gonçalo Reparaz, Coelho de Carvalho, Vasconcelos Correia, Jaime de Pádua Franco e António Caetano Celorico Gil. Cf. "Pró-turismo: melhoramentos do Algarve", *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal*, Lisboa, Junho de 1912, nº 6, Ano VI, p. 54-55.

Publica-se depois um extenso artigo de divulgação de alguns aspectos do Algarve, sobretudo a paisagem, alguns monumentos, alguns marcos históricos, evidenciando algumas localidades como Faro, Tavira, Lagos, Silves, Portimão e Vila Real de Santo António. Como se pode observar são essencialmente os concelhos do litoral, mesmo assim deixando de fora Albufeira, Vila do Bispo, Aljezur, Loulé, Olhão, Castro Marim, Alcoutim, Lagoa e Monchique⁴⁰. Analisando o texto verifica-se que as recomendações passavam por alguns monumentos, como igrejas, castelos, fortalezas, os acontecimentos históricos mais marcantes dessas localidades, os mercados e as marcas do território. No entanto, neste texto não se dá o habitual destaque às termas, ao clima ou às praias, mas a obra é acompanhada de inúmeras fotografias que ilustram a paisagem das localidades algarvias. Assim, mesmo que omitindo alguns concelhos no texto, as ilustrações servem para preencher de certa forma as lacunas, de propósito ou não. Deve, no entanto, referir-se que o tratamento das imagens no texto é bastante cuidado, escolhendo imagens panorâmicas, mas muitas vezes desencontradas daquilo que era abordado na descrição feita. Porém, esta situação também podia resultar de opções gráficas ou limitações por parte da tipografia.

Uma das preocupações da Sociedade de Propaganda de Portugal quanto à indústria do estrangeiro no Algarve relaciona-se com as recomendações feitas a alguns municípios. Assim, em Outubro de 1912 publicava-se um conjunto de recomendações feitas por esta sociedade à Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, que passavam pela limpeza das zonas próximas da ponte e cais de embarque, retirando da praia alguns barracões de madeira e depósitos de carvão, “porque causavam um feio aspecto e lhe tiram o convite de hospitalidade”. Porque, reforçava-se, o nosso País “deve dar-se a conhecer pelas suas magníficas paisagens, pelos ridentes sítios, pela doçura do clima, pelas suas limpas, seguras e extensas praias, enfim pelos inúmeros encantos que reúne”⁴¹. Apelava também à colocação de plantas e relva em dois talhões da Avenida da República e pelo cuidado na divulgação da praia de Monte Gordo na vizinha Andaluzia, para cativar cada vez mais vera-

⁴⁰ “Portugal Pitoresco: o Algarve”, *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal*, Lisboa, Novembro/Dezembro de 1912, nº 11, Ano VI, p. 101-105. Por seu lado, São Brás de Alportel era ainda neste período uma freguesia do concelho de Faro. As onze imagens que acompanham este texto dizem respeito a Faro, Lagos, duas imagens da Praia de Rocha, uma vista de Tavira, Olhão, duas imagens de Monchique, Portimão e Vila Real de Santo António.

⁴¹ “A “Propaganda” no Algarve”, *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal*, Lisboa, Outubro de 1912, Nº 10, Ano VI, p. 99.

neantes e visitantes mesmo em épocas fora do período balnear, mas tornava-se necessário apresentar melhores instalações e maior facilidade na aquisição de géneros alimentares.

Em meados do ano seguinte, surge também uma recomendação divulgada no boletim, devidamente fundamentada da Sociedade de Propaganda de Portugal para se proceder à reflorestação da serra algarvia⁴² para reforçar a imagem e a beleza natural da região.

Promove e transcreve a conferência feita por Cândido Marrecas sobre “A Praia da Rocha. Seu presente e seu futuro”, nas instalações da SPP em 20 de Março de 1915⁴³. Nesta conferência, Cândido Marrecas começa por salientar o papel da Sociedade de Propaganda de Portugal, fazendo a propaganda do País a nível externo, destacando as belezas naturais, o clima, recomendando melhores estradas. Analisa ainda o horário dos comboios e chama a atenção para a necessidade de modernização dos serviços de transportes. Mas sistematicamente confrontava-se com obstáculos como a inércia dos serviços públicos, a dificuldade dos meios para fazer a propaganda no estrangeiro. Avançou depois para uma bela e sugestiva descrição da Praia da Rocha e da região circundante. Refere-se ao plano de urbanização da região da praia feito pelo arquitecto Rosendo Carvalheira (1864-1919). Analisou depois o clima da praia e refere-se à beleza das amendoeiras em flor, que se viriam a tornar outro dos *ex-libris* da região. A descrição prossegue com o folclore e a etnografia da região. Em seguida dedica alguma atenção às actividades económicas como os trabalhos em palma (empreita), a pesca com os marítimos de Olhão, as rendas em Monchique e Lagos, a olaria, alertando para a necessidade de se criar um museu regional com a representação de todas estas actividades que existiam na província de modo a que os estrangeiros o pudessem visitar⁴⁴.

3 – A CRIAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE TURISMO (1911)

a) O papel de José de Ataíde

José de Ataíde Ramos de Oliveira (1882-1942). Um dos «pais» do Turismo institucional português. Natural

⁴² “Arborização do Algarve”, *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal*, Lisboa, Maio e Junho de 1913, Nº 5 e 6, Ano VII, p. 60.

⁴³ “A Praia da Rocha. Seu presente e seu futuro”, *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal*, Lisboa, Julho/Agosto de 1915, nº 4, Ano 9, p. 55-58. Esta conferência continua a ser transcrita no referido boletim, Agosto/Setembro de 1915, nº 5, Ano 9, p. 71-79.

⁴⁴ José Carlos Vilhena Mesquita, “A Emergência do Turismo no Algarve”, *Ualgzine*, nº 4, Dezembro 2010, Universidade do Algarve, Faro, p.25-28. [Consultado online aqui: http://issuu.com/ualg/docs/web_ualgzine_4/1?e=5008404/6584045 (15-08-2014)]

de Lisboa, nasceu em 1882, advogado e publicista chefiou a Repartição de Turismo entre 1911, data da sua criação, até 1942.

Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra, em 1906, tendo exercido durante algum tempo a advocacia.

Logo após a implantação da República, foi escolhido por Brito Camacho para a chefia da Repartição de Turismo, em 12 de Agosto de 1911⁴⁵, cargo que desempenha até transitar para chefe de serviços do Secretariado de Propaganda Nacional e onde se conservou até à sua morte.

Publicou diversos folhetos de propaganda turística e relatórios, colaborou em diferentes jornais e revistas e realizou várias conferências, tendo tomado parte em Congressos da especialidade, nomeadamente no Congresso Internacional Hoteleiro, realizado em Lisboa em 1917, e no I Congresso Nacional de Turismo, realizado em Lisboa em 1936. Em 1929, através do decreto nº16:999, de 21 de Junho de 1929, o Governo da Ditadura Militar criou o Conselho Nacional do Turismo para coordenar o Turismo oficial. Esta iniciativa legislativa servia para tentar captar viajantes sul-americanos que se deslocariam a Espanha para visitar as exposições em Barcelona e Sevilha. Este funcionário superior do Estado publicou entre outras coisas: *Serviços da Repartição de Turismo. Ministério do Fomento. Relatório. Setembro de 1911 a Junho de 1912*, Typ. Bayard, Lisboa, 1912, 152 p.; *Serviços da Repartição de Turismo. Ministério do Fomento. Relatório. Julho de 1914-Junho de 1915*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1916, 172 p.; *Serviços da Repartição de Turismo. Ministério do Fomento. Relatório. Julho de 1915-Junho de 1916*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1916, 162 p.; “Algumas Notas sobre o Turismo em Portugal”, *Turismo*. Separata do Anuário Comercial de Portugal, Dir. Luís Reis Santos, Empresa do Anuário Comercial de Portugal, Lisboa, 1932, p. 305-315; “Algumas Notas sobre o Turismo em Portugal”, *Turismo*. Anuário 1933-1934. 1935-36, Dir. Luís Reis Santos, Oficina Gráfica Limitada, Lisboa, 1934, p. III-X; *Noções de Hotelaria. Hoteleiros e Restaurantistas. Pessoal de Hotéis e Restaurantes. Os Hóspedes*, Lisboa, Anuário-Oficinas Gráficas, 1939, p. 134.



Figura 9 José de Ataíde

⁴⁵ O decreto que criou a Repartição do Turismo foi de 16 de Maio de 1911 e a constituição da nova repartição do Ministério do Fomento foi publicada em *Diário do Governo*, nº 188, 14-08-1911, p. 3435.

4 – A ESTRUTURAÇÃO DA S. P. P. NO ALGARVE

a) As delegações

Uma das preocupações desde cedo demonstrada pela Sociedade de Propaganda de Portugal era levar à criação de delegações por todo o País, procurando criar uma rede de ligações com os municípios portugueses. Assim, no Algarve organizam-se várias delegações. Foram constituídas as delegações da Sociedade de Propaganda de Portugal, em Portimão, em Novembro de 1912 e a sede nesta localidade situava-se na sede do Grémio Familiar, em Portimão e as reuniões dos corpos gerentes realizar-se-iam no edifício dos Paços do Concelho⁴⁶. A delegação de Portimão conseguiu em 1914 estabelecer um acordo com António do Carmo Provisório para obter descontos para os sócios que frequentassem as sessões de cinema que estavam muito em voga na época⁴⁷. Em 26 de Outubro de 1913, na sala da Câmara Municipal de Silves, procedeu-se à inauguração e instalação da referida sociedade naquela cidade algarvia. Também na capital algarvia foi criada uma delegação da Sociedade de Propaganda de Portugal, inaugurada no dia 8 de Novembro de 1913⁴⁸. Organiza-se depois uma delegação em Monchique, a 19 de Abril de 1914 e em Lagoa, a 5 de Novembro de 1914.

Mesmo durante a Grande Guerra, a Sociedade de Propaganda de Portugal continuou a envidar esforços para se constituírem novas delegações na província. Foi então enviado um ofício, em 20 de Setembro de 1915, dirigido a Francisco Mendes Sanches, para se constituir uma delegação em Vila Real de Santo António⁴⁹.

A delegação de Albufeira foi constituída em 23 de Agosto de 1917⁵⁰. A reorganização da delegação

⁴⁶ “Associações: De Propaganda”, *Republica*, Lisboa, 09-11-1912, Ano II, nº 656, p. 2, col. 5. A direcção da delegação em Portimão era constituída por António Teixeira Biker, presidente; Francisco de Bivar Weinholtz e Pedroso de Lima, secretário; Francisco Mendes, tesoureiro.

⁴⁷ “Propaganda de Portugal em Portimão”, *Alma Algarvia*, Silves/Portimão, 18-04-1914, Ano IV, nº 155 (2ª série), p. 2, col. 4.

⁴⁸ “Delegação em Silves e de Faro”, *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal*, Lisboa, nº 9 a 11, Ano VII, Setembro a Novembro de 1913, p. 85-86. Por seu lado, a direcção da delegação de Silves ficou constituída da seguinte forma: Dr. João Rosado Garcia; Dr. Francisco Vieira, Henrique Martins, Dr. Victorino Mealha, Jorge Carlos Freire, José António Duarte e Pedro Paulo Mascarenhas Júdice. Na cidade de Faro a direcção foi formada da seguinte forma: Constantino Canavarro, Artur Agedo, Justino Bivar, Álvaro Júdice, Pedro Monteiro de Barros, Alexandre Ortigão de Carvalho e Dr. João Pedro de Sousa.

⁴⁹ “Relatório dos trabalhos efectuados da comissão das delegações da Sociedade de Propaganda de Portugal”, *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal*, Lisboa, Novembro/Dezembro de 1916, Ano Ano 10, nº 6, p. 105.

⁵⁰ “Notícias Várias”, *O Algarve*, Faro, 02-09-1917, Ano 10, nº 493, p. 3, col. 1. Os elementos desta delegação eram: Dr. José Frederico Cortes Menezes, José Crisóstomo Pereira Paiva Júnior, Francisco Alexandre da Piedade, Ventura de Sousa Mateus e

de Portimão acontece em 1920, muito por força do falecimento de António Teixeira Bicker⁵¹. A delegação de Faro foi reorganizada também em 1920⁵².

Estas delegações da sociedade acabaram por se instalar em algumas localidades da região algarvia, sobretudo as de maior pendor turístico, e dependiam muito da iniciativa, vontade e disponibilidade dos elementos que a compunham. No entanto, as suas iniciativas eram muito localizadas, sobretudo feitas de recomendações às entidades públicas e pouco mais.

Aquilo que podemos deduzir da actividade das delegações é que ela era muito limitada. Algumas delegações reuniam com regularidade e preparavam o trabalho. Outras realizavam reuniões pontuais, onde se discutia o que fazer, que prioridades deveriam avançar e que condições deveriam ter as áreas a visitar pelos turistas⁵³.

b) Os postos meteorológicos

Os postos meteorológicos foram criados inicialmente na Praia da Rocha, em 1912, por iniciativa de Jaime de Pádua Franco⁵⁴. Este posto foi depois renovado em 1914, aquando da visita do então Ministro do Fomento, João Maria de Almeida Lima, em 18 de Novembro de 1914 e era liderado pelo capitão do porto de Portimão, Pedroso de Lima⁵⁵.

Na vila de Monchique foi inaugurado um posto meteorológico em 11 de Outubro de 1914⁵⁶. Esta cerimónia decorreu nas instalações da câmara municipal local e contou com a presença de várias

Joaquim Mendonça Gouveia.

⁵¹ Em consequência do falecimento do seu presidente, o prestimoso cidadão, Exmo. Sr. António Teixeira Bicker, e da saída da localidade, de outros membros da sua Direcção, esta foi reconstituída pela seguinte forma: Presidente: Francisco De Bívar Weinholtz; Tesoureiro: Exmo. Sr. António Dias Cordeiro; Secretário: Alfredo Lopes Vieira d'Andrade; Vogais: João Bentes Soares Castel-Branco; José da Glória Silveira; Dr. Francisco Vito Corte-Real; Francisco J. Duarte; Álvaro da Trindade Pina; Juliano de Carvalho. "Reorganização das delegações em Faro e Portimão", *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal*, Lisboa, Janeiro/Fevereiro de 1920, Ano 14, nº 1, p. 13.

⁵² Esta delegação foi reorganizada devido ao facto de algumas das pessoas que a integravam terem abandonado a cidade de Faro. A partir de 1920, a delegação de Faro passou a ter a seguinte constituição: Presidente: Constantino Cumano; Vogais: Dr. Justino de Bívar; Dr. António Miguel Galvão; Coronel João Pires Viegas; Bernardo de Passos; José Alexandre da Fonseca; Dr. Joaquim Rodrigues Davim; Francisco José Pinto; Mário Lyster Franco. "Reorganização das delegações em Faro e Portimão", *idem*.

⁵³ "Sociedade de Propaganda de Portugal: Delegação de Silves", *Alma Algarvia*, Silves/Portimão, 08-02-1914, Ano III, nº 150, p. 3, col. 4 e 5.

⁵⁴ Maria João Raminhos Duarte, "Congresso Regional Algarvio – Praia da Rocha (1915)", *12º Congresso do Algarve*, Tavira, 2004, p. 131, nota 4.

⁵⁵ "Posto Meteorológico da Praia da Rocha", *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal*, Lisboa, Maio/Junho de 1915, nº3, Ano 9, p. 47.

⁵⁶ "Posto Meteorológico de Monchique" *idem*, p. 46-47.

personalidades ligadas à Sociedade de Propaganda de Portugal como Oliveira Pires, Alberto Bramão, Rosendo Carvalheira, Oliveira Leone, José de Pádua, Ferrugento Gonçalves, entre vários outros. Usou, na ocasião, da palavra, Rosendo Carvalheira, que num discurso fluente entusiasmou a assistência, referindo-se à paisagem do campo algarvio, a serra e as praias⁵⁷.

Estes postos meteorológicos tinham por missão acompanhar as temperaturas e o clima em detalhe numa determinada localidade. No caso da Praia da Rocha deu origem a um conjunto de estudos estatísticos feitos por João Madaíl sobre o clima da praia da Rocha que foram publicados entre 1915 e 1918⁵⁸, sem esquecer o trabalho de Geraldino Brites, sobre o mesmo assunto publicado na *Revista da Universidade de Coimbra* e também apresentado como tese ao Congresso Regional Algarvio de 1915⁵⁹.

Os postos meteorológicos procuravam valorizar através dos dados recolhidos as terras onde se instalavam, sobretudo o clima aprazível, as temperaturas amenas, propícios para proporcionar o descanso aos viajantes de climas mais adversos.



Figura 10 Panorâmica da Praia da Rocha, imagem de Emílio Biel

5 – O PAPEL DO CONGRESSO REGIONAL ALGARVIO DE 1915

A ideia dos congressos regionais começou a germinar entre os participantes do IV Congresso Internacional do Turismo, realizado em Lisboa, em 1911. O tempo foi passando e a iniciativa não se concretizava. Passados quatro anos, alguns representantes da Sociedade de Propaganda de Portugal no Algarve manifestaram junto dos órgãos centrais que estariam interessados em organizar o referido congresso⁶⁰, em especial António Teixeira Bicker, da delegação de Portimão. Desencadearam-se vários contactos, divulgou-se a iniciativa e constituiu-se uma comissão

⁵⁷ “Propaganda de Portugal”, *O Algarve*, Faro, 18-10-1914, Ano 7, nº 343, p.1, col. 1 e 2.

⁵⁸ João Madaíl, *Subsídios para o estudo do clima da Praia da Rocha (Algarve): notas meteorológicas de 1913*, Centro Tipográfico Colonial, Lisboa, 1915; *Idem, Notes sur de climat de Praia da Rocha (Portugal): observations météorologiques de 1915*, Tip. América, Lisboa, 1916; *idem, Notes sur de climat de Praia da Rocha (Portugal): observations météorologiques de 1917*, Tip. La Becarre, Lisbonne, 1918.

⁵⁹ Geraldino Brites, “O Clima no Algarve”, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. IV, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1916, p. 726-781, mas que continuava outros estudos já desenvolvidos pelo autor na revista *Movimento Médico*, nº 10 a 15 e no trabalho *Febres Infeciosas. Notas sobre o concelho de Loulé*, Coimbra, 1914.

⁶⁰ “Propaganda de Portugal”, *O Algarve*, Faro, 02-05-1915, Ano 8, nº371, p. 1, col. 4 e 5. Numa carta de coleção particular, enviada por António Teixeira Bicker, da delegação de Portimão da Sociedade de Propaganda de Portugal, para Jaime de Pádua Franco a sugerir Tomás Cabreira e Jaime de Pádua Franco para participar de forma empenhada no congresso, pode notar-se o interesse que em Portimão havia em conseguir realizar o evento.

organizadora de algarvios e sócios da sociedade⁶¹, que decidiu a data da realização do I Congresso Regional Algarvio e o local da realização. Nomeou-se também uma Comissão Executiva, constituída por diversas personalidades, tendo Tomás Cabreira, como presidente. Tendo o plano de trabalhos do congresso sido esboçado por esta comissão⁶² que o dividiu em VII secções. Existia ainda uma Comissão Organizadora⁶³, onde constavam elementos de várias localidades algarvias.

A imprensa regional acompanhou com detalhe a realização do evento e apoiou-o de forma clara, pelo menos os semanários *O Algarve* e *O Herald*, divulgando a iniciativa, os detalhes do congresso e os apoios que iam sendo recebidos. Mesmo a imprensa de Lisboa foi dando eco do congresso e acompanhando os trabalhos, talvez por isso mesmo, na sessão inaugural tenha sido feito o agradecimento não só à imprensa local, através de Luís de Mascarenhas, mas também à imprensa de Lisboa, através de Adelino Mendes e de César dos Santos⁶⁴. A revista *Alma Nova* funcionou como órgão oficial do congresso⁶⁵, mas o evento

⁶¹ A Comissão Executiva era presidida por Tomás Cabreira, secretariado por Jaime de Pádua Franco que contava com mais personalidades como: Fernando da Silva David, Jacinto Parreira, Martins Moreno. Além disso, contava com A. Aboim Inglês, Agostinho Lúcio da Silva, Alberto Carrasco da Guerra, Alberto Macieira, Aníbal Lúcio de Azevedo, António Júdice Magalhães Barros, João Viegas Paula Nogueira, João Vasconcelos, José Francisco da Silva e José Parreira.

⁶² Maria da Graça Marques, “O Primeiro Congresso Regional Algarvio”, *Inuaf Studia*, Sep. Instituto Universitário Afonso III, nº 1, Loulé, 2000, p. 173-174. A comissão organizadora era constituída por cerca de 200 personalidades.

⁶³ As secções eram: Secção I – Agricultura algarvia: arborização de serras e dunas; irrigação; posto agrário do Algarve; crédito agrícola; ensino agrícola, móvel e fixo; escolas femininas e agrícolas; utilização dos salgados.

Secção II – Indústria algarvia: indústria de conservas e outras indústrias; crédito industrial; ensino industrial; parques; e viveiros piscícolas.

Secção III – Meios de transporte: estradas; pontes; vias férreas; tarifas económicas e de exportação; portos e barras.

Secção IV – Comércio Algarvio: crédito comercial; tratados comerciais; alfândegas; produtos algarvios.

Secção V – Turismo: hotéis; estações termas e marítimas; zonas de turismo; regulamentação do jogo; taxa de turismo; desportos.

Secção VI – Clima algarvio: climatologia; sanatórios; estações de repouso; postos meteorológicos.

Secção VII: Arte e História do Algarve: museus; monumentos históricos; arte algarvia; bibliotecas; lendas e tradições; canções regionais.

⁶⁴ “O Congresso Algarvio”, *A Vanguarda*, Lisboa, 07-09-1915, Ano IV, nº 937, p. 1, col. 5 e 6, p. 2, col. 1.

⁶⁵ Maria João Raminhos Duarte, “O I Congresso Regional Algarvio Praia da Rocha -1915”, *José Mendes Cabeçadas Júnior e a Primeira República no Algarve*, [Catálogo da Exposição], Câmara Municipal de Loulé, Loulé, 2010, p. 212-220. Ainda sobre o Congresso Regional Algarvio de 1915 devem consultar-se os seguintes trabalhos: Maria João Raminhos Duarte, “O I Congresso Regional Algarvio, Praia da Rocha, 1915”, *12º Congresso do Algarve*, Racial Clube de Silves, Tavira, 2004, p. 28-30; Maria da Graça Marques, “O Primeiro Congresso Regional Algarvio”, *Inuaf Studia*, Sep. Instituto Universitário Afonso III, nº 1, Loulé, 2000, p. 159-207. Pode ler-se também de António Paulo Oliveira, “Mateus Moreno (1892-1970) e o regionalismo algarvio” [Conferência], X Curso Livre de História do Algarve, Universidade do Algarve, Faro, 2013.

teve acompanhamento detalhado em vários órgãos noticiosos de Lisboa, desde o *Diário de Notícias*, *Século*, *A Vanguarda*, *A Capital*, entre vários outros enviaram os seus correspondentes que acompanharam com todo o detalhe o decorrer dos trabalhos.

A conjuntura política no ano de 1915 foi particularmente desfavorável, com o período ditatorial de Pimenta de Castro, mas também com vários incidentes como o atentado contra Afonso Costa, ao mesmo tempo registaram-se desordens pelo País, muitas câmaras municipais foram dissolvidas, entretanto o Presidente da República, Manuel de Arriaga renuncia ao cargo devido à eclosão do movimento de 14 de Maio de 1915, sendo eleito pelo Congresso Teófilo Braga que exerceria provisoriamente as funções até Outubro desse ano; na sequência destes acontecimentos realizam-se eleições legislativas em Junho e ocorreram confrontos entre tropas portuguesas e alemãs no sul de Angola. Perante este contexto, não era propriamente fácil conseguir reunir os meios e as pessoas para avançar com o projecto do congresso regional, mas o certo é que ele se concretizou.

O congresso contou, inicialmente, com uma assistência relativamente pouco numerosa, pelo menos assim o assinala a imprensa de Lisboa, facto que é omitido pela imprensa regional. Mas a chegada de algumas entidades oficiais e respectivos acompanhantes como o Ministro do Fomento, Manuel Monteiro, tornaram mais concorridas as sessões; a cedência de iluminação, fornecida pelo destroyer *Douro*, para que houvesse sessão nocturna; a chegada de alguns oficiais da Marinha de Guerra; o fornecimento de água das Caldas de Monchique aos congressistas pelo director das mesmas e participante no congresso, Dr. João Bentes Castel-Branco. E, esteve também em funcionamento, na Praia da Rocha, um serviço de transporte colectivo para cerca de quarenta pessoas, com viagens regulares entre a Rocha e Portimão. As actividades do congresso foram acompanhadas por uma exposição de frutos algarvios, de batalhas de flores e de outras iniciativas que serviram para divulgar o Algarve, os seus produtos e as suas riquezas, aliando também a propaganda às praias, ao clima e às paisagens naturais da região.

6 – OS ANOS 20 E A ACTIVIDADE TURÍSTICA NO ALGARVE

José Dias Sancho (1898-1929), no início da década de vinte lançava algumas críticas à Sociedade de

Propaganda de Portugal num artigo publicado em Abril de 1920, no semanário fareense *Correio do Sul*, porque houve uma visita de 40 estudantes da Universidade de Zurique, que teriam sido encaminhados para o Hotel Sansão em Portimão, só que esse hotel não teria o número de quartos necessárias para os albergar. A questão do articulista foi sobretudo em relação à indicação daquele hotel por alguém da SPP quando existia o Grande Hotel, em Faro, ou o Hotel da Praia da Rocha⁶⁶. Na opinião deste escritor era necessário ter mais cuidado na indicação das instalações a utilizar por grandes grupos, pois a imagem que eles poderiam levar não seria a mais positiva.

A imprensa algarvia começou nesta década a dedicar cada vez mais atenção à temática do turismo no Algarve. O semanário *Alma Algarvia* dedicou alguma atenção ao tema do desenvolvimento do turismo na região logo em 1914⁶⁷. Essa situação já tinha sido abordada de alguma forma num conjunto de artigos publicados em 1916, pelo jornal *O Algarve*, dedicados à Sociedade de Propaganda de Portugal e subintitulados “Roteiro do Algarve”. Ao longo da década de vinte, o semanário *Correio do Sul* dedicou vários números à questão do turismo na região, permitindo-nos destacar quatro artigos de Jaime do Inso (1880-1967), com o título “O Turismo na região algarvia” publicados entre 1923 e 1924, tendo por base algumas das praias da região, desde a praia da Rocha a Monte Gordo⁶⁸.

No roteiro *Portugal. Clima, Paisagens, Estações Termais, etc*, editado pela Sociedade de Propaganda de Portugal, são apresentadas como sugestão as excursões ao Algarve, sobretudo a partir da Primavera, ou mesmo no Inverno, devido à amenidade do clima, “pelo aspecto formoso, principalmente em Fevereiro das amendoeiras em flor, torna-se sempre apreciável pela beleza da paisagem e pelo desenvolvimento daquelas árvores, assim como das figueiras e alfarrobeiras”⁶⁹. Nessa excursão, podia utilizar-se preferencialmente o caminho-de-ferro e o resto de automóvel tendo uma duração de dois dias, onde se poderiam ver os produtos

⁶⁶ José Dias Sancho “A Sociedade de Propaganda de Portugal”, *Correio do Sul*, Faro, 18-04-1920, Ano I, nº 11, p. 1, col. 1 e 2.

⁶⁷ “Turismo no Algarve: a cidade de Faro”, *Alma Algarvia*, Silves/Portimão, 13-06-1914, Ano IV, nº 162 (2ª série), p. 1, col. 3 a 6 e p. 2, col. 1.

⁶⁸ Jaime do Inso, “O turismo na terra algarvia: a praia da Rocha I”, *Correio do Sul*, Faro, 08-11-1923, Ano 4, nº 232, p. 1, col. 1 e 2, quando se publicou o primeiro texto deste conjunto, até “O Turismo no Algarve”, *Correio do Sul*, Faro, 13-01-1924, Ano 4, nº 247, p. 1, col. 5 e 6.

⁶⁹ *Portugal. Clima, Paisagens, Estações Termais, etc*, Sociedade de Propaganda de Portugal, Lisboa, s.d., p. 18-19.

da região, como as conservas, destacando-se como pontos de interesse a visita a Monchique, Lagos, Praia da Rocha (Portimão) e Sagres. Neste pequeno roteiro verifica-se o cuidado em salientar a qualidade do alojamento disponível, quase sempre com a expressão característica “hotel pequeno, mas asseado”⁷⁰. O roteiro encontra-se ilustrado com pequenas fotografias. As que dizem respeito ao Algarve são da Praia da Rocha (duas) e de Monchique. Curiosamente, este roteiro apresenta um anúncio de página inteira, na parte final, de António Júdice Magalhães Barros⁷¹, negociante e industrial, na Mexilhoeira da Carreção.

A Câmara Municipal de Loulé, por exemplo, em acta da reunião de 3 de Dezembro de 1928, deliberou “conceder a qualquer empresa que se abalance à construção de um hotel nesta localidade, a isenção do pagamento de licenças e do consumo de água e luz durante cinco anos”⁷².

Ainda para divulgar talvez mais as paisagens da região, em 1925, foi apresentado o documentário “Uma Panorâmica do Algarve”⁷³, nos cinemas Olímpia e Politeama, em Lisboa, em 23 de Junho e no cinema Tivoli, a 13 de Julho, produzido pela Companhia Cinematográfica de Portugal e pela Invicta Film onde se apresentavam entre outras coisas imagens da Feira da Guia (Albufeira), Caldas de Monchique (estabelecimento termal), Jardins do Palacete de Estoi, Feira de Gado, uma linda algarvia, Praia da Rocha, Vila Real de Santo António, Bênção de redes, Portimão, Lagos, Sagres, Praia da Luz, Farol do Cabo de S. Vicente, Panorama de Olhão, Panorama de Faro. Talvez se possa afirmar que era o primeiro filme de propaganda turística do Algarve. Note-se que os pontos a apresentar eram aqueles que interessavam divulgar desde o termalismo, o clima, as praias e paisagens, as tradições. No entanto, o património, pelo menos o construído, estava um pouco arredado do plano das filmagens.

O cinema documentário sobre o Algarve terá surgido em 1913, com um filme intitulado *A Pesca do*

⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 19.

⁷¹ Maria João Raminhos Duarte, *Portimão. Industriais Conserveiros na 1ª metade do Século XX*, Edições Colibri, Lisboa, 2003, em especial p. 45-50.

⁷² Raul R. Pinto, *Loulé. Roteiro-Guia Histórico Turístico, Comercial e Industrial do concelho*, Gráfica Ideal, Águeda, 1951, p. 23.

⁷³ José de Matos Cruz e outras fontes que consultamos referem que este documentário se intitulava “Uma Panorâmica do Algarve”, porém na Cinemateca encontram-se os documentos do plano de filmagem com um título um pouco diferente “Aspectos do Algarve”. Cf. Cinemateca Digital aqui: <http://www.cinemateca.pt/getattachment/10faecc7-7249-4cc0-84f1-8dc4429b5a78/Aspectos-do-Algarve.aspx> (15-08-2014). Cf. ainda José de Matos Cruz, *Cinema Português: O dia do século*, Grifo, Lisboa, 1998, p. 113.

Atum no Algarve. Conhecem-se ainda documentários como *Faro e Arredores* e *Lagos e Arredores*, de 1916, realizados por Anatole Thiberville, para os franceses da Gaumont. A imprensa regional dá também conta de que Jaime de Pádua Franco acompanhou uma equipa de filmagens da Gaumont, em Agosto de 1917, para escolher os melhores locais e cenários para dar a conhecer “belezas nossas, vistas de campos e praias, e conhecimento de sítios relacionados com factos históricos, costumes e indústrias”⁷⁴. Já no final da década de vinte, Castello Lopes realizou *Faro, Lagos, Sagres, e Vila Real de Santo António*, em 1929. No início da década de trinta realizam-se ainda os filmes *Olhão Industrial* e *Olhão Industrial e Comercial*, de 1932 e, poucos anos depois, realizam-se os filmes *Algarve*, da Companhia Cinematográfica de Portugal, *Algarve em Flor*, *Aspectos do Algarve* e *Paisagens Algarvias*, da Ulysea Filmes, *Amendoeiras em Flor*, realizado por Manuel Luís Vieira e *Vila Real de Santo António*, de H. da Costa, em 1935⁷⁵.

Através da *Revista de Turismo* (1916-1924) também é possível encontrar algumas iniciativas ligadas ao desenvolvimento do turismo na região, tendo essa análise sido já realizada num trabalho de Miguel Godinho⁷⁶.

Nesta publicação um dos temas principais ao longo dos primeiros anos da década de vinte foi a questão das vias de comunicação, os acessos, as estradas, o caminho de ferro, as instalações de acolhimento aos turistas (hotéis, pensões) que começaram a ser olhadas com mais atenção a partir da década de trinta, com a aprovação da Lei dos Estabelecimentos Hoteleiros.

O turismo no Algarve conquistou alguns adeptos na região desde muito cedo, mas a evolução da actividade foi lenta e o desenvolvimento das estruturas, dos acessos, dos transportes e dos sistemas de abastecimento e de saneamento foram processos que se arrastaram ao longo de décadas. Começando por fazer um levantamento possível de alguns dos textos de autores estrangeiros que visitaram o País e a região.

⁷⁴ “A empresa Gaumont”, *O Algarve*, Faro, 26-08-1917, Ano 10, nº 492, p. 1, col. 1. Nessa filmagem passaram por Sagres, Monchique, Portimão, Praia da Rocha, Silves e Faro e tinham intenções de visitar Tavira e Vila Real de Santo António, sempre acompanhados por Jaime de Pádua Franco.

⁷⁵ José de Matos Cruz, “O Algarve e o cinema”, *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, coord. Maria da Graça Maia Marques, Ed. Colibri, Lisboa, 1999, p. 589.

⁷⁶ Miguel Godinho, “O Algarve e o turismo na região na «Revista de Turismo»”, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António/ Centro de Investigação e Informação do Património de Cacela [consultado online aqui: http://museusdoalgarve.files.wordpress.com/2013/01/o-algarve-e-o-turismo-da-regic3a3o-na-revista-de-turismo_miguel-godinho-cmvrса.pdf (13-08-2014)]

Neste trabalho recordamos as personalidades, as ideias e preocupações dos primeiros a propor a região do Algarve como uma região de turismo por eleição, devido às condições climáticas, às praias e às paisagens naturais. Foi possível observar uma intensificação das publicações sobre turismo e, recordando um marco fundamental neste processo histórico que foi a realização do Congresso Regional Algarvio em 1915, mesmo que os seus resultados não tenham sido os esperados. Acompanhou-se também a actividade da Sociedade de Propaganda de Portugal e as suas iniciativas no Algarve conducentes ao desenvolvimento do turismo.

A primeira acção de propaganda externa do Algarve

A visita das jornalistas ingleses em 1913

Luís Guerreiro

«Um dia virá sem dúvida em que esta província, servida por fáceis acessos nas vias terrestres e marítimas, mostrará orgulhosa os ubérrimos dons que possui à insaciedade dos estrangeiros»

O Algarve, 11.06.1911

O IV Congresso Internacional de Turismo que decorreu em Lisboa, entre 12 e 20 de Maio de 1911, sob a égide da Sociedade Propaganda de Portugal,¹ foi um marco importante para o desenvolvimento do Turismo nacional. Teve a participação de mais de mil e quinhentos congressistas, recebidos com pompa e circunstância pela população de Lisboa, que respondeu positivamente ao apelo da comissão organizadora para decorar as casas comerciais e as ruas por onde os congressistas haveriam de passar.

Durante o Congresso, cujos trabalhos decorreram na Sociedade de Geografia, houve tempo para os participantes assistirem a várias recepções oficiais e de passearem por várias terras do nosso País, segundo um programa previamente traçado, que não incluía o Algarve. O novo governo da República, com meses de existência, dá todo o seu apoio a esta iniciativa, envolvendo-se directamente na sua concretização, por um lado, porque vê nele uma possibilidade de reconhecimento internacional do novo regime e, ao mesmo tempo, corrobora uma ideia que já vem desde os finais do séc. XIX que assentava no pressuposto de que



Figura 1 Cartaz do IV Congresso Internacional de Turismo da autoria de Raul Lino.

¹ A Sociedade Propaganda de Portugal foi criada a 28 de Fevereiro de 1906, graças aos esforços do jornalista e ferroviário Leonildo de Mendonça e Costa. Começou com 73 sócios, sob a presidência do monárquico Conselheiro Fernando de Sousa. Era constituída por monárquicos, republicanos, maçons, católicos, não importava as origens, unia-os a divisa "Pró Patria Omnia". Teve vasta acção no desenvolvimento da incipiente indústria do turismo.



Figura 2 Sebastião Magalhães Lima (1851-1930)- Político, jornalista e Grão Mestre da Maçonaria. Foi fundador da SPP e seu Presidente. Acumulou com a presidência do Conselho de Turismo, criado em 1911.



Figura 3 José de Ataíde (1881 – 1943). Advogado e publicista. Foi o primeiro Director da Repartição de Turismo, criada em 1911.

o incremento das visitas de estrangeiros, à semelhança do que já acontecia noutras paragens, era uma forma de resolver os principais problemas financeiros com que o País se defrontava. O IV Congresso Internacional de Turismo fica também associado à criação em Portugal das primeiras estruturas oficiais de Turismo - a Repartição de Turismo e o Conselho de Turismo² – sob a alçada do Ministério do Fomento e que doravante em colaboração com a Sociedade Propaganda de Portugal, irão desenvolver um trabalho extremamente importante na modernização dos serviços vocacionados para o turismo e na criação de condições, internas e externas, para acolher turistas. O Congresso tomou uma série de medidas e recomendações sobre matérias de interesse para o desenvolvimento do turismo, não só para Portugal, mas também para Espanha e França, tendo presente que não obstante a responsabilidade de organização fosse da Sociedade Propaganda de Portugal, a entidade máxima destes congressos era a Federação Franco – Hispano – Portuguesa. Dentre as principais conclusões, com interesse nacional, destaca-se a adopção em Portugal da hora do meridiano de Greenwich, a organização de uma lista com vistas e monumentos mais importantes de cada Concelho, a necessidade de regulamentação do jogo, a protecção dos monumentos, o estabelecimento de linhas de navegação entre os países federados e as Américas, a adopção pela Federação de Hoteleiros de um menu com a indicação do nome dos pratos, a proposta de sinalização das estradas para que passasse a ser igual em todos os Países e a criação de um bilhete de comboio de ida e volta.

O ALGARVE E O CONGRESSO DE TURISMO

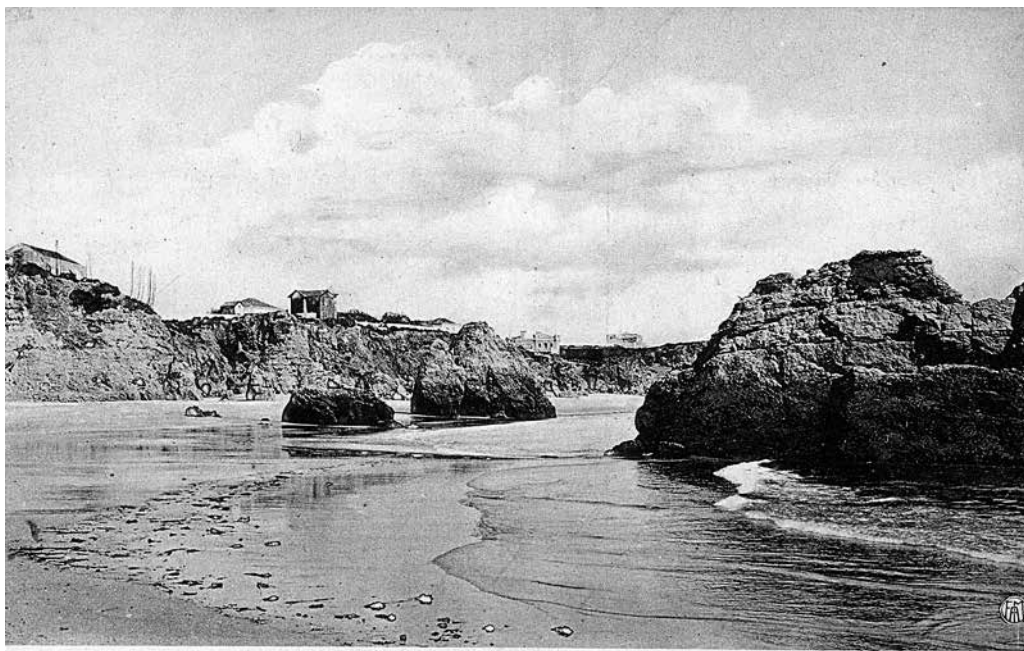
A Imprensa regional deu conta da realização do IV Congresso Internacional de Turismo com alguma antecedência e criou grandes expectativas relativamente às repercussões directas que o mesmo teria para a região, em particular com a vinda de excursionistas estrangeiros ao Algarve. O semanário *O Algarve* na sua edição de 3 de Março de 1911 lembrava que o sul do

² Para chefiar a Repartição de Turismo foi designado José de Ataíde e para o Conselho de Turismo foi indicado Magalhães Lima. José de Ataíde (1881 – 1943) – Advogado e publicista, chefiou a Repartição de Turismo desde a sua criação até 1942. Era sobrinho do ilustre monografista algarvio Francisco Xavier Ataíde da Oliveira. Publicou vários folhetos e colaborou em muitos jornais e revistas da especialidade. Realizou várias conferências sobre Turismo e participou em vários Congressos. Magalhães Lima (1851- 1930) – jornalista, tribuno republicano e Grão-mestre da Maçonaria. Foi membro fundador da Sociedade Propaganda de Portugal e seu presidente após a implantação da República, funções que acumulou com a presidência do Conselho de Turismo, criado em 1911, na dependência do Ministério do Fomento.

País devia ter “n’esta celebração um lugar distinto pelo que possui de encantos na feitiçaria com que a natureza aqui pôs os seus mais formosos atractivos”.

Depois descrevia com minúcia os encantos e belezas que o turista poderia encontrar, quer fosse para a beira-mar, para a faixa média do litoral algarvio, ou se pretendesse deleitar com a sua riquíssima história. De seguida lançava o repto: “assim compete aos nossos comprovincianos iniciar um movimento de cooperação no grande Congresso de turismo e preparar a nossa província em regalos e confortos, que deleitem os estrangeiros, que tem o dever de atrair a si, não somente para que digam no seu país que no Algarve se encontram milhares de casos, que lhes promovem agradáveis surpresas, como no mundo comercial e industrial aqui há com que fazer largo comércio e desenvolver lucrativas relações”. Parece que, numa primeira fase, as autoridades locais não manifestaram especial interesse nesta iniciativa, nem sequer responderam ao convite da Comissão Organizadora do Turismo para colaborarem na recepção dos visitantes.

Na campanha promovida por *O Algarve*, publica-se (12.03.1911) uma carta de um Português residente em Génova que, relativamente a esta parte do território nacional diz: “mostremos-lhe esta admirável província do Algarve, na minha modesta opinião, a região de maior futuro de Portugal, porque é susceptível de se tornar uma grande estação cosmopolita se o governo não se demorar em aproveitar a admirável baía de Lagos, a sentinela avançada no Atlântico e que é a primeira, que os que vêm do Panamá em direcção à Europa encontram, e onde se demorarão por certo se ali acharem as necessárias comodidades e atracções. O Algarve será, logo que se construa a linha de Huelva a Ayamonte, em circunstâncias de por ela transitarem expressos [sic], a primeira província portuguesa visitada por estrangeiros de Granada e de Sevilha. Se estiver devidamente preparada poderá retê-los no incomparável clima, bem superior ao da região mediterrânea. Façamos-lhes ver essa admirável Serra de Monchique com as suas termas já bem conhecidas, e pintemos, às suas imaginações, o que seria essa estação climatérica dotada com luxuosas instalações modernas no cimo de uma serra cuidadosamente arborizada, tendo a seus pés a admirável província algarvia, cuidadosamente cultivada, e coberta por uma flora riquíssima, e ao longe o mar imenso fechando grandiosamente o horizonte.



Portimão. (Algarve) — (Portugal). Aspecto da Praia da Rocha.

1443

Figura 4 As belezas naturais, condições climáticas, sol e luz sem comparação eram razões apontadas para tornar o Algarve uma região de turismo.

Se Lagos, com a abertura do canal do Panamá, fica em circunstâncias de se tornar um dos primeiros portos do mundo, Monchique possui todos os requisitos para ser uma das estações climáticas mais notáveis da Europa”.

Este jornal desenvolveu uma intensa sensibilização junto dos algarvios a favor do turismo, a pretexto da realização deste Congresso, chamando a atenção para a necessidade da região despertar para esta realidade com os inevitáveis benefícios da atracção de estrangeiros “cuja passagem se assinala sempre por uma grande abundância de bem estar e um aumento de riqueza nos países visitados, pois que com eles vem o desenvolvimento comercial, as novas indústrias, toda a robustez da vida económica a quem o sangue novo do progresso, que o estrangeiro representa, traz vitalidade e transformação”.

No dia 19 de Março de 1911, o Dr. Diogo Marreiros Neto, ilustre Advogado algarvio, proferiu uma Conferência sobre Turismo no Teatro Circo de Faro, com a sala repleta e a presença das principais personalidades públicas e privadas da cidade. No final ficou constituída uma Comissão de Honra presidida pelo Governador Civil, integrando as principais autoridades da cidade e Sub-comissões (alojamentos, itinerários e fundos) com o objectivo de prepararem um programa

de visita dos Congressistas à cidade de Faro. Foi dado conhecimento desta decisão à Comissão executiva do Congresso de Lisboa e manifestado o interesse em fazer outras Conferências sobre Turismo, nomeadamente em Portimão e nas terras que os Congressistas visitassem. Temos notícia que se constituíram comissões de recepção em Portimão, Lagos e Silves. Sabemos que estas comissões reuniram, prepararam programas (o de Faro vem publicado em *O Algarve* de 7 de Maio de 1911), enviaram-nos para Lisboa sem obterem resposta à medida que a data do Congresso se aproximava. Disso mesmo noticiava o jornal da capital algarvia: “ainda não veio para qualquer das comissões do Algarve comunicação alguma sobre a vinda dos congressistas estrangeiros a esta província”.

O Congresso abriu na Sexta-feira e ainda nada foi resolvido pela Comissão Central sobre as viagens nas províncias” (*O Algarve* – 14.05.1911). Os Congressistas acabaram por não vir ao Algarve, embora tenham visitado outras terras do País, o que gerou grande descontentamento na região algarvia, depois da intensa campanha de sensibilização para a importância deste acontecimento na imprensa regional, da mobilização que foi feita e ainda devido ao facto de na entidade organizadora do Congresso, a Sociedade Propaganda de Portugal, estarem alguns notáveis algarvios.

Por fim, acabaria por chegar uma carta explicativa, endereçada ao Director do jornal *O Algarve*, que transcrevemos:

“Não foi possível organizar a excursão ao Algarve como tanto desejávamos. A data fixada, isto é, depois da visita do exmo. Sr. Ministro do Interior, [estava prevista a vinda de António José de Almeida a Faro no dia 20 de Maio, no entanto, a mesma não se efectuou] ou seja a 22 ou 23, era demasiado tardia. Entretanto sei que alguns congressistas já visitaram e outros pensam ainda em visitar o Algarve, visto as referências que d’ele fizemos, mas irão isolados ou em pequenos grupos. Agradecemos em todo o caso a V. toda a boa vontade que mostraram em se associar á obra tão patriótica como foi o Congresso que finalizou hoje, e a forma como receberam alguns congressistas que vinham encantados com o acolhimento que tiveram. Os resultados d’esta reunião foram notáveis, e espero que das resoluções tomadas advirão muitos benefícios para o desenvolvimento do turismo no nosso País, com o qual tanto pode lucrar essa linda província. Uma coisa ficou assente já, e é que haverá outro congresso de turismo



Figura 5 Primeiro Guia oficial editado em Portugal pela Repartição de Turismo, 1913.

em Portugal, no ano de 1914; e, até lá, muito convirá que se trabalhe nas regiões não visitadas agora, para se lhes mostrar coisas novas. Apelo pois para os nobres sentimentos patrióticos de V. e para a sua iniciativa afim de, desde já se encetar uma campanha em favor de melhoramentos de várias ordens no Algarve. Saúde e Fraternidade Lisboa, 21 de Maio de 1911. O Vice-Presidente E. Vasconcelos”.³

PRÓ – ALGARVE

Por esta altura havia um sentimento generalizado de abandono e alheamento do governo central para com o Algarve, realidade que caracterizou muitos séculos da monarquia e agora com a República, não obstante a sua curta duração, as coisas pareciam estar na mesma. O Algarve era praticamente ignorado por Lisboa, situação que se alterou um pouco com a chegada do comboio nos finais do séc. XIX. O Algarve era uma espécie de ilha de difícil acesso, devido a uma barreira natural a norte de complicada transposição, senão mesmo perigosa em termos de segurança e de péssimas vias de comunicação. O resto era mar e rio, fronteiras por onde se processava, em grande medida, a circulação de pessoas e mercadorias.

As nossas praias, apesar das suas belezas naturais, não tinham expressão nacional, a tal ponto que Ramalho Ortigão no seu livro *Praias de Portugal* não se refere a nenhuma praia algarvia, apesar de desde os finais do séc. XIX serem frequentadas por alentejanos e espanhóis, sobretudo as praias de Monte Gordo e Praia da Rocha. A imprensa republicana teve um papel preponderante na criação de uma consciência regional, com vista a alterar este estado de coisas. Não era possível manter este ostracismo relativamente ao Algarve, tendo em consideração a “magnífica produtividade do seu solo pela extrema amenidade das suas condições climatéricas e pela sua inegável actividade comercial, mas ainda e muito principalmente, pela sua situação geográfica, de incontestável e primacial importância estratégica”.⁴

Por estas razões, entendiam que os governantes deviam olhar para o Algarve com outra consideração e atender às suas necessidades mais prementes. O Algarve não possuía comunicações rápidas e seguras, a rede ferroviária era exígua e de traçado absurdo, sendo o material circulante velho e em péssimas condições,



Figura 6 Caricatura de Rocha Martins sobre o mau estado das vias de comunicação portuguesas. O Algarve era a região do País onde a rede viária apresentava maiores deficiências.

³ O Algarve – 28 de Maio de 1911

⁴ O Sul – 18 de Agosto de 1912.

levando uma viagem do Algarve a Lisboa cerca de treze horas. Por outro lado, os portos precisavam de ser melhorados e ampliados e hotéis praticamente não existiam. Nessa ordem de ideias, como reforçava um periódico: “se os governos e os municípios, numa intensa acção em que todos os esforços se conjugassem, o que estimularia também a iniciativa particular, procurassem melhorar este estado de coisas, é indubitável que nós poderíamos em breve tempo tirar o maior proveito das nossas excepcionais condições climatéricas, atraindo para aqui o touriste que foge para aonde lhes facultam todas as comodidades embora lhes não dêem, porque é coisa que não se compra, um céu tão puro e anilado, uma temperatura tão suave, um sol tão lindo e umas noites tão poéticas, finalmente, uma natureza em que tudo ande a florir suavidade, risos e poesia!”⁵.

Podemos, portanto, concluir que o diagnóstico dos principais problemas da região que impediam o seu desenvolvimento completo estava traçado. Tinham consciência de que Roma e Pavia não se fizeram num dia, mas que era imprescindível avançar rapidamente com a concretização de medidas essenciais tendo em vista a atracção de turistas.

ALGARVE – REGIÃO DE TURISMO

No manifesto dirigido aos eleitores aquando das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1911, Tomás Cabreira⁶ apresentava o seu plano de intenções: “pelo que respeita ao Algarve tenciono trabalhar pela construção da linha do Vale do Sado, porque encurta muito o trajecto para o Algarve; instar para que o troço da linha férrea de Gibraleon a Ayamonte seja de via larga, porque permite a visita ao Algarve dos turistas que vêm à Andaluzia; procurar que se estabeleça uma grande estação de turismo, com todos os melhoramentos modernos na Praia da rocha (Portimão) cujo clima é, de inverno, o melhor da Europa”⁷.

De facto, logo no início de 1912, Tomás Cabreira apresentou um Projecto de Lei⁸ para a criação no Algarve de uma região especial de turismo e jogo para a Praia da



Figura 7 Tomás Cabreira (1865 -1918). Político, Professor e Militar. Foi o primeiro a defender a criação de uma região de turismo no Algarve, na imprensa, no parlamento e em livro.

⁵ *O Sul* – 18 de Agosto de 1912.

⁶ Tomás Cabreira (1865 – 1918) – Professor, político e militar. Natural de Tavira, filho de militar, seguiu a carreira das armas, tendo concluído também o curso de engenharia civil. Republicano convicto, foi Deputado nas Constituintes e mais tarde ministro das Finanças. Paladino do Turismo no Algarve. Publicou várias obras, sendo de destacar a obra de referência *O Algarve Económico* (1918).

⁷ *O Algarve* – 11/06/1911.

⁸ Vd. Anexo.



Figura 8 Adelino Furtado (1883 - ?). Era Governador Civil de Faro por ocasião da visita dos jornalistas ingleses ao Algarve.

Rocha e Serra de Monchique que mereceu a aprovação do Senado, mas acabaria por ser rejeitado pela Câmara dos Deputados. Tomás Cabreira, foi um paladino do Turismo no Algarve, no Parlamento, na Imprensa, em Conferências e na Sociedade Propaganda de Portugal, de que fazia parte desde a sua fundação.

Depois do Congresso Internacional de Lisboa e da movimentação que existiu no Algarve a este propósito, a região começou a ter outra atenção nacional. Vários dirigentes daquela Sociedade fizeram aqui Conferências sobre Turismo, temos notícia da visita de personalidades ilustres com referências na comunicação social,⁹ a visita regular de Jaime Pádua Franco,¹⁰ natural do Algarve e importante dirigente da Sociedade Propaganda de Portugal, um dos principais responsáveis pela vinda da Comitiva dos jornalistas ingleses no início de 1913, foi extremamente importante como elo de ligação dos anseios da região junto dos organismos oficiais de Turismo.

OS JORNALISTAS INGLESES

A propaganda era considerada uma questão fundamental para que os estrangeiros nos visitassem. Nesse sentido, a Sociedade Propaganda de Portugal desenvolveu, desde a sua criação, uma notável actividade quer no plano interno quer externo. Publicou e distribuiu folhetos, financiou publicidade, afixou cartazes em vários países, editou o “Guia Sociedade Propaganda de Portugal”, fomentou a visita e o estudo do nosso País por jornalistas e escritores estrangeiros. A mais significativa foi a visita de um grupo de jornalistas ingleses que se deslocaram desde Leixões até ao Algarve e que teve como efeito fazer-se, pela Europa e pela América, grande publicidade do nosso País e a publicação de um guia intitulado *Progressive Portugal* de Hethel Hargrove.¹¹

⁹ *O Algarve* – 25/02/1912 – “Viajantes Ilustres – No expresso de hontem chegaram a esta cidade e tencionam percorrer os melhores pontos de provincia o Sr. Harding, ministro da Inglaterra em Lisboa, seu secretário e o Sr. Coks, cônsul da mesma nação na capital e esposa. Estão hospedados no Hotel Magdalena”.

¹⁰ Jaime Pádua Franco (1868 – 1938) – Natural de Portimão. Sócio fundador da Sociedade Propaganda de Portugal. Foi o criador e inspector de diversos “bureaux” daquele organismo em Paris e noutras cidades europeias. Realizou várias conferências sobre Turismo no País e no estrangeiro. Colaborou em vários jornais e revistas de especialidade. Foi um grande defensor do Turismo no Algarve.

¹¹ Cunha, Licínio, *Desenvolvimento do Turismo em Portugal: os Primórdios*. Texto destinado ao Catálogo das Comemorações do 1º Centenário da Proclamação da República. 2011.

Logo que se soube da vinda a Portugal desta ilustre comitiva, no Algarve desenvolveu-se um amplo movimento no sentido do programa da visita incluir o sul de Portugal. A princípio as notícias não eram muito específicas relativamente aos locais a visitar. A imprensa regional limitava-se a dar eco daquilo que os jornais da capital referiam. Por exemplo o semanário *O Algarve*, no dia 5 de Janeiro de 1913, dizia “consta que os jornalistas ingleses esperados em Lisboa para visitar o nosso País, terão no seu programa de excursão pelo país, uma visita à Praia da Rocha e à Serra de Monchique”. O mesmo periódico, em 26 de Janeiro, adiantava que os ingleses chegariam no dia 16 de Fevereiro de 1913, no navio Hilary e que o grupo se dividiria em dois, um percorreria as terras do norte e o outro as do sul.

No que diz respeito ao Algarve, a comitiva inglesa visitaria Vila Real de Santo António, Faro, Portimão, Lagos, Sagres e Monchique. Por esta altura, foi inaugurada uma exposição com cerca de 80 fotografias de Portugal na Sociedade Fotográfica da Grã-Bretanha, em Londres. No início do mês de Fevereiro veio de propósito ao Algarve, o devotado Jaime Pádua Franco para preparar a visita dos jornalistas ingleses. Esteve em Faro, Olhão, Portimão, Lagos e Monchique. Nestas terras foram criadas Comissões para a recepção destes importantes turistas, compostas por cidadãos que à partida sabiam falar inglês ou francês¹². As autoridades públicas e muitos cidadãos particulares colaboraram para que a visita fosse um êxito, como na realidade



Figura 9 A comitiva ficou hospedada no Hotel Viola na Praia da Rocha, Portimão.

¹² A Comissão de Faro era composta por Samuel Sequerra, Teodoro d' Almeida Coelho, Vidal Belmarço e António Galvão.

veio a ser. Estava em causa a imagem do nosso país no estrangeiro, que nem sempre era a melhor nalguma imprensa internacional, derivada, de certo modo, pela instabilidade política que se começava a verificar no seio da República.

Por esse motivo, havia toda a vantagem de receber bem esta comitiva porque tratando-se de “representantes, directores e colaboradores dos principais jornais do mundo, pela sua pena autorizada poderemos dentro de breves dias ler com entusiasmo e calor as descrições palpitantes de verdade sobre o nosso país que eles nos darão nos seus jornais que dia a dia se espalham pelo mundo inteiro”¹³. Razões mais que suficientes para um empenho reforçado e um esforço *malgré tout* para receber condignamente estes *touristes*.

Com efeito, os jornalistas ingleses chegaram a Portugal no dia 16 de Fevereiro, conforme o previsto, desembarcando no Porto de Leixões. Visitaram o Porto, Guimarães, Braga, Penacova e Coimbra, Batalha, Buçaco, Tomar, Sintra e Lisboa. Dias 24 e 25 de Fevereiro estiveram no Algarve. Do itinerário visitado que o articulista de *O Ocidente* apelidou de “passeio de delícias. Viagem de encantamentos. Peregrinação de sonho”¹⁴, em tom de crítica por os visitantes não terem podido encarar a verdadeira alma portuguesa, “a alma deste povo manso e heróico, arrebatado e descuidado, enérgico e indolente”, limitando-se a observarem os seus costumes através da pompa das recepções festivas. Do aludido itinerário, como se referiu, iremos apenas descrever o que se passou no Algarve. A comitiva era constituída por 34 pessoas, nem todos jornalistas, tendo andado por todas as terras visitadas sempre num único grupo.

A COMITIVA INGLESA POR TERRAS DO ALGARVE

Os visitantes britânicos foram esplendidamente recebidos por todas as terras onde estiveram, não se registando “uma só mancha na fidalguia do sentimento algarvio.”¹⁵

Nas vésperas da sua chegada, no domingo 23 de Fevereiro, realizou-se no Teatro Circo de Faro uma conferência proferida por Emílio Costa, membro da Sociedade Propaganda de Portugal, subordinada ao tema “Turismo e sua influência”.

¹³ *O Sul* – 23/02/1913.

¹⁴ *O Ocidente* – 28/02/1913.

¹⁵ *O Algarve* – 02/03/1913.

Deu ênfase ao aspecto económico do turismo, dando, como exemplo, a Suíça, a Itália e a Noruega que “anualmente recebem milhões de francos provenientes dos ricos viajantes estrangeiros”.¹⁶ Frisou a importância de dotar o país de boas condições de acolhimento, em matéria de hospedagem, viação, restauração e outros problemas que se prendem com o turismo.

No dia seguinte, cerca das cinco horas e meia da manhã, chegavam à estação de caminho de ferro de Portimão, os visitantes ingleses. A esperá-los encontrava-se o Presidente da Comissão Municipal Administrativa de Portimão, António Dias Machado, António Teixeira Biker, do núcleo de propaganda daquela vila e os membros da Comissão de recepção, Corte Real, Bívar Weinholtz e José Pearce d’Azevedo, também cônsul inglês, e Luís Mascarenhas, representante da Imprensa Algarvia. Com os ingleses vinham Jaime Pádua Franco, um dos principais obreiros desta visita da Sociedade Propaganda de Portugal, Henrique Taveira, o Eng. Manuel Roldan, natural do Algarve, Vasconcelos Leone e Carlos Bramas, todos dirigentes da entidade organizadora. Faziam, ainda, parte da comitiva, o Dr. Amadeu Ferreira de Almeida, representando o ministro dos Negócios Estrangeiros e Joshua Benoliel (1873 – 1932), o famoso repórter fotográfico da *Ilustração Portuguesa*. Vinham, igualmente, no comboio os três músicos, César Leiria, Manuel Silva e Aroldo Silva, que a entidade organizadora convidou para tocarem durante o jantar de Portimão e na sessão solene que se lhe seguiu.

Depois dos cumprimentos e da distribuição pelos automóveis que a Sociedade Propaganda de Portugal enviou para o Algarve, dirigiram-se para o Hotel Viola, a fim de tomarem o pequeno-almoço, onde foram recebidos por muita gente, com aplausos e vivas. Antes de partirem para Monchique, os ingleses quiseram ir ver a Praia da Rocha, tendo ficado muito agradados com a beleza natural da praia. Em Monchique eram esperados pelas autoridades locais, porém, devido ao mau tempo que se fez sentir na noite anterior, não foi possível realizar o passeio à Foia, não obstante o expressivo número de burros colocados à disposição dos membros da comitiva.

A próxima paragem foi em Lagos, onde chegaram por volta das 13 horas, tendo sido recebidos por membros da Câmara, comissão de recepção e muita população que enchia por completo as ruas da cidade. O almoço teve lugar na casa do capitão Bento Formosinho



Figura 10 Amadeu Ferreira de Almeida (1876 – 1966). Natural de Faro, foi Diplomata de carreira e escritor. Foi destacado para acompanhar oficialmente esta visita, em representação do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

¹⁶ *O Sul* – 02/03/1913

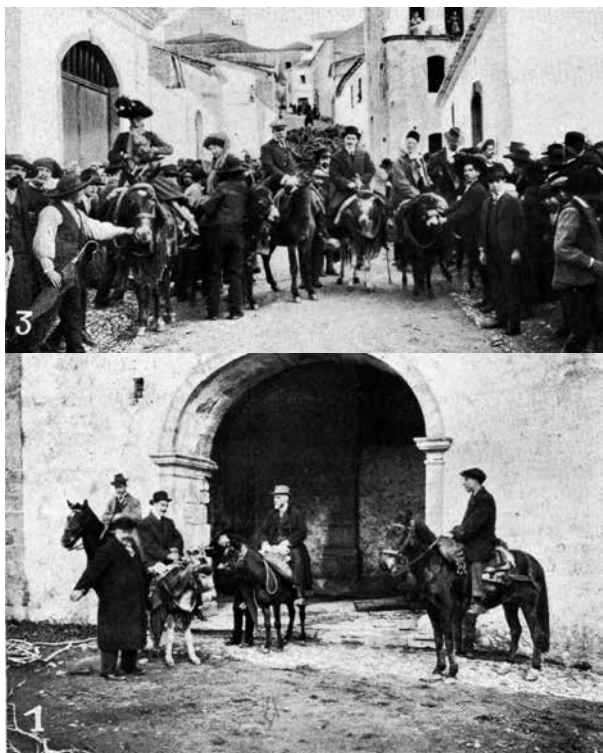


Figura 11 e 12 Fotos do ilustre fotógrafo da *Ilustração Portuguesa* Joshua Benoliel. *Jornalistas ingleses em Monchique.*

de onde se avistava o panorama da baía de Lagos, que muito agradou aos ingleses. Depois dos brindes e troca de palavras amistosas, foram visitar os sítios da Piedade, Santo Estêvão, Praia da Luz e Escola Industrial, regressando novamente ao Hotel Viola, na Praia da Rocha, onde foi servido um esmerado jantar para cerca de 50 pessoas: “nesta segunda refeição, sobre a mesa, por entre as iguarias, predominavam os doces de especialidades algarvias e viam-se as conservas oferecidas pelo Sr. João Júdice Fialho que mandou preparar algumas especiais para apresentar aos estrangeiros, foi também servida água das Caldas de Monchique, ofertada pelo Sr. Manuel Franco Guerreiro.”¹⁷

Houve troca de lembranças, fizeram-se brindes, e depois foram para o teatro barraca da vila, onde foram recebidos pelas pessoas que já se encontravam na sala, com muitos aplausos. Subiu ao palco o Dr. Amadeu Ferreira de Almeida Carvalho para uma conferência, começando por dirigir palavras muito simpáticas à Sociedade Propaganda de Portugal e aos seus dirigentes, referindo-se de uma forma muito elogiosa a Jaime Pádua Franco, natural de Portimão e principal organizador da vinda dos jornalistas ingleses ao Algarve. Falou, numa primeira parte em português, sobre as belezas e os encantos da região e do seu aproveitamento turístico. Depois de uma breve pausa, retomou o seu discurso em inglês, abordando fundamentalmente aspectos históricos que ligam os dois países, Portugal e Inglaterra. Terminou lançando vivas aos dois países, ao

¹⁷ *O Algarve* – 02/03/1913

que a assistência correspondeu delirantemente. Seguiu-se o Concerto com os músicos atrás mencionados.

No dia 25 de manhã, António Teixeira Biker fez uma espécie de visita guiada às praias, “mostrando-lhes aquele encantamento de penedos, furnas, galerias e rochas abruptas que faziam o pasmo e a admiração dos visitantes.”¹⁸ Foram, na mesma correnteza, visitar uma das fábricas de conservas do Sr. Fialho, em reconhecimento e gratidão pela forma como aquele empresário cooperou no sucesso da estadia dos ingleses em Portimão.

A esta hora já Faro estava toda engalanada para receber os ilustres visitantes estrangeiros. O tempo da viagem entre as duas cidades demorou mais que o previsto, devido ao mau estado de conservação da estrada. O Vice-cônsul inglês em Faro e Tavira, Cândido Pereira Santos, o advogado António Miguel Galvão, José Teodoro Coelho Júnior e Vidal Belmarço, membros da Comissão de Recepção e o Dr. Artur Águedo foram receber a comitiva ao Patacão. À entrada de Faro, foi colocado um arco de triunfo, ornamentado com flores e verdura, encimado com a palavra “Welcome”. A comitiva chegou por volta das treze horas e meia, com cerca de uma hora e meia de atraso. A recebê-los estava a Filarmónica Artistas de Minerva e uma enorme multidão de pessoas que gritavam freneticamente “Viva a Inglaterra”, “Viva o Povo Inglês”, “Vivam os nossos visitantes”. Quando passaram o arco, a Tuna Académica de Faro e a Filarmónica Artistas de Minerva tocaram o Hino Inglês seguido de A Portuguesa.



Figura 13 Chegada a Lagos da comitiva.



Figura 14 Entrada em Faro sob um arco de triunfo com a palavra «Welcome». À frente seguia o carro da comissão organizadora.



Figura 15 Visitando as ruínas da villa romana de Milreu, Estoi.

¹⁸ O Algarve – 02/03/1913

SAUDAÇÃO

AOS ILUSTRES JORNALISTAS INGLESES

O comércio todo veste-se de gala,
E no mais nobre empenho não hesita;
Cada qual se anima e no outro se iguala
P'ra bem receber esta visita!

Sede, pois bem vindo ó povo Londrino,
À cidade de Faro que é amiga vossa!
E vereis agora se alguém nos vence
No fraterno amor, ou igualar-nos possa!

Oh! Cidade de Londres, terra da beleza!
Onde bem só casa a doce liberdade
Com os mil encantos da alta natureza

Aqui te saudamos da melhor vontade
Da forma mais simples e bem portuguesa
Num grandioso abraço de fraternidade!

António Augusto dos Santos Gil
Faro 25-02-1913¹

Dirigiram-se para o Governo Civil onde foram recebidos pelo Governador Civil, Dr. Adelino Furtado e restantes autoridades, indo de seguida para o Club Farense onde foi servido um almoço, fornecido pela casa Bijou de l'Avenue de Lisboa.

De início, um sexteto sob a regência do maestro Rebelo Neves tocou o Hino Inglês. No fim da refeição, trocaram-se brindes, tendo o Dr. António Galvão proferido um brilhante discurso em inglês, saudando o Rei Jorge V de Inglaterra e Manuel de Arriaga, como símbolos dos dois países aliados. Agradeceu Mr. Figher, em tom caloroso, referindo-se à forma simpática como estava a decorrer a visita, às relações de amizade entre os dois povos, salientando “as festas que lhes têm sido feitas, estando imensamente penhorados para com o povo português.” Falou depois o Governador Civil, em francês, o Sr. Vasconcelos Correia, Vice-Presidente da Sociedade Propaganda de Portugal, o Sr. Cândido dos Santos, vice-cônsul inglês, que ofereceu a todos um livrinho da sua autoria sobre o Algarve em língua inglesa e, por fim, o Dr. Ferreira de Almeida, também ele natural de Faro, onde não vinha há 18 anos, conforme frisou na altura, secretário da Embaixada em Londres e representante do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Com muitos Vivas a Inglaterra e Portugal e ao som da música, terminou esta simpática festa.

Seguidamente, dirigiram-se a pé para o Museu Marítimo, estando a Rua de Santo António bem enfeitada com colchas nas janelas e muito povo na rua. Visitaram a Alameda, observaram o panorama da cidade a partir de Santo António do Alto, e de carro foram para Estoi, onde viram cuidadosamente as ruínas de Milreu e o jardim do Visconde de Estoi, com muitas aclamações do povo e foguetes. Regressaram às 18 horas ao Club Farense onde tomaram chá, tendo partido para Olhão, por volta das 19 horas, e dali para Lisboa.

CONCLUSÕES

O Algarve durante anos e anos esteve esquecido e abandonado à sua sorte, por razões históricas e geográficas, não obstante as suas riquezas naturais, o labor e a pujança das suas actividades comerciais e industriais. A sua ligação ferroviária ao resto do País, embora tardia, veio dar um novo alento e uma nova esperança, no sentido de ser dada uma atenção especial que até aqui lhe tinha sido negada. Com a implantação da República, uma nova época, mais promissora, se perspectivou para a região. A realização do IV Congresso

¹ in *O Algarve* – 02/03/1913

Internacional de Turismo que se realizou em Lisboa, em Maio de 1911, despertou nos algarvios a vontade e a necessidade de participarem no processo de desenvolvimento da incipiente indústria do turismo, porque se entendia que esta parte do território era a que melhores condições reunia para ser apelidada de região do turismo. Tinha condições climáticas, de luz e sol sem comparação, praias de uma beleza única e todo o Algarve era um jardim. Embora lhe faltassem os meios fundamentais para o turismo: alojamento digno, vias de comunicação em bom estado, um comboio rápido que ligasse o Algarve à capital do País e todo um conjunto de infra-estruturas necessárias ao turismo.

Foi, desse modo, que em 1913, a Sociedade Propaganda de Portugal patrocinou a visita de uma comitiva de jornalistas ingleses, numa acção de marketing, *avant la lettre*, para falarem e escreverem lá fora bem do nosso País. Nessa ordem de ideias, “do pouco que puderam ver no seu rápido passeio e do trato que tiveram com portugueses, alguma coisa porventura, terá influído em seu espírito para destruir más impressões que tivessem pelo muito mal que lá fora se tem propalado a respeito do nosso País, nos últimos tempos.”¹⁹ Foram recebidos principescamente pelas autoridades e população portuguesa, viram o que se lhes quis mostrar, o melhor que tínhamos. Para que “ao regressarem aos seus nevoirentos países - estamos certos – os senhores turistas, não-de sentir, por vezes frémitos de saudade do lindo País encantado que deixaram – lindo país de misticismo e heroísmo, de sonho e lenda...”²⁰

De qualquer modo, esta iniciativa da Sociedade Propaganda de Portugal, a par de muitas outras desenvolvidas, foi extremamente positiva para o Algarve e para o País, porque deu a conhecer no estrangeiro as nossas belezas naturais e riquezas artísticas, no início de uma longa caminhada que conduziu à posição que, hoje, possuímos no contexto do turismo internacional.

MENU DO ALMOÇO

oferecido aos jornalistas ingleses, no Club Farense, no dia 25 de Fevereiro de 1913, fornecido pela Pâtisserie Bijou de l’Avenue de Lisboa.

CHAUD

Petite vol-au-vent à la Maréchale
Grenadins de veau truffés
Croquettes de poulet aux champignons
Rissoles de crevettes à la Victoire

FROID

Dindonneaux truffé aux cressons
Jambon de Praga à la gelée
Petits pains farcis de Strasbourg
Sandwiches mélangés

ENTREMTS

Fruits frais de saison au naturel
Surprises au chocolat
Gourmandises surfines à la Portugaise
Petits fours à la Parisienne
Feuilletages à la gelée parfums divers
Amandes pralinées
Bombs et dragées de Paris
Pâtisserie fine assortie

VINS

Café et liqueurs



Figura 16 Grupo de raparigas que serviu o almoço no Club Farense.

¹⁹ *O Ocidente* – 10/03/1913

²⁰ *O Ocidente* – 28/02/1913

BIBLIOGRAFIA

Publicações periódicas

Algarve (O), 1911, 1912, 1913.

Capital (A), 1913.

Heraldo (O), 1913.

Ilustração Portuguesa (A), 1911, 12, 13.

Ocidente (O), 1912, 1913.

PORTUGAL ILUSTRADO – GRANDE ÁLBUM DE TURISMO - EDIÇÃO DA REVISTA “Terras de Portugal”, n.º 1, 1927.

Sul (O), 1912, 1913

Livros

BRITO, Sérgio Palma, *Notas sobre a evolução do VIAJAR E A FORMAÇÃO DO TURISMO*, 2 volumes, Lisboa, Medialivros, 2003.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA, Lisboa – Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada.

GUIA DO VIAJANTE EM PORTUGAL E SUAS COLÓNIAS EM ÁFRICA, Lisboa, Empresa Nacional de Navegação, 1907.

LEAL, Carlos de Sousa, *Algarve*, Lisboa, Livraria Profissional, 1917.

MESQUITA, José Carlos Vilhena, *A VIAGEM – Uma outra forma de Turismo na perspectiva do conhecimento histórico*, Faro, Universidade do Algarve, 1986.

90 Anos de Turismo em Portugal – Conhecer o Passado, Investir no Futuro, Lisboa, 2001.

PINA, Paulo, *Portugal, o Turismo no século XX*, Lisboa, Lucidus, 1988.

Viajar, Viajantes e Turistas à descoberta de Portugal no tempo da I República, Lisboa, Turismo de Portugal, 2010.

ANEXO

PROJETO DE LEI APRESENTADO POR TOMÁS CABREIRA NO SENADO EM 15.12.1912

Artigo 1.º - São criadas, no continente da República, três estações de turismo: a primeira compreende Cascais, Estoril e Sintra, a segunda a praia da Rocha de Portimão e Monchique e a terceira a Figueira da Foz e o Buçaco, nas quais são permitidos, durante todo o ano, os jogos de bacarat, banca francesa e cavalinhos.

Artigo 2.º - O governo concederá, mediante concurso anunciado com 60 dias de antecedência, o exclusivo, simultâneo ou separado, destes jogos nas três estações de turismo, por 10 anos, fazendo-se o concurso sobre as seguintes bases:

- 1.ª - O concessionário construirá, à sua custa em cada estação de turismo, um casino compreendendo salas de música, dança, leitura, conversação, teatro, terraços e jardins, com todas as dependências exigidas pelo conforto moderno.
- 2.ª - As salas de jogo de bacarat e banca francesa estarão isoladas do resto do edifício, só entrando nelas as pessoas munidas de carta pessoal, que não poderá ser concedida a menores de 21 anos.
- 3.ª - O concessionário entregará ao Estado, para ser repartida com o município onde funcionar a estação de turismo, uma terça parte da percentagem que cobrar nas bancas de bacarat e banca francesa.
- 4.ª - O concessionário manterá, enquanto o casino estiver aberto, uma orquestra que dará, pelo menos, um concerto diário.
- 5.ª - No concurso podem ser exigidas ao concessionário quaisquer construções que o respetivo caderno de encargos indicar.
- 6.ª - Os concessionários terão prontos a funcionar, segundo os projetos aprovados pelo governo, todos os edifícios, terraços e jardins no prazo máximo de três anos, a partir da data da aprovação dos projetos.
- 7.ª - O indivíduo que quiser concorrer ao concurso de cada estação de Turismo deposita, na Caixa Geral de Depósitos, a quantia de 50 contos em dinheiro ou em títulos da dívida pública portuguesa, pelo seu valor no mercado.
- 8.ª - Adjudicada a concessão, o concessionário elevará, até 15 dias depois da assinatura do contrato, o seu depósito a 100 contos de reis, do qual receberá o respetivo juro.
- 9.ª - Quando a estação estiver a funcionar poderá o concessionário levantar o depósito, ficando todos os edifícios e construções da estação como garantia do cumprimento de contrato.
- 10.ª - Se o concessionário quiser constituir uma sociedade anónima para a exploração da estação de Turismo, os seus estatutos serão aprovados pelo governo e a sociedade será, para os efeitos legais, portuguesa e ficará sujeita à jurisdição dos tribunais portugueses.
- 11.ª - O concessionário pode requerer a expropriação, por utilidade pública, de todos os terrenos necessários para a construção de casinos, teatros, jardins e parques, pagando os preços respetivos.
- 12.ª - A base de licitação para cada concurso será a quantia anual que, além do terço da percentagem indicada na condição 3.ª, o concessionário entregará no fim de cada ano ao governo, reservando-se este o direito de não aceitar a quantia oferecida e mandando abrir novo concurso.
- 13.ª - O concessionário terá preferência quando, expirado o caso do exclusivo, abrir-se novo concurso.

Artigo 4.º - A receita proveniente do jogo, será repartida em partes iguais pelo governo, que só poderá aplicá-la em obras de utilidade social, e pelo município da estação de turismo, que a empregará em melhoramentos locais.

Artigo 5.º - O governo fará os regulamentos necessários para a execução da presente lei.

Artigo 6.º - Fica revogada toda a legislação em contrário.

O Algarve e o turismo da região na «Revista de Turismo» (1916-1924)

Miguel Godinho

INTRODUÇÃO

O Turismo, como o concebemos actualmente, encontra a sua origem na época romântica. A própria palavra deriva do termo inglês «*tour*», cujos significados assentam, por um lado, na viagem que o jovem *gentleman* devia fazer pela Europa Ocidental a fim de legitimar a sua condição social ou, por outro, nas “estadas estivais de puro deleite ou mesmo com fins terapêuticos”¹. Neste contexto e decorrente do desenvolvimento dos conhecimentos científicos que tiveram lugar um pouco por toda a Europa ao longo do séc. XIX, em Portugal, e a par do turismo de campo, “das propriedades rurais, frequentado pelas elites urbanas que “possuíam, por herança, herdades”² para onde se deslocavam principalmente no início da época estival, começam a surgir também várias estâncias termais/ terapêuticas (na sequência, aliás, de uma prática proveniente de séculos anteriores), hotéis e espaços de lazer associados, quase sempre em locais junto ao mar, tomando partido das águas oceânicas que se sabia serem possuidoras de virtudes sadias, num movimento a que Alain Corbin designou de “invenção da praia”³. É nesta altura que se começa a formar, timidamente, o Algarve da forma que ele viria a ser mais tarde precisamente reconhecido – *a praia de Portugal*, região turística por

¹ MATOS, Ana e SANTOS, Maria, Os guias de turismo e a emergência do turismo contemporâneo em Portugal (dos finais do século XIX às primeiras décadas do século XX), Scripta Nova, Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Universidade de Barcelona, Barcelona, 15 de junio de 2004, vol. VIII, núm. 167, p.2.

² HENRIQUES, Eduardo e LOUSADA, Maria, *Férias em Portugal no primeiro quartel do século XX. A arte de ser turista* in QUEIROZ, Maria Inês (coord.) (2010) – Viajar: viajantes e turistas à descoberta de Portugal no tempo da I República, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Lisboa, p.106.

³ *Idem, ibidem.*

excelência, bem como a surgir as primeiras publicações que se ocupam exclusivamente do tema. A *Revista de Turismo: publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura*, acompanha a tendência internacional e foi, neste aspecto, pioneira no nosso país tendo dedicado várias páginas ao Algarve, num período que antecede a fixação dos estereótipos que viriam a edificar-lhe *uma* identidade. Procuraremos de seguida perceber a abordagem nela feita à região e ao turismo que ali começava a dar os primeiros passos.

CONTEXTUALIZAÇÃO, ANTECEDENTES, INSTITUCIONALIZAÇÃO DO TURISMO EM PORTUGAL

O desenvolvimento do Turismo está profundamente ligado à evolução dos transportes e, no nosso país, encontra na base da sua institucionalização a criação da *Sociedade Propaganda de Portugal (SPP)*, organização de iniciativa popular, de carácter independente, desassociada de qualquer estrutura política ou religiosa. Formada em 28 de Fevereiro de 1906 e partindo da ideia de Leonildo de Mendonça e Costa, fundador e director da *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, esta instituição tinha como objectivos, “promover, pela sua acção própria, pela intervenção junto dos poderes públicos e administrações locais (...) e pelas relações internacionais que possam estabelecer, o desenvolvimento intelectual, moral e material do país e, principalmente, esforçar-se por que ele seja visitado e amado por nacionais e estrangeiros”⁴. Pretendia, portanto, “promover e divulgar Portugal como destino de turismo”⁵, obrigando-se para isso à “publicação de um Boletim, *depliants*, guias de viagem, etc”, tendo o seu raio de acção abrangido a “modernização da hotelaria, (...) o favorecimento das ligações ferroviárias com o resto da Europa (...) e a qualidade das estradas”, para além da criação de “delegações nas principais cidades portuguesas e mesmo no estrangeiro”⁶.

O Congresso de Turismo de 1911 (IV), decorrido após a implantação da república e organizado em grande parte por membros destacados da SPP, foi fundamental no que concerne à decisão – daí decorrente – de criação de um organismo oficial para esta área, para lá das resoluções que apontavam no sentido do absoluto e necessário desenvolvimento das vias de comunicação e

⁴ MATOS, Ana e SANTOS, Maria, Op. cit., p.5.

⁵ MATOS, Ana, BERNARDO, Maria e SANTOS, Maria (2011) – A Sociedade de Propaganda de Portugal in Actas do I Congresso Internacional I República e Republicanismo, Lisboa, p.394.

⁶ *Idem, ibidem.*

dos transportes nacionais. Havia a perfeita consciência da relação óbvia entre turismo e mobilidade e, em resultado dessa relação, das carências no que toca às (más) condições de circulação em Portugal, ao número insuficiente de estradas e das péssimas condições das mesmas, para lá da efectiva necessidade de que “*todos os sinais avisadores de obstáculos nas estradas [fossem] tanto quanto possível, idênticos em todos os países*”⁷. Digase, aliás, a título de curiosidade, que foi das conclusões deste congresso que se aprovou, em Diário de Governo, o *Regulamento sobre a Circulação de automóveis*.

Ainda em Maio desse mesmo ano, o Governo Provisório da Republica viria a decretar sobre esta matéria, propondo a constituição de um *Conselho de Turismo*, auxiliado por uma *Repartição de Turismo*, tornando-se Portugal, assim, no terceiro país do mundo a produzir uma organização oficial na área.

Será importante lembrar que tudo isto acontece numa altura em que, conforme informações proporcionadas pelo Censo de 1911, “cerca de 60% da população activa portuguesa pertencia ao sector agrícola. (...) Fora alguns lavradores mais abastados, que «iam a banhos» por conselho médico, o mundo rural, que era afinal o essencial do país, desconhecia quase totalmente o conceito de férias, ou algo que se lhe assemelhasse”⁸. Era, portanto, uma pequena minoria, a elite abastada e estrangeiros, maioritariamente ingleses, aqueles que podiam usufruir das poucas condições que começavam agora a ser implementadas e da estrutura institucional que começava a ser criada.

A instituição de delegações locais distribuídas pelo país, proposta aquando da criação da SPP, foi o plano seguido pela nova Repartição de Turismo, que viu neste modelo descentralizado uma forma eficaz de organização da actividade de promoção e desenvolvimento das províncias. Assim, em 1921 e “por iniciativa de Ernesto Navarro, veio a ser aprovada uma lei que permitiu a criação, «em todas as estâncias hidrológicas e outras, praias, estâncias climáticas, de altitude, de repouso, de recreio e de turismo» de Comissões de Iniciativa com o fim de promoverem o desenvolvimento das respectivas localidades”⁹.

⁷ *Idem, ibidem*, p.402.

⁸ HENRIQUES, Eduardo e LOUSADA, Maria, “*Férias em Portugal no primeiro quartel do século XX. A arte de ser turista*” in QUEIROZ, Maria Inês (coord. ed.) (2010) – “Viajar: viajantes e turistas à descoberta de Portugal no tempo da I República”, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Lisboa, p.105.

⁹ CUNHA, Lício, *A republica e a afirmação do Turismo* in QUEIROZ, Maria Inês (coord.) (2010) – “Viajar: viajantes e turistas à descoberta de Portugal no tempo da I República”, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Lisboa, p.134.



O PIONEIRISMO DA «REVISTA DE TURISMO»: MISSÃO, ESTRUTURA, REDACTORES E COLABORADORES

Paralelamente à institucionalização do turismo, surge em Portugal, numa iniciativa completamente pioneira no que toca à natureza editorial, uma revista inteiramente dedicada ao sector e que veio a manter-se, durante toda a sua existência, como única no género¹⁰. A *Revista de Turismo: publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura*, distribuída em Portugal e Espanha, marcada pela tendência internacional de divisão de temáticas e especialização¹¹, foi um quinzenário publicado em Lisboa, entre Julho de 1916 e 1924. Na sua estrutura, tinha um director e um redactor principal, para além de um editor e um secretário e “era essencialmente escrita por apaixonados pela viagem e pela divulgação dos recursos turísticos nacionais, na continuidade dos múltiplos artigos que a *gazeta dos Caminhos de Ferro* fazia desde o século XIX”¹².

Contando com vários colaboradores, muitos deles precursores da fundação e/ou institucionalização do turismo em Portugal, nomeadamente Magalhães Lima (presidente do Conselho de Turismo), José de Athaide

¹⁰ MANGORRINHA, Jorge (2012) – Análise da Revista de Turismo, Hemeroteca Nacional – CML, Lisboa, p.2. Como refere este autor, «apenas a *Gazeta dos Caminhos-de-ferro*, que sempre destacou o turismo, oferecia diversos artigos, específicos ou soltos, à volta da viagem, da hotelaria, do excursionismo, das paisagens, das estâncias termais e balneares, o que correspondia ao interesse crescente que estes locais tinham para os turistas e para o desenvolvimento do sector.», *Idem, ibidem*.

¹¹ *Idem, ibidem*, p.1.

¹² *Idem, ibidem*.

(director da Repartição do Turismo), Vasconcelos Correia (director da SPP), Manuel Roldan y Pego (director da SPP), Pedro d'Oliveira Pires (director da SPP e organizador dos núcleos de propaganda que a SPP conseguia instalar em Portugal), Bentes Castel-Branco (médico e proprietário das termas das Caldas de Monchique), apresentava ainda um conjunto mais extenso, destacando-se algumas personalidades da sociedade e/ou literatura portuguesa, designadamente e entre outros, já falecidos, Antero de Quental, António Nobre, Eça de Queiroz, Fialho de Almeida, João de Deus, e, ainda em vida, António Botto, Cândido Guerreiro, Gomes Leal, Guerra Junqueiro, Júlio Dantas, ou Teixeira de Pascoas¹³.

Pretendendo ser o “produto de um ideal”, a revista teve como missão, nas palavras dos seus responsáveis, “um começo e uma finalidade. Não [era] uma publicação vulgar para passatempo da ociosidade; tampouco (...) resultante d'um simples capricho. Ela representa, (...) o tributo que impuzémos a nós-mesmo pagar à nossa querida Pátria, como obrigação indeclinável de contribuirmos d'algum modo para a sua felicidade, para o seu bem-estar, para a tornarmos grande.”¹⁴ O Turismo era visto, portanto, como um meio de engrandecimento da Pátria, não só uma forma de ultrapassar os problemas de equilíbrio das contas públicas que, ainda desde finais do século XIX vinham sofrendo de grande instabilidade, mas também como uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social. Não foi por acaso que os republicanos prestaram especial interesse “à formidável expansão da indústria que se convencionou chamar de estrangeiros” sabendo, com plena certeza, que haveria de “chegar o dia em que as viagens estarão ao alcance de todas as bolsas e em que todo o mundo viajará”¹⁵. De facto, já em 1934, após cessarem as remessas provindas do Brasil, as actividades económicas movimentadas pelo turismo seriam já “a principal nova parcela para o equilíbrio da balança económica nacional”¹⁶.

Percebe-se claramente e como não poderia deixar de ser, nos discursos da revista, uma apologia à *viagem*. Para lá dos evidentes objectivos de ócio, lazer ou deleite, e sendo a mesma entendida como “um dos

¹³ *Idem, ibidem*, p.4.

¹⁴ *Revista de Turismo*, nº97, Julho de 1920, p.1.

¹⁵ ATAÍDE, José de (1912), *Relatório das Actividades desenvolvidas no Período de 14 de Setembro de 1911 a Junho de 1912*, repartição de Turismo. A partir de CUNHA, Licínio, *Op. Cit.*, p.130.

¹⁶ MELO, Daniel, (1996) – “Turismo” in ROSAS, Fernando e BRANDÃO de BRITO, J. M. (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II, Bertrand, Lisboa, p.984.

maiores prazeres da vida”¹⁷ a *viagem* era, aos olhos dos redactores, entendida principalmente enquanto instrumento de conhecimento. Não apenas a viagem praticada por aqueles que, principalmente oriundos da capital – Lisboa, numa atitude provinciana, saem “em recreio para o estrangeiro sem conhecerem da sua pátria mais do que – por assim dizer – a terra onde nasceram, como infelizmente acontece à grande maioria (...)” e que vêm depois “extasiados ante qualquer coisa quasi sempre inferior ao que cá temos, imaginando que na nossa terra nada há que se possa comparar com o que estão vendo”, mas também à tão ou mais importante viagem realizada no seio do próprio país que, como se percebeu, poderia e deveria ser feita por muitas mais pessoas que, ao invés, se “comprazem simplesmente em estadear, pelas ruas de Lisboa e no Campo Grande, nas tardes elegantes, o fausto que lhe proporciona a sua fortuna, acumulada, muitas vezes por um simples espirito d’economia”¹⁸.

A RUBRICA «PAISAGENS PORTUGUESAS»: O ALGARVE

O dever de conhecimento do país era visto nesta altura e no período que se lhe seguiria, portanto, como uma necessidade, como uma obrigatoriedade; para que não acontecesse aquilo que, segundo os articulistas, muitas vezes sucedia: tantas vezes os portugueses, ao “serem interrogados sobre coisas da nossa terra, (...) o seu completo desconhecimento obriga a falta de resposta ou a respostas menos verdadeiras; tendo-se já dado o caso de se encontrarem, fora de Portugal, estrangeiros que conhecem mais e melhor as suas belezas, do que os portugueses com quem trocam impressões”¹⁹. Nesse sentido, é criada a rubrica “Paisagens Portuguesas” que pretendia, ao longo dos vários números, ir retratando a diversidade paisagística do país.

O Algarve é uma das regiões frequentemente abordadas na Revista, num tom que oscila entre a excitação causada pelo exotismo, pelo pitoresco da condição de periferia e a consciência da absoluta necessidade de promoção turística, tendo em conta as suas potencialidades. A “boa terra fértil dos árabes”, os “restos *simoun* do Deserto”, as muitas e “formosas paragens tropicaes”, de “velhas ruínas onde dormem lindas princesas d’outras eras”, a terra de “encanto e

¹⁷ *Revista de Turismo*, nº 107, Maio de 1921, p.135.

¹⁸ *Idem, ibidem*.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p.135.

poesia, lenda e sonho, ceo azul, clima doce e a alegria do filho do sul”, repleta de “moças de tez morena”, onde é possível descobrir “o perdido typo da mulher arabe, cujos traços, de raça não cruzada persistiram”²⁰ sugerem já uma certa idealização em torno da mesma, que se viria a acentuar no período que lhe sucederia. Há também, por outro lado, como se disse, uma consciência já apurada em torno da necessidade de desenvolvimento de algumas das potencialidades turísticas da região, nomeadamente no que toca às termas das Caldas de Monchique, capazes de completar “a já considerável riqueza da província, como ainda produzia benefícios de incomparável valor para o paiz em geral, pelos resultados que o Estado d’ahi auferiria directamente e pela repercussão que esse facto assinalaria no melhor aproveitamento de outras thermas”²¹.

Relativamente às Caldas de Monchique, descobri-se num dos últimos números da revista, o anúncio de uma Portaria do Ministério do Trabalho²², relativo à aprovação do programa do concurso para adjudicação do “Estabelecimento Termal de Monchique”, visto que em 1921 a Estância termal reverteria a favor do Estado, sendo gerida por uma Comissão Administrativa, depois de alguns anos de um contrato de exploração, concretizado por Decreto datado de 30 de Dezembro, com alvará passado a 10 de Janeiro de 1895, a favor do Dr. Bentes Castel Branco, colaborador assíduo nesta mesma revista. Daí se percebe o interesse quer deste médico em participar tão activamente nesta publicação, quer de colegas seus que frequentemente abordam este assunto das Caldas de Monchique, quase em jeito de publicidade àquele local, referindo frequentemente os vários melhoramentos que a administração do Dr. Castel Branco lhe realiza: para além dos “12 prédios particulares, (...) por conta da empresa, levantaram-se dois hotéis, casino farmácia, escritórios de administração, (...) duches e todas as variadas aplicações terapêuticas actualmente existentes; foram profusamente arborizados e sulcados de ruas para passeio, os 52 hectares que constituem os terrenos do estabelecimento”²³.

Sabe-se contudo, por outras fontes²⁴, que, após a inauguração do Hotel Central (1899) e depois de, nos

²⁰ *Idem*, nº2, Julho de 1916, p.15.

²¹ *Idem*, nº123, Setembro de 1922, p.227.

²² *Diário do Governo* nº 69 – II série, 25 de Março de 1924, *Idem*, nº141, Março de 1924, p.533.

²³ *Revista de Turismo*, Maio de 1919, nº70, p.173.

²⁴ Vide http://www.aguas.ics.ul.pt/faro_monchique.html.

anos seguintes, terem sido efectuadas várias visitas de inspecção aos vários espaços, terá sido possível verificar as más condições das instalações “sendo raro o ano em que ali se não manifestam casos de febre tifóide, e de outras doenças infecciosas”, visto que “não muito distante da estância passa uma ribeira, onde são lançados os despejos dos edifícios do Estado e dos particulares (...) [e] daí a infecção do lugar das termas e das suas vizinhanças, pelos miasmas desenvolvidos sob a acção demorada de um sol ardente, e arrastados pelas correntes dos ventos norte e nordeste, predominantes, no estio, para aquela região”. Por isso mesmo, “a higiene habitacional também não [estava a ser] muito respeitada; nem mesmo os hotéis, onde não há urinóis nem retretes com autoclismo, e são mal construídos e mobilados”. Acrescendo às múltiplas reclamações contra as condições higiénicas da estância, resultado do “despotismo do concessionário”, que desmatava a seu gosto a zona verde em redor das caldas e, assim, não cumpria o contrato de concessão, “toda a gente se queixa[va]: os doentes que tem de se servir dessas águas [e] os habitantes dessa região”²⁵. Era, pois, evidente a razão do Estado querer reverter o contrato de concessão atribuído.

Em todo o caso, a Revista aponta continuamente a vocação de “todo o Algarve, [no sentido de poder ser] um grande parque para repouso de convalescentes de enormes sanatórios, que já ali deviam povoar as encostas, mas que ainda permanecem em boas vontades.”²⁶ Por outro lado, e comparativamente com outras regiões do país, são ainda poucas as referências aos «banhos» nas praias algarvias. Para lá das inegáveis belezas naturais das mesmas, das alusões mais constantes à Praia da Rocha, “a mais linda do paiz em belezas naturaes”, ou à orla “de pequenas aldeias e praias d’aspecto singular, de grandes e exquintos rochedos” poucas mais referências se fazem. Digase mesmo que num artigo escrito por Guerra Maio intitulado “Praias portuguesas”²⁷, é muito maior o destaque dado às praias do Norte do que às praias do Sul. Seja por efectivo desconhecimento ou devido à parca oferta turística algarvia ou ainda porque a prática dos banhos de mar fosse mais habitual acima do Tejo por estar mais ligada às classes mais instruídas – distribuídas pela capital e por algumas zonas urbanas

²⁵ *Idem*.

²⁶ *Idem*, nº14, Janeiro de 1917, p.108.

²⁷ *Idem*, nº4, Agosto de 1916, p.29.

do Norte, a verdade é que «o Algarve dos banhos» só mais tarde será verdadeiramente descoberto.

A necessidade de resolução do problema dos transportes e meios de comunicação no país e no Algarve é, talvez o maior problema a resolver no que toca ao Turismo. Diz o conferencista Adelino Mendes, numa palestra realizada na Sociedade Propaganda de Portugal e transcrita para um dos números da revista que “no dia em que a essa provincia bela e aprazível, que é o Algarve, nos ligarem comboios rápidos e cómodos, ella será a mais visitada de Portugal, por ser a mais estranha, a mais differente de todas as outras e aquella que não tendo neve, consegue todos os anos, quando a primavera ainda vem longe, cobrir-se da branca flor da amendoeira (...)”²⁸.

A «EXCURSÃO AO ALGARVE» DE 1921: OBJECTIVOS, IMPRESSÕES, APONTAMENTOS DOS REDACTORES

De facto, a questão dos transportes era um problema essencial que condicionava em muito o desenvolvimento do turismo e o viajante que se deslocava, em particular e por razões óbvias, ao Algarve. Principalmente o problema da ligação férrea, dos comboios, por ser este, então, o principal meio de ligação do Algarve ao país. Se não, veja-se a aventura que foi a realização daquela que ficou conhecida por «Excursão ao Algarve», realizada em 1921 por um grupo de pessoas ligadas à direcção da revista, com o propósito de dar a conhecer ao leitor “as belezas típicas [e os] atractivos a que as suas condições regionais [têm para oferecer]”²⁹.

Há uma vontade expressa por parte dos envolvidos na excursão (o director, um secretário, o redactor chefe em propaganda e o editor da Revista) em objectivar as informações, em ir conhecer, em ver pelos próprios olhos “essa provincia do sul de Portugal onde nos diziam haver coisas inéditas”, ao invés de pensarem em apresentar a região em segunda mão, repetindo informações recolhidas em velhos repertórios. Para tal, organizam um “plano de viagem, condicionado ao tempo de que [podiam] dispor, uns escassos oito dias [que viremos a perceber que acabarão por ser menos] tempo que [verificarão] depois ser insufficiente para se correr essa provincia de lés-a-lés, e ficar conhecendo-a bem”.³⁰

²⁸ *Idem*, nº16, Fevereiro de 1917, p.126-7.

²⁹ *Idem*, nº105, Março de 1921, p.136.

³⁰ *Idem*, *ibidem*.

O plano previa que a viagem se fizesse em Fevereiro, por causa do espectáculo produzido pelas amendoeiras em flor, de comboio, “d’uma etapa, de Lisboa a Vila Real de Santo António, extremo oriental da província algarvia – correndo-a depois, na linha ocidental, até à ponta de Sagres, que é o primeiro torrão da terra continental portuguesa que recebe as carícias do Sul”, mas tendo esta viagem um propósito claro mais amplo – o de «*descrever*», aquilo que designaram de «*viagem de Turismo*», ou seja, uma viagem de estudo, uma viagem de observação, não puderam os membros da excursão “deixar de abrir vários parenthesis para [aludirem] a coisas que merecem (...) especial reparo”. São também esses reparos que conferem à revista e à atitude dos seus articulistas relativamente às considerações e propostas de desenvolvimento turístico por si apresentadas, alguma novidade e interesse, que aqui pretendemos evidenciar.

Começam então por apontar, logo no início da viagem – feita à custa dos próprios, uma vez que a Administração dos Caminhos de Ferro do Estado lhes “recusou a gentileza” de custear a viagem – as miseráveis condições da estação de caminhos-de-ferro do Terreiro do Paço que, tendo sido edificada a título provisório, ali continua conforme então foi edificada. Deve referir-se a excelência da ironia utilizada pelo redactor ao apontar o dedo aos respectivos administradores que infelizmente “não tenham d’embarcar n’ela todos os dias para saborearem as suas comodidade [sic] reaes e visuais, e o belo arôma das *flôres do Tejo* que a envolvem quasi constantemente”³¹. Feita a travessia do Tejo, há a apontar relativamente à estação do Barreiro que também esta é “muito inferior ainda para o que podia e devia sêr [por causa da] sua actual pouca iluminação talvez propositada para não se dar pelo seu pouco asseio”.

Embarcados então num compartimento que outrora proporcionava camas aos passageiros e que “agora serve apenas lugares sentados”, motivou esse facto nova crítica pela ausência de conforto da solução que, mesmo a quem queira e possa pagar, não tem agora hipótese de usufruir dessa comodidade. Atravessada “a aridez d’essa improductiva província” que é o Alentejo, durante a noite, ei-los chegados a Beja, numa hora de caminho, onde, depois de jantarem pelo caminho, tomaram um chá, sofrendo no entanto uma decepção já que o estabelecimento da gare, “imerso numa total

³¹ *Idem, ibidem.*

escuridão – talvez pela aluvião de zombeteiras moscas que, não só pela quantidade, como pela côr, quebravam mais ainda o poder iluminante da frouxa luz, já de si impotente para tão grande circulo”³² oferecia preços proibitivos e uma qualidade altamente questionável.

Chegados a Tunes, passada a “ingreme ladeira da serra do Caldeirão”, era possível admirar já, ao nascer do dia, a “paysagem algarvia, tão interessante, tão original, tão diferente das outras províncias portuguesas”. Querendo os passageiros tomar pois o café da manhã, constataram que o locatário do restaurante do comboio havia deixado expirar o prazo de arrendamento, encontrando-se fechado, e sendo, por isso, novamente, alvo de críticas dos viajantes. Saídos de Tunes com duas horas de atraso, foram gozando, até Vila Real de Santo António “as atraentes originalidade d’essa paysagem [que] é a extensa planície em que assenta toda a fértil provincia Algarvia” onde “embora não haja a diversidade de terras e de aspectos que se encontram principalmente nas províncias do norte de Portugal, o panorama algarvio é sempre interessante”. Atravessando as várias cidades algarvias, e em passagem por Olhão, vila que lhes despertou a atenção por ser muito antiga, com a “quasi totalidade das habitações antigas [sem] telhado, sendo sobrepostas por terraços (...) [atribuindo-se] este facto à dominação árabe, que ali ainda se faz sentir, como – de resto – alguns usos que são conservados por tradição. Diz-se que a classe marítima, que constitue uma grande parte da população d’essa Vila, usa os cabelos crescidos, como recurso para poderem ser salvos n’um caso de naufrágio.”³³ Não podendo os articulistas confirmar essa informação, dizem os mesmos que a mencionaram apenas a título de curiosidade, certamente desconfiando da veracidade da mesma. Chegaram então, por fim, a Vila Real de Santo António, após uma jornada de dezasseis horas e com pouco mais de hora e meia de atraso. Era esta, em 1921, a duração da viagem de comboio para o Algarve: uma verdadeira eternidade, portanto.

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO: UMA “TERRA SEM AROMA”

Em Vila Real de Santo António, a impressão foi “desagradável. (...) A estação de caminho de ferro (...) por construir, embora já há tempo tenha sido projectado um edificio para esse fim. (...) O caminho

³² *Idem, ibidem*, p.156.

³³ *Idem*, nº108, Junho de 1921, p.189.

que lhe dá acesso (...) pouco tentador; havendo um carreiro pelo meio d'um campo escalvado, fronteiro à estação, que, encurtando o espaço para a Vila – aliás a pequeníssima distância – mostra, todavia, ao viajante, um aspecto desolador.”³⁴ O actual edifício da estação, projectado pelo arquitecto Cotinelli Telmo, só viria a ser inaugurado no ano de 1945, tendo sido também naquela década que a linha férrea foi prolongada até à nova gare Vila Real de Santo António-Guadiana (entretanto já desactivada). Curiosa é a descrição do cronista relativamente à estética despojada das construções pombalinas, ainda então com muito poucos vestígios de gente, como o mesmo bem refere. Diz este que “na travessia para o hotel [seguiram] por diversas ruas, todas feias, de mau piso, ladeadas de casebres, sem vestígios de civilização. Quasi todas as casas são térreas, não tendo nenhum pavimento superior a dar-lhes vislumbre de estética”. Enquadrando esta descrição no contexto temporal em que é escrita, um período de modernismos, de extroversão das formas, de abertura à arte nova, às decorações e floreios próprios daquele tempo, compreende-se perfeitamente o comentário.

O hotel da Vila, o primeiro a que chegaram, não despertou, como seria de esperar, surpresa positiva alguma, já que este estava “em justa relação com o valor da localidade” – não merecia mesmo “a mais simples referência”. Numa vila “importante pela sua industria, pela sua situação de porto de mar (...) e demais fronteira a Espanha, (...) estes predicados constituíam suficientes motivos para tornar a última Vila de Portugal n'uma interessante e atraente localidade de qualquer nação que não fosse a nossa”. Sendo ela “parte do continente portuguez, por isso dá a impressão d'uma terra de pescadores selvagens no extremo Austral do Continente Africano”³⁵. A visita à vila confirmou depois a desolação “a cada passo”. Não fosse a grande Avenida à beira-mar, “onde se encontram as principaes e mais civilizadas habitações, todavia em mistura com grandes fabricas de conservas”, e seria uma total decepção. Mesmo a praça principal (Praça Marquês de Pombal) se apresentava aos olhos do redactor “tão simples como o obelisco que plantaram no seu meio. Em resumo – [a Vila] não possui um monumento, nem um edificio mais notável, nem um jardim; enfim, nada de nada”. Até no que toca à paisagem envolvente, “os seus arredores [eram] insignificantes”, com “uma paisagem árida”, as

³⁴ *Idem*, nº109, Julho de 1921, p.15.

³⁵ *Idem, ibidem*, p.15.

gentes “pouco comunicativas” e, talvez por isso, não descobriram os viajantes, em toda a sua curta visita, “nenhum exemplar feminino por onde [pudessem] aquilatar os dons que a natureza dispensou às mulheres de Vila Real de Santo António”. Em suma, “nada de interessante [os] prendeu a esse triste rincão da Terra Portuguesa, que ali emudeceu os seus cânticos, os doces gorjeios pelas luarentas noites estivaes; terra sem aroma; sem mulheres, sem beleza, de homens sisudos e rudes”³⁶. Uma decepção total, portanto.

Após uma visita a Aiamonte, vila que, aos olhos dos redactores, se apresentou com “os seus arruamentos são mais bem delineados do que em Vila Real” – dado no mínimo curioso, tendo em conta a ortogonalidade da vila pombalina – e “uma vida pouco intensa devido, em especial, à pouca energia dos seus dois a três mil habitantes indígenas”, regressaram novamente a Vila Real, que atravessaram “rapidamente, para que o confronto não [os] conduzisse à tristeza que [deles] queriam separada”, embarcando depois no comboio para Faro, a caminho do Grande Hotel, no qual viriam a confirmar as boas impressões que acerca deste tinham.

De referir ainda a notícia que se descobre no nº 129 (Março de 1923), que relata uma reunião que terá tido lugar em Huelva, “entre as Câmaras de Comércio d’esta cidade e de Ayamonte, e os alcaides de Lepe, Cartaya e Gibráléon, [visto da sua parte haver interesse] na construção do prolongamento do caminho de ferro de Ayamonte até à fronteira portuguesa de Vila Real de Santo António”. Na sequência dessa reunião, terá sido enviada uma comissão a Madrid para tratar da continuação das obras, “que se acha[va]m suspensas desde o começo da guerra europea”, mostrando uma clara consciência da “importância da ligação da linha do Algarve com a rede hespanhola”, e do que poderia resultar desse importante contributo “para o desenvolvimento das (...) relações com a nação visinha, facilitando belas excursões de turismo”. Apesar de não ficar claro neste pequeno artigo, estamos em crer que não haveria a intenção de construir uma ligação férrea entre as duas margens, mas antes de prolongar ligeiramente a então designada linha de Aiamonte, que findava numa zona longe do porto por onde se fazia a ligação por barco à margem portuguesa, à semelhança do que por esta altura ainda se passava na margem portuguesa, como atrás se referiu, uma vez que a gare Vila Real de Santo António-Guadiana ainda não tinha sido construída.

³⁶ *Idem, ibidem*, p.16.

AS INDÚSTRIAS DO ALGARVE E O TURISMO

Chegados a Faro, capital da província, puderam observar uma cidade relativamente bem iluminada, dotada de um teatro que tiveram oportunidade de frequentar, visitando no dia seguinte o mercado, “pequeno mas suficiente”, o jardim e algumas ruas da cidade e seus “estabelecimentos modernizados e bem sortidos”, comprando depois na grande mercearia “Jeronymo Martins”, os saborosos “«D. Rodrigues», os «Morgados» e outras espécies da primorosa doçaria Algarvia” e uma remessa de figos para a família, cuja industria, “no Algarve, se acha largamente desenvolvida, facilitando o respectivo comercio por forma atraente para o visitante (...), factor importante da economia da provincia, [a par dos outros] (...) produtos da região que, por igual, teem muita procura, taes como a amêndoa, a alfarroba, o vinho, a cortiça (...) paralelamente à industria das conservas”³⁷. Conheceram ainda “uma curiosa fabrica de moagem, cuja instalação se acha feita pelo systema Suisso, servindo para descasque e moagem de trigo, milho e arroz”, numa visita proporcionada por um amigo que foram encontrar em Faro, “ocupado n’uma especial e curiosa industria de serração de madeiras e aproveitamento d’alfarroba para alimento animal”. Será importante apontar o interesse destas pessoas em visitarem e terem gostado de conhecer as indústrias algarvias, indústrias essas que, hoje em dia, quase um século depois, se viria a perceber apresentarem fortes potencialidades turísticas, numa altura em que grande parte desta indústria já se perdeu...

A questão da pretensão de concessão de autonomia administrativa, reivindicada nesta altura pelos algarvios, também não passa despercebida aos redactores que vêem nesta exigência a eventualidade do Algarve poder vir a ser “um verdadeiro encanto e a mais propícia região de turismo, [logrando] o seu progresso e o desenvolvimento da sua laboriosa vida intensificar[-se] de forma a assegurar-lhe uma completa independência [e] nessa ocasião, certamente os seus portos serão facilmente acessíveis a uma razoável e proporcional navegação; as suas estradas convidarão a agradáveis passeios; os bons hotéis estarão instalados em todas as cidades e vilas; os comboios oferecerão a rapidez e as comodidades indispensáveis; enfim – tudo quanto possa atrahir e fazer conservar dentro dos seus limites, com consciencioso apazimento, tanto os naturaes como os estrangeiros – estes principalmente,

³⁷ *Idem*, nº113, Novembro de 1921, p.66.

que são os melhores pioneiros das ultimas modalidades da civilização”³⁸. Visão algo romantizada mas não menos interessante por isso, visto que continua a ser reivindicada, ainda hoje em dia e pelas mesmas razões, por alguns defensores da regionalização.

O DESENVOLVIMENTO DE UM ALGARVE TURÍSTICO

Depois de admirarem do Alto de Santo António “as encostas da cordilheira onde se divisam os casaes ou quintas” do Barrocal e Serra Algarvias, e visitarem o Jardim (actual Alameda) e Matadouro municipais, jantaram e tomaram o comboio para Portimão, com destino à Praia da Rocha, num compartimento de 1ª classe, sob muito mau tempo. Chegados a Portimão às 22h00 e tendo partido depois de jantar, “ao anoitecer”, é de pensarmos que, em 1921, quando esta viagem é feita, a mesma não demoraria muito mais – se não o mesmo tempo – que demora hoje em dia a viagem. Confirma-se, portanto, que o problema dos transportes – e muito concretamente, o comboio – é um problema que persiste, passados quase cem anos.

Gozando da sorte de uma «carrinha» passar por ali fora de horas visto que, à hora que chegaram nenhum meio de transporte estava já disponível para os transportar para Portimão ou para a Rocha, aproveitaram a boleia do velho cocheiro que se disponibilizou para, a custo, os transportar até à praia. Após percorrerem a ponte sobre a ria, em muito mau estado, chegaram por fim ao Hotel Viola, “único existente no sítio e cuja tradição percorre toda a orla algarvia”. Percebe-se assim que, em termos de alojamentos turísticos, um grande caminho havia a percorrer. A Rocha apresentava-se como “uma praia [com] encantos muito originaes durante a época própria, quando a assistência e a animação caracterizam a sua estonteante vida”, [sendo que, no entanto], no inverno, a placidez das suas poucas ruas, o isolamento das suas variadas casas e a tristeza que, em geral, é timbre de todas as praias fóra da estação própria, dão à Praia da Rocha os atractivos encantadores exigidos pelo nostálgico da solidão”. É possível perceber que o turismo de então era claramente sazonal, tinha uma época própria – o Verão, e que, nessa altura, se animava bastante. Contudo, a oferta turística era ainda bastante reduzida.

Tendo em conta o mau tempo que se fazia sentir, o regresso foi assim antecipado, tendo os viajantes desistido de ir a Lagos, a Sagres e a Monchique,

³⁸ *Idem, ibidem*, p.67.

conforme previsto, havendo ainda, no entanto, tempo para voltarem à vila “pitoresca” de Portimão que, por ser domingo, “apresentava um aspecto pouco interessante”.

Por fim, a comissão da Revista de Turismo resume a expedição dizendo que esta viagem “constitue uma das mais agradáveis excursões que um bom turista pode fazer; porque além da sua vida especial, dos seus originaes usos e costumes, da sua flora, mesmo muito própria, há as paisagens, a configuração corográfica absolutamente diferente da de todas as outras províncias portuguesas, (...) [e] que o Algarve, pelo seu conjuncto de predicados, devia ser o que, infelizmente ainda não é. E quando um dia os Algarvios compreenderem toda a grande riqueza da sua provincia – que é enorme e está ainda por explorar – então os benefícios espargir-se-hão quasi automaticamente, não só em pról d’essa região, mas inclusivamente, embora de forma menos directa, na economia do Paiz”³⁹.

De facto, o Algarve turístico desta altura era ainda bastante pobre, com poucas e más acomodações turísticas (o Guia de Portugal de 1924 haverá de referir isso mesmo poucos anos depois deste relato) mas ainda havia de se desenvolver imenso, não nos anos imediatamente a seguir a estas palavras terem sido escritas mas algumas décadas mais tarde, infelizmente nem sempre de uma forma que privilegiasse os interesses da região e daqueles que aqui vivem. Nos anos sessenta dar-se-ia o *boom* turístico e a região apontaria definitivamente no sentido do turismo de massas, auxiliada pela construção do aeroporto de Faro e impulsionada por uma voragem imobiliária que rapidamente trataria de alterar por completo a paisagem tradicional e/ou rural da região, especialmente na orla costeira, desvirtuando por completo a essência da região, de certa forma ainda aqui bem retratada neste texto: aquele Algarve dos “casas e das quintas, no meio dos quaes, em alvinitente brancura, sobresaem as casitas maiores ou mais pequenas dos respectivos proprietários, n’uma doce poesia bucólica”, das industrias tradicionais, das paisagens pontuadas pelas árvores de fruto que conferiam as características pelas quais a região era conhecida, para dar lugar aos aldeamentos e aos campos de golfe, aos hotéis e prédios de segunda habitação projectados nas falésias, sobre o mar.

Deve referir-se que, no que toca ao Algarve, esta pressão imobiliária que se verifica nas zonas junto à costa não nasce apenas nos anos sessenta. Já por

³⁹ *Idem*, nº116, Fevereiro de 1922, p.115.

esta altura se começavam a evidenciar as tentativas de edificação de hotéis nestas áreas privilegiadas, em virtude da progressiva demanda de uma clientela cosmopolita internacional que começava a procurar isso mesmo, e aos investidores que, apercebendo-se desta realidade, passariam a ver ali uma excelente forma de empregarem o seu capital. O arquitecto Raúl Lino é um dos arquitectos que se propõe, num projecto apresentado à Sociedade de Propaganda de Portugal, cuja memória esta revista reproduz, por lhes parecer “da maior utilidade para os interessados na construção de hotéis no sul do paíz”. Afirmava o arquitecto que esta proposta para um «Hotel Portuguez», poderia responder a “um problema architectónico que tem de se resolver” – a “adopção de typos estrangeiros”. Destinado à “beira-mar”, seria para ser construído num “amplo terreno” que seria “ajardinado”, de onde “se disfrutasse uma vista agradável”, com “belos elementos dos antigos jardins peninsulares”, de “caracter meridional”, ao contrário “dos insípidos arranjos de relva e palmeiras (...) de que tanto se tem abusado”. É nesse sentido que Raúl Lino esperava que naquele projecto se pudesse encontrar “qualquer coisa de regional, esperando que [este] não lembre, apesar da sujeição que houve à propriedade da planta, quaisquer hotéis do estrangeiro”, já que a decoração exterior “será muito singela”, procurando associar-lhe “uma linha interessante nos telhados que seriam cobertos com «telha lusa», branqueada a cal (...), alvenaria de tijolo à vista, (...) a chaminé historiada, o azulejo, e demais elementos que nos dão uma mancha alegre de construção solarenga”⁴⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica claro depois da análise aqui efectuada que esta Revista não sugere ainda a visão formatada que viria a constituir a região idealizada pelo Estado Novo mas aponta já caminhos nessa direcção. Elementos como as noras mouriscas, ou as casas pontuadas pelas chaminés rendilhadas de «estilo árabe» (estava-se a atravessar o período áureo da sua edificação), ou o Algarve do corridinho, não são ainda referidos não só porque esse imaginário estava ainda a ser compilado e «construído» mas também porque os redactores derivavam e faziam questão de permanecer associados a um estrato social que privilegiava o luxo, a tendência modernista da sociedade, de cariz europeísta, internacional, que viajava em 1ª classe, e frequentava

⁴⁰ *Idem*, nº 38, janeiro de 1918, p.110.

os restaurantes exclusivos e os *Palace Hotels*, muito em voga, na altura. Isso é perfeitamente evidente nos discursos e no olhar dos redactores que, sob o pretexto destas «viagens de estudo» e na continuidade do *grand tour* do século XVIII, procuram legitimar um certo *status* social à classe burguesa em que se inserem e que constitui o conjunto dos leitores da revista. A própria excursão aqui apresentada faz-se exclusivamente por zonas urbanas, sendo a atenção prestada à ruralidade concretizada através de um olhar distanciado, algo desinteressado ou secundário. Em todo o caso, e ainda que sem um objectivo determinado, já se apresentam alguns elementos – o Algarve das casas brancas, das amendoeiras em flor, das açoteias de Olhão, o Algarve das mouras encantadas e das gentes com a tez tingida dos árabes, o Algarve dos descobridores, das praias de rochedos que lembram “formosas paragens tropicais” – que viriam, daí a uns anos, a constituir esse imaginário de estereótipos que serviria os propósitos do regime e que, ainda hoje, marcam a região.

Por outro lado, o Algarve retratado na Revista e muito em concreto na excursão realizada em 1921 é um Algarve de impressões, é certo, de folhetim, um Algarve olhado de forma literária mas ao mesmo tempo representado num documento com algum carácter utilitário, contendo informações interessantes e verificadas sobre os locais, as distâncias, os tempos de viagem, os alojamentos, a restauração, a paisagem humana e natural, a economia, e apresentando informações validadas, frequentemente abordadas de forma irónica, por vezes até com laivos de *superioridade*, característico de quem pretende satirizar uma realidade que *não é a sua* – principalmente no que toca às acomodações e aos transportes, dado o caricato que efectivamente seria viajar e ser turista no início do século XX em Portugal e no Algarve. Podemos ainda dizer que este documento não se apresenta – nem pretende ser – o instrumento que viria a ser, por exemplo, o Guia de Portugal de 1924, dada a dimensão, o alcance e os meios disponíveis para a realização da tarefa. Em todo o caso, antecede-o, mostrando-se por isso inovador no sentido de conseguir prestar um importante contributo em termos turísticos numa altura em que nenhuma outra publicação periódica o fazia.

BIBLIOGRAFIA resumida

CUNHA, Licínio (2010) - *Desenvolvimento do Turismo em Portugal: Os primórdios* in Fluxos & Riscos, nº1, pp-127-149.

FERREIRA, David Mourão (s.d.) – *O Algarve*, Livraria Bertrand, Lisboa.

MANGORRINHA, Jorge (2012) – *Análise da Revista de Turismo*, Hemeroteca Nacional – CML, Lisboa, disponível em:

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/RevistadeTurismo.pdf>

MATOS, Ana e **SANTOS**, Maria, *Os guias de turismo e a emergência do turismo contemporâneo em Portugal (dos finais do século XIX às primeiras décadas do século XX)*, Scripta Nova, Revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Universidade de Barcelona, Barcelona, 15 de junio de 2004, vol. VIII, núm. 167.

MATOS, Ana, **BERNARDO**, Maria e **SANTOS**, Maria (2011) – *A Sociedade de Propaganda de Portugal* in Actas do I Congresso Internacional I República e Republicanismo, Lisboa, pp.393-403.

MELO, Daniel, (1996) – “Turismo” in ROSAS, Fernando e BRANDÃO de BRITO, J. M. (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II, Bertrand, Lisboa.

QUEIROZ, Maria Inês (coord. ed.) (2010) – *Viajar : viajantes e turistas à descoberta de Portugal no tempo da I República*, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Lisboa.

Revista de Turismo: publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura, publicada de 5 de Julho de 1916 a Março de 1924, 2 séries.

PINTO, Ana Lourenço (2013) – *Caldas de Monchique: das Águas Sagradas ao Lugar de Bem-Estar. Um esboço da Instituição através das Personalidades Históricas* in Promontoria Monográfica História do Algarve – Contributo para a História da Saúde no Algarve, nº1, Ed. Centro de Estudos de Património e História do Algarve (CePha) / Faculdade de Ciências Humanas e Sociais / Universidade do Algarve, Faro, pp.47-64.

PROENÇA, Raul (1924) – *Guia de Portugal. I. Generalidades. Lisboa e arredores*, Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian (Facsimile).

Webgrafia

<http://www.aguas.ics.ul.pt/> (11/06/2014) - Projecto “Das termas aos “spas”: reconfigurações de uma prática terapêutica” - Centro de Estudos de Antropologia Social e Instituto de Ciências Sociais (Universidade de Lisboa).

Contributo para o estudo do Turismo de Saúde no Algarve

Cristina Fé Santos

O conceito “Turismo de Saúde”¹ pode ter diferentes perspectivas conforme alteramos os interlocutores com os quais abordamos esta temática. Com investigadores da área da História a ideia que lhes ocorre à memória é a de termas e bons ares. Quando se tem por interlocutores os que estão ligados à área da Saúde, as referências que surgem são as do “Turismo Médico” ou “Turismo de Bem-Estar” (tratar/cuidar e alojar tudo adquirido num mesmo “pacote”). A ter em conta estes dois pontos de vista, é a diferença entre o que era considerado no séc. XIX, ou mesmo em grande parte do séc. XX, para a doutrina dos nossos dias.

Mudam-se os tempos, muda o entendimento de um mesmo conceito. A frequência de locais de bons ares e estâncias termais, lugares aprazíveis onde se passavam longas temporadas curando males do corpo e da mente, distancia-se, em parte, da promoção que hoje se faz da oferta conjunta da valência médica e turística numa única aquisição. Actualmente, temos a criação de pacotes médicos-cirúrgicos, com estadias agradáveis em espaços de turismo, destinados quer a estrangeiros quer

¹ **Turismo de Saúde:** é o fenómeno caracterizado pelas deslocações de turistas cuja motivação primária é a obtenção ou manutenção de benefícios relacionados com a saúde, podendo articular a valência médica com a valências turísticas que lhe estão direta e indiretamente associadas, desde o termalismo ao lazer e passando pelo bem-estar. Com este enquadramento, o Turismo de Saúde integra duas áreas motivacionais distintas, sem prejuízo de estas poderem ser, sempre que possível e apropriado, integradas em propostas conjuntas de serviços: o Turismo Médico e o Turismo de Bem-Estar.

Turismo Médico - a deslocação para fora da área de residência habitual, com a motivação primária de beneficiar de cuidados médicos, de diagnóstico ou terapêuticos.

Turismo de Bem-Estar - a deslocação para fora da residência habitual, com a motivação de beneficiar de atividades ou experiências que promovam a harmonia física, mental e emocional.

Cf. <http://www.turismodeportugal.pt/PORTUGU%C3%8AS/TURISMODEPORTUGAL/NEWSLETTER/2015/Documents/RelatGT-InterministerialTurismoSaude-2015.pdf>

Figura nº 1 - Turismo Médico e Turismo de Bem-Estar – tipos, locais e meios de intervenção



Adaptado de Carrera e Lant, 2010

(Fonte: Grupo de Trabalho, adaptado de Carrera e Lant, 2010)

Figura 1 Turismo Médico e Bem-Estar – tipos, locais e meios de intervenção

a nacionais que se deslocam, por um curto período de tempo, da sua zona habitual de residência para outros lugares, para aí realizarem procedimentos médicos. Mantendo, no entanto, ao mesmo tempo, a promoção do Termalismo, dos SPA e da Talassoterapia que, no seu todo, integra uma aposta nacional no Turismo de Saúde e Bem-estar nos dias de hoje.

Temos, como exemplo, um artigo publicado em Abril de 2014, no jornal *Público*². Pela leitura do periódico podemos, assim, certificar que nos nossos dias esta matéria faz parte das linhas de desenvolvimento estratégico para a promoção da economia nacional: “turismo de saúde e bem-estar pode render mais de 400 milhões de euros por ano. Operar ingleses às cataratas, colocar próteses da anca e do joelho em doentes franceses e alemães pode tornar-se uma prática corrente dentro de alguns anos em Portugal. No turismo médico, deve apostar-se primeiro em sete países europeus, com o Reino Unido, a Alemanha e a França à cabeça [...].São grandes as esperanças dos que acreditam que o turismo de saúde e bem-estar pode passar a ser uma importante fonte de receitas para Portugal. [...] O grosso das receitas será proveniente do turismo de bem-estar (SPAs, talassoterapias e termas), projectando para o turismo médico uma contribuição bem mais modesta [...]”.

Se recuarmos cerca de um século e recuperarmos um texto publicado no n.º 13 da *Revista de Turismo*, de 5 de Janeiro de 1917, podemos constatar que o Turismo era, também nessa altura conturbada, considerado como uma das indústrias mais lucrativas dos países modernos, incluindo igualmente nesta nova indústria a referência às Termas e aos Sanatórios: “Turismo. É uma das indústrias mais lucrativas dos países modernos. O homem de fortuna abdica hoje das despesas supérfluas d’uma vida monótona, ronqueira, anti-coadonada [sic] com o século e embrenha-se nos encantos das viagens, excursões por pontos pitorescos e, assim, procura uma vida em que se instrua e divirta, oferecendo uma caudalosa fonte de receita pelos pontos por onde transita. Isso permitiu a criação da nova indústria turista”. Neste mesmo texto é referido que “todas as nações tentam exibir os melhores encantos nessas novas cruzadas da civilização moderna [...]. Criam-se escolas

² Excerto de um artigo de Alexandra Campos, publicado no jornal *Público* a 3.04.2014, aquando da apresentação de um estudo encomendado pela Associação Empresarial (AEP) – Câmara de Comércio e Indústria e pelo Health Cluster Portugal (HCP). in. <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/turismo-de-saude-e-bemestar-pode-render-mais-de-400-milhoes-de-euros-por-ano-1630767>

para hoteleiros, fomentam-se congressos e associações dessa classe o intérprete torna-se uma entidade que se procura com «afan». Requisita-se-lhe os requintes de uma delicadeza modelar, as cidades modernas, termas, as regiões de pitoresco acentuado, os pontos históricos, os monumentos arquitectónicos, etc., tornam-se foco de uma sociedade cosmopolita, que lançam os seus capitães por todo o itinerário.”

No que diz respeito ao nosso país é mencionado que “a guerra europeia veio focar Portugal, não só pela sua intervenção na contenda armada, como ainda por ser um país em que os turistas podem satisfazer o seu anseio de estudos. Possuímos monumentos de alto valor artístico, perpetuando uma história inigualável. O país é de um encanto único, variegado nas paisagens, como clima dulcíssimo. [...] Possuímos termas com incomensuráveis propriedades terapêuticas, montanhas onde se pode levantar sanatórios e hotéis magníficos. Somos filhos de uma nação rica, mas infelizmente inexplorada...”.³ Podemos assim depreender que, na opinião do autor, no início do séc. XX Portugal não tirava proveito dos atributos que possuía e que poderiam servir como dinamizadores da nova indústria de turismo, criando novas fontes de receita, incluindo a não dinamização das termas e sanatórios para os quais reunia condições climatéricas e geográficas ideais.

Após a Guerra, escreve o Dr. Pedro Fazenda⁴, sobre esta nova indústria, na sua obra *A Crise Política (em Portugal)*, publicada em 1921: “que país como o nosso pelo clima, paisagem e situação, poderia atrair as vistas curiosas do viajante ocioso, e até a medicina que procura no ambiente geográfico a terapêutica de certos males? País de turismo e repouso, onde a Natureza mediu, numa harmonia de formas e admirável, as cumeadas e os vales, as planícies e os relevos, em traços e curvas proporcionados como se esculpisse no solo a imagem artística dum país ideal! [...] Gerês, Bom Jesus, Estrela, Caramulo, Bussaco, Sintra, Arrábida, S. Mamede, Ossa, Monchique e Caldeirão, são outros tantos sanatórios naturais, onde o ar circula numa pureza vivificante e as águas brotam em cristalinidade paradisíaca; em que a paisagem circundante oferece à alma cansada da monotonia da cidade, ou premida pelo esgotamento cerebral, ou torturada nos sofrimentos físicos, o alívio da

³ Texto identificado como tendo sido publicado em *O Defensor das Caldas da Rainha* e da autoria de Pires Machado.

⁴ Pedro Fazenda foi professor, político, publicista e deputado da Nação. A 19 de Dezembro de 1923 foi nomeado Governador Civil de Lisboa, cargo que ocupou muito pouco tempo.

variedade onde se quebra a ideia obsidiante, rectilínea e rígida, duma existências mecanizada!...[...] Âncora, Foz, Espinho, Póvoa, Figueira, Cascais, Estoril, Sines, Rocha, praias abrigadas e cheias de luz, onde os estrangeiros accorriam a gozar-lhes o brilho do Sol e a transparência das águas, como seriam demandadas, se a indústria do Turismo fosse criada entre nós!”. Considerando, também ele, esta indústria como uma aposta para o desenvolvimento da economia nacional nos anos, de crise, que se seguiram à Primeira Grande Guerra.

Anos separam as fontes e os textos publicados, mas uma ideia é consistente, há ainda muito para se fazer para que o Turismo de Saúde seja uma fonte de rendimentos ajustada ao potencial existente em todo o território português. Confirmando esta afirmação podem ser consultados os Planos Estratégicos do Turismo Nacional⁵, e as considerações e análises sobre os mesmos, que se encontram disponíveis online, onde se constata que o Turismo de Saúde e Bem-estar é uma aposta estratégica mas, tal como no passado, ainda existe muito por fazer, continuando a região algarvia com o seu enfoque enquanto produto de turismo de “Sol e Mar”.

Ao tomarmos como espaço de referência o Algarve, tendo em conta o tema desta publicação, questiono-me se o Turismo de Saúde não terá sido o primeiro impulsionador do “turismo” nesta região. Tomando como exemplo as Caldas de Monchique, cuja história remonta aos romanos que aqui procuravam a utilização das águas termais para fins terapêuticos⁶, ou, mais tardiamente, as referências de que no início do séc. XX era frequentada quer por portugueses (oriundos do Algarve ou de província contígua, o Alentejo) quer por espanhóis da vizinha Andaluzia. Ou, ainda, a fama granjeada pela prática clínica de alguns médicos, que exerciam a sua actividade neste distrito em meados do séc. XX, que trouxe à região inúmeras pessoas, na procura de cura para os seus problemas de saúde. Como exemplo modelar podemos citar o Dr. Gabriel Medeiros Galvão, médico em São Brás de Alportel, cujas boas práticas médicas associadas às qualidades do ar dessa vila deram origem à deslocação, para esse concelho, de muitas famílias oriundas de vários pontos do país. A procura de tratamento para os problemas respiratórios (repouso, boa alimentação e bons ares), do próprio ou dos seus

⁵ Consultar <http://www.turismodeportugal.pt>

⁶ Sobre as Caldas de Monchique ler a tese de Mestrado de Ana Lourenço Pinto intitulada *Realizações e Utopias: O Património Arquitectónico e Artístico das Caldas de Monchique na Cenografia da Paisagem Termal* disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/11357/1/ulfl148032_tm.pdf

familiares, fez aumentar a procura de alojamento, quer de curta quer de longa duração⁷, assim como os serviços que lhes eram associados (comércio local e restauração).

Ou, ainda, em terras de Alcoutim, as consultas do Dr. João Dias, cuja fama trouxe àquela localidade inúmeros pacientes, oriundos de regiões limítrofes onde se inclui a vizinha Espanha, e suas famílias, na procura de diagnóstico e cura para as suas enfermidades, promovendo uma melhoria na economia local com o aumento, também aqui, da procura de alojamento⁸ e serviços de apoio à estadia, como a restauração. Estes são alguns dos exemplos que identifiquei como Turismo de Saúde, pois movimentaram gentes, oriundas do resto do país e/ou do estrangeiro, para esta região na procura de cuidados médicos e de um clima mais ameno e terapêutico para os males de que padeciam, antecedendo as grandes movimentações sazonais, no período estival, para o Sol e Mar, hoje a grande referência turística da região algarvia, sobretudo após a inauguração do aeroporto (Julho de 1965)⁹.

Tendo como referência cronológica o 1º Congresso Regional Algarvio, realizado em 1915 na Praia da Rocha, e fazendo, assim, uma breve resenha do que foi publicado nos anos que antecederam e procederam este Congresso propomo-nos fazer uma análise sucinta do que as fontes, desse período, nos reportam sobre a procura desta região na vertente turismo de saúde. Tentamos, desta forma, validar a ideia de que o Algarve foi ponto de atracção para muitas pessoas (turistas) que para aqui se deslocaram na procura de repouso e bem-estar, ou mesmo cura para males do corpo, muito antes de se tornar uma referência turística enquanto produto de Sol e Mar.

A utilização das fontes escritas da época, colmata a falta de trabalhos de investigação sobre a história do Turismo no Algarve, tema que ainda não suscitou aos investigadores, quer da História, quer do Turismo, um estudo aprofundado. Excluindo, desta análise o que já foi publicado e estudado, por isso mais acessível ao público em geral, como a tese sobre as Caldas de Monchique e o que se encontra divulgado em diversos



Figura 2 De notar neste anúncio, publicado no jornal *O Algarve* a 1.08.1954, a referência a que esta casa possui solário, um dos espaços utilizados no tratamento dos que padeciam de problemas respiratórios.

⁷ O tratamento das doenças respiratórias tinha normalmente uma duração prolongada, mais de um ano.

⁸ "Conheci o Dr. João Francisco Dias em 1952. O Dr. Dias tinha uma consulta com características especiais; vinha gente de todo o País, não só de Alcoutim e dos povos limítrofes, pois a sua fama tinha adquirido tal natureza que vinha gente de todas as partes. Por isso não tinha tempo para atender todas as pessoas diariamente, a tal ponto que eram improvisadas pensões onde se alojavam os doentes esperando turno, às vezes, mais de 15 dias para serem atendidos pelo Dr. Dias". Entrevista a Francisco Abril Franco, cf. Vida e obra do Dr. João Dias, Promontoria Monográfica – História do Algarve, n.º 1, p.145.

⁹ Ler sobre este tema o artigo de António Correia Mendes nesta publicação.

meios de comunicação sobre o que nesta matéria é desenvolvido nos hospitais privados na região.¹⁰

Quando consultamos publicações dos finais do séc. XIX e princípios do séc. XX, diversas são as referências a esta região. Para além das suas praias, que muitas vezes são citadas¹¹, o Algarve é também referido pelas qualidades da região enquanto estância de repouso ou de saúde, sendo, também, muitas vezes recomendado e identificado como espaço vocacionado para turistas que procuram alívio para os seus males.

No que concerne a estâncias termais encontramos, essencialmente, referências às Caldas de Monchique¹², com uma maior procura por turistas internos e da vizinha Andaluzia. São também conhecidas águas termais na zona de Tavira cujo edifício ainda hoje existe, actualmente como sede do Clube de Vela de Tavira. No distrito de Faro foram, ainda, identificados diversos outros locais onde existem nascentes de águas termais, mas que não foram desenvolvidos do ponto de vista turístico¹³.

Como referência pelos seus bons ares a serra de São Brás de Alportel é a mais aludida como local propício para estadias prolongadas¹⁴ na procura de cura para males respiratórios, como a Tuberculose¹⁵, mas também para estadias sazonais, no Verão, como local de repouso¹⁶.



Figura 3 Antigas termas de Tavira

¹⁰ Será de referir que estes hospitais surgiram, numa dinâmica mais organizada, nos finais do séc. XX, tendo também procurado desenvolver a sua actuação na captação de um número maior de utilizadores (pacientes) destes mesmos espaços, ao associar-se ao Turismo, matéria que os mesmos têm divulgado.

¹¹ Sobre este tema ler nesta mesma publicação o artigo de Artur Barracosa Mendonça. De referir como curiosidade que Ramalho Ortigão, no seu livro *As Praias de Portugal: Guia do banhista e do viajante*, publicado em 1876, não faz referência às praias algarvias.

¹² No número 2 da *Revista de Turismo*, publicada a 20 de Julho de 1916, encontramos um artigo sobre o Algarve, da autoria de Marques Pereira, que nos exorta a ir a Monchique, "a Sintra do Sul, afamada pelas suas termas, perdida na montanha entre arvoredos, alegre pela sinfonia dos riachos. Ali, garanto-vos que ficareis com uma impressão agradável!".

¹³ Consultar <http://www.aguas.ics.ul.pt/faro.html> Este site tem o seguinte aviso: "A informação disponibilizada neste site tem como data de referência o ano 2002 e pode encontrar-se desactualizada", no entanto, ainda que possa estar desactualizado dá uma perspectiva dos vários locais onde foi identificada a existência de águas termais na região algarvia.

¹⁴ O Correio do Sul publica a 28 de Agosto de 1921: "S. Braz d'Alportel encheu-se este ano de forasteiros. Este clima bendito onde se refugiam os desgraçados que a tuberculose chupa e amarelece e para retomarem o vigor antigo e a bela cor das faces; estes campos verdes de hortas e pomares tranquilos, silenciosos, d'um ar de encantamento e sonho que nos torna bons, tem chamado este verão grande parte dos frequentadores das praias e tem-se enchido d'um bulício elegante de termas, de renome. Como se operou este milagre? Não sabemos. O que é certo é que desde há anos, S. Braz se encontrava abandonado pelos veraneantes inquietos sempre em demanda de novos horizontes e sensações. Voltou porém ao esplendor. S. Braz tornou a coroar-se de Rainha da Beira-Serra e a sorrir, com enlevo, na brancura da sua cal, por entre a folhagem verde".

¹⁵ A 8 de Setembro de 1918 os Caminhos de Ferro do Estado inauguram um sanatório para tratar os seus funcionários, que se localiza no sítio das Almargens, São Brás de Alportel.

¹⁶ Em 1944 é aí inaugurada a Pousada de São Brás, muito procurada, não só por portugueses, vindos de outras regiões do país, mas também por estrangeiros, existindo nos Livros de Hóspedes várias referências à estadia de turistas de diversos

Em 1914, ano que antecede o Congresso Regional Algarvio, é publicado um livro, *The climate of Portugal and notes on its health resorts*¹⁷, no qual o autor, Daniel Gelanio Dalgado¹⁸, inicia o prefácio com uma frase que atribui a Hipócrates “A Natureza é a cura das doenças” (“Nature is the healer of diseases”)¹⁹ seguindo-se o texto que aqui transcrevemos traduzido do original, que se encontra em inglês: “em nenhum período da história do mundo houve tanta gente a viajar em busca de saúde e repouso como nos nossos dias. De tal forma, que o conhecimento exacto das condições climáticas e estâncias (ou resorts) de saúde nos vários países, se torna, cada vez mais, um assunto de grande importância. A polifarmácia de há cinquenta anos está sendo mesmo substituída, cada vez mais, por via medicatrix natiirce [sic.]. E pelo Physio-terapêutica [sic], de modo que não são apenas as estações climáticas, os spas e banhos de mar agora mais amplamente utilizados do que antes, mas também outros agentes físicos, como a electricidade, a luz solar, a radioactividade, que reivindicam uma boa dose de atenção”.

Ainda na mesma ordem de ideias refere que o livro tem dois objectivos “por um lado, para dar um esboço do clima de Portugal como um todo; e, por outro, para descrever de uma forma breve as suas principais estâncias (resorts) de saúde”. Também neste texto é mencionado que o “clima de Portugal, sob o ponto de vista médico, não recebeu ainda a atenção que lhe é devida”. O capítulo XVI, desta obra, é dedicado aos “Health Resorts in the Mediterranean Region” onde se identifica como “Climatic Resorts” Lagos, Faro, e Portimão; “Spas” Caldas de Monchique e como “Sea-bathing Resorts” toda a costa do Algarve. Assim, pelo que podemos ver, os principais locais nesta região já se encontravam identificados e classificados.

Considerando, agora, o que foi exposto e publicado no Congresso Regional Algarvio destacamos duas das teses aí apresentadas, que tiveram como objecto de estudo o clima e as condições que a região proporcionava aos que aqui pretendessem vir na procura de repouso e cura para os seus males. Nestes artigos, o maior enfoque é dado aos que padecem de problemas de origem pulmonar/respiratória para os quais algumas

países. Sobre este tema consultar o livro *A Pousada de São Brás: 1944-2014*.

¹⁷ Ver em: <https://archive.org/stream/climateofportuga00dalgrich#page/n10/mode/1up>

¹⁸ Daniel Gelanio Dalgado publicou diversos livros. Podem ser consultadas algumas das suas obras neste link: <http://onlinebooks.library.upenn.edu/webbin/book/lookupname?key=Dalgado%2C%20Daniel%20Gelanio>

¹⁹ Referenciado no texto pelo autor como: On Epidemics. B. VI., Sect. 5, §1

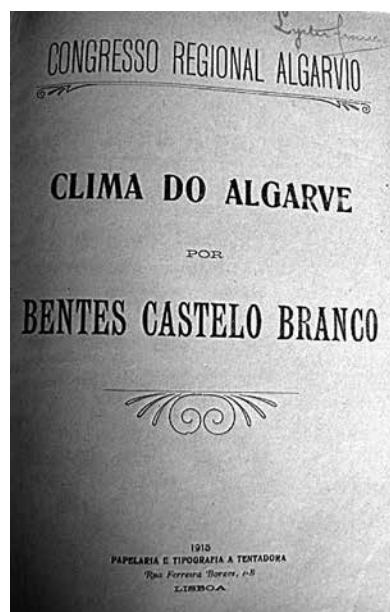


Figura 4 Capa da tese apresentada por Bentes Castelo Branco no Congresso Regional Algarvio, 2015

zonas deste distrito, com um clima mais ameno, são referidas como ideais para a sua recuperação.

Particularizando, encontramos, desse modo, da pena de um especialista em saúde, Bentes Castelo Branco, a tese: “Clima do Algarve”, organizada em três subcapítulos: Sanatórios, Clima do Algarve, Sanatórios para Tuberculosos no Algarve, rematando o texto com algumas Conclusões. Nesta exposição, pode-se ler logo na primeira página, juntamente com a sua definição de sanatórios, de que com a sua existência “resulta, que em volta de tais estabelecimentos aparecem sempre hotéis, casas de saúde, pensões, casas ou quartos de aluguer, etc. que permitem aos doentes seguir em liberdade o tratamento que constitui a especialidade local, em harmonia com as variadas circunstâncias das suas condições individuais e sociais. É assim que habitualmente se formam em volta dos sanatórios verdadeiras povoações, denominadas em geral Estações de Cura...”. Mais à frente, o autor refere que associados a estas Estações de Cura se desenvolvem diversas empresas, quer no que diz respeito à estadia dos que ali se instalam, quer no que se refere ao transporte de passageiros e de mercadorias para estes locais. Sobre a existência de sanatórios no Algarve considera que apesar da “orientação médica” aceitar teoricamente a excelência do clima algarvio, os doentes têm sido encaminhados para outras zonas do país devido à falta de estabelecimentos convenientes na região²⁰. No que concerne a estâncias de águas termais refere somente as das Caldas de Monchique, rematando, no entanto, que estas possuem requisitos para atrair uma afluência muito considerável de utilizadores quer nacionais, quer estrangeiros, não só pela sua localização, mas também pelas condições excepcionais que as constituem.

Ainda de um outro médico, Geraldino Brites, depara-se-nos a tese intitulada “O Clima do Algarve e as suas indicações”²¹. O autor inicia o texto com a informação de que “o Algarve tem um lugar quase unanimemente estabelecido” na zona do sul da Europa, cujas características climáticas definem o clima denominado mediterrâneo. Relata-nos, ainda, que “investigações conducentes a uma racional e profícua aplicação terapêutica dos recursos clínicos, a que

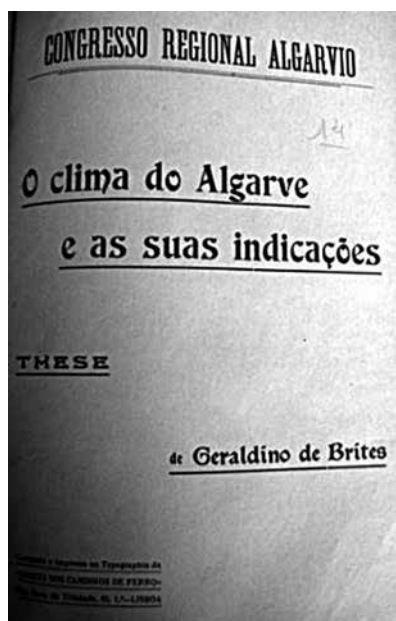


Figura 5 Capa da tese apresentada por Geraldino Brites no Congresso Regional Algarvio, 2015

²⁰ À data do Congresso, 1915, não existia nenhum sanatório no Algarve. O primeiro e único sanatório construído na região foi inaugurado a 8 de Setembro de 1918 em São Brás de Alportel, sendo, no entanto, somente, destinado aos trabalhadores dos Caminhos de Ferro.

²¹ O autor assina este texto como “ex-médico municipal em Loulé”. Geraldino Brites nasceu no Porto em 1882, licenciou-se em Medicina em 1907, tendo exercido clínica em Loulé de 1908 a 1910.

também não são estranhos a exploração do turismo e o desenvolvimento regional, têm levado à dissociação desse grupo de estações climáticas, procurando elevar para uma situação privilegiada, zonas da costa do Mediterrâneo, que se diferenciam do tipo por um ou mais factores do clima, a que se pode atribuir uma aplicação especializada” sendo que “o Algarve pela sua situação geográfica, pela sua orografia, pela sua meteorologia, constitui uma zona inconfundível, cuja situação entre os meios da terapêutica climática deve ser definida de uma maneira tão precisa quanto comportem os seus recursos de observações meteorológicas”. Prosseguindo o seu texto com a identificação das diversas zonas climáticas e suas características, bem como os tipos de doentes e patologias que lhes devem ser direccionados²².

Sem uma alusão directa ao tema bem-estar e saúde temos, ainda, outras duas conferências. A tese de Tomás Cabreira²³ “Zonas de Turismo”, na qual identifica a província do Algarve como uma zona com condições excepcionais para constituir uma zona de turismo, fazendo referências ao clima que aí se observa no inverno, com temperaturas mais elevadas, no mesmo período, que outras estâncias de turismo muito em voga no princípio do século XX, como Biarritz, Côte d’Azur francesa e a Riviera italiana e, por último, a tese de Raul Lino, intitulada “Memória justificativa e descritiva de um projecto de Hotel Portuguez para ser construído no Sul do Paiz”. Neste seu artigo, Raul Lino esclarece que não pretende falar da falta de qualidade nos hotéis existentes (não se referindo somente ao Sul de Portugal), mas, no entanto, identifica a importância da “criação de casas ou palácios para hospedagem das pessoas que são obrigadas a percorrer terras de Portugal para tratarem da sua saúde, dos seus negócios ou apenas atraídos pelas nossas admiráveis paisagens”, propondo a construção de um modelo adequado à zona onde se insere que teria o nome de “Hotel-Solar”.

²² Tomás Cabreira retoma este assunto no seu livro *Algarve Económico*, tema que desenvolvemos mais à frente.

²³ Tomás António da Guarda Cabreira nasceu, em Tavira, em 1865 e faleceu em 1918. Viveu o período conturbado de crise política e económica que ocorreu na última década do século XIX e a mudança de regime político da monarquia constitucional para a república na viragem da primeira década do século XX. Engenheiro de formação, destacou-se na vida pública sobretudo como economista e político através de uma ampla e diversificada obra escrita sobre temas económicos e financeiros, publicada essencialmente nos últimos seis anos da sua vida, e através de uma curta intervenção política como deputado e senador a partir de 1911 e sobretudo como ministro das Finanças em 1914. In “Tomás Cabreira: um economista político num país de “finanças avariadas”, de Ana Bela Nunes, publicado no nº. 29 da Revista Notas Económicas, Junho de 2009. <http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/657/1/WP33.net.pdf>

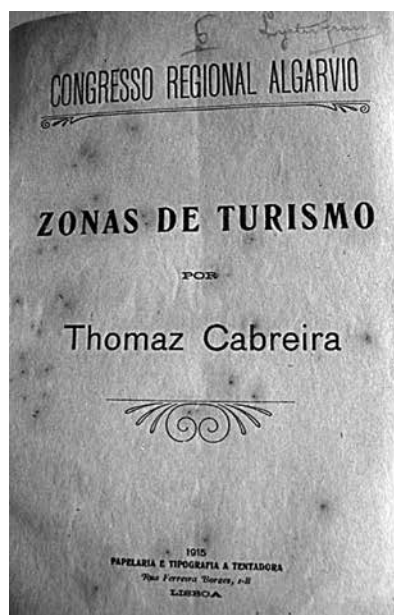


Figura 6 Capa da tese apresentada por Tomás Cabreira no Congresso Regional Algarvio, 2015

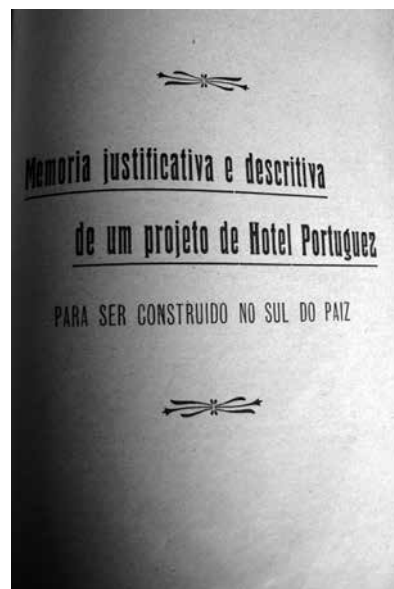


Figura 7 Capa da tese apresentada por Raul Lino no Congresso Regional Algarvio, 2015

Nos anos que se seguem ao Congresso aparece em 1918, da autoria de Tomás Cabreira, uma obra intitulada *o Algarve Económico*, na qual o autor dedica o capítulo XVI aos sanatórios (“O Turismo e os Sanatórios”), preconizando o desenvolvimento da região enquanto estância de saúde e de repouso (a que hoje chamamos de bem-estar): “se o Algarve executar tudo o que fica prescrito para a conquista do turismo, essa província será a que fica melhor equipada, em Portugal, para o exercício de tão lucrativa indústria, que constitui uma das grandes fontes de receita da Suíça, da Itália, da França, da Holanda e de muitos outros países, que não se poupam a esforços e despesas para atrair os estrangeiros. Se o Algarve pode adquirir uma grande legião de turistas, que o venham habitar, atraídos pelas suas belezas e pela doçura do seu clima, outra legião não menor o pode frequentar, procurando no seu clima um alívio para os seus males”.

Nesta publicação encontramos algumas referências à tese sobre o clima algarvio apresentada por Geraldino Brites no Congresso Regional de 1915. O autor “afirma que a zona litoral do Leste deve beneficiar, como estação de Inverno, todos os ameaçados de tuberculose por factores herdados ou adquiridos”²⁴, nomeando as doenças e doentes que identifica como beneficiários deste clima.

Na mesma linha, relaciona as diversas zonas descritas com as qualidades e as propostas de cura que lhe devem ser dirigidas, “a zona alta do leste, S. Braz, Alportel, a parte alta do concelho de Loulé e, particularmente, o Barranco do Velho, especializa-se durante o Inverno, para a tuberculose pulmonar de marcha crónica, nos adultos, sem ou com fracas reacções febris, congestivas ou nervosas”²⁵.

Na mesma ordem de ideias, a sua análise estende-se também à zona litoral do Oeste que “tem, no Inverno, as mesmas indicações que a outra zona litoral, já descrita, especializando-se para os estados mórbidos,

²⁴ Apresenta, na sequência do texto, uma imensa lista de enfermidades que beneficiam deste clima: “as crianças débeis, raquíticas ou linfáticas, filhas de pais velhos, sífilíticos, alcoolizados ou tuberculosos; os adultos, esgotados pelo trabalho, os sífilíticos e alcoolizados; os convalescentes de doenças agudas, escarlatina, sarampo e tifoide ou que precisam fugir dum restabelecimento funcional lento; as crianças portadoras de adenopatias; os indivíduos em que eternizam reliquat bronco-pulmonares, pleuréticos ou pneumónicos; os deformados de esqueleto; os tuberculosos ósseos e articulares; os diabéticos, gotosos e obesos; os cardiopatas valvulares ou arteriais, sem assistolia; os brigíticos; os neurasténicos deprimidos, as uterinas linfáticas e neuro artríticas e os tuberculosos renais”.

²⁵ A zona alta do leste é sugerida: “para a tuberculose crónica ulcerosa; para os bacilares, cuja doença tende espontaneamente para a cura; para os tuberculosos, que precisam interromper periodicamente o seu tratamento pela altitude e para os que precisam dum tratamento pela altitude e para os que precisam dum tratamento ferruginoso, pela facilidade de se obterem águas férreas naturais, que brotam nesta zona. Durante o Verão, esta zona pode ser aproveitada como estação de repouso”.

que resistem às variações térmicas e, durante o Verão, é a que melhor pode ser aproveitada como estação de repouso e banear”. Para além de que “a região alta de Oeste, formada pela serra de Monchique, é uma boa estação de repouso estival, onde as águas das suas termas fornecem excelente terapêutica contra as afecções reumáticas”. Fazendo, no entanto, para esta zona, uma ressalva: “desta, como de todas as outras zonas climáticas algarvias, devem ser excluídos, por terem afecções contrárias às suas indicações, os bacilares pulmonares, de resistência vital nula; os acentuadamente heréticos; os agudos; as formas de evolução rápida; os sujeitos a crises congestivas e bronquites repetidas; os tuberculosos hiperexcitáveis; os tuberculosos laríngeos; todos os que padecem de assistolia, de taquicardia, de aneurisma, de dilatações aórticas, de angina do peito, de nevralgias e nevrites do flexo [sic.] cardíaco e de cardiopatias”. Fornece, ainda, referências quanto à localização ideal para a construção de sanatórios, aludindo aos cuidados que deveriam ser tomados relativamente às populações que habitassem na circunscrição destes espaços²⁶.

Prossegue o texto acrescentando que a acção dos sanatórios, pela sua localização, têm em consideração que “os organismos tuberculizados” reagem pela acção “do ar puro, que envolve o doente de dia e de noite, por uma alimentação convenientemente estudada, por uma ginástica sabiamente doseada e, às vezes, de hidroterapia”, reduzindo em “75% a morte, por tuberculose, na Inglaterra e Alemanha”, relembrando, ainda, que em Portugal e no Algarve, a tuberculose constitui um grande flagelo que é preciso combater, com o estabelecimento de sanatórios e fazendo propaganda dos mesmos e da sua utilização.

Destaca a diferença da utilização de espaços, a que também chama de sanatórios, “para doenças crónicas

²⁶ Remata estas orientações com a informação de que “O Algarve pode, portanto, estabelecer, segundo as indicações das suas zonas climáticas, sanatórios para tuberculosos, sanatórios para doenças crónicas e estações de repouso, devendo a zona dos sanatórios para tuberculosos ser estabelecida na região mais adequada para esse fim, mas afastada das povoações. A disciplina higiénica desses estabelecimentos deve ser extremamente rigorosa, não se permitindo infracções às regras estabelecidas, para que as povoações próximas não sejam prejudicadas com a proximidade dessas instituições”, mais tarde também Estanco Louro, na sua obra *O Livro de Alportel*, quando se refere à existência do Sanatório Carlos Vasconcelos Porto, localizado em São Brás de Alportel, salvaguarda a devida distância que estas instituições deveriam ter relativamente à população que aí habita: Pode-se assim ler, na página 469, “proibir terminantemente que os imigrantes atacados de doenças pulmonares e que vão para lá em busca do alívio ou cura dos seus males, possam viver à vontade, entre a população. Construir, ao mesmo tempo, um ou mais sanatórios (nos arredores da Fonte-férrea). Evita-se assim o contágio da população; atrai-se a colónia de repouso e tem-se uma boa fonte de receita, a par do benefício prestado aos doentes”.

e as estações de repouso combatem as afecções pelo emprego do ar livre, pelas alternativas de repouso e exercício moderado, pela alimentação sabiamente escolhida, pelos banhos de Sol, pela hidroterapia e pelas águas termais, quando existem na localidade, como acontece em Monchique²⁷. Refere, ainda a mesma fonte, que “as estações de repouso formam a transição entre as estações de sanatórios de doenças crónicas e as estações de turismo”²⁸.

Sendo deveras minucioso, Tomás Cabreira esclarece que “no Algarve, é preciso separar nitidamente estas diferentes estações, ficando a praia da Rocha como estação de turismo, com todo o equipamento que uma estação desta ordem exige, e as outras zonas, acima indicadas, como estações de sanatórios ou de repouso, sem que umas estações possam prejudicar as outras, ficando o Algarve com capacidade de receber duas populações diferentes: uma que vem procurar, no seu doce clima, um alívio aos seus males ou que vem repousar de fadigas excessivas, e outra que apenas se quer divertir, procurando distrações e prazeres de toda a espécie”.

De destacar a importância que o mesmo dá à envolvimento destes espaços no que diz respeito aos habitantes locais com quem estes turistas se cruzarão no seu dia-a-dia, enquanto por ali permaneceram, dado que quem os procura pretende conviver com gentes cultas e instruídas²⁹.

²⁷ Chegou a ser pensado para Monchique a construção de um sanatório, cf. *Sanatório Carlos Vasconcelos Porto: sanatório de uma empresa*, Promontoria Monográfica – História do Algarve, n.º 1, p.75.

²⁸ Tomás Cabreira destaca que nas Estações de Repouso “os doentes não estão, nestas estações, sujeitos às prescrições mais ou menos apertadas dos sanatórios; têm uma liberdade maior na sua vida e nos seus prazeres, o que aproxima estas estações das estações de turismo, mas entre estes dois tipos de estação há uma diferença radical: é que os prazeres e divertimentos das estações de repouso nunca devem exercer uma acção excitante ou debilitante nas pessoas que os frequentam”. Sobre as Estações de Turismo, o mesmo, refere que “ao passo que nas estações de turismo, todos os prazeres são permitidos. Assim, as estações de repouso têm um regulamento especial que não permite o funcionamento de casinos e restaurantes, além de certa hora; que proíbe o jogo de azar e tudo o que possa ter uma acção deletéria sobre os seus frequentadores. Nas estações de turismo não há regulamento de espécie alguma; os casinos e restaurantes funcionam enquanto têm clientes, procuram-se todos os meios de reter os forasteiros e até o jogo de azar é permitido, segundo uma legislação especial”.

²⁹ “Uma das condições indispensáveis para que a população algarvia possa ajudar o estabelecimento de estações de cura, repouso e turismo é a difusão da instrução pelas massas populares, porque o turista e o doente não gostam de viver entre populações ignorantes. Todos os países que possuem afamadas estações de turismo ou de cura, são extremamente cultos, como a Alemanha, a Suíça, a França, a Bélgica e a Itália; a Espanha, a Rússia e a Turquia, em que a instrução é menor, não têm grandes estações de turismo ou de sanatórios”. A alusão à ignorância das populações é uma das referências constantes do não desenvolvimento do Turismo, quer em Portugal, quer em particular ao Algarve. Conforme já referimos no início deste artigo, aquando da referência ao texto publicado no nº 13 da *Revista de Turismo*, a 5 de Janeiro de 1917, em que se diz que o turista “procura uma vida em que se instrua e divirta”. Neste mesmo capítulo, Thomaz Cabreira escreve, nas páginas 265 e 266, que “o Algarve tem

Nos anos que se seguem ao Congresso encontramos várias outras referências, em fontes escritas, que recomendam o Algarve como uma região para tratamento de males de Saúde. Sabemos, também, que o único sanatório existente na região encerrou nos anos 90, pois o avanço da ciência e as práticas médicas já não requeriam internamentos prolongados e o isolamento dos doentes tuberculosos do resto da população. As termas existentes, as Caldas de Monchique, viveram momentos áureos e momentos de maior esquecimento, ao longo de todo o século XX, mas não competiam com a hotelaria disponibilizada no litoral, relacionada com o produto Sol e Mar. A inauguração do aeroporto nos anos 60 traz ao Algarve um grande número de turistas que na sua maioria procuram as praias, deixando para segundo plano toda a região algarvia do interior.

Por outro lado, os hospitais privados no Algarve procuram dinamizar o Turismo de Saúde, mas terão que existir mudanças de fundo, que requerem alterações de leis e regras, para que se assista a mudanças relevantes evidenciadas por práticas que fomentem a procura do Algarve em qualquer estação do ano.

Usando como referência a frase de George Bernard Shaw: “Aprendemos com a experiência que os homens nunca aprendem com a experiência”³⁰, poderemos pensar no que se reporta, mais em concreto, ao Algarve que a História nos demonstra que muito ainda há para se fazer no que diz respeito ao aproveitamento de todas as qualidades que esta região disponibiliza aos que para aqui se deslocam. Cerca de cem anos separam as fontes que utilizámos, mas uma leitura atenta dá-nos a sensação que os textos antigos ainda são actuais.

uma população muito iletrada, como mostra o quadro seguinte que dá, segundo três recenseamentos diferentes, o total dos analfabetos e dos que sabem ler na província:

Anos	Analfabetos	Sabendo ler	Proporção
1890	194.693 habitantes	33.942 habitantes	18,40%
1900	212.775 habitantes	42.416 habitantes	19,90%
1911	224.072 habitantes	49.789 habitantes	21,70%

A proporção dos que sabiam ler para os analfabetos foi passando de 18,4 % para 19,9 e finalmente para 21,7 %, acusando um progresso real, no número dos que sabem ler, que ainda assim é extremamente baixo, o que demonstra uma grande falta de escolas em toda a província.”

³⁰ Cf. <http://www.citador.pt/frases/aprendemos-com-a-experiencia-que-os-homens-nunca-george-bernard-shaw-6679>

BIBLIOGRAFIA

Publicações periódicas

O Algarve, nº 2418, 1 de Agosto de 1954.

Restante Bibliografia

AA.VV (1915), I Congresso Regional Algarvio, Teses, Lisboa.

BRITES, Geraldino (1915), “O Clima do Algarve e as suas indicações”, tese apresentada no Congresso Regional Algarvio, Tipografia da Gazeta dos Caminhos de Ferro, Lisboa.

CABREIRA, Tomás (1915), “Zonas de Turismo”, tese apresentada no Congresso Regional Algarvio, Papelaria e Tipografia A Tentadora, Lisboa.

CABREIRA, Tomás (1918), Algarve Económico, Lisboa.

CASTELO-BRANCO, Bentes (1915), “O clima do Algarve”, tese apresentada no Congresso Regional Algarvio, Papelaria e Tipografia A Tentadora, Lisboa.

CASSINELLO, Maria Victoria Abril (2013), Vida e obra do Dr. João Dias, Promontoria Monográfica – História do Algarve, n.º 1, Centro de Estudos do Património e História do Algarve da Universidade do Algarve, pp. 137-154.

LINO, Raul (1915), “Memória justificativa e descritiva de um projecto de Hotel Portuguez para ser construído no Sul do Paiz”, tese apresentada no Congresso Regional Algarvio, s.l.

MENDONÇA, Artur Ângelo Barracosa (2015), A Institucionalização do Turismo. Contributos para o estudo dos Primórdios do Turismo no Algarve, Promontoria Monográfica, n.º 2, Centro de Estudos em Património, Paisagem e Construção da Universidade do Algarve, Faro.

PINTO, Ana Lourenço (2013), Realizações e Utopias: o Património Arquitectónico e Artístico das Caldas de Monchique na Cenografia da Paisagem Termal, dissertação de mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

SANTOS, Cristina Fé (2013), Sanatório Carlos Vasconcelos Porto: sanatório de uma empresa, Promontoria Monográfica – História do Algarve, n.º 1, Centro de Estudos do Património e História do Algarve da Universidade do Algarve, pp.63-84.

SANTOS, Cristina Fé (coord.), (2015), A Pousada de São Brás: 1944-2014, Casa da Cultura António Bentes.

Websites consultados

<http://www.aguas.ics.ul.pt/faro.html>

<https://archive.org/stream/climateofportuga00dalgrich#page/n10/mode/1up>

<http://www.citador.pt/frases/aprendemos-com-a-experiencia-que-os-homens-nunca-george-bernard-shaw-6679>

http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistadeTurismo/1916/N02/N02_master/RevistadeTurismoVol1N02.pdf

http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistadeTurismo/1916/N13/N13_master/RevistadeTurismoVol1N13.pdf

<http://onlinebooks.library.upenn.edu/webbin/book/lookupname?key=Dalgado%2C%20Daniel%20Gelanio>

<http://www.publico.pt/sociedade/noticia/turismo-de-saude-e-bemestar-pode-render-mais-de-400-milhoes-de-euros-por-ano-1630767>

<http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/657/1/WP33.net.pdf>

<http://www.turismodeportugal.pt>

<http://www.turismodeportugal.pt/PORTUGU%3%8AS/TURISMODEPORTUGAL/NEWSLETTER/2015/Documents/RelatGT-InterministerialTurismoSaude-2015.pdf>

O Património Histórico-Artístico das Caldas de Monchique na valorização do destino turístico algarvio¹

Ana Lourenço Pinto

1. INTRODUÇÃO

O Algarve é a região portuguesa com maior afluência turística, em grande medida pela combinação entre o agradável clima e as belas praias de arribas, que se tornaram o bilhete postal deste território. Porém, existe um *outro Algarve*, na zona interior, com diferentes recursos turísticos que podem ser alternativos ou complementares, podendo atuar no combate ao maior desafio desta província: a sazonalidade no Turismo.

As Caldas de Monchique são uma estância termal no interior algarvio, cujo património arquitetónico e artístico – o objeto de estudo do nosso trabalho de mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro - poderá contribuir para atenuar os efeitos da sazonalidade e da interioridade.

Concluído o trabalho teórico, propomos uma estratégia integrada de gestão deste património, assente na sua preservação, sistematização e dinamização, de acordo com pressupostos de organizações internacionais e nacionais ligadas ao tema.

O presente artigo é, pois, um exercício de reflexão acerca das consequências do trabalho académico e da relação entre Turismo e Cultura, e o papel desta no combate aos efeitos socioeconómicos adversos da sazonalidade na região, resultantes da grande dependência dos produtos de Sol & Mar e Golfe.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Algarve corresponde à região meridional de Portugal, banhada a Sul e a Oeste pelo Oceano

¹ A investigação para o presente artigo foi realizada entre Dezembro de 2014 e Janeiro de 2015.

Atlântico. A localização geográfica e a intensa exposição solar revelam-se, por esse motivo, determinantes na oferta turística algarvia, caracterizada sobretudo pelos produtos de Sol & Praia, Golfe, Turismo Náutico e Saúde & Bem Estar.

As suas praias de areais dourados e águas cálidas contribuem para uma intensa afluência de turistas, nacionais e estrangeiros – na maioria, oriundos do Reino Unido e Europa Central –, sobretudo ao longo dos meses de verão. Se este fenómeno tem contribuído para o incremento da economia do turismo no Algarve a partir da segunda metade do século passado, em contraposição, a sazonalidade inevitável do negócio turístico assente naqueles produtos salda-se num enorme desafio da oscilação na ocupação hoteleira e nas atividades turísticas paralelas que deles dependem ao longo de todo o ano. As repercussões fazem-se sentir necessariamente na elevada taxa de desemprego a partir do fim da época alta nos recursos humanos do setor turístico. Neste sentido, a região encontra-se sujeita às condições meteorológicas, pelo que se registam anos com temperaturas e horas de exposição solar inferiores às habituais, que acarretam prejuízos para o Turismo.

Outro assinalável desafio que o Algarve enfrenta nesta dinâmica diz respeito à crescente descaracterização da sua paisagem cultural, pela obliteração da arquitetura e malhas urbanas que definem a forma como este território tem sido vivido pela população ao longo da história, em harmonia, precisamente, com a localização geográfica e o clima.

2.1. Monchique

Ao contrário da maioria dos dezasseis concelhos que constituem o Algarve, Monchique encontra-se no interior da região, portanto sem ligação direta à imagem turística por excelência da província portuguesa, o litoral, de que dista cerca de 25 Km.

O território da Serra de Monchique é montanhoso, atingindo na Fóia os 902m de altitude, com uma visão privilegiada sobre todo o Algarve. E também aqui, a adaptação às condições naturais resultou em soluções arquitectónicas peculiares, como as chaminés-de-saia, as habitações serranas com cobertura de uma só água, ou o famoso portal manuelino (variante portuguesa do tardo-gótico) da Igreja Matriz, que retrata na pedra a vegetação exuberante do concelho de Monchique.

Igualmente, a gastronomia monchiquense inspira-se nos produtos alimentares da serra, como a carne de

porco preto e os respectivos enchidos, a aguardente destilada do medronho e a sua variante com mel – a melosa, o bolo-de-tacho (de herança supostamente conventual), entre outros pratos exclusivos que se distanciam da gastronomia litoral algarvia.

Também de forma distintiva no Algarve, neste concelho existem fontes de água termal, sendo as mais célebres localizadas a cerca de 7 km a Sul da sede de concelho, nas Caldas de Monchique – a estância termal objecto de estudo do nosso trabalho.

2.2. Caldas de Monchique

As águas das Caldas de Monchique têm sido utilizadas desde os Romanos, há cerca de dois mil anos. Da longa história desta estância termal destacam-se períodos como a tutela dos bispos do Algarve (1691-1833), o período de influência do médico e concessionário João Bentes Castel-Branco (1882-1921) ou as campanhas de obras sob a gestão pública da Comissão Administrativa das Caldas de Monchique (1932-1974).

Ao seu potencial turístico não foi alheia a literatura de viagens desde alvares do séc. XIX, pelo pincel e pela pena de George Landmann². Desenvolvendo-se como local de vilegiatura, foi posteriormente considerado como parte da “trindade maravilhosa”³ do turismo algarvio (no contexto do concelho de Monchique), juntamente com a Praia da Rocha e Sagres.

Actualmente, os equipamentos termais e a maior parte das unidades hoteleiras, juntamente com o edifício da Capela, compõem a Villa Termal das Caldas de Monchique - SpaResort, tendo o conjunto sido adjudicado pelo Estado português à Fundação Oriente em 1994, e entrado em funcionamento no ano de 2001. Desde então, as termas algarvias têm-se posicionado no segmento turístico de Saúde & Bem Estar, apostando numa programação complementar com algumas atividades desportivas e de entretenimento dos clientes na época alta (sobretudo entre Agosto e Outubro).

Apesar de não dispor da oferta turística do litoral algarvio, os efeitos socioeconómicos da sazonalidade fazem-se sentir também nas Caldas de Monchique e no restante do concelho, acentuados pela interioridade.

² Cf. Landmann, George (1818), *Historical, military, and picturesque observations on Portugal, illustrated by seventy-five coloured plates, including authentic plans of the sieges and battles fought in the Peninsula during the late war*, vol.II (2 vols.), T. Cadelland W. Davies, Londres, http://purl.pt/22714/1/ds-xix-231/ds-xix-231_item1/P1.html (Biblioteca Nacional de Portugal).

³ Cf. Franco, Mário Lyster (1928), *Praia da Rocha, Monchique, Sagres: a Trindade Maravilhosa. Os problemas iniciais do Turismo no Algarve*, Edição Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa.



Figura 1, 2 e 3 Exemplos de edifícios de função com interesse arquitectónico nas Caldas de Monchique: o antigo balneário provisório, o Chalet Mascarenhas e a Capela de Santa Teresa e S. João de Deus.

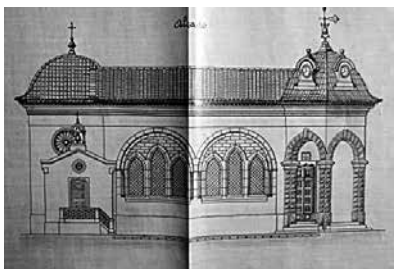


Figura 4 Projeto para uma capela, da autoria de Manuel Ferreira dos Santos (1903), não concretizado em obra.

A dinamização e capitalização do património histórico-artístico da estância termal poderá, a nosso ver, ajudar a diluir esta tendência, uma vez que pode ser fruído todo o ano, não estando sujeito às condições atmosféricas.

Entre equipamentos termais, religiosos e hoteleiros, contabilizam-se ainda edifícios de interesse histórico e arquitectónico (Figuras 1, 2 e 3), como *chalets* particulares, que oferecem a este território de montanha uma paisagem única no Algarve. A transição entre os séculos XIX-XX e o período do Estado Novo português correspondem às fases construtivas que vincaram essa identidade ainda hoje visível, num estreito diálogo entre o património natural e a ocupação humana das Caldas de Monchique.

3. TESE DE MESTRADO: PONTO DE PARTIDA TEÓRICO

A dissertação de mestrado intitulada *Realizações e Utopias: o Património Arquitectónico e Artístico das Caldas de Monchique na Cenografia da Paisagem Termal*⁴ teve diferentes objetivos teóricos. Em primeiro lugar, o estudo inédito do património das termas algarvias sob o ponto de vista da História da Arte, de que adveio a descoberta de diversos projetos de arquitetos e artistas produzidos para as Caldas de Monchique, sobretudo entre o final do século XIX e a atualidade (Figura 4), e que permaneciam até ao momento desconhecidos ou por estudar.

Por outro lado, foi-nos permitir localizar o paradeiro de diversos objetos de importância histórica e artística para a narrativa deste património. Entre eles, contam-se peças do período romano, como estatuetas em bronze (Figuras 5 e 6), fragmentos de lucernas ou tesselas do pavimento do balneário.

Também um importante conjunto de azulejos barrocos pertencente ao hospital termal gerido pelos bispos do Algarve foi redescoberto, com uma interessante iconografia ligada à sacralização da água e ao dia-a-dia assistencial que ali se vivia no século XVIII (Figura 7). O arquivo administrativo das termas foi, por seu turno, estudado pela primeira vez, revelando documentos essenciais para contar a história construtiva das Caldas de Monchique.

⁴ Pinto, Ana Lourenço (2013). *Realizações e Utopias: o Património Arquitectónico e Artístico das Caldas de Monchique na Cenografia da Paisagem Termal*, dissertação de mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

O grau de novidade deste trabalho assentou na abordagem cripto-histórica⁵, no sentido de resgatar a memória de edifícios e obras de arte que não sobreviveram ao devir histórico, mas de que há registos que permitem reconstituir o seu aspeto, autoria e utilização ao longo do seu trajeto de vida. Foram ainda realizadas entrevistas junto de antigos habitantes e funcionários das Caldas de Monchique, que deram utilização aos edifícios e permitiram complementar com os seus testemunhos as informações bibliográficas, documentais e imagéticas recolhidas nos arquivos e bibliotecas.

A autora da dissertação realizou também visitas guiadas experimentais com os clientes da Villa Termal nas épocas altas de 2011 e 2013, dando-lhes acesso aos imóveis habitualmente encerrados ao público – como a Capela – e partilhando conteúdos acerca dos locais e personagens históricos que garantem o *espírito do lugar*⁶ das Caldas de Monchique. Desta forma, pretende-se que o trabalho académico teórico sirva de alavanca a atividades práticas na valorização e dinamização do património deste lugar.

4. DIAGNÓSTICO E ESTRATÉGIA

A estratégia de dinamização do património histórico-artístico das Caldas de Monchique decorrente do trabalho de mestrado baseia-se nos princípios emanados de organismos internacionais e portugueses, no que respeita à gestão do património cultural e ao turismo.

Três documentos redigidos pelo International Council of Monuments and Sites (ICOMOS) exprimem fundamentos para o trabalho de valorização daquele destino turístico algarvio. Por um lado, a Carta para a Interpretação de Sítios de Património Cultural preconiza a documentação do significado destes sítios “through accepted scientific and scholarly methods”⁷, bem como o respeito pela sua autenticidade.

Já a Carta Internacional do Turismo Cultural⁸ veicula a necessidade de envolver as comunidades locais e os visitantes, com claros benefícios para ambas as partes a partir do diálogo, ao mesmo tempo que



Figura 5 e 6 Estatuetas romanas em bronze, localizadas no antigo balneário provisório.



Figura 7 Um dos painéis de azulejos barrocos, proveniente do extinto balneário, demolido na década de 1940.

⁵ Serrão, Vítor (2001), *A Cripto-História de Arte. Análise de Obras de Arte Inexistentes*, Livros Horizonte, Lisboa.

⁶ Cf. ICOMOS (2008), *Québec Declaration on the Preservations of the Spirit of Place*.

⁷ ICOMOS (2008), *Charter for the Interpretation and Presentation of Cultural Heritage Sites*, Objectivos.

⁸ Cf. ICOMOS (1999), *International Cultural Tourism Charter: Managing Tourism at Places of Heritage Significance*.

define a gestão do turismo nos sítios com significado cultural. Com a realização de entrevistas junto daqueles que utilizaram os edifícios estudados na dissertação, tentámos sensibilizá-los para a importância da história do conjunto patrimonial, e em simultâneo das suas próprias experiências de vida e de trabalho nas Caldas de Monchique. Com efeito, os turistas que participaram nas visitas guiadas valorizaram em grande medida este tipo de conteúdos acerca dos indivíduos, que enriqueceu a narrativa histórica e artística.

Por último, a Declaração do Quebeque sobre a Preservação do Espírito do Lugar vem sublinhar, precisamente, essa relação de enriquecimento mútuo entre os patrimónios material e imaterial, na medida em que inscreve o *espírito do lugar* como “the physical and the spiritual elements that give meaning, value, emotion and mystery to place. Rather than separate spirit from place, the intangible from the tangible, and consider them as opposed to each other, we have investigated the many ways in which the two interact and mutually construct one another.”⁹

Na ausência de um plano regional de turismo para o Algarve, encontram-se no Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT)¹⁰ as directrizes que o Estado português aponta para o desenvolvimento deste sector na província turística, por excelência.

Constatando a ampla oferta de equipamentos e serviços complementares no nicho de Saúde & Bem Estar na região, o documento aponta a necessidade de “desenvolver propostas específicas direccionadas à captação de turistas na época baixa (mercado interno)”, no sentido de potencializar os recursos existentes ao longo do ano, através da captação de turistas nacionais para colmatar a diminuição na afluência internacional, fora da época alta. Defendemos, pois, o Touring Cultural e Paisagístico como âncora, assumindo o papel estratégico das Caldas de Monchique no processo de combate à sazonalidade, pela fruição permanente do seu património.

E o Plano confirma esta necessidade, ao revelar que o Algarve deverá apostar noutros cinco produtos turísticos para atenuar a sazonalidade e complementar a oferta, além do tradicional Sol & Mar e do Golfe. Neste sentido ainda, são identificados os Circuitos Turísticos Religiosos e Culturais como forma de “colocar

⁹ ICOMOS (2008), *Québec Declaration on the Preservations of the Spirit of Place*, Preâmbulo.

¹⁰ Turismo de Portugal (2013), *Plano Estratégico Nacional de Turismo. Revisões e Objectivos 2013-2015*.

os recursos georreferenciados em valor, desenvolver conteúdos e informação para o cliente, e incentivar a diversificar as experiências”, pelo que a criação de actividades de animação turística direccionadas para os recursos patrimoniais concorre no alargamento da oferta regional.

Contudo, é defendido pelo Turismo de Portugal, I.P. um projecto de revitalização do Algarve, no sentido de torná-lo num destino de excelência de Sol & Mar, insistindo na sua dependência face a este produto, ao passo que, reforçando outros produtos complementares como o Turismo Cultural, os efeitos da sazonalidade seriam sentidos de forma menos intensa.

No que respeita às perspetivas da Direção Regional de Cultura do Algarve (DRCAlg)¹¹, verificou-se um aumento de 5,1% no número de visitantes nos monumentos que tutela, em 2014, sintomático da crescente procura dos turistas pelos produtos turísticos culturais. Ao mesmo tempo, há uma maior aproximação à Entidade Regional de Turismo do Algarve, numa sinergia que nos parece salutar entre ambas as entidades públicas regionais, demonstrativa de que Turismo e Cultura se complementam no território algarvio. O programa DiVaM – Dinamização e Valorização dos Monumentos terá contribuído igualmente para este aumento. Prevê-se a requalificação da Fortaleza de Sagres, com um novo centro de exposições, que reforçará a oferta cultural na região.

Também articulando o património histórico e as dinâmicas turísticas, a DRCAlg encetou já parcerias com diferentes roteiros internacionais, como a Rota Transnacional dos Omíadas – Itinerário Turístico Transnacional pela Bacia do Mediterrâneo ou a Rota Europeia dos Descobrimentos, ao mesmo tempo que se encontra disponível para colaborar com novos projectos de Touring Cultural no Algarve, tendo o Turismo e o Património como eixos de desenvolvimento.

A conjuntura mostra-se, assim, favorável à implementação de um projecto de Touring Cultural nas Caldas de Monchique, apoiado nas tendências do mercado turístico, que refletem mudanças no perfil psicográfico dos turistas que visitam o Algarve, mas ainda um incremento institucional das ligações entre Turismo e Cultura, e a abertura a parcerias com novos projectos na região.

¹¹ <http://www.cultalg.pt>.

5. CALDAS DE MONCHIQUE: O PATRIMÓNIO HISTÓRICO-ARTÍSTICO NA VALORIZAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO

Com base no levantamento e estudo realizados do património histórico-artístico das Caldas de Monchique, a nossa proposta assenta em diferentes acções para a sua dinamização. Antes de mais, é fundamental acondicionar devidamente os objetos móveis, salvaguardando o seu estado de conservação, para que depois possam ser inventariados de forma sistemática, com recurso a uma base de dados com campos normalizados.

Além das obras de arte, também os equipamentos termais existentes no antigo balneário provisório (aparelhos de tratamentos respiratórios, duche de jato, banheiras, entre outros instrumentos) fazem parte da narrativa histórica do lugar, porquanto a função termal foi determinante para a ocupação humana destas termas, dando origem ao seu património, quer tecnológico, quer artístico. A musealização deste balneário será um pretexto para a preservação da estrutura arquitetónica e do recheio patrimonial que alberga: os equipamentos termais de meados do século XX, os vestígios romanos, o acervo de azulejos barrocos e o espólio documental da estância balnear, que se encontram em risco nas atuais condições de acondicionamento. O arquivo documental deverá ser igualmente alvo de um processo de sistematização, organizando-o e agilizando a sua consulta. Por seu turno, a Capela necessita atualmente de uma intervenção de conservação e restauro¹², ao nível da cobertura, da estrutura arquitectónica e do altar de talha dourada, antes de poder ser alvo de visitas.

A informação produzida no estudo acerca do património arquitetónico e artístico das termas algarvias sob a forma de uma monografia poderá ser utilizada como guião de conteúdos expositivos, quer para atividades de sensibilização patrimonial junto da comunidade local, quer para eventos de animação turística, ou como recurso textual no contexto da inventariação e musealização dos objectos já referidos.

Pretende-se ainda, em termos práticos, levar a cabo uma programação cultural contínua, que permita atrair turistas às Caldas de Monchique, de forma a atenuar os efeitos da sazonalidade neste destino turístico. Através da visita a um centro interpretativo/ museu e à Capela, de exposições temporárias nos salões do antigo Casino, da realização de visitas guiadas pelo património e de eventos de artes performativas, conferências,

¹² "Capela das Caldas: um património em risco", *Jornal de Monchique*, 27/02/2015, p.9.

entre outras atividades neste âmbito, aumentar-se-á a sua atratividade ao longo do ano, funcionando como alternativa ou complemento da oferta termal e hoteleira existente.

As parcerias com organismos públicos – no caso da Entidade Regional de Turismo do Algarve e da Direção Regional de Cultura do Algarve – e com o tecido empresarial local irão contribuir para o desenvolvimento sustentável do concelho, de forma integrada e com benefícios para todos os envolvidos, com a consequente divulgação, responsabilidade social e aumento do volume de negócio, associados a um projeto de Touring Cultural e Paisagístico para a dinamização do conjunto patrimonial termal.

Esta estratégia visa, acima de tudo, a salvaguarda do património das Caldas de Monchique, tornando-o acessível ao público, através da abertura de edifícios habitualmente encerrados e de um núcleo museológico. Aqui será possível fruir os objectos artísticos e arqueológicos, os equipamentos termais, o papel das individualidades históricas, ou o património paisagístico (recursos naturais e ocupação humana), numa perspetiva didáctica de sensibilização patrimonial.

Pretende-se, desta forma, criar um projecto-piloto no Algarve – diferenciador à escala regional –, composto por um produto turístico diversificado, integrando Saúde e Bem Estar e Touring Cultural e Paisagístico de forma complementar. Canalizando não só os clientes dos alojamentos, mas cativando também os passantes para a programação cultural, o objetivo será o de valorizar o destino turístico e potencializar os seus recursos, respeitando a capacidade de carga, evitando, portanto, a massificação.

Com motivos para visitar as Caldas de Monchique e ali despendar tempo nas actividades culturais, o turista poderá optar ainda por utilizar as infraestruturas termais, de restauração, comércio e alojamento existentes. As contrapartidas obtidas pela capitalização dos recursos patrimoniais poderão, assim, ter reflexos socioeconómicos benéficos no combate à sazonalidade e à interioridade, reforçando o papel estratégico das Caldas de Monchique no turismo algarvio.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, Augusto da Silva (1939), *Memórias das Caldas de Monchique*, Comissão Administrativa das Caldas de Monchique, Lisboa.

Direção Regional de Cultura do Algarve, <http://www.cultalg.pt>.

FRANCO, Mário Lyster (1928), *Praia da Rocha, Monchique, Sagres: a Trindade Maravilhosa. Os Problemas Iniciais do Turismo no Algarve*, Edição Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa.

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites (1999), *International Cultural Tourism Charter: Managing Tourism at Places of Heritage Significance*, www.icomos.org.

ICOMOS (2008), *Charter for the Interpretation and Presentation of Cultural Heritage Sites*.www.icomos.org.

ICOMOS (2008), *Québec Declaration on the Preservation of the Spirit of Place*, www.icomos.org.

LANDMANN, George (1818), *Historical, military, and picturesque observations on Portugal, illustrated by seventy-five coloured plates, including authentic plans of the sieges and battles fought in the Peninsula during the late war*, vol.II (2 vols.), T.Cadell and W. Davies, Londres, http://purl.pt/22714/1/ds-xix-231/ds-xix-231_item1/P1.html (Biblioteca Nacional de Portugal).

MATEUS, Ana Rita (27/02/2015), “Capela das Caldas: um património em risco”, *Jornal de Monchique*, p.9.

PINTO, Ana Lourenço (2013). *Realizações e Utopias: o Património Arquitectónico e Artístico das Caldas de Monchique na Cenografia da Paisagem Termal*, dissertação de mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

SERRÃO, Vítor (2001), *A Cripto-História de Arte. Análise de Obras de Arte Inexistentes*, Livros Horizonte, Lisboa.

Turismo de Portugal (2013), *Plano Estratégico Nacional de Turismo. Revisões e Objectivos 2013-2015*, <http://www.turismodeportugal.pt>.

Os primeiros Operadores Turísticos no Algarve

Alberto Strazzera

É unanimemente reconhecido que a grande maioria dos destinos turísticos situados no litoral mediterrâneo deve o seu grande desenvolvimento aos *tour* operadores estrangeiros e o mesmo se passou na costa algarvia. O aparecimento dos seus *packages*¹ em voos *charters* transformaram completamente o panorama turístico da Europa a partir da segunda metade do século XX. Entre 1963 e 1971 só no Reino Unido o aumento de “*packages*” registado pelo *International Passenger Survey*, foi de 400% (Burkart e Medlik,1981:173) e este rápido crescimento, embora desordenado, trouxe a vinda de milhares de turistas a regiões que nem sempre estavam preparadas para os acolher. Assim, se, por um lado, os *tour* operadores foram o grande motor do crescimento do turismo, com indiscutível importância para a melhoria da economia, por outro, o número de turistas que movimentaram, num tipo turismo classificado como “de massas”, ocasionou uma excessiva ocupação de territórios não preparados para uma tão rápida e *descontrolada* afluência de turistas. O seu impacto nos destinos receptores foi determinante e apesar no entanto, todas as vantagens económicas, há também que contabilizar os inconvenientes socio-ambientais resultantes.

A partir desta altura a história do turismo ficaria intrinsecamente ligada à história dos Operadores Turísticos e como nos diz González Soria: “...*A actividade dos tour operadores é a pedra base sobre a qual girou o nascimento de um turismo ao alcance de todas as economias tal como actualmente o conhecemos*”(Soria,

¹ Pacotes combinados de alojamento, hotel, transporte aeroporto/hotel e hotel/ aeroporto e por vezes, refeições.

1999: 845), facto que o tornou acessível a grandes camadas populares.

Ao analisar a acção inicial no Algarve e na impossibilidade de uma cobertura total de todos os *tour* operadores procuraremos destacar a sua evolução nos dois mercados de maior relevância para a província, onde os *tour* operadores surgiram em momentos diferentes e com alguns requisitos distintos. Primeiro, referiremos os *tour* operadores britânicos, que tradicionalmente sempre iniciaram muitos novos destinos, seguem-se os alemães, cujo poderio rapidamente cresceu a uma posição de primazia no panorama europeu no final do século XX, por último, são referidos alguns outros *tour* operadores de diferentes países. Há ainda que distinguir entre os grandes *tour* operadores que arriscaram as primeiras operações “charter”, dos que optaram por uma clientela individual, que chegava em voos regulares e ainda os que faziam circuitos de autocarro por Espanha e Portugal como a Polvani, a Maupin Tour, a Cosmos, que ao passar pelo Algarve tinha estadias mais demoradas.

O fenómeno da explosão da procura turística nos anos 60 resultou de um conjunto de transformações socioeconómicas, que se iniciaram na Europa, ainda antes da Segunda Grande Guerra, como a promulgação da lei de 20 Junho de 1936 que concedeu, em França, o direito a 15 dias de férias pagas e com a aprovação inicial de uma semana, em 1938, do ‘*Holidays with Pay Act*’ no parlamento inglês, a que posteriormente se vieram juntar outros factores como o desenvolvimento da aviação comercial no fim da Segunda Grande Guerra, entre outros. As condições sociais dos trabalhadores norte-europeus tinham vindo, de um modo geral, a melhorar e no final do conflito europeu, em 1945, já cerca de 14 milhões de trabalhadores no Reino Unido tinham direito a férias pagas.

Na mesma ordem de ideias, aumentara a frequência das praias nacionais, cujo acesso por comboio, ou por via rodoviária, as tinham tornado mais populares e onde agora se esbatia a distinção entre classes sociais, anteriormente verificada nos destinos de grande reputação internacional frequentados pela aristocracia. Como Fred Inglis refere, a praia tornou-se um local propício para apagar diferenças sociais e onde todos podem presumir um estatuto diferente: “...*In the sea you might become someone else, someone freed from propriety*” (2000:40) e à medida que o número de veraneantes anónimos crescia, numa clara mudança de

mentalidades, reduziam as dimensões regulamentares vitorianas dos fatos de banho.

Na década de 50 vive-se um ambiente pós-guerra caracterizado por um natural desejo de aproveitar bem a vida e conhecer novos horizontes que, compreensivelmente, costuma acompanhar os que sobreviveram a um período de penosa contenção e sofrimento, que pode ter contribuído para a grande apetência por viajar que então se desenvolveu e propiciado o desenvolvimento turístico dos anos que se seguiram. Para o despertar de uma maior motivação da procura de novos destinos de férias, certamente não foi alheia a influência da televisão, que a partir da transmissão da coroação da rainha Isabel II, em 1953, logo se espalhou pelos lares do Reino Unido (Laws, 1997), assim como por toda a Europa. Através da “caixa mágica” chegavam, agora, aos países frios do Norte da Europa interessantes programas sobre o modo de vida nos países de sol do Mediterrâneo, acicatando a curiosidade de conhecer outras terras e costumes, num tentador convite para visitá-los.

Desde a histórica excursão de *Thomas Cook*, em 1841, que toda a segunda metade do século XIX foi dominada pelo prestígio daquela agência continuada pelo seu filho John Mason Cook, embora outros tivessem, à sua semelhança, criado serviços idênticos de assistência a viajantes em 1850, quer na Inglaterra como Henry Gaze, como também noutros países como Thomas Bennet em Oslo e, alguns anos mais tarde, Carl Stangen que com o seu irmão Louis abriu em 1862 a sua agência em Breslau. No ano seguinte acompanhou a abertura da *Thomas Cook* em Berlim e igualmente em 1864 em Londres, na realidade ficaria conhecido como o *Thomas Cook* alemão, a organização da sua primeira volta ao mundo data de 1870, dois anos antes da de *Thomas Cook*.

Até ao final do século XIX outros países seguiram estes exemplos, como a *Chiari* em Milão (1878) e a *Piana Perruca* em Roma (1897), em França com a *Alphonse Lupin* em Lyon (1873) e a *Duchemin* em Paris (1890) ou mesmo nos Estados Unidos com a *Ask Mr. Foster* na Califórnia (1888), mas indubitavelmente nenhuma atingiu a dimensão e o prestígio da *Thomas Cook* que, a quando da morte do seu fundador em 1892, possuía agências por todo o mundo incluindo três na Austrália e uma em Auckland, Nova Zelândia, e em 1890 já vendera 3,25 milhões bilhetes.

Na Península Ibérica também surgiram agências de viagens mas como Agências de Navegação ligadas à emigração, por exemplo, a Abreu que foi fundada no Porto um ano antes da *Thomas Cook* e as agências de Lisboa, a Empresa Nacional de Navegação (desde 1880) ou a Agência de Navegação Carlos Gomes Lda. (desde 1885), estas dedicavam-se, essencialmente, aos que procuravam fortuna no outro lado do Atlântico fugindo da carestia que se vivia então e dando também assistência aos navios que faziam escala em Portugal, para não mencionar a Agência de Navegação Blandy que, já desde 1862, assistia os ilustres passageiros que frequentavam então a Madeira.

No princípio do século XX nasce a *Secol* em Lisboa (desde 1901) e as *Viajes Marsans* em Barcelona (desde 1910), mas para encontramos em Portugal agências mais vocacionadas para o turismo receptivo houve que esperar por 1935, quando a *Wagons Lits*, que comprara a *Thomas Cook*, em 1928, se instala em Lisboa, ao mesmo tempo que uma filial da agência belga Onabelt.

A grande mudança nos hábitos de férias e o modo de viajar ficar-se-ia a dever, porém, ao desenvolvimento da aviação comercial que veio permitir a grande mudança, o crescimento do mercado dos “packages” aéreos. Foram as companhias de aviões de aluguer ou “charter”, recém iniciadas no Reino Unido, como a Airwork ou a Hunting-Clan Air, que alguns agentes de viagens mais empreendedores souberam aproveitar, tornando-se nos primeiros profissionais de viagens organizadas de avião que, seguindo a tradicional vocação britânica para o pioneirismo turístico, iriam oferecer um serviço de capital importância a um vasto público. O bloqueio de Berlim em muito tinha contribuído para a formação daquelas pequenas companhias aéreas transportadoras que aproveitaram antigos aviões militares transformados para o transporte de carga para a Tempelhof, na zona livre de Berlim.

Ao que se crê, foi Vladimir Raitz, fundador da Horizon, o primeiro agente de viagens a tomar a iniciativa de organizar uma viagem em charter aéreo. Em 1950, cerca de cem anos após a histórica excursão de Leicester a Londonborough de Thomas Cook, Raitz leva 32 passageiros, dos quais 17 são turistas num primeiro avião “charter”, um DC3, para Calvi, na Córsega, onde dormiam em tendas de campanha, pagando 32 libras e 10 xelins pelo *package* de pensão completa e transporte (Holloway, 1995; Laws, 1997). A partir de então, apesar dos entraves causados pelas

linhas regulares existentes, o aluguer destes aviões cresceu, dando assim a possibilidade aos primeiros organizadores destas viagens de oferecer aos seus clientes a oportunidade de satisfazerem a sua apetência por novos destinos de sol, a preços muitos acessíveis. Tiveram inicialmente de combater a resistência ao novo modelo de transporte aéreo, mas esta foi rapidamente ultrapassada pela comodidade dos serviços prestados. O sucesso dos primeiros agentes de viagens logo incentivou a que outros os imitassem e levou a que alguns operadores de simples viagens individuais (*travel agents*) se transformassem em operadores de grandes grupos (*tour operators*).

Talvez convenha aqui lembrar que para uma região se desenvolver turisticamente são, no entanto, necessários alguns requisitos básicos, além de um atractivo, natural ou artificial, que esse destino possa apresentar é essencial que tenha condições de acessibilidade e estruturas de acolhimento, para não falar de um clima de tranquilidade segura. O Algarve possuía dois desses requisitos, a amenidade do seu clima e a beleza das suas praias, embora já registadas em vários livros publicados no Reino Unido, estavam ainda pouco divulgadas, assim como a tranquilidade da região bem afastada dos conflitos da época. Faltavam-lhe dois outros importantes requisitos: o acesso mais fácil e hotéis acolhedores e modernos.

Vários algarvios que, no princípio do século após o IV Congresso Internacional de Turismo de 1911, realizado em Lisboa, se tinham entusiasmado pelo desenvolvimento turístico da região e que o tinham afirmado como uma via para uma melhoria das condições económicas regionais, durante o primeiro congresso do Algarve, na Praia da Rocha, em 1915, viram as atenções desviadas deste objectivo com a entrada de Portugal na I Grande Guerra, logo seguida de uma epidemia devastadora que também matou, em 1918, Tomás Cabreira, um dos maiores defensores do futuro turístico do Algarve.

Outras vezes foram reclamando a criação de condições quer na imprensa regional como na própria Assembleia Nacional, mas a nível oficial a região continuava esquecida e o poder, como sempre com forte ligações ao Estoril, não tinha interesse numa possível concorrência à sua imagem de destino turístico de Portugal. Por outro lado, os possíveis investidores locais estavam muito mais interessados nos ganhos que a indústria de conservas lhes proporcionava com

a exportação, numa época de conflitos armados na Europa. Só quando a guerra termina e a indústria conserveira, mal preparada para novos desafios, entra em crise é que as atenções se voltaram de novo para a solução redentora do turismo e curiosamente o Segundo Congresso do Algarve, que era para ter acontecido em 1918, acaba por se realizar em 1950, mas em Lisboa.

Em 1951 a situação na hotelaria algarvia era deplorável pois, segundo o *Roteiro da Província do Algarve* de Nascimento, apresentava-se então apenas com quatro hotéis, três pensões e uma casa de hóspedes. A ideia da construção de um aeroporto em Faro numa zona designada por Arábia, já tinha sido discutida em 1945 e voltou a ser lembrada em 1956 pelo Coronel Sousa Rosal, deputado pelo Algarve, na Assembleia da República, afirmando que o interesse do desenvolvimento do turismo algarvio não era só regional, como nacional e até mesmo internacional, tendo informado ainda que estavam em organização projectos e que corriam processos para a construção de hotéis na Praia da Rocha, Montegordo, Albufeira e Quarteira.

Efectivamente, já tinha surgido em Lagos a Estalagem de São Cristovão, de Hermano Baptista, e começa-se por todo o Algarve a notar uma nova preocupação pela hotelaria regional. A Pensão Pinguim passa a designar-se Solar Pinguim e, em Albufeira, o empresário Vinhas Cabrita constrói doze apartamentos no Largo Eng.º Duarte Pacheco e começa a projectar a construção do Sol e Mar. Simultaneamente, verifica-se uma melhoria, embora lenta, nas condições gerais da província, a luz eléctrica chega a Quarteira em 1955 e um ano depois a Tavira, o plano de obras de Portimão programa a ampliação da rede de esgotos em 1958, embora no 2º Plano de Fomento (1959-1964) continue a não se mencionar o turismo dando uma maior prioridade à industrialização do país.

Regista-se em 1960 a entrada de 352.651 estrangeiros em Portugal e as 37.500 camas oficiais do país recebem 1.246.000 dormidas, gerando uma receita estimada em cerca de 14.750.000 contos, porém a fatia que coube ao Algarve foi compreensivelmente muito baixa pois, como declarou o deputado Dr. Mário de Oliveira ao *Jornal do Algarve* em Janeiro desse ano, a situação em matéria de hotéis e pensões no Algarve era ainda verdadeiramente lamentável, já que existia apenas um hotel de 1ª classe, dois de 2ª classe, uma estalagem e 28 pensões, no total destas unidades

hoteleiras apenas 33 quartos estavam equipados com casa de banho.

É neste contexto que em 1960 se comemora em todo o território português o V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, durante os meses que medeiam a data do seu nascimento em Março até à da sua morte em Novembro. No programa respeitante ao Algarve é de assinalar a inauguração da Pousada do Infante em Sagres e a visita àquela localidade, em Novembro, do Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira. O impacto destas comemorações não foi indiferente à significativa viragem que se verificou no desenvolvimento turístico do Algarve, neste ano de 1960, que ficou marcado pela inauguração do primeiro hotel moderno algarvio em Montegordo, o “Vasco da Gama”, assim como o “Meia Praia” em Lagos e de outros ainda em construção, mas que se concluíram a breve trecho. Em Outubro o *Correio do Sul* referia que, segundo informação do *Diário de Lisboa*, em Portugal estavam a ser construídos 26 novos hotéis com cerca de 2.500 quartos, dos quais cinco eram no Algarve. No dia 30 de Abril desse mesmo ano, uma comissão, constituída pelo Dr. Moritz Hoffmann, administrador da Associação dos Hotéis e Restaurantes Alemães, pelo Sr. Otto Schmidt director da Touropa, pelo Sr. F.H. Burger, director da Associação dos Agentes de Viagens Alemães e um arquitecto do Governo, visitou o Algarve para analisar as suas condições turísticas. No final da visita esta comissão emitiu um parecer onde concluía que o Algarve não só possuía as condições para o desenvolvimento da actividade turística, como esta devia ser fomentada. Para tal consideravam urgente a construção de um aeroporto, a melhoria das ligações por barco e também aconselhavam ainda a construção de hotéis de média e pequena dimensão, que permitissem preços acessíveis, não superiores a cem escudos por pessoa, em pensão completa, inclusivamente sugerem a construção de “bungalows”. Salientam, igualmente, a necessidade da propaganda em língua alemã, caso se pretendesse atrair os investidores alemães, devendo então lhes serem dadas condições “especialmente atraentes”.

Estes são exemplos de alguns indícios que prenunciavam a preparação do Algarve para o futuro desenvolvimento turístico e o interesse latente do mercado alemão, embora em 1960 ainda 70% dos 13 milhões de alemães que faziam férias escolhessem ainda prioritariamente o seu país. Serão pois os *tour* operadores ingleses que primeiro chegam ao Algarve,

inicialmente através do aeroporto de Lisboa e depois de comboio ou por automóvel, a partir de 1965 directamente de avião a Faro.

Já em 1955 Vladimir Raitz tinha começado a olhar seriamente o potencial turístico de Portugal, mas encontrou dificuldades na licença de voo para Lisboa e como ainda não se vislumbrava a data da construção do aeroporto de Faro, optou por trazer para o Porto grupos de clientes da Horizon. Com o apoio local da agência Tait trouxe um primeiro com um avião Viking de 36 lugares da companhia charter BKS e depois com um De Havilland de 52 lugares. Os turistas distribuíam-se pelo Hotel de Ofir, localizado na praia, enquanto outros preferiam as vistas tranquilas do Hotel de Santa Luzia e destes locais eram organizadas excursões ao Porto e a Lisboa. No Algarve a procura dos *tour* operadores britânicos começa logo no ano seguinte à inauguração do aeroporto. Até então, poucos eram os *tours* operadores que sujeitavam os seus clientes ao incómodo de um atribulado *transfer* desde Lisboa até às praias algarvias, apenas alguns clientes da *Thomas Cook* enviados pela agência da Wagon-Lits ou pela Agência Europeia de Atílio Forte, que resultara do fecho da sucursal belga *Onabel*, ou ainda qualquer outra agência representante de algum *tour* operador estrangeiro.

Ao organizar um programa qualquer operador, segundo a sua dimensão, fazia a sua opção na aérea de cobertura do seu programa. Os que escolhiam a zona de Montegordo normalmente não iam mais para Ocidente do que Albufeira, os que preferiam Lagos e Praia da Luz faziam o mesmo mas para Oriente. Assim, poupavam em custos de *transfers* e em assistências. Aqueles como Gordon Palmer, fundador da Meon em 1964, que se especializou em vivendas, não tinham tanto esse problema, pois os seus clientes eram mais independentes e os “*transfers*” faziam-se de táxi ou reservavam um carro de aluguer, quer numa das várias companhias de aluguer internacionais que então surgiram, como nos *rent-a-car* locais, que entretanto se formaram, embora a zona onde mais se desenvolveu este tipo de alojamento sempre se localizou a Ocidente de Faro.

Mas não seria V. Raitz, o pioneiro dos *packages* aéreos, a trazer a primeira operação charter para o Algarve, mas seria sim um amigo seu, Harry Chandler. Inicialmente pressionado pela sua mulher, que decidira comprar uma vivenda na Fazenda Caravela, no interior algarvio perto de Alcantarilha, como ele nos conta no

seu livro *Chandlers' Travels, a tour of the life of Harry Chandler*. Ele recorda exactamente como tudo começou na noite de 24 de Dezembro de 1960, quando um dos seus convidados e amigo, Vic Cowing, lhe confidenciou ter vendido o negócio herdado do pai e pensar emigrar para construir vivendas num lugar fantástico que tinha descoberto nas suas últimas férias: o Algarve. Harry confessa nunca ter ouvido falar de tal lugar e teve alguma dificuldade em localizá-lo exactamente, mas perante tão grande entusiasmo felicitou-o e desejou-lhe êxito no seu projecto, mais por delicadeza do que por convicção, nunca pensando que no dia seguinte Vic estaria batendo logo à sua porta com mapas e esboços de projectos. O certo é que quando ele se foi embora Rene tinha acabado de comprar, no papel sem a ver previamente, uma vivenda e terreno no topo de uma colina. Harry começara o seu negócio em 1935 levando turistas de comboio à Baviera e sabia quanto era agora importante a proximidade de um aeroporto na venda de qualquer destino turístico, por isso descartou logo a possibilidade de enviar clientes para o Algarve, via Lisboa. Mas quando a vivenda de Rene ficou pronta em 1963, ele finalmente satisfaz a sua curiosidade sobre o Algarve e teve de concordar com o entusiasmo da esposa. Assim, quando o aeroporto se inaugurou em Julho de 1965 seria ele o primeiro a trazer de avião charter turistas ingleses ao Algarve, clientes partilhando um BAC I-11 com a *Lord Brothers*, um operador que pertencia a dois irmãos, Stephen e Christopher, e que anos mais seria um dos *tour* operadores absorvidos pela Intasun de Freddie Laker.

Entretanto, desde a abertura do Hotel Vasco da Gama, em 1960, novos hotéis tinham aparecido na costa algarvia, em 1963 o Hotel Garbe, em Armação de Pera, o Hotel da Baleeira, em Sagres e um ano depois abriam o Hotel das Caravelas e o Hotel dos Navegadores, em Montegordo, também começa a ser construído um dos primeiros aldeamentos do Algarve, a Aldeia Turística Das Areias de São João.

Na vizinha Espanha a procura de camas pelos *tour* operadores é enorme e apesar do acelerado ritmo de crescimento hoteleiro que ali se verificou, o mesmo ainda não acontecera no Algarve. Em 1964, enquanto em Maiorca se inaugura o milésimo hotel e na Costa do Sol abrem cinco hotéis de luxo, é que é finalmente inaugurado o Hotel Sol e Mar, cuja construção começara quatro anos antes. Após a abertura do aeroporto de Faro é que realmente o ritmo da construção hoteleira

se acelera e os *tour* operadores procuram o Algarve para satisfazer o excesso da procura em Espanha. A partir do Verão de 66, Harry Chandler começa a trazer semanalmente cerca de 50 turistas que se hospedavam no Hotel Eva, inaugurado a 1 de Abril desse ano em Faro, na Aldeia Turística das Areias de São João, em Albufeira, e no Hotel do Garbe, em Armação de Pêra, cujo dono, Dr. Francisco Oliveira Santos, era conhecido por recusar negociar com agentes de viagens, mas tinha aberto uma excepção com Harry Chandler, com quem estabeleceu uma sólida relação de amizade, que se prolongou após a morte prematura daquele hoteleiro, em 1976.

Outra grande mais valia que Harry Chandler trouxe ao Algarve foi começar a operar durante o Inverno. Cedo se apercebeu que estando os hotéis vazios nesse período conseguia preços muito baratos para longas estadias em vivendas e apartamentos, dando assim a oportunidade de oferecer aos seus clientes uma estadia de um Inverno ameno, que podia ser paga com o que eles poupavam com o fecho do aquecimento das suas casas na Inglaterra. A isto juntava o custo barato do transporte aproveitando as “*empty-legs*” das suas operações no final de Verão e no princípio de Primavera. O seu êxito foi enorme e em breve a operação se estendeu ao longo do Barlavento algarvio até à Praia da Luz.

Outros *tour* operadores logo se seguiram ao já mencionado Lord Brothers, e em 1968 todos os cinco maiores *tour* operadores britânicos de então: Thomson, IGL, Horizon, British Airways e Wings, que detinham 68% do mercado inglês (Fitch, 1987), já operavam no Algarve. Também, nesse mesmo ano, o *tour* operador Thomas Cook traz ao Algarve uma série de vinte voos da BEA e segundo o *Algarve Ilustrado* de então chegaram ao Algarve, só no mês de Julho desse ano, 3.768 turistas em voos fretados. O facto da fronteira de Gibraltar ter fechado em 1969 agravou a tradicional animosidade existente entre espanhóis e britânicos mais nacionalistas, que preferiam visitar o sul do mais antigo aliado do Reino Unido. É de notar que nessa época ainda existia alguma desconfiança sobre a segurança dos voos *charters*, já que em 1967 dois aviões *charter* britânicos, em voos para Espanha se tinham despenhado, com um intervalo de 12 horas, vitimando mais de 160 pessoas. Paralelamente às grandes operações *charter*, outros *tour* operadores mais pequenos, sem possibilidade de competir, mas com prestígio como a Cadogan ou a Lunn Poly ofereciam um serviço mais personalizado, para clientes dispostos a praticar um preço mais elevado.

Entre os primeiros visitantes que descobriram o Algarve encontravam-se muitos que haviam regressado das ex-colónias britânicas e procuravam agora um local aprazível para se reformar, pois tinham dificuldade em se adaptarem de novo ao áspero clima britânico. Muitos desses primeiros residentes no Algarve também viriam a dar um grande contributo para a promoção da província junto dos seus familiares e amigos.

No entanto, o crescimento da aviação charter tornou-se imparável e a própria BEA Airtours cria no final do anos 60 dois *tour* operadores, um dirigido ao turismo de massas a *Enterprise* e outro para uma clientela de nível mais elevado a *Sovereign*, que viaja nos voos regulares. Nos finais dos anos 60 quase todos os operadores ingleses importantes como a *Horizon Holidays*, a *Hickie Borman/Milbanke*, a *Global* operavam no Algarve com partidas de vários aeroportos. De Manchester chegam da *Arrowsmith* (Liverpool/Manchester) e da *MATO Jetaway*, cujo dono era Sir Douglas Ellis presidente do clube de futebol Aston Villa.

Mas enquanto no Reino Unido se verificou que os *tour* operadores são originários de pequenas agências de viagens, que cresceram e se multiplicaram individualmente e acompanhando a evolução dos transportes se tornaram em grandes *tour* operadores, os seus congéneres alemães surgem, na sua maioria, logo ligados a outras empresas de maior dimensão e com grande raio de divulgação como os grandes armazéns (*NUR*, *Neckerman und Reisen*), jornais (*Humel-Reisen* com ligação ao *Die Welt* e ao *Hamburger Abendblatt*), bancos e sindicatos, entre outros ramos de negócio. O grande atractivo para estas empresas vocacionadas para outras actividades era o facto do enorme *cash flow* produzido pelos pacotes turísticos que, devido à sua grande procura, eram vendidos com enorme antecedência, sendo os serviços fornecidos nos destinos pagos só muitos meses depois, possibilitando assim a livre utilização da receita gerada.

Diferentemente do Reino Unido também o mercado turístico alemão, dada a posição geográfica do país, era menos dependente do transporte aéreo do que o mercado britânico, pois os alemães estavam mais perto dos seus tradicionais destinos favoritos, ou seja, a Suíça, os Alpes no Inverno e no Verão a Itália e a França. Os primeiros *tour* operadores, no período anterior à II Grande Guerra, como a *Dr. Tigges-Fahrt*, que datava de 1928, começaram por conduzir grupos de estudantes, desde a sua base no vale do Ruhr, pelas regiões alemãs

e países mais próximos, como a Bélgica e a Holanda, só depois foram alargando o seu raio de visitas à Suíça, Itália e França apenas em 1934 fazem a sua primeira viagem a Maiorca. A fundação da *Scharnow Reise* data da mesma época, embora a sua actividade tenha sido interrompida com o ingresso de Willy Scharnow no exército alemão. Temos pois uma tradição alemã de turismo rodoviário que já vinha desde o princípio do século com a formação da Associação Alemã dos Motoristas em 1903, que passou a denominar-se ADAC, em 1911. Este antigo *tour* operador para viagens mais longínquas também se socorria das ligações ferroviárias e será assim que os seus grupos chegam a Fátima.

A partir de 1933 as viagens passam quase na sua totalidade a ser dominadas pelo KdF (*Kraft durch Freude*) criada pelo político nazi Robert Ley, à semelhança da criação fascista *Opera Nazionale Dopolavoro*, criada em 1925, e cuja função recreativa socialista encapotava os ideais nacional-socialistas. Para o transporte das massas era não só utilizado o comboio mas também os cruzeiros, como foi o caso da Madeira que recebeu, em 1934, 80.000 visitantes desta organização, principalmente oficiais nazis e suas famílias.

No final da Segunda Grande Guerra, as estradas e as ligações ferroviárias estavam destruídas e só em 1948 se forma em Munique a Touropa com a fusão de várias agências: *Dr. Tigges-Fahrten*, *Reisebuero Degener*, DER (*Deutsches Reisebuero*) e ABR (*Amtliches Bayerisches Reisebüro*). Em 1950, apenas um em cada dez veraneantes alemães recorria a uma agência de viagens para marcar as suas férias por autocarro ou comboio. A Touropa rapidamente cresceu em número de clientes e destinos, entre os quais está Fátima em 1950. Só em 1953 organiza a primeira excursão aérea a Espanha e um ano depois são fretados mais aviões para outros destinos, agora como um moderno *tour* operador ao contratar hotéis para os seus “programas de tudo incluído”. Em breve outros, como a *Scharnow* e a *Hummel* se lhe juntam para formar em 1957 a *Flugtouristik*, que seria o primeiro *tour* operador alemão a produzir um programa aéreo para o mercado alemão e que foi o embrião da actual TUI.

Consequentemente, *tour* operadores como a *Neckerman* e TUI, entre outros, só chegam ao Algarve no princípio dos anos 70, pouco antes da fundação da *Olimar*, *Zahn* em 1972, o primeiro *tour* operador especializado em Portugal. Nos primeiros tempos os operadores alemães contratavam só para a estação do

Verão, uma vez que os desportos de Inverno sempre foram um grande atractivo de férias para o mercado alemão e devido a esse facto os hotéis, na sua maioria, tinham argumento para cobrar preços mais elevados para o mercado alemão, que sempre procurou os hotéis mais perto da praia. O Algarve tinha então uma imagem de destino caro já que a sua promoção inicial foi feita conjuntamente pelos cinco hotéis de luxo existentes e pela TAP, naturalmente mais interessados numa clientela individual e de maior qualidade.

Entretanto no Reino Unido os dois maiores *tour* operadores da época digladiavam-se numa guerra de preços em 1971, que resultou na queda da *Clarksons*, obrigando a *Thomson* e restantes sobreviventes a obterem o maior número de clientes possível, porque as suas margens de lucro eram agora muito baixas. A esta primeira grande guerra de preços no Reino Unido, outras se seguiram, em 1982 e 1991, sempre com resultados desastrosos para algum grande *tour* e à fusão de outros mais pequenos, ficando sempre o mercado dominado por um pequeno grupo de grandes *tour* operadores.

Entre os primeiros *tour* operadores de outros países, que também programaram o Algarve entre 1966 e 1974, haveria ainda que mencionar muitos outros nomes, mas entre aqueles que a nossa memória mais retém salientam-se, no mercado escandinavo, a *Fritidsresor* e a *Vingresor*, vindos da Suíça a *Kuoni*, *Hotelplan* e a *Imholz*, da Holanda a *Arke Reisen* (desde 1934), a *Zuid Europa* e mais tarde a *Holland International* (desde 1974) e da Bélgica a *Jetair*. Muitos desapareceram e outros acabaram por ser fundidos pelos mega *tour* operadores numa tendência que se intensificou no final dos anos 80 e princípio dos anos 90 e que ficou conhecida por “mergermania”. Como Holloway refere, existem duas importantes características na actividade de “*tour-operating*”, que se interligam. A primeira é a indiscutível tendência para as fusões, o que leva à segunda característica que é a concentração da grande procura turística na mão de um pequeno número de grandes *tour* operadores. Estas tendências verificaram-se logo a partir de 1960 e vários *tour* operadores, procurando disputar a liderança nos seus mercados, assumiram frequentemente riscos demasiado grandes para as suas capacidades, uma das razões que explicam algumas falências verificadas. Estas características acabariam por ultrapassaram as barreiras nacionais na Europa, o que explica actualmente a dimensão de um *tour* operador como a TUI.

Se o Algarve turístico é actualmente um destino turístico reconhecido mundialmente muito deve à acção daqueles *tour* operadores que um dia acreditaram e apostaram no Algarve, como um excelente destino turístico e é extensa a lista dos nomes dos *tour* operadores e de seus directores comerciais que criaram esta sua imagem, e é tarefa impossível mencionar todos pois correr-se-ia sempre o risco de esquecer nomes importantes. Porém, o actual reconhecimento internacional não só deve aos que vieram de fora, mas também aos que localmente durante os anos 60 e 70 se dedicaram a construir, tanto quanto sabiam, uma imagem de bom serviço e de cordial hospitalidade. Passado meio século já muitos desses pioneiros partiram, porém, a sua dedicação e o seu profissionalismo não devem ser esquecidos. Hoteleiros nacionais e estrangeiros, agentes de viagens, autoridades locais, guias e *reps*², transportadores locais, desde os quadros superiores aos que desempenhavam funções de menor responsabilidade, todos deram o seu melhor contributo, com grande entusiasmo e irmanados por um espírito de entreajuda, na prossecução do objectivo comum a construção de um destino turístico de qualidade.

É uma plêiade de profissionais em que cada um, à sua maneira, procurou dar o seu melhor, quer na promoção da oferta da região por feiras e congressos, ou em acções de porta a porta nos diversos mercados turísticos ou acolhendo os turistas que chegavam de modo a que a sua visita se repetisse. Seria bom que pelo menos a história da hotelaria algarvia fosse recordada assinalando-se o mais antigo hotel ainda existente em Faro, agora *Pensão Madalena*, assim como a história das agências de viagens desde as que primeiro surgiram no Algarve, como a Agência Peninsular, de Manoel Arcanjo Viegas, aberta na capital algarvia em 1925, até às que anos mais tarde se dedicaram aos turistas estrangeiros como a desaparecida *Ignis*, dos anos 60 em Faro.

² *Rep* é a abreviatura para *representative*, que no sector do turismo são os representantes do operador turístico no destino turístico, assumindo o acompanhamento de toda a organização da viagem durante a permanência do turista no destino.



Figura 1 Transfer de saída do aeroporto organizado por Harry Chandler em 1967 para um grupo de jornalistas britânicos

Fonte: CARTER (1985)

BIBLIOGRAFIA:

BURKART, A.J. e **MEDLIK**, S. (1981), *Tourism. Past, Present and Future* 2nd Ed., London: Heinemann.

CARTER, John (1985), *Chandler's Travel, a tour of the life of Harry Chandler*, London: Quiller Press.

FITCH, A. (1987), "Tour Operators in U.K.", *Economist Intelligence Unit Travel and Tourism Analyst*, March, pp. 29-41.

GONZALEZ SORIA, J. (1999), "Tour Operadores" in *50 AÑOS del Turismo Español. Un análisis histórico y estructural*, Madrid: Ed. Centro de Estudios Ramón Areces, S.A.

HAYWOOD, K.M. (1992), "Revisiting resort cycle", *Annals of Tourism Research*

HOLLOWAY, J.C. (1994), *The Business of Tourism*, 4ª Ed., London: Pitman Publishing, ABTA.

INGLIS, F. (2000), *The Delicious History of the Holiday*, London and New York: Routledge.

LAWS, E. (1997), *Managing Packaged Tourism*, London: International Thomson Business Press.

O turismo balnear em Albufeira:

Uma história recente

Patrícia Batista

INTRODUÇÃO

Falar de Algarve e, em particular, de Albufeira é hoje sinónimo de praia e de férias, no entanto nem sempre foi assim! Até meados do século XIX os banhos de mar destinavam-se, exclusivamente, a fins terapêuticos prescritos pelos médicos. O próprio conceito de viagem e de turista era bastante diferente do atual. Viajar sempre fora apanágio dos mais abastados, sobretudo nos séculos XVIII e XIX onde se cultivava o gosto pelas viagens como parte integral da formação do indivíduo, bem ao gosto romântico da época.

O turista, tal como hoje é entendido, começa a ganhar expressão a partir dos anos 30 do século XX, com a crescente introdução de férias pagas, na Europa. O que em Portugal só viria a acontecer décadas mais tarde.

De forma gradual a “ida a banhos” desliga-se da sua função meramente medicinal e começa a fazer parte do calendário social da elite endinheirada, à semelhança do que se verifica um pouco por toda a Europa e, sobretudo, devido à influência da família real portuguesa, que cedo elege a praia de Cascais como estância balnear, dada a proximidade com a capital e com Sintra, vila onde os monarcas passavam a estação quente. Os banhos de mar, para além das questões higienistas, tornam-se igualmente momentos de fruição e lazer, complementados por uma intensa atividade social e cultural.

A “DESCOBERTA” DAS PRAIAS DE BANHOS

A vilegiatura era uma prática recorrente nas classes mais elevadas da sociedade, que se retiravam

para o campo, para as termas ou para o litoral a fim de apanharem os “ares de mar”, já no início do século XIX, à semelhança do que se passa no resto da Europa¹. Ao longo desta centúria o “ir a banhos” começa a fazer parte dos hábitos das elites e em 1876 Ramalho Ortigão publica o seu guia de praias² onde elenca as várias praias de banhos do país, de Norte para Sul, não ultrapassando contudo Setúbal, ficando o Algarve completamente excluído desta listagem. Assaz interessante é o testemunho das suas memórias de infância³, que nos permitem perceber melhor as práticas balneares de então, na praia da Foz (Porto): “No tempo em que eu ia de chapéu de palha e de bibe, á tarde, apanhar conchinhas na costa, pela mão de minha avó...”⁴, mencionando também, que a época de banhos tinha início em Agosto e recorda a chegada dos banhistas.

O RITUAL DO BANHO - PRÁTICAS SOCIAIS

O ritual de banhos era bastante diferente das práticas contemporâneas. Os banhos terminavam por volta das 9h00 e os banhistas eram mergulhados no mar com a ajuda do banheiro. Às 10 horas era o almoço e às 4 da tarde era servido o jantar. Entre estas duas refeições entregavam-se ao “*dolce farniente*” da vida social local, como tão bem ilustra Eça de Queiroz: “... Logo pela manhã estava a pé! Era hora do banho: as barracas de lona alinhavam-se ao comprido na praia; as senhoras sentadas em cadeirinhas de pau, de sombrinhas abertas, olhavam o mar, falando (...) Ela saía então da barraca com o seu vestido de flanela azul, a toalha no braço (...) Depois, de tarde, eram os passeios à beira-mar, a apanhar conchinhas...”⁵

Conforme se depreende da passagem acima transcrita, a indumentária e os comportamentos ligados à “ida a banhos” eram bastante distintos dos atuais, estando intimamente ligados à mudança de paradigma dos padrões de beleza moderna, que se fizeram sentir na transição do século XIX para o século XX e no período após a II Guerra Mundial⁶.

¹ Vide: Maria Alexandre LOUSADA, “Viajantes e turistas. Portugal, 1850-1926”, in *Viajar – Viajantes e turistas à descoberta de Portugal no tempo da I República*, Centenário da República 1910-2010, Turismo de Portugal, 2010, p. 67.

² Ramalho ORTIGÃO, *As Praias de Portugal. Guia do banhista e do viajante*, Livraria Universal de Magalhães & Moniz – Editores, Porto, 1876.

³ Refira-se que Ramalho Ortigão nasceu em 1837.

⁴ *Idem, ibidem*, p. 23.

⁵ Eça de QUEIROZ, *O Crime do Padre Amaro*, Edição Livros do Brasil, Lisboa, 2000, p. 82 e 83. A primeira edição é de 1875.

⁶ Portugal durante a II Guerra Mundial, devido à sua posição de neutralidade, tornou-se num destino privilegiado de estrangeiros e refugiados de guerra, tendo-se

Nos finais do século XIX inícios da centúria seguinte, os então apelidados *fatós-de-banho* eram peças de vestuário que cobriam o corpo todo, do pescoço aos pés, e que, após o banho de mar eram mudados, o corpo era freneticamente seco com um lençol áspero até a pele ficar vermelha⁷. O hábito de apanhar banhos de sol só se desenvolveria mais tarde, tal como a invenção do biquíni que se deu em 1946⁸. A exposição ao sol era algo a evitar, os banhistas faziam-se sempre acompanhar de chapéus e sombrinhas. À época, uma pele queimada pelo sol estava associada aos trabalhadores rurais, que trabalhavam de sol a sol e por isso mesmo apresentavam uma tez morena, as feições do rosto finas e a pele clara eram sinal de urbanidade e de estatuto social elevado⁹.

O “bronzado” tornar-se-á moda já nos finais dos anos 30 do século passado, em França, com o lançamento de uma campanha publicitária da “*Ambre Solaire*” que apela à exposição solar. Regressar de férias com a pele morena torna-se num verdadeiro imperativo social, imposto pela publicidade e corroborado pelo cinema e televisão, sintomas do desenvolvimento da sociedade de consumo.

PRAIAS E VIAS DE COMUNICAÇÃO

O conceito moderno de praia existiria já na década de 70 de oitocentos, integrando o calendário anual não apenas das classes mais elevadas. Através do guia de praias, Ramalho Ortigão fornece informações acerca da distribuição geográfica e social de cada banhista, bem como das diferentes alturas do ano em que cada “classe” vai à praia¹⁰.

verificado um choque cultural e de mentalidades, designadamente no que respeita aos trajes de banho utilizados pelos forasteiros, que levou à publicação do diploma legal de 05 de Maio de 1941, cujo preâmbulo afirmava: “*Nos termos da Constituição pertence ao Estado zelar pela moralidade pública e tomar todas as providências no sentido de evitar a corrupção dos costumes. Factos ocorridos durante a última época balnear mostraram a necessidade de se estabelecerem, com a precisão possível, as normas adequadas à salvaguarda daquele mínimo de condições de decência que as concepções morais e mesmo estéticas dos povos civilizados ainda, felizmente, não dispensam. Não se pretende restituir às praias o aspecto do século passado, nem mesmo o das primeiras décadas deste; também não impor modelos rígidos que destoem completamente do movimento da vida moderna*”. Desta lei fundamental resultaram diversos editais para as capitânias de todo o país com as medidas da indumentária de banho.

⁷ Ramalho ORTIGÃO, ob. cit., p. 127.

⁸ O biquíni foi inventado por Louis Reard, trajo de banho, composto por duas peças, dando-lhe o nome do Atol de Bikini, no Pacífico Sul, onde os Estados Unidos da América detonaram bombas atómicas a título experimental, o que gerou muito polémica, uma vez que a Segunda Guerra Mundial tinha terminado. O seu objetivo era, precisamente, o de chocar a sociedade conservadora, tal como as bombas fizeram na opinião pública mundial.

⁹ *História da vida privada em Portugal – A época contemporânea*, Dir. José MATTOSO, Coord. Irene VAQUINHAS, Círculo de Leitores | Temas e Debates, Maia, 2011, p. 438.

¹⁰ *Vide*: Maria Alexandre LOUSADA, “art. cit.”, p. 68.

A crescente procura da praia como forma de lazer está, em nosso entender, diretamente relacionada com as vias de comunicação existentes. Conseguise facilmente estabelecer uma ligação entre as praias mais frequentadas e a existência de vias ferroviárias. Há mesmo a criação do chamado “bilhetes de banho”, com uma tarifa reduzida de ida e volta. Podemos falar de uma democratização do acesso à praia, pois já não implica uma estadia durante um longo período de tempo algo que só seria possível às camadas mais altas da sociedade.

AO SUL

A ausência de referências a Sul de Setúbal no guia de Ramalho Ortigão é um indicador das diminutas acessibilidades ao Algarve. Diversos relatos ilustram a difícil e morosa jornada que os viajantes, vindos do norte do Reino, enfrentavam para chegar à província.

Leopold Alfred Gabriel Germond de Lavigne, alto funcionário francês do Ministério da Guerra, aquando da sua passagem pela província, no último quartel do século XIX, refere: *“Não existe, presentemente, uma estrada acessível para aceder ao centro de Portugal ao oeste da interessante província do Algarve. Os cumes que separam estas duas regiões não são acessíveis a não ser de mula, e os caminhos nem sempre são praticáveis (...) prossegue a sua descrição dizendo: “Está a ser construído um caminho-de-ferro para prolongar a actual linha que liga Lisboa a Beja e a Casevel; enquanto isso não acontece, apanhamos um carro público de Beja a Mértola (...) descemos ao longo do curso do Guadiana, entalado entre as margens portuguesa e espanhola, até à embocadura. Na embocadura, em Vila Real de Santo António, encontramos outros carros, ainda piores, que atravessam todo o reino de este a oeste, por Tavira, Faro, capital da província, Albufeira, Portimão e Lagos.”*¹¹ Não só é difícil chegar ao Algarve, como também o é a circulação interna, como se verifica pela descrição. Uma viagem de Faro a Boliqueime podia então demorar três horas¹².

Recorde-se que o comboio só chegará a Faro, praticamente, na última década do século XIX, no ano de 1889 e a sua extensão a Lagos seria uma realidade só em 1922¹³. Não obstante, no *Guia de Portugal*, Raúl

¹¹ António VENTURA, *O Algarve visto pelos estrangeiros: séculos XII a XIX*, Lex, Lisboa, 2005, p. 257 e segs.

¹² *Idem, ibidem.*

¹³ Sobre as vias de comunicação vide: Luís Filipe Rosa SANTOS, “As Vias de Comunicação”, in: *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, Coord. Maria da Graça

Proença escreve sobre o acesso à província: “*Um serviço magnífico de rápidos, que honra a actual administração dos caminhos de ferro do Estado, põe-nos em pleno coração do Algarve em menos de seis horas.*”¹⁴

A juntar-se à falta de acessibilidades da região estava a qualidade dos hotéis que “*deixam absolutamente a desejar*”¹⁵ e a escassez e a má qualidade da água (com exceção de Monchique), pelo que nos anos 20 do século XX a estação ideal do turismo no Algarve era o Inverno: “*...pela menor poeira das estradas, a temperatura mais amena, a maior verdura da vegetação e o perfume das amendoeiras floridas.*”¹⁶

Na tradição dos séculos anteriores os guias do primeiro quartel do século XX exaltam os monumentos e os episódios históricos das diversas localidades. Acerca de Albufeira dizem-nos: “*É pois, natural que o viajante pouco encontre em Albufeira (...)*”¹⁷; porém é já reconhecida a sua vocação como para praia de banhos: “*Mas se, como repositório de antiguidade, pouca atracção a vila e seus arredores podem exercer no viajante, outro tanto não acontece se a considerarmos como estância de turismo e vilegiatura. Albufeira dispõe com efeito de todas as condições naturais para transformar-se numa praia de banhos de primeira ordem.*”¹⁸

ALBUFEIRA DE VILA PISCATÓRIA A PRAIA DE BANHOS

Na Albufeira de então (início do século XX) sabe-se que a ida a banhos era, sobretudo, ócio das famílias mais ricas da vila e da região. Em 1916 já existia o Grémio Albufeirense, sociedade de recreio, que tinha uma comissão de festejos, responsável pelo programa de animação destinada aos veraneantes. Na década de 20, surge a Sociedade Recreativa e Artística Albufeirense.

O despertar de Albufeira como praia de banhos faz-se de forma gradual ao longo das primeiras décadas do século passado¹⁹, testemunho disso é a criação da



Figura 1 Família a banhos em Albufeira em 1900. Foto cedida por Arquivo do Museu do Trajo de S. Brás de Alportel. INV. EST 1004.

Maia MARQUES, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 385-391.

¹⁴ Raúl PROENÇA, Guia de Portugal II, Estremadura, Alentejo, Algarve - Apresentação de SANT'ANNA DIONÍSIO, Texto que reproduz na íntegra a 1.ª edição publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1927, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, s/d, p. 209.

¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 210.

¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 209.

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 221.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 223.

¹⁹ Refira-se que à época a praia da região que se destacava na imprensa regional e nacional era a Praia da Rocha.

Comissão de Iniciativa e Turismo a 30 de Janeiro de 1929, que visava dotar a vila das condições fundamentais para o acolhimento dos visitantes.

Uma das suas iniciativas de maior relevo e marcante para o desenvolvimento turístico da pequena vila piscatória foi a construção do túnel na Rua 5 de Outubro, promovido pelo então ministro de obras públicas, Eng.º Duarte Pacheco, e que contou com a sua presença na inauguração no ano de 1935. Esta obra permitiu a ligação entre o centro do núcleo urbano e a praia, demonstrando igualmente uma visão estratégica de futuro para a afirmação de Albufeira como destino turístico.

Foram incrementadas diversas obras de melhoramento como o prolongamento do Passeio Marginal e o arranjo urbanístico do Largo da Liberdade (atual Largo Eng.º Duarte Pacheco); instalação de saneamento básico entre a Rua da Misericórdia (atual Rua Henrique Calado) e o Largo da Liberdade; iluminação da esplanada do Túnel e a construção da estrada de ligação a Olhos d' Água.

No que respeita ao calendário da época balnear o primeiro de Agosto marcava o início da *“temporada de banhos”* que se estendia até Outubro ou até Novembro, altura em que chegavam os chamados *“banhistas de alforge”* que só podiam ir a banhos depois de terminarem os trabalhos nas colheitas. Com o início da época balnear, para usar um termo contemporâneo, vinham não só as preocupações em contratar um banheiro bem como o proveitoso negócio do aluguer de barracas, toldos, toalhas e fatos de banho, ora veja-se a preparação para o Verão de 1934:

“Deliberou a Comissão de Iniciativa e Turismo colocar na praia as barracas e toldos para a serventia dos banhistas, cobradas com as seguintes importâncias:

- por cada banho:
- adultos de idade superior a 15 anos inclusive – 50 centavos
- até aos 14 anos, sendo filho – 50 centavo, de 2 a 4 filhos – 1 escudo, superior a 4 filhos 1 escudo e 50 centavos
- pelo aluguer de cada barraca incluindo banhos, por cada mês – 35 escudos;
- por cada toldo durante um mês – 15 escudos
- por cada fato - 50 centavos
- por cada toalha – 1 escudo, sendo este aluguer por cada banho.”²⁰

²⁰ AHA, Câmara Municipal de Albufeira in: *Acta n.º 29, de 1 de Agosto de 1934,*

Recorde-se o ritual de banho herdado do século anterior e que se mantinha no início do seguinte, em que a função dos banheiros era a de mergulhar os banhistas nas águas, sendo pago um valor para o efeito, episódio tão bem descrito no romance de José Rodrigues Miguéis: *“Meta-lhe a cabeça debaixo d’água, isso! Outra vez! – grita da praia a dona Adélia (...). O banheiro obediente carrega-lhe na cabeça com a mão robusta, obriga-o a mergulhar duas, três vezes...”*²¹.

Mas a época balnear não se pautava apenas pela ida a banhos, algo que acontecia de manhã cedo, aproveitando os benefícios da água fria²², daí a importância do programa de atividades para entreter os banhistas, provenientes de outras localidades da região e do Alentejo²³. Para além do casino (antigo Grémio Albufeirense) organizavam-se torneios desportivos, espetáculos de fogo-de-artifício, dança, Jazz, entre outros, à semelhança do que se verificava um pouco por todas as praias mais frequentadas na altura, como a do Estoril por exemplo.

Em 9 de Janeiro de 1937 foi criada a Comissão Municipal de Turismo, substituindo a Comissão de Iniciativa e Turismo, não se tratando provavelmente de uma alteração de competências mas de designação, uma vez que as preocupações eram em tudo semelhantes à anterior organização, a avaliar pelas deliberações tomadas na sessão de 21 de Abril de 1937:

*“Comprar vinte e cinco toldos para a praia; saber preços para cinco guarda-sóis para o túnel; saber da Philips o preço e condições de venda para uma telefonia para o Largo da Liberdade e esplanada do túnel com o competente microfone; chamar um fotógrafo competente para aproveitar os melhores motivos da praia, vila e seus arredores e isto para efeito de propaganda turística. Manter a assinatura do jornal “Diário do Alentejo” de Beja por ser um dos jornais que mais propaganda tem feito da praia de Albufeira, contribuindo assim que a mesma tenha vindo sendo frequentada por muitos habitantes do Alentejo.”*²⁴

Comissão de Iniciativa e Turismo.

²¹ José Rodrigues MIGUÉIS, *Escola do Paraíso*, Estúdios Cor, Lisboa, 1960, pp. 124-125.

²² Ramalho Ortigão, no seu guia das praias, faz toda uma descrição dos benefícios do banho de mar enquanto *“agente hidroterápico”* e como *“banho medicamentoso”*, assim como das *“preocupações hygenicas”* que importava fazer *“antes do banho, no banho e depois do banho”*, de acordo com as regras higienistas em voga à época e que estão intimamente ligadas ao conceito de progresso.

²³ AHA, Câmara Municipal de Albufeira, *Acta de 21 de Abril, de 1937, Comissão Municipal de Turismo*.

²⁴ *Idem, ibidem*.



Figura 2 Praia de banhos, Albufeira, 1.ª 1/2 do séc. XX. Coleção de Fotografias do Arquivo Histórico de Albufeira.

Estão aqui enunciadas preocupações e estratégias, ainda hoje fundamentais para a captação de turistas, por um lado, oferecer condições aos turistas e por outro, publicitar o destino.

No final da década de 30 o conflito mundial irá repercutir-se na economia nacional, passando o país de destino turístico a recetor de refugiados de guerra. A população de Albufeira sentiu, diretamente, os efeitos nefastos deste contexto internacional, passando por crises de abastecimento de eletricidade e racionamento de víveres, verificando-se um drástico abrandamento do investimento e de obras públicas, tão necessárias para o turismo. Esta tendência começa a inverter-se a partir de 1944, quando são esperados cerca de 1000 banhistas para os meses de Julho e Outubro e 1.500 para os meses de Agosto e Setembro, oriundos de várias localidades do Algarve, Baixo Alentejo e Lisboa.

O clima de otimismo levou o Município a aspirar a construção de diversos equipamentos como um casino-hotel, um bairro para banhistas, um cinema, um porto de abrigo, bem como obras de calcetamento de ruas e finalização da rede de esgotos da vila. Destas obras apenas se viria a concretizar nesta década a fundação do Cine-Pax, passando a funcionar como Casa da Cultura da Vila de Albufeira. Esta estrutura ideológica era controlada pelo Estado com propósitos educativos, através da exibição de espetáculos sociais e culturais, de teatro, cinema, bailes e outras atividades lúdicas para entreter os munícipes e os veraneantes, atingindo o auge da programação durante a época balnear.

Ainda nos anos 40 assiste-se a alguma industrialização em Albufeira, com destaque para as fábricas de conserva de peixe, como a Fábrica António Ramires, que contribuíram para a criação de uma conjuntura económica necessária para o desenvolvimento da vila.

O progresso económico vai ser fundamental para as décadas que se seguem, criando o contexto social e económico favorável ao singular *boom* do turismo, marcado por uma elite intelectual e social, onde se destacaram Óscar Niemeyer, Jorge Amado, Paul McCartney, Tom Jones ou Cliff Richard.

A PROPAGANDA

A propaganda turística da praia e da vila de Albufeira era uma realidade pelo menos desde 1918, data do “*Primeiro Número Especial de Propaganda – Praia de Albufeira – Algarve*”. Nos anos 50 existia já

produção de postais, gravuras, folhetos, roteiros, bem como a preocupação em incluir Albufeira no Guia da Indústria Hoteleira.

Estes materiais de propaganda eram colocados à venda no Pavilhão do Turismo e para revenda pelo comércio local e noutros sítios. Em algumas ocasiões, as coleções de postais eram oferecidas a instituições que contribuíam para a promoção do turismo em Albufeira. Os folhetos, por sua vez, eram distribuídos noutras regiões do País, como no Alentejo.

A publicação de anúncios de propaganda em publicações periódicas, jornais e revistas, também constituía uma forma de difusão do turismo, assim como a colocação de fotografias em carruagens de serviço internacional da Companhia Portuguesa dos Caminhos-de-ferro. A realização de filmes-documentários, a serem exibidos em salas de espetáculos do País, terá sido considerado um dos melhores meios para divulgar os locais de maior interesse turístico de Albufeira. Uma maior afluência de banhistas e de visitantes era o objetivo de toda esta propaganda turística.

De salientar igualmente, a importância da divulgação feita por alguns estrangeiros que então visitaram Albufeira, nomeadamente do suíço Eric Gustof Bertil Gullander que mereceu um voto de agradecimento da Câmara Municipal pela oferta de uma tela da sua autoria e pela propaganda turística que fez da praia e vila através da imprensa suíça, conferências e exposições que realizou em Estocolmo.

QUE ALOJAMENTO?

Em 1955 é apresentado o anteprojecto do hotel que se previa, já na altura, vir a contribuir, significativamente, para o desenvolvimento turístico de Albufeira. Enaltecia-se a iniciativa do senhor Joaquim Vinhas Cabrita em querer construir este hotel sobre o túnel sobranceiro ao mar. Empreendimento turístico que obteve um parecer favorável, para construção, do arquiteto urbanista Miguel Jacobety. No ano seguinte é publicado, no Diário do Governo n.º 213, de 8 de Setembro, o despacho que declarou o Hotel Sol e Mar de utilidade turística. A necessidade de construção de um hotel moderno que respondesse ao desígnio turístico “*de grande projecção*” que se previa para Albufeira era premente²⁵.

Por outro lado a instalação da FNAT (Fundação Nacional para Alegria no Trabalho), instituição pioneira num novo conceito de férias e lazer, numa antiga fábrica



Figura 3 Edifício do Cine-Pax, Déc. 50 do séc. XX. Coleção de Fotografias do Arquivo Histórico de Albufeira.

²⁵ *Folha de Domingo*, n.º 2311, 23 de Agosto de 1959.

de conservas, no ano de 1958, muito contribuiu para colocar Albufeira no plano turístico nacional.

O progressivo desenvolvimento da vila e, em particular, do litoral do concelho verificado ao longo da primeira metade do século XX, com o crescimento do tecido urbano, melhoramento das infraestruturas coletivas, bem como a preocupação em dotar Albufeira de unidades hoteleiras dignas da imagem turística difundida pelo Estado. A acrescentar a tudo isso, a construção do aeroporto internacional de Faro, obra basilar para a região, que foi contribuiu decisivamente para a afirmação de Albufeira como um dos símbolos do turismo nacional.

Até ao início da década de 60, do século XX, o alojamento do concelho caracterizava-se por unidades modestas de pequena dimensão, a maioria de cariz familiar, como o aluguer de casas privadas, segundo o testemunho de Joaquim Antero Romero Magalhães: *“Nesse tempo, ir para Albufeira era quase uma aventura: as casas que se alugavam pouco ou nada estavam trastejadas. Quase que se fazia uma mudança. Os tarecos iam na camioneta do Sr. Pereira da mercearia na Rua Direita, que prestava esse favor. Embora: em instalações precárias, ficávamos na Meia-Laranja ou arredores, bem no centro, próximo do cinema.”*²⁶

Dez anos após a apresentação do anteprojecto, no ano de 1965, é então inaugurado o primeiro grande hotel – o *Hotel Sol e Mar*, localizado no centro da vila e com acesso direto à praia, dotado de 68 quartos, todos com vista mar.

Nos anos seguintes foram edificadas outras unidades de maior dimensão, salientando-se o Hotel Baltum, propriedade do industrial Teófilo Fontainhas Neto, e o Hotel da Balaia, com 140 quartos, restaurante, *“boite”*, piscina de água aquecida, campos de ténis, mini-golfe e 12 moradias, projeto dos arquitetos Francisco Conceição Silva e Maurício de Vasconcelos.

“THE SIXTIES”

A atividade turística crescia em Albufeira, que outrora fora descrita como pequena vila piscatória de casario branco que descia até ao mar, o que fazia com que fossem várias as propostas de melhoramentos discutidas e votadas em reuniões de câmara, relativamente à urbanização de locais junto à praia de

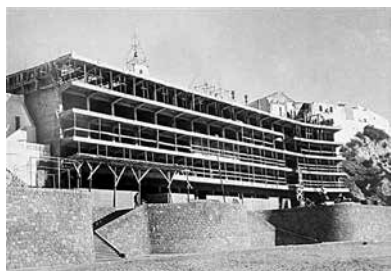


Figura 4 Aspeto da construção do Hotel Sol e Mar. Anos 60, séc. XX. Coleção de Fotografias do Arquivo Histórico de Albufeira.

²⁶ Joaquim Antero Romero MAGALHÃES, in: *Brochura da Comissão Municipal de Toponímia de Albufeira – Rua Joaquim Magalhães*, Câmara Municipal de Albufeira, Albufeira, 2008, p. 15.

Albufeira com vista a oferecer melhores condições aos turistas, tais como o *“Arranjo urbanístico da praia de Albufeira – Seguidamente o Excelentíssimo Presidente disse que devido ao grande interesse turístico que a costa do Algarve tomou ultimamente se tornaria imprescindível a execução urgente do estudo urbanístico da Praia de Albufeira (parte central compreendida pela Praia do Peneco), a fim de permitir a concessão da exploração da Praia a uma empresa que se propõe executar as obras necessárias para o embelezamento e Valorização da mesma.”*²⁷

O mesmo se observa na preocupação de embelezamento da praia de Albufeira, como a previsão de despesa no orçamento da autarquia para a *“(…) pavimentação da esplanada do túnel, onde está implantado o hotel Sol e Mar, (...), dotar a praia com novas instalações de balneários condignas do meio, visto que as existentes se encontrarem antiquadas e sem o mínimo de condições higiénicas que permitam servir as pessoas que delas se utilizam (...) e adquirir material eléctrico para a iluminação dos principais rochedos da praia”*²⁸.

Nesta época foram promovidas diversas iniciativas para a divulgação do Turismo de Portugal no estrangeiro, sobretudo nos mercados europeu e norte-americano, mas também internamente, publicitando a vila na revista *“Panorama”*, edição nacional onde era feita grande parte da divulgação turística do país.

Não obstante o esforço propagandista do Estado Novo é a inauguração do aeroporto de Faro em 1965, que irá colocar o Algarve nos circuitos turísticos internacionais, sendo responsável pelo *“boom”* do turismo em Albufeira. A criação do aeroporto beneficiou as várias localidades algarvias como Albufeira, sendo o ponto de chegada para mais turistas que procuravam uma região *“paradisiaca”*, que ficava agora mais acessível, através da articulação estabelecida com a rede rodoviária e ferroviária, permitindo uma mais fácil circulação dentro da província. Surge, então o serviço de *transfers*, *“... transferências de grupos, normalmente estrangeiros, para e dos hotéis, por contratos estabelecidos previamente com os tour-operators, grupos esses que chegavam ao Algarve ou daqui regressavam passados os seus períodos de férias.”*²⁹

²⁷ AHA, Câmara Municipal de Albufeira, in: *Actas da Câmara Municipal, 1959-1962*, fl 91.

²⁸ AHA, Câmara Municipal de Albufeira, in: *Acta de Reunião de 21 de Setembro de 1962*.

²⁹ Aníbal C. GUERREIRO, *História da Camionagem Algarvia (de passageiros): 1925-1975 (da origem à nacionalização)*, s.l., s.n., 1983, p. 51.

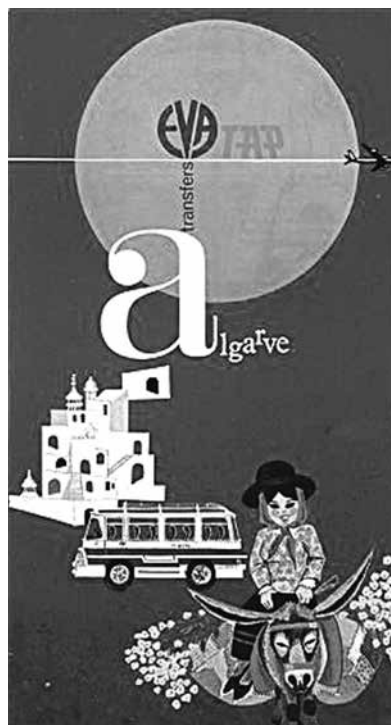


Figura 5 Cartaz Publicitário. Anos 60, séc. XX. Imagem cedida por Centro de Documentação e Informação da Região de Turismo do Algarve.



Figura 6 Entrevista a Cliff Richard, pelo correspondente Vitor de Sousa. Diário de Lisboa, 18 Agosto 1969. Arquivo Histórico de Albufeira.

É neste contexto que, de paraíso perdido e de difícil acesso, o Algarve se torna num centro cosmopolita, destino turístico de figuras públicas de renome internacional, o aeroporto, segundo Manuel da Fonseca, faz da região “*um arredor da capital do País. Os estrangeiros, então, mal chegam a Lisboa, daí a nada, estão a tomar banho nas praias algarvias*”³⁰.

Em Albufeira os designados “Sixties” marcam, definitivamente, a viragem de vila piscatória para vila turística. A construção do *grande hotel, o Sol e Mar*, torna-se num verdadeiro símbolo dessa metamorfose. O café *Bailote*, descrito como: “*...um ponto de encontro (...) que pertencia a um pintor, estava cheio de quadros e tinha mesa de bilhar*”³¹, constituía um centro dinamizador da vida social e cultural albufeirense, ícone incontornável de Albufeira, desde a sua abertura a 28 de Novembro de 1937 até 1996, quando encerrou.

Foi nesta década que se intensificou a vinda de diversas personalidades das artes e do espetáculo, contribuindo para a promoção da vila a nível internacional. Por cá passaram o Arquiteto brasileiro Óscar Niemeyer, o cantor Tom Jones, o futebolista Jimmy Greaves, o escritor Jorge Amado, a atriz Florbela Queiroz. Entre estes salienta-se o cantor britânico Cliff Richard, que se juntava com amigos no *nightclub* “Sete e Meio” e daí seguiam para a praia às 4 da manhã, onde ajudavam os pescadores a puxar os barcos e comiam bolas-de-berlim ao pequeno-almoço.

EM JEITO DE CONCLUSÃO

Sem dúvida que os anos 60 marcaram o início de uma nova vocação para Albufeira, que passou de pequena vila piscatória para um destino turístico de projeção internacional.

Face a esta dinâmica económica verificaram-se, também, alterações sociais e demográficas. Ao longo das décadas seguintes a população de Albufeira aumentou, face à oferta de emprego que o turismo criava. No que respeita à comunidade de pescadores, que complementava o sustento da família com o trabalho sazonal (de Inverno) nas fábricas da vila, esta começa a ver no turismo uma nova forma de ganhar a vida. Muitos dos pescadores e suas mulheres eram os banheiros que asseguravam o funcionamento da época balnear, relegando a pesca a uma atividade de segundo plano.

³⁰ In: Manuel da FONSECA, *Crónicas Algarvias*, Caminho, 2.ª Edição, Lisboa, 1987.

³¹ Alexandra Prado COELHO, “Para além do Caldeirão havia um Paraíso”, in: *Revista Pública* de 05.07.09, p. 17.

No pós 25 de Abril de 1974, com a consolidação do poder local, houve um aumento das obras públicas, que visavam melhorar as acessibilidades às zonas do litoral, procedendo à pavimentação de caminhos, construção do eixo viário (a atual Avenida dos Descobrimentos), a construção do parque de estacionamento para autocarros da Rodoviária Nacional, à entrada do núcleo urbano, aumentando a capacidade e melhorando a oferta dos transportes públicos de ligação à restante região. Também a oferta de táxis foi negociada com a Direção Geral de Transportes Terrestres para aumentar o número destes veículos na freguesia de Albufeira, tendo, na década de 70, passado de dezasseis para vinte seis unidades.

Nos finais dos anos 70 e ao longo das décadas seguintes, verificou-se um aumento de unidades hoteleiras ao longo do litoral concelhio tanto que, segundo os dados do INE relativos ao ano de 2006, o concelho possuía, então 39,9% da capacidade de alojamento do Algarve, o que representava 15,03% da oferta de camas do país.

Hoje, Albufeira é por muitos definida como a capital do turismo. A verdade é que as suas praias continuam a ser um fator de atração para muitos estrangeiros (nos anos 80, 88% dos turistas que visitam Albufeira eram estrangeiros), mas também para nacionais (sobretudo no mês de Agosto). Aqui a oferta turística é, essencialmente, o produto de “sol e praia”, pelo que a sazonalidade é um problema que afeta o concelho, o que acontece um pouco por todo o Algarve litoral. Seria pois importante aprofundar o estudo da história do turismo na região, para melhor perceber como esta passou de “estância” de Inverno a destino de massas, com todas as consequências que daí advêm para o desenvolvimento e equilíbrio da região, que se divide em três sub-regiões: litoral, barrocal e serra, e que, historicamente, até à explosão turística mantinham relações de interdependência.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

AHA, Câmara Municipal de Albufeira, *Acta n.º 29, de 1 de Agosto de 1934, Comissão de Iniciativa e Turismo*.

AHA, Câmara Municipal de Albufeira, *Acta de 21 de Abril, de 1937, Comissão Municipal de Turismo*.

AHA, Câmara Municipal de Albufeira, *Actas da Câmara Municipal, 1959-1962*.

AHA, Câmara Municipal de Albufeira, *Acta de Reunião de 21 de Setembro de 1962*.

Fontes impressas

Folha de Domingo, n.º 2311, 23 de Agosto de 1959.

Estudos

COELHO, Alexandra Prado, “Para além do Caldeirão havia um Paraíso”, in: *Revista Pública* de 05.07.09.

FONSECA, Manuel da, *Crónicas Algarvias*, Caminho, 2.ª Edição, Lisboa, 1987.

GUERREIRO, Aníbal C., *História da Camionagem Algarvia (de passageiros): 1925-1975 (da origem à nacionalização)*, s.l., s.n., 1983.

LOUSADA, Maria Alexandre, “Viajantes e turistas. Portugal, 1850-1926”, in: *Viajar – Viajantes e turistas à descoberta de Portugal no tempo da I República*, Centenário da República 1910-2010, Turismo de Portugal, Lisboa, 2010.

MAGALHÃES, Joaquim Antero Romero, in: *Brochura da Comissão Municipal de Toponímia de Albufeira – Rua Joaquim Magalhães*, Câmara Municipal de Albufeira, Albufeira, 2008.

MIGUÉIS, José Rodrigues, *Escola do Paraíso*, Estúdios Cor, Lisboa 1960.

ORTIGÃO, Ramalho, *As Praias de Portugal. Guia do banhista e do viajante*, Livraria Universal de Magalhães & Moniz – Editores, Porto, 1876.

QUEIROZ, Eça de, *O Crime do Padre Amaro*, Edição Livros do Brasil, Lisboa, 2000.

PROENÇA, Raúl, *Guia de Portugal II, Estremadura, Alentejo, Algarve* - Apresentação de SANT’ANNA DIONÍSIO, Texto que reproduz na íntegra a 1.ª edição publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1927, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, s/d.

SANTOS, Luís Filipe Rosa, “As Vias de Comunicação”, in: *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, Coord. Maria da Graça Maia MARQUES, Edições Colibri, Lisboa, 1999.

VAQUINHAS, Irene (Coord.), *História da vida privada em Portugal – A época contemporânea*, Dir. José MATTOSO, Círculo de Leitores | Temas e Debates, Maia, 2011.

VENTURA, António, *O Algarve visto pelos estrangeiros: séculos XII a XIX*, Lex, Lisboa, 2005.

Infra-estruturas e Turismo

As vias de comunicação terrestres no Algarve e a sua evolução nos últimos 170 anos

Aurélio Nuno Cabrita

O Algarve constitui até à inauguração do caminho de ferro uma das regiões de Portugal continental mais inacessível e desconhecida da generalidade dos portugueses. Em 1853 o aveirense José Estêvão, deputado por Lisboa, solicitava ao ministro das Obras Públicas, na Câmara dos Deputados, a construção de uma ponte na ribeira de Terges e Cobres de forma a facilitar as comunicações entre o Alentejo e o Algarve, lembrando que o “Algarve é muito mais desconhecido em Portugal do que (...) muitas das provincias menos conhecidas de França e Inglaterra; é uma cousa de que se não faz idéa nenhuma; a julgar pela desconsideração que se lhe dá, e pela pouca idéa que se tem d'elle, o Algarve está a 400 legoas daqui.”¹ Não seriam 400 mas somente 40 léguas, contudo, era uma região ignorada, obscura e longínqua.

A inexistência de obras de arte nos caminhos que atravessavam a serra algarvia dificultavam a intransponível cordilheira de “montículos de toupeira”. A 18 de maio de 1856 o bispo do Algarve, D. Carlos Pereira, relatava na Câmara dos Pares do Reino a dificuldade que teve em viajar para Faro, em dezembro de 1855.² O prelado saíra de Lisboa a 23 de dezembro e somente chegou a Faro a 22 de janeiro, cerca de um mês depois. Só em Castro Verde esteve onze dias a aguardar que as condições climatéricas lhe permitissem a jornada, mormente a diminuição do caudal das linhas de água que eram transpostas a vau. Se, na verdade, desde 1853 a região era servida por um vapor “de carreira”, entre os portos de Vila Real, Tavira, Olhão,

¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 03/03/1853, p.40.

² *Diário da Câmara dos Pares do Reino*, 18/05/1856, p.719.

Faro, Portimão, Lagos e Lisboa, este nem sempre se realizava, como reconhecia o bispo: “porque deixando o vapor de ir em diferentes épocas que faz anunciar, só quase no fim de dezembro é que me vi obrigado a partir para não demorar mais a jornada”³.

Sob condições climatéricas adversas a viagem dificilmente ocorria, essencialmente se fosse à vela. Charles Bonnet, em 1850, constatava o problema: “no verão uma embarcação dirige-se muito rapidamente de Lisboa ao Algarve, porém demora bastante mais tempo a regressar”⁴. No inverno a situação invertia-se, devido à mudança dos ventos dominantes. Ainda assim a viagem de barco era a mais célere (um dia), segura e económica, como tal a preferida, quer para o transporte de passageiros, quer para as mercadorias. Por estas circunstâncias: o Algarve era visto como uma região insular, remota e estranha para os povos aquém da serra algarvia.

Em 1888 o jornal *O Occidente* inseriu uma reportagem sobre as Caldas de Monchique, de “preciosas águas thermaes, que rivalisam com as melhores do paiz e do estrangeiro”⁵. A estância termal era frequentada principalmente por algarvios, alentejanos e, também, por espanhóis da Andaluzia. Contudo, lembrava aquele periódico a possibilidade de ali concorrerem aquistas de outros pontos de Portugal, através de duas vias que considerava «relativamente fáceis»: “ir até Beja no caminho de ferro, e d’aqui em carro ou a cavallo até Monchique”⁶; ou então por via marítima, “vae-se no vapor até Portimão, e alli há uma estrada real para Monchique”⁷. Eram estas as acessibilidades que de «relativamente fáceis» teriam muito pouco e conforto ainda menos, todavia não seriam muito diferentes daquelas que os algarvios ou estrangeiros tinham para sair ou entrar em outros pontos da região.

Uma viagem a Lisboa protagonizada pela lagoense Petronila Augusta Segurado Calado, em 1877, evidenciamos os contratemplos a que um viajante se sujeitava.⁸ Em Vila Nova de Portimão, onde tencionava tomar

³ *Id.*, *Ibidem*.

⁴ Charles Bonnet, *Memória Sobre o Reino do Algarve – Descrição Geográfica e Geológica*, 2.ª edição, Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura, Faro, 1990 (1.ª ed., *Algarve – Description Géographique et Géologique de cette Province*, Academia Real de Ciências de Lisboa, Lisboa, 1850), p.140.

⁵ *O Occidente*, N.º 355, 01/11/1888, p.244.

⁶ *Id.*, *Ibidem*.

⁷ *Id.*, *Ibidem*.

⁸ Aurélio Nuno Cabrita, “Petronila Augusta Calado ou uma viagem do Algarve a Lisboa, em 1877”, <http://www.sulinformacao.pt/2015/05/petronila-augusta-calado-ou-uma-viagem-do-algarve-a-lisboa-em1877/>, página consultada em 06/10/2015.

o barco, foi informada que aquele não podia zarpar dadas as condições marítimas. Todos os passageiros viram desta forma os seus intentos frustrados, entre os quais a viscondessa de Portimão e uma sua afilhada. A alternativa mais sensata seria aguardar a acalmia necessária para a viagem, sendo que esta podia durar horas ou mesmo alguns dias, ou então atravessar a serra em diligência, hipótese raramente praticada, desde logo demorada e de elevado risco, pelos assaltos frequentes. Outra opção era viajar por estrada até Vila Real de Santo António e aí tomar o barco para Mértola, nova diligência em estrada desértica de dez léguas até Beja e, finalmente, apanhar o comboio para o Barreiro. Petronila, de espírito irrequieto e aventureiro, não ficou à espera do bom tempo e imediatamente considerou a última hipótese, de que ouvira falar. Apresentado o projeto à viscondessa para que se fizessem à estrada, com a vantagem de em Vila Real poderem pernoitar em casa de um familiar prior, as três chegaram a acordo e tomaram a diligência rumo à vila pombalina. A viagem decorreu sem incidentes, a não ser as cócegas que o vasto e elegante chapéu de plumas da viscondessa causava no nariz de Petronila, sentada à sua frente, quando aquela cochilava pelo torpor e cansaço provocados pelo andamento ritmado dos cavalos.

Finda a primeira parte da jornada foi com grata surpresa que encontraram a residência do pároco em festa, o caso não era para menos, afinal o clérigo ganhara a lotaria, dez mil reis, uma fortuna... Porém e apesar de todo o momento festivo, as três aventureiras depararam-se com um problema, o controlo alfandegário. Este era frequente e realizava-se em diversos locais do percurso. Claro que o tipo de viagem, forçosamente longa e sujeita a várias mudanças de transportes, obrigava os passageiros a levar mantimentos e o caso em apreço não era exceção. Esse era o problema principal: como passar pelos oficiais da alfândega os chouriços, o presunto e o queijo que levavam com elas? Mais uma vez a sagacidade de Petronila resolveu a questão. Na noite anterior à viagem as três senhoras decidiram remover as “ternures”, ou seja, as ancas postiças, último grito da moda parisiense, que acentuava a silhueta e diminuía a cintura. Em sua substituição coseram e enrolaram nas ancas os chouriços e restantes mantimentos, conservando a elegância e conseguindo uma fácil despesa, bastando para a alcançar apenas um levantar de saia... E a viagem prosseguiu Guadiana acima, depois rumo a Beja e finalmente de comboio para o Barreiro,

sem que vislumbrassem qualquer problema com o controlo alfandegário. As astuciosas viajantes chegaram à capital do reino possivelmente ao mesmo tempo do barco, mas isso não reza a história, sabe-se sim que desembarcaram de estômago bem reconfortado e de certeza emanando um odor “muito” agradável dos seus elegantes vestidos.

João António Júdice Fialho, em janeiro de 1888, recorreu ainda a uma outra alternativa. O porto de Faro estaria fechado à navegação e como a cheia do Guadiana, devido à forte corrente, não permitia a carreira do vapor para Mértola, Júdice Fialho não teve outra hipótese senão atravessar o rio e deslocar-se a Sevilha, onde tomou um trem para Badajoz, seguindo para Lisboa.⁹

Por tudo aquilo que se demonstrou viajar do Algarve para a capital constituía uma verdadeira aventura, assaz dispendiosa, até à chegada do comboio.

O CAMINHO DE FERRO

Somente trinta e três anos depois da inauguração do primeiro troço de caminho de ferro em Portugal, de Lisboa ao Carregado, a 28 de outubro de 1856, os silvos da locomotiva se ouviram no Algarve. Na verdade, embora a decisão de prolongar o caminho de ferro do Sul até à região tivesse sido tomada nas sessões parlamentares de 25 e 26 de junho de 1862 e a abertura à exploração fixada, pouco depois, para 1 janeiro de 1869, a construção de tão desejável melhoramento dilatar-se-ia no tempo, ao invés de outras regiões do país.

Recorde-se que a linha ferroviária chegou a Beja, vinda do Barreiro, em 15 de fevereiro 1864, atingindo Casével a 20 de dezembro de 1870, que seria término da linha do Sul durante 18 anos. A Casével passaram a demandar os algarvios para aí tomarem o comboio para Lisboa, como o recordaria, em 1909, o monografista Ataíde Oliveira: “por esta estrada [Messines, S. Marcos, Santana da Serra] transitamos algumas vezes, saindo de Ourique a embarcar na estação de caminho de ferro em Casével, antes d’essa via entrar no Algarve.”¹⁰

Se temos consciência que todo o trabalho era braçal, sem recurso a maquinaria (tão-somente a pólvora, picaretas, pás, alcofas, etc.), e que era forçoso escavar outeiros, construir aterros, pontes e outras

⁹ Luís Filipe Rosa Santos, *Os acessos a Faro e aos concelhos limítrofes na segunda metade do século XIX*, ed. do autor, Faro, 1995, p.9.

¹⁰ Francisco X. D’Athaíde Oliveira, *Monografia de S. Bartholomeu de Messines*, Livraria Figueirinhas, Porto, 1909, p.105.

passagens hidráulicas ou, ainda, os edifícios para as estações e passagens de nível, não é menos verdade que a linha do Algarve, raras vezes, foi considerada prioritária no contexto nacional. As obras desenvolviam-se por secções, cujas paragens originavam situações caricatas, de forma que troços concluídos associavam-se a outros onde nada existia. O lanço entre Faro e Boliqueime foi um deles. Embora fosse um dos primeiros a ficar terminado, seriam necessários muitos anos até que por ele circulasse alguma composição, não tendo por esse motivo, qualquer utilidade.

Em 1875 um terrível acontecimento veio dar um incremento às obras – a seca. As câmaras municipais do Algarve, face ao flagelo da fome que acercava os algarvios, pressionaram o governo para a abertura dos trabalhos, não só na ferrovia como nas estradas, entre outros.¹¹ Justino Bívar Weinholtz estimou em 500 contos a verba atribuída pelo governo à região para acorrer “à miséria das populações algarvias”¹². Em 1878 nova seca se faz sentir e as obras sofrem novo impulso. Porém, passadas as adversidades climatéricas, tudo voltava ao mesmo, ou seja, a suspensão dos trabalhos. Foram por isso muitos os algarvios que envelheceram e faleceram sem ouvir o apito do progresso rasgar os céus.

A 3 de junho de 1888 abria à exploração o troço de Casével a Amoreiras/Odemira, a locomotiva aproximava-se da província mais meridional de Portugal. Oito meses depois, a 21 de fevereiro de 1889, realizava-se a primeira viagem técnica até Faro, só faltando a inauguração. Mas se a construção da via teve, como vimos, inúmeras contrariedades, um outro revés esperava os algarvios – a indiferença. Aprazada a abertura ao público do caminho de ferro do Algarve, mais de quatro meses depois de realizada a viagem técnica, para 1 de julho de 1889, a família real e membros do governo, sempre presentes em eventos semelhantes noutros pontos do país, abstiveram-se de participar. Para alguns círculos representativos do Algarve a ausência dos reis e dos membros do governo foi considerada como “a maior humilhação que os altos poderes do estado podiam ter infligido aos brios de um povo que se regia por instituições constitucionais”¹³, e uma frase ficou célebre por aqueles dias: “nem Majestades, nem Altezas, nem ministros”.

¹¹ Aurélio Nuno Cabrita, “A seca no Algarve na década de 70 do séc. XIX”, *Jornal Barlavento*, N.º 1466, 25/08/2005, p.16.

¹² Justino de Bivar Weinholtz, *Faro no decorrer do século XIX*, Separata do *Correio do Sul*, Faro, 1947, p.14.

¹³ Luís Filipe Rosa Santos, *Ob. Cit.*, p.140.



Figura 1 Jornal “A Inauguração”, número especial para solenizar a inauguração do caminho de ferro do Algarve.

No entanto os algarvios não desanimaram e organizaram durante três dias uma imponentíssima manifestação de regozijo, celebrando em Faro o início da exploração do seu caminho de ferro.¹⁴ A cidade engalanou-se e recebeu milhares de pessoas para assistirem à inauguração de tão importante infraestruturas. Os principais edifícios foram iluminados e as ruas decoradas. Várias bandas de música aturam em simultâneo e dezenas de foguetes estalejaram nos ares. Simultaneamente, foi colocado à venda um jornal especial para solenizar o acontecimento, cujo diretor, Jacinto Parreira, lembrava: “inaugura hoje esta formosa provincia, um melhoramento destinado a imprimir o mais benéfico influxo nos seus futuros progressos. (...). Só no último quartel d’este grande século nos é dado ver, emfim, abreviada a distância que nos separa do resto do paiz e, não raro, do resto do mundo. É tarde? Esse poderoso elemento de riqueza e prosperidade, revigorando o depauperado organismo d’esta infeliz provincia, determinará, em breve trecho, a sua completa regeneração económica e moral”¹⁵.

Para percorrer os 340 km de Faro ao Barreiro os algarvios passavam a dispor de dois comboios diretos, um em cada sentido e outros dois com transbordo em Beja. O Terreiro do Paço estava agora à distância de 13h20m. Os enjoos do Cabo de São Vicente ou os tédios das diligências através das charnecas do Baixo Alentejo eram agora passado, restava aguardar a regeneração económica do distrito.

Provavelmente relacionado com a introdução do comboio na região o periódico francês *Journal des Voyages – et des aventures de terre et de mer*¹⁶ dedicou, em novembro de 1889, alguns parágrafos ao Algarve, na secção “Les Anciens États – Le Royaume des Algarves”, com a descrição da província, aglomerados urbanos, população e principais produções. Afinal, a região estava agora indubitavelmente acessível por via terrestre ao resto do país e à Europa.

Todavia, nos anos subsequentes pouco se terá alterado na afirmação do Algarve no contexto nacional, até que, em 1897, um acontecimento vai projetar a região, para as primeiras páginas dos jornais nacionais – a visita do rei D. Carlos e da rainha D. Amélia.¹⁷

¹⁴ Aurélio Nuno Cabrita, *O Comboio no Algarve: Festejos e Inaugurações*, Casa do Algarve/Centro de Arte e Cultura Teixeira Gomes, Lisboa, 2014, p.4.

¹⁵ *A Inauguração*, N.º único, 01/07/1889, p.1.

¹⁶ *Journal des Voyages – et des aventures de terre et de mer*, N.º 646, 24/11/1889, pp.332-333.

¹⁷ Aurélio Nuno Cabrita, “Recordar a visita real ao Algarve: outubro de 1897”, *Visita*

Eram volvidos trezentos e vinte e quatro anos desde que um monarca visitara a região, concretamente, D. Sebastião em 1573. O acontecimento era pois único e terá originado a primeira grande reportagem sobre a província, descrevendo a imprensa não só a visita em si, mas as principais localidades, a história, a indústria, hábitos e costumes, hospedarias, etc., enfim uma região exótica e encantadora, “de ar balsâmico, de céu sempre azul, de clima único, de solo fértil”¹⁸.

Os reis viajaram de comboio até Faro, término da linha, e daqui percorreram durante seis dias o distrito. A sotavento visitaram Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António, bem como as Minas de São Domingos, e a barlavento Lagos, Portimão, Monchique, Silves e S. B. de Messines, onde tomaram o comboio de regresso a Lisboa. O *Diário de Notícias* apresentou o seguinte balanço: “a viagem real, quando não desse outro resultado, terá pelo menos isto de bom: o chamar a atenção do paiz para o Algarve, que é uma das províncias mais esquecidas, sendo pelo contrário, uma das terras portuguesas mais dignas de ser visitada e querida”¹⁹. Quanto a meios de transporte os soberanos utilizaram o comboio, mas também o barco, a carruagem entre Faro e Vila Real, bem como de Lagos para Portimão, Monchique, Silves e Messines e até cavalos na subida à Foia. O periódico *António Maria* satirizou o pó das estradas algarvias: “os povos de Tavira ficam convencidos que toda a régia comitiva é composta por velhos. Estão todos brancos... da poeira.”²⁰ Para em Vila Real complementar: “se em Tavira nos julgaram velhos, em Villa Real julgam-nos velhíssimos. Encanecidos pelo pó da estrada”²¹. Façamos agora uma breve incursão pelas estradas da região.

AS ESTRADAS

João Batista da Silva Lopes referia, em 1841, que as estradas no Algarve são “menos más na beira mar, no barrocal porém peiores, e na serra péssimas”²². As comunicações com o Alentejo eram “quasi intransitáveis”, sendo a estrada por S. B. de Messines, São Marcos e Santa Clara/Sabóia a melhor e a mais utilizada pelos almocreves de Faro e Loulé (embora carecesse de

Real ao Algarve (1897), Câmara Municipal de Lagoa, Lagoa, 1997, p.37.

¹⁸ *Branco e Negro*, N.º 82, 24/10/1897, p.56.

¹⁹ *Diário de Notícias*, N.º 11437, 15/10/1897, p.1.

²⁰ *O António Maria*, N.º 449, 28/10/1897, p.3.

²¹ *Id.*, *Ibidem*.

²² João Batista da Silva Lopes, *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, 2º volume, Algarve em Foco, Faro, 1988, p. 75.



Figura 2 Excerto do mapa de “Comunicações do Reyno” de 1862. A estrada de Faro a Beja foi considerada prioritária.

uma profunda intervenção, que a tornaria transitável para seges e carretas, entre São Marcos e Santa Clara). As outras hipóteses eram: Loulé, Salir (ou Ameixial) e Almodôvar; Tavira por Giões e S. Sebastião dos Carros; Lagos por Aljezur e Odeceixe; ou Portimão, Monchique e Santa Clara. No interior da província apenas o caminho que saía de S. B. de Messines para oeste, em direção a Silves e para este, Faro, admitia carretas, mesmo assim exigindo reparos. Algumas povoações comunicavam entre si por veredas. Nove anos depois, Charles Bonnet dizia que a estrada para Lisboa era um simples caminho, ou melhor “atalhos por vezes demasiado escabrosos e apenas transitáveis a cavalo”.²³

No final da década de 1840 iniciou-se a construção da estrada de Faro a Loulé, a primeira macadamizada na região²⁴, ou seja, segundo a metodologia concebida por McAdam²⁵. Nas décadas seguintes avançaram estudos e projetos, construindo-se novas estradas um pouco por toda a província. Sempre que possível, era aproveitado o velho traçado medieval para se evitarem novas expropriações e tornar a construção mais rápida e económica.

Em resumo, em 1873 a região contava com as estradas de Lagos a Vila Real de Santo António e de Lagos a Monchique, encontrando-se outras em construção. As crises agrícolas de 1875 e 1878 vieram incrementar não só os trabalhos existentes, como potenciar outros, como a estrada de Portimão a S. B. de Messines. A par das estradas de âmbito regional avançavam também as municipais de menor importância, construídas segundo a mesma metodologia.

Em termos de ligações ao Baixo-Alentejo e apesar de em junho de 1862 o governo expressar a intenção de concluir, no prazo de cinco anos, um conjunto amplo de estradas a nível nacional, onde se incluía a de Beja a Faro, pouco se executou nos anos seguintes. Em 1867 foram classificadas como distritais ou de 2ª ordem, entre outras: a estrada de Vila Real de Santo António a Mértola, por Castro Marim e Alcoutim; Faro a Almodôvar e Castro Verde, por S. Brás e Ameixial; Odemira a Vila do Bispo e Sagres por Odeceixe e Aljezur.²⁶

²³ Charles Bonnet, *Ob. Cit.*, p.139.

²⁴ Luís Filipe Rosa Santos, *Ob. Cit.*, p.56.

²⁵ Engenheiro escocês, inventou, cerca de 1820, um sistema que consiste, grosso modo, em assentar três camadas de pedra de diferente granulometria, calcadas com um cilindro, numa caixa com 20 cm de profundidade. As duas primeiras camadas, a uma profundidade de cerca de 20 cm, recebiam brita de Ø 6 cm. A terceira era feita com duas camadas de 5 cm, cheias de pedra de Ø 2,5 cm. A caixa tinha valas laterais para a drenagem das águas pluviais. Embora carecesse de uma intensa mão de obra, o piso da estrada ficava forte e enxuto.

²⁶ Luís Filipe Rosa Santos, *Ob. Cit.*, p.81.

Três anos depois a Junta Distrital resolveu que a primeira a construir seria a de Faro a Almodôvar e Castro Verde. Na opção pesou a possibilidade da ligação de Faro à estação ferroviária de Beja, estimada em cerca de dez horas. Todavia, sendo uma estrada distrital, a região teria de contribuir para a sua construção, o que aliado à conservação de algumas vias já construídas, tornava a situação bastante onerosa. As obras foram autorizadas por portaria de 24 de julho de 1871 e iniciaram-se pouco depois, por troços. A 30 de junho de 1884 encontravam-se em execução cerca de 22 km, entre Alportel e Cortelha, sendo que de São Brás a Faro a via estava concluída. Seis anos depois estudava-se o local para a edificação da ponte sobre o Vascão. Em setembro de 1896 e na sequência de uma nova crise agrícola foi proposto ao governo que concluísse a estrada de Faro a Castro Verde, bem como a de Monchique a Sabóia, esta última com o objetivo de ligar àquela estação ferroviária.

Por essa altura, a estrada de Faro a Vila Real de Santo António estava impraticável: “transpô-la de trem, sobretudo em diligência, é tortura incomportável. Antes mil vezes passar o cabo da Boa Esperança fora da monção, do que sujeitarmo-nos àqueles solavancos horrorosos que nos deixam os ossos num feixe”²⁷. Esta seria a mesma estrada que os soberanos utilizaram em outubro de 1897, contudo, apesar dos comentários dos jornalistas, estaria certamente em melhores condições, até porque o rei prometera, em Faro, interessar-se pelas obras marítimas e pelo desenvolvimento das linhas férreas, quanto à rodovia nada foi dito em toda a visita.

Afinal, o comboio era o símbolo do progresso e a partir de 1889 pouco ou quase nada se avançou na construção de estradas. Quanto ao caminho de ferro, um mês depois da visita real, era publicada uma portaria, datada 10 de novembro de 1897, que determinava a realização dos estudos necessários ao seu prolongamento até Vila Real de Santo António, bem como de Portimão a Lagos.²⁸

O RAMAL FERROVIÁRIO DE PORTIMÃO

Embora um decreto datado de 17 de setembro de 1883 determinasse o início da construção do ramal de Portimão²⁹, só na primavera de 1898 se iniciaram os trabalhos³⁰. O traçado esteve envolvido em

²⁷ *Id.*, *Ibidem*, p.87.

²⁸ *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, N.º 238, 16/11/1897, p.1.

²⁹ Luís Filipe Rosa Santos, *Ob. Cit.*, p.134.

³⁰ *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, N.º 361, 01/01/1903, p.3.

alguma polémica, principalmente pelos silvenses que ambicionavam a estação junto à cidade, ao invés de se localizar, como seria concretizado, a 2 km de distância. Os lacobrigenses comungavam também daquela hipótese, pois, desta forma, o atravessamento do rio Arade seria mais fácil, o que permitiria que a linha fosse construída com maior celeridade até Lagos, todavia, em março de 1899 tal intenção desvanecia-se.³¹ A 10 de outubro de 1899 o comboio chegava a Algoz, a 19 de março de 1900 atingia Poço Barreto e alcançava a estação de Silves a 1 de fevereiro de 1902. Um ano depois, a 15 de fevereiro de 1903, as locomotivas soavam em Parchal/Ferragudo, estação terminal que passou a ostentar o topónimo de “Portimão”, ficando assim concluído o ramal do mesmo nome. Nesse dia houve uma estrondosa festa a barlavento, afinal “era uma conquista e mais um passo andado no caminho do progresso”³².

Centenas de pessoas associaram-se ao momento, presidido pelo Governador Civil e por alguns deputados: “a multidão era tanta que tomava por completo a distância de 1 600 metros que vae da estação a Portimão e só com muita dificuldade se podia caminhar. O espectáculo tornou-se então perfeitamente feérico e maravilhoso, sendo impossível descrevê-lo. Aqueles que conhecem Portimão poderão imaginar o que seria essa marcha festiva e, podemos dizer, triunfal.”³³ Quanto a Lagos a construção da ponte ferroviária sobre o Arade iria dilatar o sonho por mais alguns anos.

Escassos meses após a inauguração, a 29 de junho, uma comissão de cavalheiros de Faro realizava o primeiro comboio de recreio, transportando excursionistas de Faro a Portimão, conforme noticiava o periódico olhanense *O Cruzeiro do Sul*. A iniciativa apresentava elevada procura, devido aos “preços que são baratíssimos”³⁴. O passeio era acompanhado por uma filarmónica, que atuaria ainda na Praia da Rocha e na praça Manuel Bivar, em Portimão. Mas o ano de 1903 não ficaria apenas registado nos anais da história regional pela inauguração do ramal de Portimão, em abril um outro acontecimento prendeu a atenção dos algarvios, um dos primeiros automóveis percorreu as estradas da região.

³¹ Aurélio Nuno Cabrita, *O Comboio no Algarve: Festejos e Inaugurações*, Ob. Cit., p.14.

³² *O Cruzeiro do Sul*, Nº 5, 19/02/1903, p.1.

³³ *Id.*, *Ibidem*.

³⁴ *O Cruzeiro do Sul*, Nº 21, 11/06/1903.

OS PRIMEIROS CARROS NO ALGARVE E A CONCLUSÃO DA LINHA FÉRREA DO SUL

Em abril de 1903 João Caetano de Tavares e Mello, diretor técnico da empresa Automobilista Portuguesa, sediada em Coimbra, percorreu o Algarve de automóvel. Para o *Folha do Sul*, periódico publicado em Loulé, tratava-se da primeira pessoa a visitar aquela vila de automóvel, “porque até agora ainda aqui não apareceu nenhum d’esses modernos e rápidos meios de transporte”³⁵. Este terá sido um dos primeiros automóveis a chegar ao Algarve, contudo viria de comboio. O insigne *chauffeur* fez rapidamente a viagem num automóvel Darracq de Lisboa ao Alentejo, onde visitou Grândola, Sines, Santiago do Cacém, Beja e Mértola. Nesta última vila pretendia tomar o barco até Vila Real de Santo António, porém e não tendo encontrado vapor que o pudesse transportar, retornou a Beja, onde de comboio viajou até S. B. de Messines. A 21 de abril, pelas 9 horas da manhã, o veículo dava entrada em Loulé causando admiração.

Em seguida, na mesma tarde, viajou para Faro, tendo demorado 17 minutos no trajeto, visitando posteriormente Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António e S. Brás de Alportel.³⁶ Dia 23 percorria o barlavento algarvio. O objetivo da viagem prendia-se com a comercialização daqueles veículos de dois cilindros, com 20 cavalos, com uma velocidade máxima de 70 km/hora e capacidade para sete pessoas. Apesar de ter circulado em vagão ferroviário entre Beja e Messines, a viagem de Tavares e Mello terá sido a primeira de automóvel entre Lisboa e o Algarve. Não obstante, o *Folha do Sul*, na edição de 26 de abril, noticiou que Gregório Mascarenhas, de Silves, havia visitado aquela vila no seu automóvel no dia anterior.³⁷ Por curiosidade, refira-se que em 1912 existiam 4 automóveis na região, repartidos por Faro, Lagos, Loulé e Tavira.³⁸

Mas regressemos ao início do século e ao prolongamento do caminho de ferro de Faro à fronteira. Em março de 1902 ficava decidida a diretriz do traçado a adotar, ou seja, a via seguiria junto à ria até Olhão, contornando o velho castelo de Faro, em vez de atravessar a zona da Penha. A 28 de março de 1904 o comboio chegava a Olhão tendo a inauguração oficial ocorrido a 15 de maio. O prolongamento rumo à fronteira



Figura 3 Ponte girante em Faro (postal ilustrado). A diretriz do traçado caminho de ferro para sotavento ficou definida em 1902, ele seguiria junto à ria Formosa.

³⁵ *Folha do Sul*, N.º 68, 19/04/1903, p.1.

³⁶ *Folha do Sul*, N.º 69, 26/04/1903, pp.1,2.

³⁷ *Id.*, *Ibidem*, p.2.

³⁸ Thomaz Cabreira, *O Algarve Economico*, Imprensa Libanio da Silva, Lisboa, 1918, p.172.

tornava-se um facto: a 1 de setembro era inaugurada a estação da Fuzeta, seguiu-se a Luz em 31 de janeiro de 1905 e Tavira a 10 de março. Em 16 de junho teve lugar a primeira passagem de uma locomotiva pela ponte do rio Séqua, um verdadeiro acontecimento. Apesar de concluído o troço entre Tavira e Cacela, este aguardaria a abertura da fração final até Vila Real de Santo António.

A inauguração foi aprazada para o dia 14 de abril de 1906, em pleno sábado de Aleluia, algo bastante criticado pela imprensa, ainda, para mais, quando faltavam construir casas para o pessoal, placa giratória para as locomotivas e a própria gare ferroviária que ficou a funcionar num edifício provisório (seria substituída apenas em 1945). De qualquer forma, os festejos foram imponentes: “a inauguração oficial do troço fez-se pelo tramway de Portimão que chegou à 1 hora da tarde a Villa Real, com inúmeras carruagens apinhadas de festeiros e que n’aquella vila era aguardado por uma massa compacta de povo no recinto da estação que offerecia um imponente e deshabitual aspecto.”³⁹ Algumas ruas da vila estavam ornamentadas com iluminações, realizando-se vários concertos por diferentes filarmónicas.

O jornal *O Herald* vaticinava as potencialidades disponíveis com tão importante beneficiação: “as principais localidades do sotavento da província estão já hoje em comunicação de via acelerada com todo o resto do paiz e o mundo civilizado, melhoramento de capital importância que lhes vem insuflar novos elementos de vida e abrir novos caminhos de prosperidade ao seu comércio e á sua indústria”⁴⁰. Simultaneamente, antevia e prognosticava que “toda esta encantadora e aprazível região do littoral algarvio, perdida do mundo pelo seu vergonhoso isolamento, há de agora ver apreciadas pelo gosto requintado dos *touristes* as suas edênticas maravilhas, rivaes, na natureza às d’essa afamada Côte d’Azur que desde há tempos attrahe e encanta quasi toda a vagabundagem mundana.”⁴¹ Ainda acrescentava: “soubesse a iniciativa do homem corresponder à prodigalidade da natureza e ao Algarve estaria agora destinado um futuro de inigualáveis prosperidades, sobretudo pela amenidade incomparável do seu clima que faz de todo este rincão de terra algarvia a mais agradável estação de inverno”⁴².

³⁹ *O Herald*, N.º 1240, 21/04/1906, p.1.

⁴⁰ *Id.*, *ibidem*.

⁴¹ *Id.*, *ibidem*.

⁴² *Id.*, *ibidem*.

Concluída a linha do Sul em Vila Real de Santo António, as acessibilidades à região, quer ferroviárias, quer rodoviárias, não sofreram grandes alterações nas décadas seguintes. Em 1915, no Congresso Regional Algarvio, voltam a estar em evidência.

AS ACESSIBILIDADES E O CONGRESSO REGIONAL ALGARVIO EM 1915

Realizado na Praia da Rocha nos primeiros dias de setembro de 1915, o Congresso Regional Algarvio reuniu a elite da época, que debateu na sua especialidade o presente e o futuro da região.⁴³ A imprensa nacional deu amplo destaque à iniciativa pioneira no país, onde as acessibilidades estiveram em evidência, ou não fossem imprescindíveis para um Algarve que se queria turístico. Agostinho Lúcio apresentou a tese “Estradas”, arriscando afirmar que o Alentejo e o Algarve seriam as regiões do país mais parcas em rodovias. Se o litoral da região era regularmente servido de meios de comunicação, na serra estes eram “duma pobreza”⁴⁴ difícil de explicar. Paralelamente à costa havia três estradas, todas incompletas: Sagres a Vila Real de Santo António (faltava o troço Vila do Bispo a Sagres); S. B. de Messines a Tavira; de Alcoutim ao Ameixial. De penetração norte/Sul: Lagos a Odeceixe, também incompleta; Portimão a Monchique; Faro a Barranco do Velho, bifurcando-se aqui para o Ameixial e para Cachopo. Considerava o congressista não só indispensável o término das vias inacabadas, como proceder ao estudo de novos traçados.

Nessa ordem de ideias, o Algarve dispunha de 511 km de estradas construídas/em construção, aproximadamente 192 km de vias projetadas e 148 km de estradas não estudadas. O autor reputava desse modo como urgente a concretização da via de São Marcos a Monchique, que se prolongaria até Aljezur, considerada benéfica para o turismo e para a agricultura, assim como a ligação de Aljezur a Vila do Bispo, da mesma forma concluir a estrada de Aljezur ao Alentejo, permitindo a ligação com Lisboa. Do lado oriental terminar a ligação do Ameixial a Alcoutim e de Cachopo a Martim Longo, que concebia útil ao turismo oriundo do leste da Espanha, que transitaria por Sanlúcar - Alcoutim.

⁴³ Aurélio Nuno Cabrita, “Há 100 anos, o Congresso Regional Algarvio fez a primeira radiografia da região”, <http://www.sulinformacao.pt/2015/09/ha-100-anos-o-congresso-regional-algarvio-fez-a-primeira-radiografia-da-regiao/>, página consultada em 06/10/2015.

⁴⁴ Agostinho Lúcio, “Estradas”, *Congresso Regional Algarvio 1915*, Tipografia Moralizadora, Lisboa, 1915, p.5.

Anotava, também, como importantes o ramal de Sagres ao Cabo de São Vicente e de Loulé a Barranco do Velho por Querença. Um outro aspeto primordial e fundamental para o desenvolvimento turístico era a conservação dos pisos, que o próprio considerava de “vergonha administrativa”⁴⁵, propondo um regime de fiscalização ativo e eficaz. Em síntese, as estradas existentes no Algarve não se coadunavam ao desenvolvimento do turismo.⁴⁶

Relativamente à ferrovia foram debatidas duas teses: “Caminhos de ferro do Algarve”⁴⁷ por Vasconcelos Corrêa; “Tarifas ferroviárias”⁴⁸ de Tomás Cabreira. Na primeira defendia-se a rápida conclusão da linha do vale do Sado (já estavam construídos e inaugurados os troços da Funcheira ao Lousal)⁴⁹ e do ramal de Portimão a Lagos, bem como a construção de vias férreas reduzidas. Estas seriam: de Loulé a S. Brás de Alportel e a Faro, com um ramal de São Brás a Tavira por Santa Catarina da Fonte do Bispo; de Portimão a Monchique, com prolongamento à Praia da Rocha; de Lagos, Vila do Bispo a Aljezur, Odeceixe, S. Teotónio e Odemira, ligando eventualmente a Sines.

Uma outra questão pertinente também não foi esquecida, os horários e a qualidade do material circulante. Dois temas caros aos algarvios, que se protelaram no tempo, raramente os horários foram considerados favoráveis aos interesses regionais, e quanto ao material circulante, esse foi sempre paupérrimo e sem qualidade. Adelino Mendes, jornalista de *A Capital*, deixou-nos um testemunho pouco abonatório da viagem que realizou de comboio aquando do Congresso Regional Algarvio.⁵⁰

Por seu lado, Tomás Cabreira, na tese “Tarifas Ferroviárias”, defendia uma revisão nas tarifas praticadas. Para o efeito considerava que a organização do Conselho de Tarifas não estava a favorecer o desenvolvimento económico do país, nem dava suficiente representação às classes produtoras. Desde cedo muitos se insurgiram contra os elevados preços da expedição ferroviária, que consideravam proibitivos,

⁴⁵ *Id.*, *Ibidem*, p.7.

⁴⁶ *O Século*, N.º 12121, 05/09/1915, p.2.

⁴⁷ A. de Vasconcelos Corrêa, “Caminhos de ferro do Algarve”, *Congresso Regional Algarvio*, Gazeta dos Caminhos de Ferro, Lisboa, 1915, pp.1-14.

⁴⁸ Thomaz Cabreira, “Tarifas ferro-viarias”, *Congresso Regional Algarvio*, José Soares & Irmão, Lisboa, 1915, pp.1-4.

⁴⁹ José Ribeiro da Silva e Manuel Ribeiro, *Os comboios em Portugal*, Terramar, Lisboa, 2009, p. 84.

⁵⁰ Adelino Mendes, *O Algarve e Setúbal*, Guimarães & C.ª, Lisboa, 1916, p.1.

não vislumbrando assim alternativa ao despacho por via marítima. Esta foi uma das teses que gerou algum debate por se considerar que, em simultâneo, devia ser exigida a introdução de câmaras frigoríficas.⁵¹

A entrada de Portugal na I Grande Guerra, em 1916, com o incremento de todas as dificuldades daí advindas, sem esquecer o falecimento precoce de Tomás Cabreira (a alma do congresso), em Tavira em 1918, protelaram a implementação das orientações do Congresso e as vias de comunicação, essencialmente as rodoviárias, não foram exceção. Quanto às ferroviárias, apesar de tudo, seria diferente.

A CONCLUSÃO DA LINHA DE PORTIMÃO ATÉ LAGOS

Com o advento da República a Câmara Municipal de Lagos propôs-se construir o ramal, contraindo para o efeito um empréstimo no valor de 500 contos⁵², este seria caucionado com o Imposto da Barra que a autarquia cobraria. A proposta foi autorizada pelo Parlamento em julho de 1912 e nela participou ativamente um filho da terra, o Senador Alberto da Silveira. Pouco depois têm lugar os primeiros trabalhos de assentamento da linha, no entanto, o empréstimo não foi suficiente, regressando as obras de novo ao Estado, bem como o Imposto da Barra.

Em 1915 teve início a construção da ponte sobre o Arade, em Portimão, a maior da ferrovia na região. Entretanto, eram edificadas as estações de Portimão (atual), Montes de Alvor, Mexilhoeira Grande, Odiáxere e Lagos, bem como construídas várias obras de arte. A 30 de julho de 1922 o ramal de Lagos era inaugurado festivamente pelo chefe do Governo e dois ministros, do Trabalho e do Comércio. Foi o único troço da ferrovia regional que contou com a presença das mais altas figuras da nação. Os lacobrigenses comemoraram sobremaneira o acontecimento, prolongando-se os festejos por três dias, repartidos por concertos, jogos de futebol, teatro, exposições e milhares de pessoas. O traçado da linha constituía, segundo o jornal *O Século*, “um pitoresco encantador, atravessando campos verdejantes e floridos, quasi sempre marginando o mar”⁵³, concluindo tratar-se de “um ramal de luxo, linha de *turismo*, como já lhe chamam”.⁵⁴ Lagos dispunha,



Figura 4 Ponte ferroviária sobre o rio Arade (postal ilustrado).

⁵¹ *O Século*, N.º 12121, 05/09/1915, p.2.

⁵² Aurélio Nuno Cabrita, *O Comboio no Algarve: Festejos e Inaugurações*, Ob. Cit., p. 17.

⁵³ *O Século*, N.º 14535, 29/07/1922, p.1.

⁵⁴ *O Século*, N.º 14536, 30/07/1922, p.1.

finalmente, do comboio e a Meia Praia “servida por uma projectada avenida e pela via ferrea, virá a ser uma das mais deliciosas estâncias do Algarve, cujo futuro se antevê brilhante de progresso e prosperidade”⁵⁵.

O ramal de Lagos constituiu o último lanço de caminho de ferro construído na região, pese embora o prolongamento da via da estação de Vila Real de Santo António ao Guadiana, inaugurado a 20 de dezembro de 1937 para mercadorias e aberto a passageiros a 24 de janeiro de 1952.⁵⁶ Convém acrescentar que todos os outros projetos elencados em 1915 não passaram do papel, tal como o caminho de ferro de S. B. de Messines a Tavira, com passagem por Alte, Salir, Querença, S. Brás e Santa Catarina, aventado em 1927.⁵⁷

Ainda em 1925 com a inauguração da ponte de Alcácer do Sal, a 1 de junho, e com ela a conclusão efetiva da linha do Sado (uma ponte provisória permitia a passagem do Sado com muitas restrições desde 1920)⁵⁸, o percurso entre o Barreiro e Faro tornou-se mais rápido, não só foi reduzido em cerca de 52 km, como se evitavam vários entroncamentos ferroviários, como Vendas Novas, Casa Branca e Beja. Este último pressupunha ainda uma inversão da locomotiva para os comboios destinados e provenientes do Algarve, pois a linha contornava a cidade pelo lado norte, situação que se manteve até 1970.⁵⁹ Não obstante a inauguração da Linha do Sado as composições para o Algarve continuaram a utilizar as duas linhas até ao encerramento definitivo do troço entre Funcheira e Beja, a 31 de dezembro de 2011.⁶⁰

Em 1932 a Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses inicia a organização de excursões, em comboio coadjuvado com autocarro, com o objetivo de “desenvolver o gosto pelas viagens em Portugal, e de tornar conhecidas as belezas do país”⁶¹. Assim, a primeira série destas excursões foi dedicada ao Algarve, na temporada das amendoeiras floridas. Durante três dias os passageiros cruzavam a região de sotavento a

⁵⁵ *Ilustração Portuguesa*, N.º 859, 05/08/1922, p.125.

⁵⁶ Aurélio Nuno Cabrita, *O Comboio no Algarve: Festejos e Inaugurações*, Ob. Cit., p.11.

⁵⁷ Afonso da Cunha Duarte, *Terras de Alportel*, volume II, Casa da Cultura António Bentes, S. Brás de Alportel, 2008, p.313.

⁵⁸ *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, N.º 1684, 16/02/1958, pp.91-92.

⁵⁹ *TrainSpotter*, N.º 40, novembro de 2013, pp. 12-19, <http://www.portugalferroviario.net/home/attachments/article/7/2013-11.pdf>, página consultada em 06/10/2015.

⁶⁰ Aurélio Nuno Cabrita, “A última viagem de comboio da Funcheira a Beja”, <http://www.sulinformacao.pt/2012/01/a-ultima-viagem-de-comboio-da-funcheira-a-beja31-de-dezembro-de2011/>, página consultada em 06/10/2015.

⁶¹ C.P., *Excursões ao Algarve – na época das amendoeiras floridas*, C.P., Lisboa, 1932 (brochura).

barlavento, em pensão completa, por 290\$00. Uma iniciativa que teria grande sucesso nos anos seguintes.

A CONCLUSÃO DAS ESTRADAS DE LIGAÇÃO AO ALENTEJO

A ponte sobre a ribeira do Vascão, nas imediações do Ameixial e fronteira com o Alentejo, apenas ficaria concluída cerca de 1913, sendo provável que de imediato, ou pouco depois, fosse possível chegar a Castro Verde. Em 1927, Raul Proença, no Guia de Portugal, indica como acesso rodoviário ao Algarve a estrada por Setúbal, Alcácer do Sal, Ferreira do Alentejo, Aljustrel, Castro Verde e Almodôvar, todavia no inverno era impossível transitar entre Ferreira e Aljustrel (ribeira do Roxo), pelo que se tornava imprescindível tomar o comboio em Beja e descer no Carregueiro (estação de Castro Verde-Almodôvar).⁶² A 20 de julho de 1931 a Auto-Cars Setubalense inaugura a primeira ligação em autocarro desde Cacilhas ao Algarve, com transbordo no Roxo, eliminando desta forma o constrangimento provocado pela ausência de ponte.⁶³

O ministro das Finanças Oliveira Salazar, em novembro do mesmo ano, em deslocação de Beja para o Algarve, seria vítima das obras da estrada quando o carro em que seguia se imobilizou nas imediações de Castro Verde, sendo necessário recorrer ao auxílio de uma junta de bois.⁶⁴ Como resultado, a comitiva ministerial chegou a Faro com várias horas de atraso.

A ponte sobre o Roxo seria concluída em 1932 e a estrada inaugurada a 15 de Fevereiro,⁶⁵ para solenizar o acontecimento deslocou-se ao Algarve o presidente da República general Carmona. O chefe de Estado viajou em comboio especial até Ermidas-Sado, fazendo o percurso rodoviário pela nova infraestrutura, vindo tomar novamente o comboio presidencial em Almansil-Nexe, no qual chegou a Faro.⁶⁶ Concluída a ligação rodoviária passaram-se também a organizar excursões à região exclusivamente em autocarro.

⁶² Raul Proença, *Guia de Portugal – Estremadura, Alentejo e Algarve*, Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, 1927, p.214.

⁶³ José Luís Covita, *Memórias de um século de autocarros a sul do Tejo*, Scribe, Lisboa, 2012, p.118.

⁶⁴ Aurélio Nuno Cabrita, “Salazar visitou pela primeira vez o Algarve há 81 anos”, <http://www.sulinformacao.pt/2012/11/salazar-visitou-algarve81-anos>, página consultada em 06/10/2015.

⁶⁵ Aurélio Nuno Cabrita, “Visita de Óscar Carmona ao Algarve em fevereiro de 1932: a viagem entre Lisboa, Ferreira do Alentejo e Faro”, <http://www.sulinformacao.pt/2012/04/visita-do-pr-oscar-carmona-ao-algarve-em-fevereiro-de-1932-a-viagem-entre-lisboa-ferreira-do-alentejo-e-faro/>, página consultada em 06/10/2015.

⁶⁶ *Id.*, *ibidem*.

A barlavento a estrada de Aljezur, por Odemira e São Luís, concluir-se-ia com a inauguração das pontes de Odeceixe e Sol Posto (entre São Luís e Odemira), pelo ministro das Obras Públicas e Comunicações, Joaquim Abranches, em 26 de julho de 1936. A ponte de Odeceixe, com 181 metros de comprimento, era então a mais extensa construída em cimento armado e foi orçada em 1 800 contos.⁶⁷ Inauguradas as duas pontes restava concluir alguns troços além de Santiago do Cacém, para que a viagem entre Lisboa e o Algarve pelo vale do Sado se fizesse, nas palavras de *O Século*, “em condições recomendáveis ao turismo”⁶⁸. Na década de 1930 seria também finalizada a estrada de Monchique à estação ferroviária de Sabóia- Santa Clara, sendo que algumas obras de arte do percurso ostentam a cronologia de 1931.

A sotavento a ligação entre Vila Real de Santo António, Alcoutim e Mértola ficaria concluída na década de 1940. Em 1932 Alcoutim almejava a sua construção⁶⁹. Não obstante a sua importância, os povos do baixo Guadiana sempre utilizaram o rio como via de comunicação rápida e fácil. A ponte sobre a ribeira da Foupana foi construída em 1944 e a do Vascão dois anos depois, por sua vez, a de Odeleite foi inaugurada em fevereiro de 1949⁷⁰. Em junho do mesmo ano, o ministro das Obras Públicas, José Frederico Ulrich, percorreu a totalidade da via entre Beja e Vila Real de Santo António.⁷¹ Na época esta ainda não se encontrava alcatroada, o que se previa que viesse a ocorrer com brevidade. Em 1951, o mesmo ministro, em viagem do Algarve para Lisboa, utilizou a “nova estrada de Vila Real de Santo António – Beja que é uma das mais importantes vias de comunicação entre a capital e aquela linda província”⁷², pelo que a via estaria já concluída.

No II Congresso Regional Algarvio, realizado em Lisboa em janeiro de 1951, a questão das acessibilidades não é abordada, à exceção de “O Algarve carece de aviação Civil”, tese apresentada pelo Dr. Amadeu Ferreira de Almeida.⁷³ A instalação de infraestruturas

⁶⁷ *O Século*, N.º 19528, 27/07/1936, p.1.

⁶⁸ *Id.*, *Ibidem*.

⁶⁹ Aurélio Nuno Cabrita, “Há 80 anos: Presidente da República Óscar Carmona visitou o Algarve em 15 de fevereiro de 1932”, <http://www.sulinformacao.pt/2012/02/ha-80-anos-presidente-da-republica-oscar-carmona-visitou-o-algarve-em-15-de-fevereiro-de-1932/>, página consultada em 06/10/2015.

⁷⁰ *Correio do Sul*, N.º 1632, 10/02/1949, p.4.

⁷¹ *Diário de Lisboa*, N.º 9521, 02/06/1949, p.1.

⁷² *Diário de Lisboa*, N.º 10096, 09/01/1951, p.4.

⁷³ Amadeu Ferreira de Almeida, “O Algarve carece de Aviação Civil”, *II Congresso Regional Algarvio – resumo das teses, conferências e comunicações*, Faro, 1950, p.33.

aéreas no Algarve vinha a ser discutida desde a década de 1940 e seria uma realidade a 11 de julho de 1965, com a inauguração do aeroporto de Faro.⁷⁴

Em meados do século XX, as principais infraestruturas rodoviárias previstas no século XIX estavam concluídas. Todavia, o traçado sinuoso da estrada do Caldeirão não constituía um acesso rápido ao centro do Algarve.

É, desse modo, que a 6 de novembro de 1966, o presidente da República Américo Tomás inaugura a estrada entre S. Marcos da Serra e S. B. de Messines, o primeiro troço de uma nova estrada projetada entre Alvalade e o Algarve. A via, que seria aberta ao trânsito na totalidade em julho de 1974, dotada de “um traçado amplo, rectilíneo e sem grandes acidentes”⁷⁵, veio eliminar os constrangimentos, quer da estrada de Barranco do velho, quer do Espinhaço de Cão, tornando o acesso à região mais fácil e rápido por encurtar a distância com Lisboa em cerca de 60 km. Já em meados da década de 1980 seria prolongada de S. B. Messines por Tunes até às imediações de Ferreiras.

Ainda, em 1966, com a construção da ponte sobre o rio Tejo em Lisboa, foi delineada uma autoestrada de Lisboa ao Algarve, a qual seria concluída em julho de 2002. Em 1991, foi inaugurada a ligação rodoviária com a Espanha, com a construção da ponte sobre o rio Guadiana, uma obra ainda propalada no estertor do Estado Novo, no início da década de 1970. A ponte sobre o Guadiana potenciou também a construção de uma via longitudinal no Algarve, a Via do Infante, estabelecendo a comunicação entre Castro Marim e Bensafrim em perfil de autoestrada, cuja construção se prolongou por mais de uma década, ficando concluída em 2003.

Em 2015 o Algarve dispõe de excelentes vias de comunicação, essencialmente depois da eletrificação da linha férrea em 2004 (ainda só até Faro) e da abertura da nova variante ferroviária a Alcácer, bem como da ampliação da aerogare, carecendo todavia de infraestruturas portuárias, mormente para a atracagem de grandes navios de cruzeiro. Neste campo destacam-se as diversas marinas, como a de Vilamoura, ainda da década de 1970 e, mais recentemente, as congéneres de Lagos, Portimão e Albufeira, entre outros portos de

⁷⁴ Aurélio Nuno Cabrita, “O Aeroporto de Faro foi inaugurado há 50 anos – dos primórdios à concretização”, <http://www.sulinformacao.pt/2015/07/aeroporto-de-faro-foi-inaugurado-ha50-anos-dos-primordios-a-concretizacao/>, página consultada em 06/10/2015.

⁷⁵ Arménio Aleluia Martins, “O Algarve está mais perto do país”, *Jornal do Algarve*, N.º 905, 27/07/1974, pp.1, 6.

recreio. Na rodovia urge a concretização da ligação de Bensafrim a Aljezur e Odemira, em perfil de itinerário complementar, enquanto no sotavento, a conclusão da estrada de Alcoutim a Albernoa, por Mértola, no mesmo perfil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Algarve constituiu, até 1889, uma região remota e estranha para a maioria dos portugueses. A chegada do comboio veio permitir o acesso fácil a uma região que, separada do Alentejo pela “intransponível” serra algarvia, tinha no mar e, conseqüentemente, no barco o meio de transporte por excelência. Não obstante esta contrariedade a construção da ferrovia dilatou-se pelo tempo e o Algarve foi das últimas regiões do país a ouvir o silvo da locomotiva, uma obra que demorou mais de duas décadas a concluir-se até Faro. No caso de Vila Real de Santo António e Lagos seria necessário esperar mais alguns anos, dezassete e trinta e três respetivamente.

Em termos de rodovia a situação não seria muito diferente, iniciada na década de 1870, somente em 1932 o Algarve ficou acessível de carro a partir de Lisboa, pela estrada de Barranco do Velho. No contexto regional as difíceis acessibilidades à serra prolongaram-se praticamente aos nossos dias, enquanto no barrocal e essencialmente no litoral estas foram implementadas de uma forma mais célere. O desenvolvimento turístico prognosticado em 1915, com o Congresso Regional Algarvio, cujas conclusões os sucessivos governos ignoraram, viria a ser uma realidade essencialmente a partir da década de 1960, mas, mesmo assim, só em 1974 a região usufruiu de uma ligação rodoviária rápida com Lisboa, com a conclusão da estrada de S. Marcos a Ourique.

Convém salientar que o comboio foi o meio de transporte terrestre por primazia até aos anos de 1980, quando a rodovia o terá suplantado. Enquanto isso, já o aeroporto, inaugurado em 1965, afirmava o Algarve no contexto europeu e mundial. Foi ainda de comboio que se organizaram as primeiras excursões, fosse na própria região ou a partir de Lisboa. Na década de 1930 surgem também as excursões em autocarro, via Barranco do Velho.

Não obstante o desenvolvimento potenciado pelo turismo vaticinado em 1906, aquando da inauguração do caminho de ferro em Vila Real de Santo António, evidenciado no Congresso Regional, como referimos, ou ainda, em 1922, na conclusão do ramal de Lagos,

o Algarve e os algarvios raramente foram prioridade para os contínuos governos, fosse na Monarquia Constitucional, na República, no Estado Novo, ou mesmo depois do 25 de Abril de 1974. A realidade é que as principais infraestruturas básicas protelaram-se no tempo e raras vezes foram objeto de inauguração oficial. O comboio marcou indelevelmente o século XIX, tal como o aeroporto foi a principal infraestrutura de transporte construída no século XX na região.

Quanto à autoestrada essa somente atingiu o Algarve em pleno século XXI, e até os 130 km da Via do Infante se delongaram em construção durante 12 anos, injustificáveis face ao avanço tecnológico das últimas décadas. Não fosse a pressão turística e as potencialidades inatas da região, bem como a riqueza daí advinda, o Algarve dos nossos dias não seria muito diferente daquele que José Estêvão descrevia na Câmara dos Deputados em 1853, uma das regiões mais atrasadas e esquecidas do país. Ao invés, por algum mérito próprio e muito reconhecimento estrangeiro, tornou-se numa região cosmopolita e procurada por milhões de turistas que anualmente nos visitam, seja de avião, de comboio ou de autocarro, e mais recentemente através de cruzeiro.

Estrada da Fóia - Da Vila ao coropito

José Gonçalo Duarte

“(...) No Dia de Maio de 1945, a debandada da vila foi para a novidade da Estrada da Fóia. Concluída (ou quase) poucos dias antes de terminar a 2ª Grande Guerra, ainda hoje não se tem a certeza do fim em vista. Empolou-se a ideia de estrada turística quando, no Algarve, nem se sonhava ainda que, alguma vez, pudéssemos ser um Reino Turístico. Dizia-se à boca pequena, com medo de alguém ouvir, que era uma estrada militar, construída com fins de vigia do oceano, e que isso nos podia tornar num alvo bélico preferencial. Fosse para que fosse, a verdade é que foi o polo de atracção desse Dia de Maio e que toda a gente ficou deslumbrada com o que viu. Os assados comeram-se nos taludes, empoleirados na paisagem, à beira de quem passava. E toda a gente se cumprimentava, comentava a vista, apontava o horizonte e oferecia um copo de bebida ou um naco de bolo (...).”

Silva Carriço in *Memória das Coisas*, p. 181

Passados que estão cerca de 70 anos do fim da Segunda Guerra Mundial e da conclusão do ramal da estrada que liga a vila de Monchique ao topo da Fóia, ao Coropito, a poucos metros do marco geodésico que assinala a altitude de 902 metros, duas referências surgem inevitavelmente. Em primeiro lugar, o Congresso Regional do Algarve, cujo centenário se comemora em 2015, que terá dado um impulso fundamental para o turismo da região, seguidamente, a figura do engenheiro Duarte Pacheco, ministro das Obras Públicas e Comunicações, que a três de dezembro de 1940 despachou favoravelmente o projecto para a referida construção.

O Congresso Regional Algarvio foi uma das iniciativas que a sociedade civil organizou na chamada



Figura 1 Marco quilométrico com a identificação actual da estrada

I República e que representou um marco histórico na reflexão que o país precisava de fazer para se aproximar do contexto europeu. Portugal vivia apenas há cinco anos no novo regime republicano e necessitava de actualizar as políticas, assumir a modernidade e descobrir formas de equilibrar as contas públicas, sendo que o turismo era uma dessas vias.

No relatório do Congresso Regional Algarvio, publicado em 1915, no que às estradas e rede viária dizia respeito afirmava-se “(...) *a serra, essa é duma pobreza de meios de viação, que não se sabe como melhor explicar-a, se por abandono a que são votadas essas miseráveis estações sertanejas, se á ignorância, se á indiferença dos poderes superiores, pelo estado, em que vivem esses desventurados habitantes da cadeia de montanhas, que partindo da Foya de Monchique se entendem à margem direita do Guadiana.*”

Se tomarmos como exemplo a *Revista de Turismo*, que se publicou quinzenalmente entre 1916 e 1924, em, praticamente, todas as edições se refere o problema da má qualidade ou da inexistência de estradas. Aleatoriamente, vimos um texto no nº 37 que transcrevemos: “(...) *a linha do Douro, não deve porém o seu desenvolvimento às suas estradas, que são tão deficientes que há muitíssimas estações a que só dão acesso maus e íngremes caminhos (...)*”, aliado à própria frustração do título do artigo: “*Um Paiz sem estradas - o cumulo do desleixo*”.

Um ano e meio antes, em setembro de 1917, em contraste, era visível a satisfação e a esperança no futuro do mesmo articulista, que no nº 29 da mesma Revista, tinha escrito o seguinte: “(...) *Vae muito adiantada a construção da estrada de Monchique a Saboia, ou seja a de ligação da parte oeste do Algarve com a provincia do Alemtejo. Esta estrada, que vae de Portimão, ás Caldas de Monchique, Monchique a Saboia, galga o alto da serra de Monchique, em curvas caprichosas que nos permite ver a beleza selvagem da serra, numa das curiosidades mais notáveis do Paiz. (...)*”. A mencionada estrada, no entanto, só foi concluída em 1931, permitindo agora aquela ligação que se ansiava, quer com fins turísticos, quer com o sentido de facilitar os acessos às populações das zonas por ela servida.

Como se sabe foi, no entanto, com o engenheiro Duarte Pacheco que a rede viária nacional começou a sentir progressos no seu desenvolvimento. Em relação à região algarvia sabe-se que, em 1934, o então Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, fez uma visita relâmpago

ao Algarve para se inteirar de perto das dificuldades regionais e, poucos dias depois, foi a vez do Ministro das Obras Públicas e Comunicações. Foram feitos os levantamentos necessários, se mais investimento não houve, na altura, tal deveu-se à pouca capacidade económico-financeira das Câmaras algarvias, incapazes de suportar projectos que não tivessem o apoio dos capitais nacionais. Sabe-se, por outro lado, que o próprio ministro lamentava esse facto em contactos mantidos com responsáveis e dirigentes regionais.

O dinamismo que se tentou implementar nas infra-estruturas, quer na criação de novas, quer na modernização das já existentes, criou condições para que, em 1937, a C. P. começasse uma carreira de *camionetas de passageiros* a partir da estação de Sabóia até à Praia da Rocha, com o objectivo de também servir os aquistas das termas das Caldas de Monchique. Obviamente, a vila de Monchique beneficiava com esta iniciativa e foi certamente neste contexto que surgiu o plano de construir um ramal da estrada nacional nº 107, 2ª, que a ligasse ao Coropito da Fóia, com início precisamente no largo principal, nascido com a construção da referida estrada¹.

Do Congresso tinham decorrido 20 anos, no entanto, abriam-se agora perspectivas para um incremento do turismo versus desenvolvimento. O papel dinamizador era assumido pelo ministro das Obras Públicas e Comunicações, que apostava no desenvolvimento das estruturas. Tanto que o ramal para a Fóia foi construído em pouco tempo, já que o despacho que aprovou o projecto tem a data de 3 de Dezembro de 1940, a certidão da Direcção dos Serviços de Construção é passada a 6 de Janeiro de 1941, sendo que é exarada na Nota de Serviço nº 46 no dia seguinte. Em 15 de Fevereiro de 1941, a mesma Direcção Geral faz sair a Nota de Serviço nº 411 que informa da arrematação, em 5 de Fevereiro, da empreitada para a construção do lanço entre Monchique e Fóia.

A empreitada foi adjudicada ao empresário José Ferreira Bento, de Lisboa, por 1.223.000\$00 (um milhão e duzentos e vinte e três mil escudos ou, como popularmente se dizia, 1223 contos) com a data prevista de conclusão de 31 de Janeiro de 1943. Durante os primeiros meses de 1941, começaram as expropriações e os trabalhos preliminares, sob responsabilidade do engenheiro chefe da 10ª Secção, Faro, Joaquim

¹ Documento com título RAMAL DA ESTRADA NACIONAL Nº 107-2ª

Barata Corrêa. Em Julho de 1942, os mapas de pessoal mostravam um volume impressionante de gente envolvida que atingia o total de 4131 indivíduos.


Projeto F. N. 107-2ª Fase Travessia Fátia
Mapa de actividades da general - mês de Junho 1942

<i>Emprego</i>	<i>Cipreste</i>	<i>Relizios</i>	<i>Arquiteto</i>	<i>Arquiteto</i>	<i>Arquiteto</i>	<i>Carreiros</i>	<i>Carreiros</i>	<i>Talhoiros</i>	<i>Alfaiates</i>
<i>27</i>	<i>135</i>	<i>81</i>	<i>54</i>	<i>27</i>	<i>27</i>	<i>108</i>	<i>162</i>	<i>3240</i>	<i>270</i>

Junho, 31 de Junho de 1942

4131
1331
1331
1331

31.7.1942



Documento 1 Mapa de pessoal de 31 de Junho de 1942

Ó esta realidade, enquanto durou, foi factor de forte desenvolvimento local, quer como criação de postos de trabalho, quer como geradora da necessidade de apoios de vária ordem.

Artigo 55º - O empregador não poderá pagar salários inferiores aos constantes da seguinte tabela:

	Salários mínimos
Trabalhador	8\$00
Britador	8\$00
Repas de menos de 16 anos	8\$00
Pedreiro	14\$00
Calceiteiro	14\$00
Carpinteiro	14\$00
Ferreiro	14\$00
Cilindrador	20\$00
Apontador	18\$00

Estes salários serão mantidos como mínimos para todos os efeitos legais tanto nos trabalhos a jornal como por tarefa sendo applicaveis as disposições do Artigo 54 das Cláusulas e Condições Gerais de Empreitadas sem distincão e sendo o pessoal que directa ou indirectamente trabalhe para a empreitada.

Documento 2 Tabela dos salários mínimos constante no caderno de encargos

Houve, no entanto, várias situações de conflito. No processo consultado no Arquivo Distrital de Faro consta alguma documentação e correspondência relacionadas com reivindicações e tomadas de posição por parte de alguns trabalhadores.

HC/LJA.

301

Excm. Sr. Engenheiro Director dos Serviços de Construção da Junta Autónoma de Estradas.

LETRADA

Cumpra-se informar a V. Exm. que na empreitada de construção do Ramal da E.N.107-2ª para a Fátia, adjudicada a José Ferreira Bento, por contrato n.º 1135 de 8 de Abril de 1941, um grupo de 30 trabalhadores abandonou o serviço no dia 15, exigindo de 12 cêntimos diários e 10 horas, falando outros em 8 horas.

Este grupo, que se encontrava trabalhando próximo da Fátia, compeliu os restantes grupos de trabalhadores a abandonarem o trabalho, apedrejando aqueles que não o queriam fazer.

Os factos que se passaram foram comunicados à autoridade administrativa do Conselho e à Guarda Republicana, que tomaram providências.

O fiscal desta Secção, José Nunes da Cruz, em offício datado de antes, comunicou estes factos e informou hoje, telefonicamente, que alguns trabalhadores tinham retornado o trabalho e que os instigadores tinham sido presos.

A bem da Nação
 O Eng. chefe da 108.ª Secção
 Faro, 16 de Julho de 1942
 Joaquim Barata Corrêa

Documento 3 Informação à tutela da ocorrência de uma sublevação de trabalhadores exigindo aumento de salários e redução de horários

No que concerne à estrada, o ramal com cerca de oito mil metros de extensão, une dois pontos com uma diferença de cota de aproximadamente 500 metros circundando uma montanha de sienito. A vista é deslumbrante em todo o percurso e do planalto que forma o topo, onde o marco geodésico marca os 902 metros de altitude, vislumbra-se sem grande esforço a costa atlântica um pouco a norte de Sines até ao cabo de S. Vicente que, contornado pelos olhares, permite, por um lado, observar o Algarve até Faro e, por outro, penetra no Alentejo até Beja, pelo menos.



Documento 4 Justificação da construção da estrada pelo enquadramento paisagístico

Foi esta realidade que o visionário e prático Duarte José Pacheco percebeu e integrou no seu projecto nacional. Curiosamente, o Director dos Serviços de Construção da Junta Autónoma de Estradas, à época, era o engenheiro Jorge Arsénio de Oliveira Moreira, nascido em Lagos, mas residente e abastado proprietário em Monchique. Este ramal teve a influência e acção directa destes dois homens que fizeram com que esta estrada chegasse até aos dias de hoje e ainda cumpra os objectivos iniciais, no mesmo traçado e com melhorias muito circunstanciais, quase só de manutenção. O ministro morreu trágica e prematuramente em 1943, embora conste que visitou por mais de uma vez a obra de Monchique, não viveu o suficiente para a ver acabada.

Como mera curiosidade, a propósito das visitas do engenheiro Duarte Pacheco a esta estrada, diz-se que num dia de calor o ministro pediu um copo de água a um habitante local, morador na zona, que aproveitou



Figura 2 Muro do copo de água



Figura 3 Fonte das Bicas

para se queixar da pouca segurança da sua casa devido ao desaterro que estava a ser feito. O governante ouviu atentamente e deu instruções pessoais aos responsáveis para que se fizesse um muro de suporte, que ainda hoje lá se pode encontrar e que ficou conhecido por muro do copo de água. Na realidade, no conjunto da documentação relacionada com o ramal há o projecto, desenhos e cálculos do muro designado como “do José de Belém”, este projecto tem a data de 14 de Julho de 1942.

A maior parte das chamadas obras de arte, pequenos arranjos, alindamentos e acabamentos foram feitas bastante mais tarde. Desde a vila até ao cimo da Fóia há vários muros, pequenos pontos para paragem e observação das vistas panorâmicas, há diversas fontes e aquedutos, que nalguns casos estão datadas. Como exemplo, refere-se, no arranque do ramal, em S. Sebastião, uma terraplanagem que criou um largo para a realização de feiras e mercados, assim como um miradouro sobre a vila, o qual foi inaugurado com pompa e circunstância em 1953. Também a Fonte das Bicas, junto ao desvio para os sítios de Maçarotal e Vale Figueiras, onde se pode ler a data de 1966 e a sigla JAE (Junta Autónoma de Estradas) que tutelava estas áreas, é uma dessas construções.

O que torna digno de reparo estes trabalhos de serventia e acabamentos é que obedecem a uma grande unidade nos critérios da concepção e da construção. Usam a pedra local trabalhada de forma artesanal, mas com grande rigor geométrico e até com virtuosismo, bem enquadrados na paisagem e funcionais.

2

<p>Artigo 74 - Nos vértices das curvas e nos extremos dos alinhamentos rectos e dos travessões e em todos os pontos que o Engenheiro Fiscal ou o empreiteiro julgar convenientes serão colocadas estações de medição, com os números respectivos indicados a tinta. O empreiteiro fica responsável pela conservação daquelas estações devendo proceder imediatamente à reposição das que hajam desaparecido.</p> <p>Artigo 75 - O empreiteiro é obrigado a ter no local dos trabalhos pelo menos, na nível, uma mira, uma régua métrica de 0 metros de comprimento, uma régua de madeira de 0 metros de comprimento e um jogo de cruzetas.</p> <p style="text-align: center;">Condições a que devam satisfazer os materiais</p> <p>Artigo 76 - A pedra para alvenaria, bruta e calcada será a pedra do região (Pórtico) devendo ser escolhida entre as mais duras e a de melhor qualidade existente ao longo da estrada.</p> <p>Artigo 77 - A pedra para alvenaria deverá ser limpa e ter dimensões apropriadas à natureza da obra a que se destina.</p> <p>As pedras para alvenaria de paramentos terão uma cauda mínima de 0,20 e os paramentos serão aparelhados a pico grosso. As juntas deverão ficar em esquadria com os paramentos e ser quadradas a pico grosso numa profundidade não inferior a 0,10.</p> <p>Artigo 78 - As pedras para soladas de cantaria e esquadros serão aparelhadas à esquadra nas faces vistas e nas juntas.</p> <p>Artigo 79 - A brita para espedrado deverá satisfazer as seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Ter as arestas vivas e faces de fractura recente; b) Não apresentar a forma lanchary; c) Ser limpa de terras e outras matérias estranhas; d) Ter as dimensões de 0,08x0,18 e 0,08x0,07 para as partes inferiores e superiores do espedrado. <p>Artigo 80 - A brita para betão deverá ser bem limpa, ter faces de fractura recente e ter dimensões apropriadas à natureza da obra a que se destinarem.</p> <p>Artigo 81 - As pedras para calcada de cunco deverão ter as faces bem desproporcionadas e esquadriadas de forma que os cunco sejam por qualquer duas faces deixem entre as juntas inferiores a 0,020. As arestas deverão ter as dimensões de 0,10 com a tolerância de 0,01. Para mais ou para menos até 20% do volume total, será permitido de fendas poderá haver pedras com dimensões apropriadas.</p> <p>Artigo 82 - As pedras a empregar em calcadas à portulaca deverão ter as faces de fractura recente com uma aresta variável entre 0,15 e 0,18 e uma cauda com altura não inferior a 0,10, não se admitindo pedras talladas em canha.</p>	<p>Pedra</p> <p>Pedra para alvenaria</p> <p>brita</p> <p>Calçadas</p>
---	---

Nota-se bem que houve programa definido e o sienito surge aqui aplicado, tal como aparece o granito nas regiões do país onde este existe. Esta acção do Estado Novo, no fundo, segue as mesmas regras aplicadas para outras construções, como as escolas do denominado *Programa dos Centenários* onde também se inserem, numa acção mais relacionada com o turismo, as Pousadas cuja primeira unidade, a de Elvas, foi inaugurada em 1942. Neste mesmo ano, entrou em funcionamento o aeroporto de Lisboa e para o Algarve foi proposto um aeródromo com localização em Faro. A Pousada de São Brás de Alportel surgiu em 1944, em cujo projecto e início de construção o ministro Duarte Pacheco interveio pessoalmente. Reconhece-se uma matriz identificadora com ligações aos materiais e formas mais características do local nas construções, em simultâneo com uma forte aposta no desenvolvimento da rede viária.

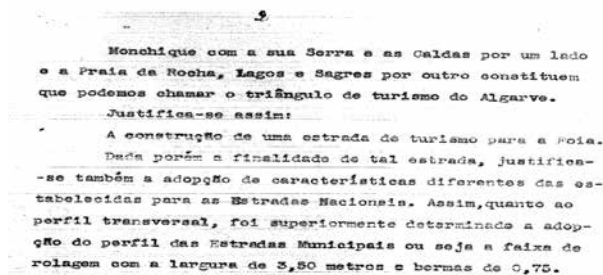
Em conclusão, o acesso para a Fóia foi construído no âmbito de um projecto delineado e executado pelo então ministro das Obras Públicas e Comunicações, engenheiro Duarte José Pacheco, com o objectivo de dinamizar o turismo, actividade promotora do desenvolvimento.



Figura 4 Muro de suporte e respectivo acabamento ao gosto da época



Figura 5 Um dos vários aquedutos de drenagem das águas pluviais



Documento 6 *Justificação inequívoca da construção da estrada da Fóia para fins turísticos*

Setenta anos depois a mesma estrada continua a servir o local, que as estatísticas turísticas dizem ser, imediatamente a seguir a Sagres, o segundo ponto mais visitado do Algarve.

Neste coropito também se inspirou o poeta Leonel Neves

No alto da serra
de Monchique não
há meta nem rota
Acaba-se a Terra...
(A Terra é um pião
e a Fóia a corota)

(...)

Lá dormem as nuvens
lá moram os ventos
e poisam estrelas
(...)

(...)

O sol traz com ele
os longes que viu
o mar é tão grande
do alto daquele
mirante algarvio.

(...)

Que lá vê a gente
a nau dos milagres
que é todo o Algarve e a
proa em São Vicente
e a bússola em Sagres
(A Fóia é a gávea.)

*in Algarve todo o mar (colectânea publicada no âmbito de Faro
Capital da Cultura)*



Figura 6 *Em cada troço da estrada da Fóia descobre-se uma paisagem deslumbrante*

BIBLIOGRAFIA:

Processo JAE 165, Arquivo Distrital de Faro, Vol. 1 e Vol. 2

Revista de Turismo, 1916-1924 (vários números)

AAVV, *Pousada de São Brás*, Casa da Cultura António Bentes, Loulé, 2015.

GASCON, José António Guerreiro, *Subsídios para a Monografia de Monchique*, Algarve em Foco, Faro, 1993.

CARRIÇO, Silva, *Memória das Coisas*, O Monchiqueiro-GDC, Loulé, 2008.

TORGAL, Adosinda Providência e FERREIRA, Madalena Torgal, *Algarve todo o mar* (colectânea), Dom Quixote, Lisboa, 2005.

CABRITA, Aurélio Nuno, *A crise no Algarve em 1934 e a visita de Oliveira Salazar*, www.sulinformacao.pt, (acedido em 16 de maio de 2015).

O aeroporto de Faro como infraestrutura principal do desenvolvimento turístico da região

António Correia Mendes

O Algarve é hoje em dia um destino turístico de renome mundial, tendo esta região na última metade do século passado evoluído de forma muito vincada duma economia primordialmente associada ao setor primário, agricultura e pescas, para uma economia quase totalmente associada ao setor terciário, indústria do turismo.

Se, para além das características naturais, procurássemos as razões subjacentes a essa rápida evolução certamente que encontraríamos como facto marcante e decisivo a inauguração e início da operação do Aeroporto de Faro, em julho de 1965.

Mas a história do Aeroporto de Faro remonta a 1945, altura em que o Governador Civil de Faro recebeu um telegrama do diretor do Secretariado da Aeronáutica Civil, gen. Humberto Delgado, comunicando-lhe terem sido aprovadas a construção dum campo de aviação no sítio da Arábia, concelho de Faro, e a elaboração do respetivo projeto.

No entanto, fatores burocráticos e de ordem económica forçaram o atraso no investimento,





o qual veio a ser retomado apenas no âmbito do 2º Plano do Fomento (1959-1964), tendo o início das obras ocorrido em 1962.

A inauguração do Aeroporto de Faro efetuou-se às 9:59H do dia 11 de Julho de 1965 com a chegada dum DC-3 Dakota de matrícula CS-DGA pertencente à antiga DGAC (Direção Geral de Aeronáutica Civil), a que se seguiu um Lockheed Super Constellation L-10149 G da TAP, proveniente de Lisboa.

Foi este um evento marcante para os Farenses e Algarvios, que acorreram maciçamente ao aeroporto para assim participarem nesta ocasião tão importante para o desenvolvimento da região.

Apesar da aerogare definitiva ter sido terminada apenas em 1967, logo no dia 15 de julho de 1965 a TAP iniciou a ligação bissemanal entre Lisboa e Faro, dando-se assim início ao tráfego regular no Aeroporto de Faro.

Desde então as melhorias da infraestrutura têm sido regulares, respondendo ao constante aumento da procura turística na Região do Algarve.

Estas melhorias tiveram maior expressão no desenvolvimento ocorrido nos anos 80 do século passado, tendo a imagem de marca desse desenvolvimento sido a construção de um novo edifício terminal, inaugurado em outubro de 1989.

A este desenvolvimento seguiu-se um outro no final do século passado, que permitiu, por um lado, expandir o edifício terminal, incluindo a instalação de pontes telescópicas para docagem das aeronaves, e, por outro, criar as infraestruturas para a instalação dum importante equipamento de



segurança da navegação aérea, o ILS (Instrument Landing System).

Dando continuidade à melhoria das infraestruturas, encontra-se atualmente em curso um Plano de Desenvolvimento que terá como principal símbolo a renovação e ampliação do edifício terminal. Este conjunto de obras de desenvolvimento, cuja conclusão se prevê para 2017, dotará o aeroporto duma capacidade para processar 3 000 passageiros por hora, em cada sentido, e 30 movimentos de aeronave por hora (a capacidade atual é de 2400 passageiro por hora, em cada sentido, e 24 movimentos de aeronave por hora).

Nos seus quase 50 anos de vida o Aeroporto de Faro já processou mais de 133 milhões de passageiros e mais de 1 milhão de movimentos aeronaves, tendo os números relativos a 2013 sido de 5 983 345 de passageiros e de 43 644 de movimentos de aeronaves.

Mas a evolução do Aeroporto de Faro é retratada de forma evidente na evolução dos seus passageiros, nomeadamente no destaque que é dado no alcançar dos milhões de passageiros processados por ano:

Ano	Passageiros
1981	1 001 336
1986	2 121 639
1991	3 345 446
1998	4 117 016
2006	5 089 617

Será ainda em 2014, em plena comemoração do seu 50º aniversário, que o Aeroporto de Faro irá atingir mais uma importante marca da sua história, ao processar mais de 6 milhões de passageiros neste mesmo ano.



É este dinamismo existente, associado ao constante aumento da procura, que determinará seguramente o continuar do crescimento desta infraestrutura, assegurando-se dessa forma a manutenção desígnio subjacente à sua construção, que foi o de contribuir decisivamente para o desenvolvimento do Algarve e do seu turismo.

O Turismo como fator de Crescimento Regional: a noção de “BeachDisease”¹

João Romão | João Guerreiro | Paulo M. M. Rodrigues

1. INTRODUÇÃO¹

Os impactos económicos e sociais que as atividades de turismo geram nas regiões têm sido, nas últimas décadas, amplamente estudados, com diferentes objetivos e metodologias.

Essas análises podem ser centradas no impacto de um projeto específico de investimento (eventos, iniciativas promocionais, novos serviços ou novas infraestruturas), geralmente a nível local ou regional, envolvendo instituições públicas ou privadas, e destinam-se a apoiar o processo de decisão ou de avaliação dos efeitos associados a essas escolhas específicas. Modelos econométricos, como a Análise de Input-Output e modelos equilíbrio geral computável (CGE), são amplamente utilizados para esses fins. Dwyer *et al* (2004) apresentam uma revisão exaustiva da literatura sobre esta matéria. Os mesmos autores analisaram igualmente o uso desses modelos com a finalidade de avaliar os impactos do crescimento do turismo noutros sectores económicos, designadamente estudando os níveis regionais de emprego e rendimento (Dwyer *et al*, 2003).

Numa perspetiva mais ampla, os impactos do turismo podem também ser analisados por via dos seus efeitos sobre o crescimento económico. A possibilidade de entender o turismo como líder do crescimento regional tem sido abordada numa ampla tipologia de estudos, resumidos por Brida & Pulina (2010) e Shubert & Brida (2011). Existe um consenso geral sobre

¹ Este artigo retoma algumas das reflexões e conclusões elaboradas em: Romão, J.; Guerreiro, J.; Rodrigues, P. (2015) “Tourism growth and regional resilience: the ‘BeachDisease’ and the consequences of the global crisis of 2007” (em publicação).

os efeitos positivos do turismo como impulsionador do crescimento económico, apesar das diferentes metodologias adotadas (séries temporais, seção transversal ou modelos de dados em painel). Estes impactos positivos foram identificados a nível regional, por exemplo, em Trentino, Itália (Risso et al, 2010) ou nos diferentes países onde o turismo desempenha um papel importante nas economias nacionais, como a Espanha (Balaguer & Cantavella-Jordá, 2002), a Espanha e a Itália (Cortes-Jimenes & Pulina, 2010), a Grécia (Dritsakis, 2004; Eeckels *et al*, 2012), um conjunto de sete países mediterrânicos (Dritsakis, 2012), Taiwan (Kim *et al*, 2006) ou Taiwan e a Coreia (Chen & Chiou-Wei, 2009). Nowak *et al* (2007) sublinham a importância do turismo como setor exportador de serviços, o que permite financiar a importação de bens de capital e apoiar o crescimento económico.

No entanto, Capo *et al* (2007a), concentrando sua análise sobre os efeitos a longo prazo do desenvolvimento do turismo nas Ilhas Canárias (Espanha), concluíram que o impacto do turismo tende a reduzir a importância de outros setores económicos regionais, como resultado da transformação da estrutura económica regional decorrente da mobilização e canalização de recursos para o desenvolvimento do turismo. Resultados semelhantes foram obtidos por Adamou & Clerides (2009) num estudo que envolveu 162 países (1980-2005). Neste estudo, os autores concluíram que o potencial dos processos de crescimento liderado pelo turismo tem uma tendência para se reduzir com o tempo. Também a análise de um grande conjunto de países em diferentes continentes levou Lee & Chang (2008) a obter resultados mais ambíguos no que respeita aos impactos do turismo no crescimento económico, com resultados diferentes para diferentes países. Contudo, Tang & Jang (2009) não encontraram, para os Estados Unidos, nenhuma relação significativa entre as atividades relacionadas com o turismo e o crescimento económico.

É importante notar que a maioria dos referidos estudos se concentrou num período de crescimento económico relativamente estável, designadamente no que respeita ao setor do turismo. Esta situação altera-se com a crise financeira internacional de 2007 e com as suas implicações económicas e sociais. Vários autores analisaram recentemente as consequências deste novo ciclo. Por exemplo, Smeral (2009) identificou uma queda relevante nas atividades de turismo no continente europeu em 2008. Song & Lin (2010)

chegaram a resultados semelhantes em matéria de turismo, nas partidas e chegadas registadas nos países da Ásia. Por outro lado, Caletrío (2012) identificou alterações importantes no comportamento dos turistas britânicos, concluindo que as visitas ao estrangeiro se reduziram drasticamente em 2008, após um longo período (25 anos) de crescimento contínuo. No entanto, a Organização Mundial de Turismo (UNWTO, 2014) estimou um aumento de 5%, em 2013, nas chegadas de turistas internacionais, atingindo um recorde, em todo o mundo, de 1.087 milhões de chegadas, acima dos 1.035 milhões registados em 2012. Recorde-se que foi neste último ano que o patamar de 1.000 milhões foi, pela primeira vez, ultrapassado. Apesar da economia global se caracterizar, na atualidade, por uma «marcha lenta», a procura global do turismo internacional superou as expectativas, com um adicional de 52 milhões de turistas internacionais em 2013.

Outro aspeto importante, que se deve ter em consideração, refere-se ao efeito potencial gerado pelo turismo no sentido de aumentar a procura e produção de bens não transacionáveis ou de reforçar os processos de acumulação de capital nas atividades de turismo, o que pode contribuir para a desindustrialização regional e provavelmente, a longo prazo, para a redução do bem-estar na região. Esta questão foi levantada por Copeland (1991) e Chao *et al* (2006) e está identificada através do conceito de "DutchDisease" (Corden, 1984): um processo de desindustrialização (declínio nas atividades de produção de bens transacionáveis) em resultado de uma economia baseada na sobre-exploração de recursos naturais, situação que provoca o aumento da importância dos produtos e serviços não transacionáveis.

O conceito de "DutchDisease" foi aplicado ao turismo por Capó *et al*(2007b) que analisou os possíveis efeitos desta "doença" em duas regiões espanholas altamente especializados em turismo (Ilhas Baleares e as Ilhas Canárias). Este autor admite que as vantagens comparativas decorrentes da existência de recursos naturais específicos e atrativos (sol e praia) podem promover uma sobre especialização nas atividades relacionadas com o turismo, garantindo um aumento de receitas no curto prazo, mas gerando uma transferência do dinamismo empresarial dos setores transacionáveis (agricultura e indústria) para os setores não transacionáveis (serviços diversos e construção), com consequências negativas a longo prazo. Os

autores concluíram que a reorganização das economias regionais em ambas as ilhas, ao longo das últimas décadas, levou a um processo de desindustrialização (afetando a indústria e também as atividades agrícolas), provocando uma diminuição da riqueza regional e uma simplificação da estrutura económica regional.

Apesar destes resultados, não há evidências claras na literatura de que o crescimento do turismo tenha uma relação direta com o declínio da agricultura ou da indústria. Na verdade, mais recentemente, Holzner (2011) também analisou a relação entre o turismo e o crescimento económico em 134 países a fim de testar a existência de uma “doença” (um processo de desindustrialização relacionado com o desenvolvimento do turismo, com base no conceito da “DutchDisease”) e concluiu que os países dependentes do turismo não sofreram processos de desindustrialização em resultado do crescimento do turismo entre 1970 e 2007. Este autor indica que a infraestrutura instalada pode facilitar o crescimento de outros sectores, em particular do sector dos bens transacionáveis.

O presente trabalho está focado na região do Algarve e analisa as inter-relações entre os sectores económicos regionais ao longo de 18 anos (1995-2012). Pretende-se identificar o impacto que o turismo gerou sobre os outros sectores. Na verdade, o turismo desempenha um papel cada vez mais importante na economia portuguesa: de acordo com o Eurostat, 25% do emprego concentrou-se, em 2000, no setor que inclui as principais atividades de turismo (comércio por grosso e a retalho, transportes, atividades de alojamento e restauração; informação e comunicação). Este valor atingiu, em Portugal e em 2010, 29%. Para a região do Algarve, esses valores são ainda maiores: 39% em 2000 e 41% em 2010. O Algarve, sendo um importante destino turístico europeu de sol e mar, com mais de 14 milhões de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros regionais em 2012, contrasta com uma população residente que não atinge os 500.000 habitantes. No contexto da crise internacional de 2007, a região sofreu um impacto relevante nas atividades de turismo. Esse choque externo negativo teve consequências importantes acrescidas sobre a estrutura económica regional e graves consequências sociais, com o desemprego a atingir níveis sem precedentes e a revelar uma economia regional com reduzida capacidade de resiliência (Pike *et al*, 2010; Martin, 2012).

O conceito de resiliência foi recentemente utilizado de forma diferente na análise das economias regionais,

referindo-se ao processo de reajuste sofrido por um sistema após este ser sujeito a uma perturbação externa ou um choque. Este processo pode ser analisado usando duas metáforas: uma baseada na física (“resiliência de engenharia”, assumindo que o sistema irá retornar ao seu estado inicial de equilíbrio após um choque externo) e outra suscitada pela ecologia (a “resiliência ecológica”, admitindo a possibilidade de um sistema alcançar uma configuração diferente, após ser submetido a uma perturbação externa) (Modica & Reggiani, 2014 ou Reggiani *et al*, no prelo). Martin (2012) acrescenta a esta análise o conceito de “histerese”, sugerindo que o processo de recuperação, depois de um choque, depende também do comportamento e da estrutura interna que caracterizavam o sistema antes de sofrer uma perturbação externa, abrindo a possibilidade de múltiplos estados de equilíbrio “pós-choque” e enfatizando a importância da evolução dos últimos momentos no processo de adaptação do sistema perante as consequências do impacto externo.

É importante identificar os efeitos que o desenvolvimento do turismo introduziu na estrutura económica regional e analisar como é que estes impactos contribuíram para reforçar (ou não) a capacidade de recuperação perante um choque exógeno. Uma breve caracterização das atividades turísticas regionais do Algarve - incluindo uma análise dos objetivos estratégicos previstos para o desenvolvimento do turismo e adotados pelas autoridades regionais - será apresentada na seção 2. Na seção 3, a atividade turística será enquadrada no contexto mais amplo da estrutura económica regional, a fim de analisar os impactos setoriais sofridos por cada setor da economia regional.

2. TURISMO, ECONOMIA REGIONAL E OS EFEITOS DA CRISE ECONÓMICA INTERNACIONAL

A importância do turismo para a economia regional do Algarve está refletida no papel assumido por este sector nos planos de desenvolvimento regional elaborados ao longo dos últimos 20 anos (1994-1999; 2000-2006; e 2007-2013). As estratégias regionais definem diretrizes para o desenvolvimento do turismo na região e analisam também os impactos esperados sobre os outros setores da economia regional. A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR-Algarve) é a instituição pública responsável pela elaboração dos documentos definidores das estratégias regionais estabelecidas para aqueles períodos.

A estratégia de desenvolvimento regional para 1994-1999 (CCR-Algarve, 1994) definiu três objetivos gerais: 1) contrariar a tendência para que o turismo se tornasse o pólo exclusivo de apoio à economia regional; 2) reforçar o potencial de exportação da agricultura e das pescas; e 3) contribuir para o surgimento de outros dois pólos no seio da economia regional, relacionados com os produtos industriais de alto valor acrescentado e com os serviços específicos avançados. Esta formulação expressa uma clara preocupação, reconhece o domínio das atividades de turismo na relação com os outros setores económicos no Algarve e teve como objetivo aumentar a diversificação sectorial da economia regional.

Os eixos prioritários de intervenção definidos para esse período revelaram, por isso, objetivos de diversificação da economia regional: requalificação do turismo; desenvolvimento de serviços de turismo avançados; recuperação de setores tradicionais da economia regional; fomento de atividades industriais com elevado valor acrescentado e orientadas para a exportação; desenvolvimento de serviços avançados; reforço da competitividade urbana no contexto nacional e ibérico; mobilização de recursos endógenos para o desenvolvimento local; qualificação dos recursos humanos; modernização de infraestruturas; promoção da qualidade de vida e melhoria das condições ambientais.

Esta perspetiva, orientada para um desenvolvimento equilibrado baseado noutros setores económicos, diferentes do turismo, foi alterada de forma significativa na Estratégia de Desenvolvimento para a Região do Algarve 2000-2007 (CCR-Algarve, 2000). Neste caso, as atividades de turismo e lazer foram identificadas como alavancas capazes de dinamizar as atividades tradicionais relacionadas com a agricultura, pescas e indústrias, e outras atividades inovadoras conexas, antevendo-se que poderiam contribuir para ampliar o alcance de suas cadeias de valor. Por conseguinte, a economia regional deveria centrar-se num processo de especialização em turismo, encarando este setor como um conjunto complexo de atividades, mas permitindo reforçar as ligações com outros sectores (agroalimentar, construção, equipamento doméstico, comércio a retalho, logística, serviços de saúde, lazer, cultura e animação).

Embora o documento não forneça estimativas quantitativas para os impactos provocados pelo desenvolvimento do turismo noutras atividades, ele especifica, contudo, que os seguintes setores deveriam poder beneficiar do desenvolvimento do turismo na

região: agricultura, pesca e processamento de alimentos; construção; atividades de apoio (marketing, qualidade, design, gestão ou manutenção de infraestruturas e espaços públicos; serviços de proximidade; comércio especializado; património e cultura).

O papel central do turismo como motor de desenvolvimento regional, com impactos importantes sobre outros setores, também foi assumido na Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013 (CCDR-Algarve, 2006). O primeiro eixo estratégico proposto pretendia «diversificar e qualificar o *cluster* de turismo-lazer», assumindo que essas atividades deveriam estar na base da estratégia de desenvolvimento regional, admitindo que este sector geraria dinâmicas intersectoriais simultâneas, com elevada expressão económica. Novamente, não houve então quantificação dos impactos esperados, mas a estratégia admitia que outros setores poderiam beneficiar do desenvolvimento do turismo.

O documento de estratégia para este último período afirmava também que «a ligação entre a agricultura e o turismo era essencial para alcançar ganhos de produtividade em ambos os sectores» e define algumas das principais orientações para o desenvolvimento do turismo com o objetivo de reforçar as suas ligações com outras atividades: diversificação dos produtos turísticos; criação de novos produtos para evitar a sazonalidade; desenvolvimento de produtos inovadores para o inverno, como o golfe e outros relacionados com cuidados de saúde; diversificação temática e territorial, incluindo as atividades tradicionais em áreas não-costeiras; reforço da atratividade dos recursos naturais; criação de uma imagem amigável do ambiente e reforço do turismo náutico ligado à qualificação urbana.

Apesar destes objetivos estratégicos, o turismo no Algarve mantém-se concentrado no período de Verão (75% das dormidas em 2012 foram registadas entre abril e setembro e 60% entre junho e setembro), o que sugere que a diversificação esperada não terá ocorrido. Por outro lado, mantiveram-se também os principais mercados emissores: a Alemanha (1,37 milhões), os Países Baixos (1,43 milhões), o Reino Unido (4,53 milhões) e Portugal (3,52 milhões) foram os responsáveis por 75,5% das dormidas na região, em hotéis e estabelecimentos similares. Na verdade, estes têm sido os principais mercados emissores ao longo da última década e já representavam 73,8% das dormidas em 2004.

3. METODOLOGIA

A análise realizada recorreu às informações existentes (1995-2012) sobre o emprego e o valor acrescentado bruto (VAB) regionais, variáveis que, para simplificar a análise, foram sectorialmente agregadas em quatro sectores económicos:

Sector A correspondente à maioria dos produtos transaccionáveis, incluindo a agricultura, pesca, indústrias extrativas e transformadoras;

Sector B correspondente à construção;

Sector C representando as atividades relacionadas ao turismo e lazer, incluindo o alojamento, restauração, transportes e comércio a retalho;

Sector D inclui os outros serviços não transaccionáveis, designadamente as atividades imobiliárias, tecnologias de informação e comunicação, *design*, educação, artes, cultura ou administração pública.

A análise da evolução do VAB regional permite afirmar que, na estrutura económica do Algarve, os sectores C e D eram já dominantes em 1995. Contudo, a importância destes dois sectores foi aumentando até 2012, a que correspondeu a uma diminuição significativa da importância do setor de bens transaccionáveis (A). Em termos de emprego, os sectores C e D também são claramente dominantes, mas sua importância manteve-se estável durante o período em análise. Na verdade, admite-se que a construção (setor B) foi o setor que absorveu os trabalhadores do setor A.

As informações relacionadas com a variação regional do valor acrescentado bruto (VAB) entre 1995 e 2012, e do emprego entre 1995 e 2011 foram utilizadas para estimar dois modelos Bayesianos de Auto-regressão Vetorial (BVAR) a fim de identificar os impactos cruzados de cada setor económico nos outros². Combinando os resultados obtidos em ambos os modelos é possível identificar alguns impactos relevantes. Os dados disponíveis (série anual desde 1995) impõem alguns limites para o modelo que se aplicou, pelo que se optou por reduzir os setores em análise a quatro grandes áreas de atividade. Para garantir a validade dos modelos estimados, estes foram sujeitos a vários testes de diagnóstico (de autocorrelação e heterocedasticidade) para validação dos seus resultados.

² A metodologia, a explicação do modelo e o desenvolvimento da análise estão disponíveis em: Romão, J.; Guerreiro, J.; Rodrigues, P. (2015) "Tourism growth and regional resilience: the 'BeachDisease' and the consequences of the global crisis of 2007" (em publicação).

4. RESULTADOS

Os resultados relevantes, estimados pelo modelo BVAR, com base no emprego regional, são significativos. Considerando igualmente os resultados obtidos por Capó *et al* (2007b), é plausível esperar um impacto positivo do turismo (C) sobre os serviços não transacionáveis (D) e um impacto positivo desse setor sobre as atividades de construção (B). Os resultados da análise realizada sobre o Algarve confirmam essas expectativas: é possível observar que as atividades relacionadas com o turismo (C) tiveram realmente um grande impacto positivo sobre o emprego gerado pelas atividades de construção (B) e, em menor medida, nos serviços não transacionáveis (D). Além disso, este último sector (D) parece ter um forte impacto no sector da construção (B) e também no turismo (C). Finalmente, o sector da construção (B) tem impactos positivos relevantes sobre o turismo (C) e os serviços não transacionáveis (D).

Estes resultados revelam a existência de mecanismos de reforço mútuo entre os três sectores (construção, turismo e serviços não transacionáveis), justificando a importância que, em termos de emprego regional, eles adquiriram ao longo dos últimos 20 anos, em paralelo com o crescimento das atividades de turismo. Os resultados também mostram que o setor de bens transacionáveis (A) é completamente excluído deste processo, não recebendo qualquer impacto positivo do desenvolvimento dos outros sectores da economia regional e levando até a uma deterioração do emprego na agricultura, na pesca e na produção industrial.

Os resultados do modelo BVAR foram igualmente trabalhados para o valor acrescentado bruto (VAB) da região do Algarve. Detetou-se uma estrutura muito semelhante com os impactos sofridos no emprego. Os resultados mostram que as atividades relacionadas com o turismo (sector C) têm um impacto positivo sobre o VAB criado pelo serviços não transacionáveis (D), enquanto que os impactos sobre a construção não são estatisticamente relevantes. No entanto, é mais uma vez claro que o setor dos serviços não-transacionáveis (D) gerou impactos positivos sobre a construção (B) e turismo (C), enquanto a construção (B) gerou impactos positivos sobre o turismo (C) e nos serviços não transacionáveis (D).

Assim, é possível concluir que os mecanismos de reforço mútuo entre a construção, o turismo e os serviços não transacionáveis, anteriormente identificados para

o emprego regional, estão também presentes quando se analisa o VAB regional, confirmando que o sector dos bens transacionáveis (A) é excluído das dinâmicas sectoriais regionais, não beneficiando dos impactos do desenvolvimento registado nas outras atividades.

Estes impactos mostram o isolamento do sector dos bens transacionáveis em relação à dinâmica dos outros sectores. A dinâmica regional resulta fundamentalmente dos mecanismos de reforço mútuo que se estabelecem entre construção, do turismo e os serviços não transacionáveis, que são claramente expressas tanto em termos de emprego como de valor acrescentado bruto (com exceção dos impactos do turismo sobre a construção, que só são relevantes em termos de valor acrescentado).

5. CONCLUSÃO

Estes resultados revelam uma distorção importante da economia regional do Algarve, decorrente da importância do turismo e dos seus impactos, com consequências negativas na estrutura económica, agravada após o choque externo negativo (neste caso, a crise internacional que ocorreu após 2007). Na verdade, o crescimento contínuo do turismo registado nas duas décadas em análise não teve efeitos significativos sobre a produção de bens transacionáveis na região (incluindo neste grupo a agricultura, a pesca, o processamento de alimentos e outras atividades industriais, como a construção naval) setores que tiveram, no passado, uma significativa expressão na região e que registam, ainda, um elevado potencial (recursos, conhecimento).

Os referidos resultados sugerem que as preocupações expressas pelo Capó (2007b) para o futuro desenvolvimento das regiões espanholas das Canárias e Baleares (altamente especializada em atividades de turismo) podem ser identificados na situação atual da região do Algarve. Na verdade, a concentração dos efeitos positivos do turismo sobre o emprego dos serviços não transacionáveis e das atividades de construção está ligada a um processo dinâmico de evolução da economia regional em que estes três setores se foram alimentando uns aos outros ao longo dos últimos 20 anos. De uma forma muito semelhante, estes efeitos são também observados quando analisamos o VAB regional.

Como resultado, o setor da construção assumiu uma importância crescente na estrutura de emprego regional durante estas duas décadas, reconhecendo-se

contudo que o seu contributo para o valor acrescentado regional não aumentou numa proporção similar. O emprego neste sector diminuiu drasticamente depois de 2008 e não foi absorvido pelos outros setores, levando a um aumento dramático na taxa de desemprego regional e revelando uma ausência de resiliência regional contra um choque externo negativo. Estes resultados confirmam as tendências identificadas pela Milio (2014), ou seja, que as regiões que são altamente especializadas em turismo ou no setor da construção tendem a ser menos resilientes em relação à sua capacidade de recuperação após o choque externo da crise internacional em 2007.

Esta análise mostra que o que se poderá designar como “BeachDisease”, por analogia com a “DutchDisease”, deverá caracterizar a região de Algarve no período em análise. De facto, o setor de bens transacionáveis não beneficiou com a dinâmica dos outros setores da economia regional, sofrendo, pelo contrário, uma significativa diminuição da sua importância ao longo das duas últimas décadas. Por outro lado, o reforço do processo de concentração da economia regional em três setores estreitamente relacionados (turismo, construção e não-transacionáveis) aumentou a vulnerabilidade da região em relação a um eventual choque externo negativo e reduziu a sua capacidade de resiliência (Neffke, 2009).

Também é possível concluir que o papel expectável do turismo como o “motor” do crescimento regional, por via dos seus potenciais impactos nos outros setores, não ocorreu como se tinha admitido nos planos de desenvolvimento regional definidos para 2000-2006 e para 2007-2013. A integração setorial exigiria a promoção de uma estratégia cruzada de áreas de negócio e a firme adoção de políticas públicas capazes de incentivar melhores relações e fortes ligações entre todas as atividades, evitando um padrão de crescimento segmentado e arquipelágico.

O facto destes objetivos estratégicos, atribuíveis ao desenvolvimento regional, não terem sido alcançados sugere que não é suficiente admitir que elevadas taxas de crescimento no setor do turismo poderão, por si só, gerar impactos positivos sobre a economia regional. Pelo contrário, são necessárias ações mais específicas, nomeadamente concebendo políticas públicas regionais mais intervencionistas, que garantam que outras atividades regionais (incluindo produção agrícola e algumas produções industriais)

beneficiem efetivamente com o desenvolvimento do turismo (Romão *et al*, 2013). Estes resultados mostram também que uma sobre-especialização em atividades relacionadas com o turismo e com os sectores não transacionáveis não são, por si só, um contributo sustentável para a coesão social regional, sugerindo-se que outros setores necessitem igualmente de políticas e ações específicas, independentemente do que ocorre no setor de turismo.

Seguindo a abordagem ecológica da resiliência, o processo de recuperação não vai, provavelmente, conduzir a região a um estado de equilíbrio semelhante à situação existente antes deste percurso de especialização. Na verdade, está claramente demonstrado que o desenvolvimento do turismo foi responsável inequívoco pela criação de riqueza e de emprego, mas também contribuiu para gerar uma distorção na estrutura da economia regional, que adotou uma dinâmica diferente da que era defendida nas metas do desenvolvimento regional, definidas nos planos estratégicos. Os resultados refletem uma falta de resiliência regional e sugerem que o processo de recuperação implica uma reorganização do sistema económico regional («resiliência adaptativa», como definido por Martin, 2012), a fim de alcançar um equilíbrio diferente do que existia no início do período considerado. Este novo equilíbrio depende da capacidade da região para explorar novas oportunidades de desenvolvimento, mobilizando seus recursos para atividades inovadoras que podem transformar os padrões regionais de especialização e absorver a força de trabalho desempregada (jovens, em grande medida). Depende igualmente da definição de políticas públicas regionais que, sem deixar de atuar no apoio aos setores mais dinâmicos, possam conceber linhas de intervenção e de suporte a atividades inovadoras, recuperando nichos tradicionais ou instalando novos segmentos produtivos, de preferência explorando redes de influência e de negócio cruzadas com os setores predominantes.

BIBLIOGRAFIA

Agradecimentos:

Este texto beneficiou de financiamento proporcionado pela Fundação para a Ciência e para a Tecnologia no âmbito do projeto UID/SOC/04020/2013.

Referências bibliográficas:

- ADAMOU, A.** and **CLERIDES, S.** (2009). “Prospects and Limits of Tourism-Led Growth: The International Evidence. The Rimini Centre for Economic Analysis” - Working Paper 41-09
- BALAGUER, J.** and **CANTAVELLA-JORDÁ, M.** (2002). “Tourism as a long-run economic growth factor: the Spanish case”. *Applied Economics*, 34(7), 877-884
- BRIDA, J. G.,** and **PULINA M.** (2010). *A literature review on the tourism-led-growth hypothesis*. CRENoS - Centre For North South Economic Research, Working paper 2010_17
- CALETRÍO, J.** (2012). “Simple living and tourism in times of ‘austerity’”. *Current Issues in Tourism*. 15(3), 275-279
- CAPÓ, J., FONT, A.** and **NADAL, J.** (2007a). “Tourism and Long-term Growth: A Spanish Perspective”. *Annals of Tourism Research*, 34(3), 709–726
- CAPÓ, J., FONT, A.** and **NADAL, J.** (2007b). “Dutch Disease in Tourism Economies: Evidence from the Balearics and the Canary Islands”. *Journal of Sustainable Tourism*, 15(6), 615
- CCR-Algarve (1994). *Enquadramento Estratégico para a Região do Algarve 1994-1999 [Strategic Framework for the Region of Algarve 1994-1999]*. Comissão de Coordenação Regional do Algarve, Faro
- CCR-Algarve (2000). *Estratégia de Desenvolvimento para a Região do Algarve: 2000–2006, [Development Strategy for the Region of Algarve 2000-2006]*. Faro, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
- CCDR-Algarve (2006)., *Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013, [Development Strategy of Algarve 2007-2013]*. Faro, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
- CHAO, C., HAZARI, B., LAFFARGUE, J., SGRO, M.** and **YU, E.** (2006). “Tourism, Dutch Disease and Welfare in a Open Dynamic Economy”. *Japanese Economic Review*, 57(4), 501-515
- CHEN, C., CHIOU-WEI, S.** (2009). “Tourism expansion, tourism uncertainty and economic growth: New evidence from Taiwan and Korea”. *Tourism Management*, 30(6), 812–818
- COPELAND, B.** (1991). “Tourism, Welfare and De-industrialization in a Small Open Economy”. *Economica*, 58(232), 515-29
- CORDEN, W.** (1984). “Booming Sector and Dutch Disease Economics: Survey and Consolidation”. *Oxford Economic Papers*, 36, 359-380
- CORTES-JIMENEZ, I.** and **PULINA, M.** (2010). “Inbound tourism and long-run economic growth”, *Current Issues in Tourism*, 13(1), 61-74
- DRITSAKIS, N.** (2004). “Tourism as a long-run economic growth factor: an empirical investigation for Greece using causality analysis”. *Tourism Economics*, 10(3), 305-316
- DRITSAKIS, N.** (2012). “Tourism development and economic growth in seven Mediterranean countries: a panel data approach”. *Tourism Economics*, 18(4), 801–816
- DWYER, L., P FORSYTH, P.** and **SPURR, R.** (2003). “Inter-industry effects of tourism growth: implications for destination managers”. *Tourism Economics*, 9(2), 117-132
- DWYER, L., PETER FORSYTH, P.** and **RAY SPURR, R.** (2004). “Evaluating tourism’s economic effects: new and old approaches”. *Tourism Management*, 25, 307–317
- EECKELS, B., FILIS, G.** and **LEON, C.** (2012). “Tourism income and economic growth in Greece: empirical evidence from their cyclical components”. *Tourism Economics*, 18(4), 817–834
- HOLZNER, M.** (2011). “Tourism and economic development: The beach disease?”. *Tourism Management*, 32(4), 922–933

- KIM, H., CHEN, M. and JANG, S.** (2006). "Tourism expansion and economic development: the case of Taiwan". *Tourism Management*, 27(5), 925–933
- KOOP, G. and KOROBILIS, D.** (2010). "Bayesian Multivariate Time Series Methods for Empirical Macroeconomics". *Foundations and Trends® in Econometrics*, 3(4), 267-358.
- LEE, C. and CHANG, C.** (2008). "Tourism development and economic growth: a closer look at panels". *Tourism management*, 29(1), 180–192
- MARTIN, R.** (2012). "Regional economic resilience, hysteresis and recessionary shocks". *Journal of Economic Geography*, 12(1), 1-32
- MILIO, S.** (2014). *Impact of the Economic Crisis on Social, Economic and Territorial Cohesion of the European Union*, Vol. 1. Directorate-General for Internal Policies, Policy Department B: Structural and Cohesion Policies
- MODICA, M. and REGGIANI, A.** (2014). "Spatial Economic Resilience: Overview and Perspectives". *Networks and Spatial Economics*. DOI 10.1007/s11067-014-9261-7
- NEFFKE, F., HENNING, M. and BOSCHMA, R.** (2009). "How do regions diversify over time? Industry relatedness and the development of new growth paths in regions". *Papers in Evolutionary Economic Geography*, 9(16)
- NOWAK, J., SAHLI, M. and CORTÉS-JIMÉNEZ, I.** (2007). "Tourism, capital good imports and economic growth: theory and evidence for Spain", *Tourism Economics*. 13(4), 515-536
- PIKE, A., Dawley, S. and Tomaney, J.** (2010). "Resilience, adaptation and adaptability". *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 3(1), 59-70
- REGGIANI, A., NIJKAMP, P. and LANZI, D.** (forthcoming). *Transport Resilience and Vulnerability: the role of connectivity*. Transportation Research Part A
- RISSO, W., BARQUET, A. and BRIDA, J.** (2010). "Causality between economic growth and tourism expansion: empirical evidence from Trentino-Alto Adige". *TOURISMOS: An International Multidisciplinary Journal of Tourism*, 5(2), 87-98
- ROMÃO, J., GUERREIRO, J. and RODRIGUES, P.M.M.** (2013). "Tourism Area Life-Cycle and Regional Tourism Attractiveness". *Current Issues in Tourism*, 16(6), 517-534
- SHUBERT, S. and BRIDA, J.** (2011). "Dynamic Model of Economic Growth in a Small Tourism Driven Economy". In Matias, A., Nijkamp, P. and Sarmento, M. (eds), *Tourism Economics – Impact Analysis*. Berlin, Springer-Verlag
- SMERAL, E.** (2009). "The Impact of the Financial and Economic Crisis on European Tourism". *Journal of Travel Research*, 48(3)
- SONG, H. and LIN, S.** (2010). "Impacts of the Financial and Economic Crisis on Tourism in Asia". *Journal of Travel Research*, 49(1), 16–30
- TANG, C. and JANG, S.** (2009). "The tourism–economy causality in the United States: a sub-industry level examination". *Tourism Management*, 30(4), 553–558
- UNWTO (2014). *Tourism Highlights*, 2014 Edition

NOTAS SOBRE OS AUTORES

A few notes about the authors

VÍTOR JOSÉ CABRITA NETO

vitor.neto@teofilo.com.pt

Passou a infância em S. Bartolomeu de Messines e, em 1953, foi para Faro continuar os estudos liceais. Em 1961 ingressou no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, tendo assistido e participado nas manifestações estudantis da época. Viveu 11 anos em Itália, onde se matriculou na Universidade de Génova. Regressou a Portugal após o 25 de Abril de 1974. É desde 1989, presidente do Conselho de Administração do grupo empresarial “TEÓFILO FONTAINHAS NETO” (Algarve) - sectores agro-industrial, distribuição, imobiliária e turismo. Em Novembro de 1997, foi convidado para Secretário de Estado do Turismo, cargo que ocupou até Abril de 2002, nos XIII e XIV Governos Constitucionais. Foi Deputado na IX Legislatura, pelo círculo eleitoral de Faro. Foi distinguido, em 2005, pelo Presidente da República com a Ordem do Infante D. Henrique, grau Grande Oficial. É Presidente da NERA (Associação Empresarial da Região do Algarve) e da Comissão Organizadora da Bolsa de Turismo de Lisboa e Vice-presidente da Associação Industrial Portuguesa. É ainda cônsul honorário de Itália em Faro.

Spent his childhood in São Bartolomeu de Messines and, in 1953, continued secondary studies in Faro. In 1961 he entered the Instituto Superior Técnico in Lisbon, having participated in student manifestations at the time. He lived for 11 years in Italy, where he enrolled at the Universidade de Génova. He returned to Portugal after the April 25, 1974. Since 1989, he is the Chairman of the Board of Directors of the business group “TEÓFILO FONTAINHAS NETO” (Algarve)-agro-industrial sectors, distribution, real estate and tourism. In November 1997, he was invited to Secretary of State for tourism, a post he held until April 2002, in the thirteenth and Fourteenth Constitutional Governments. He was a Deputy in the 9th parliamentary assembly, elected for the circle of Faro. In 2005, he was awarded by the President of the Republic with the order of Infante d. Henrique, Grand Officer degree. Nowadays, he is President of NERA (Business Association of the Algarve) and vice-president of the Industrial Portuguese Association. He is the Italian Honorary Councillor at Faro.

ALEXANDRA RODRIGUES GONÇALVES

marodrig@ualg.pt

Atual Diretora Regional de Cultura do Algarve.

Doutorada em Turismo, pela Universidade de Évora, em 2013, conta ainda, na sua formação académica, com a licenciatura em Marketing, pela Universidade do Algarve e o grau de mestre, em Gestão Cultural, com especialização em Gestão e Administração do Património Cultural, obtido também pela Universidade do Algarve, em colaboração com a Universidade de Paris-8, da Sorbonne. Foi vereadora da Câmara Municipal de Faro de 2009 a 2013, em diferentes pelouros, entre os quais o da Cultura, Turismo e Ação Social.

Entre 2004/2005 foi assessora do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Turismo.

É docente da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, da Universidade do Algarve, desde 1997, onde já exerceu cargos de direção e onde leciona disciplinas de Interpretação do Património e Gestão do Património e Turismo. É investigadora do CIEO da Universidade do Algarve e tem investigação e artigos publicados nas áreas do turismo cultural e criativo, da gestão do património, dos museus e da experiência turística.

Is the actual Regional Director of Culture of the Algarve. In 2013 obtained the PhD in Tourism at the Universidade de Évora. Graduated in Marketing at the Universidade do Algarve and obtained the Master of Sciences and Arts degree in Cultural Management, with expertise in administration and management of Cultural Heritage, retrieved from the Universidade do Algarve, in collaboration with the Universidade de Paris-8, Sorbonne. Was deputy Mayor of Faro from 2009 to 2013, in different areas, including culture, tourism and social area. Between 2004/2005 was assistant of the Adjoint Secretary of State of the Minister of Tourism. Since 1997, has been lecturer at the School of Management, Hospitality and Tourism, of the Universidade do Algarve, where she held positions of Director of Tourism Superior Degree and where she teaches Heritage Interpretation and Management and Tourism. She is researcher at the Universidade do Algarve at the CIEO and has several research and articles published about cultural and creative tourism, heritage management, museums and tourist experience.

OSÉ GAMEIRO

jose.gameiro@cm-portimao.pt

Is the Museu de Portimão's Scientific Director. Has a Masters Degree in "Gestão e Administração do Património Cultural" by the Universidade do Algarve and a Degree in Artes-Plásticas by the Faculdade de Belas-Artes - Universidade de Lisboa.

Founding member of the Rede Portuguesa de Museus (RPM) and Rede de Museus do Algarve (RMA) and part of the ICOM-Portugal Board of Directors.

Member of the Secção de Museus, da Conservação e Restauro e do Património Imaterial (SMUCRI), of the Conselho Nacional de Cultura.

President of the Jury of the Prémio Museu Europeu do Ano and Museu Conselho da Europa (EMYA/EMF).

Has been working as museologist, museology and industrial heritage area teacher, responsible for the exhibitions coordination and organization, as well as other projects and partnerships of the Museu de Portimão.

Director Científico do Museu de Portimão.

Mestre em "Gestão e Administração do Património Cultural" pela Universidade do Algarve e Licenciado em Artes-Plásticas pela Faculdade de Belas-Artes, da Universidade de Lisboa.

Membro fundador da Rede Portuguesa de Museus (RPM) e da Rede de Museus do Algarve (RMA), pertence à Direcção do ICOM-Portugal (2014 / 2017)

É membro da Secção dos Museus, da Conservação e Restauro e do Património Imaterial (SMUCRI), do Conselho Nacional de Cultura

Presidente do Júri do Prémio Museu Europeu do Ano e Museu Conselho da Europa (EMYA / EMF).

Tem exercido as funções de museólogo, formador e professor nas áreas da museologia e do património industrial, sendo responsável pela coordenação e programação das exposições, projectos e parcerias do Museu de Portimão.

ANA RAMOS

ana.ramos@cm-portimao.pt

Has a Degree in Antropology by the Faculdade de Ciências Sociais e Humanas of the Universidade Nova de Lisboa and Postgraduated in 'Heritage and Identities' from the Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

Antropologist in the Museu de Portimão since 2000, developing investigation works in several local themes, especially on the coastal and industrial regional aspect, in articulation with the museological area and the museum's educational service.

Member of the Grupo de Trabalho do Património Cultural Imaterial, of the Rede de Museus do Algarve (RMA-PCI).

Licenciada em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Pós-Graduada no Mestrado "Patrimónios e Identities" no Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

Técnica Superior de Antropologia do Museu de Portimão, desde o ano 2000, onde tem desenvolvido trabalho de investigação em várias temáticas locais, com incidência especial para a vertente marítima e industrial do concelho e em articulação com a área museográfica e o serviço educativo do museu.

É membro do Grupo de Trabalho do Património Cultural Imaterial, da Rede de Museus do Algarve (RMA-PCI).

JOÃO PEDRO BERNARDES

jbernar@ualg.pt

Has a PhD in Archaeology from the Universidade de Coimbra. He is associate professor with the rank of "agregado" at the Universidade do Algarve and principal researcher at the "Centre for Archaeology, Arts and Heritage Sciences Studies". He has

É doutorado em Arqueologia pela Universidade de Coimbra. É professor associado com agregação da Universidade do Algarve e investigador principal do "Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património". Tem participado e liderado projetos

de investigação de âmbito nacional e internacional, versando temas de Arqueologia romana e de valorização do Património Cultural. Tem cerca de setenta títulos publicados, entre livros, colaborações em obras coletivas e revistas científicas do país e do estrangeiro.

participated and led national and international research projects on Roman archaeology and Cultural Heritage enhancement. He has around 70 titles published, including books and collaborations in collective works and scientific journals in Portugal and abroad.

ANTÓNIO FAUSTINO CARVALHO

afcarva@ualg.pt

Natural de Cascais, nascido a 2 de outubro de 1967, é Licenciado e Mestre em Arqueologia pela Universidade de Lisboa e Doutor pela Universidade do Algarve. Integrou a equipa que criou o Parque Arqueológico do Vale do Côa (1995-2000) antes de ingressar em 2001 na Universidade do Algarve, onde leciona na área da arqueologia e do património cultural. Dirigiu até ao momento 12 projetos de investigação, dedicados sobretudo ao estudo das primeiras sociedades agropastoris da bacia do Mediterrâneo, de que resultaram 135 publicações.

Was born in Cascais on the 2nd of October 1967, has Bachelor's and Master's Degrees in Archaeology from the Universidade de Lisboa, and holds a PhD from the Universidade do Algarve. He was part of the team that created the Côa Valley Archaeological Park (1995-2000) before joining the Universidade do Algarve in 2001 where he teaches in the fields of archaeology and cultural heritage. Up to date, he has led 12 research projects, mostly on the study of the early farming communities in the Mediterranean Basin, which has resulted in 135 publications.

ARTUR BARRACOSA MENDONÇA

aabmendonca@gmail.com

Licenciado em História pela FLUC (1990-1994), via ensino. Frequentou o Mestrado em História Contemporânea na mesma Faculdade. Investigador de História Regional e Local do Algarve publicou, entre outros, os seguintes trabalhos: "O 28 de Maio na imprensa algarvia", no vol. XXXVII dos Anais do Município de Faro; foi o responsável por diversas Entradas no Dicionário de História Empresarial: Bancos e Seguradoras (Sécs. XIX-XX), vol. I, Instituições Bancárias, coord. José Amado Mendes e Miguel Figueira de Faria, 2013; elaborou ainda diversas Entradas no Dicionário de História Empresarial (Sécs. XIX-XX): vol. II, Instituições Seguradoras, 2014. Fez, entre outras, as seguintes conferências: "As Associações Operárias do Algarve na I República", I Congresso República e Republicanismo, Coimbra, 2013; "Notas para a História do Movimento Operário e Associativo no Algarve (1870-1910)", in 1º Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 2013, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, cujo texto aguarda publicação.

Has a degree in History by the FLUC (1990-1994), Pedagogic career. Has a Master's Degree in Contemporary History from the same University. Regional and Local Algarve History researcher, published among others, the following works "O 28 de Maio na imprensa algarvia", on the volume XXXII of the Anais do Município de Faro; was responsible for several Entries on the Dicionário de História Empresarial: Bancos e Seguradoras (Sécs. XIX-XX), vol I, Instituições Bancárias, with coordination of José Amado Mendes and Miguel Figueira de Faria, 2013; elaborated several other entries on the Dicionário de História Empresarial (Sécs. XIX-XX): vol. II, Instituições Seguradoras, 2014. Participated in several conferences such as "As Associações Operárias do Algarve na I República", I Congresso Republica e Republicanismo, Coimbra, 2013; "Notas para a História do Movimento Operário e Associativo no Algarve (1870-1910)", in 1º Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 2013, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas- Universidade Nova de Lisboa, which text is awaiting publication.

LUÍS GUERREIRO

luisguerreiro2011@gmail.com

Has a degree in Civil Engineering by the Instituto Superior Técnico. Works in the Câmara Municipal de Loulé as Coordinator of the Gabinete de Eventos, Comunicação e Imagem, and is responsible for the organization of the Carnaval de Loulé. Up until the end of 2013 was Chief of the Divisão de Cultura e Turismo. Board of Directors Chairman of the Fundação Manuel Viegas Guerreiro. President of the General Meeting of the CEUPA- Cooperativa Proprietária of INUAF- Instituto Universitário D. Afonso III. Has several professional courses related with his public activity. Participated in various Meetings and Congresses. Cooperates regularly with local and regional press. Has several investigation works published. Is an algarve related book bibliophile, with one of the biggest private document collections.

Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico. É quadro superior da Câmara Municipal de Loulé, desempenhando actualmente as funções de Coordenador do Gabinete de Eventos, Comunicação e Imagem, responsável pela organização do Carnaval de Loulé. Até ao final de 2013 foi Chefe de Divisão de Cultura e Turismo. Presidente do Conselho de Administração da Fundação Manuel Viegas Guerreiro. Presidente da Assembleia Geral da CEUPA – cooperativa proprietária do INUAF- Instituto Universitário D. Afonso III. Possui vários Cursos de formação profissional relacionados com a sua actividade pública. Tem participado em vários Encontros e Congressos. Colabora regularmente na imprensa local e regional. Tem alguns trabalhos de investigação publicados. É bibliófilo acerca da região do Algarve, possuindo um dos maiores acervos documentais privados.

MIGUEL ÂNGELO MENDES GODINHO

miguelangelogodinho@gmail.com

Graduated in Cultural Heritage in 2005 and specialized in Algarve History; both by the Universidade do Algarve.

Works as a Cultural Heritage technician in the Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, since 2006. Researcher in the Universidade do Algarve (Centro de Estudos em Património, Paisagem e Construção da Universidade do Algarve). Assistant archaeologist at Geoparque - Consultores na Área do Património Cultural, Lda.

Miguel Godinho is also author and co-author of several investigation works, in books, catalogue articles, proceeding books and posters.

Licenciou-se em Património Cultural pela Universidade do Algarve/FCHS em 2005 e é pós-graduado em História do Algarve pela mesma Universidade.

Trabalha como Técnico Superior de Património Cultural na Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, desde 2006. É Investigador na Universidade do Algarve (Centro de Estudos em Património, Paisagem e Construção da Universidade do Algarve). Arqueólogo Auxiliar na Geoarque – Consultores na Área do Património Cultural, Lda. É autor e co-autor de vários trabalhos de investigação publicados sob a forma de livro ou artigos em catálogo e livros de actas ou, ainda, em posters.

CRISTINA FÉ SANTOS

cristinafesantos@gmail.com

Bachelor's degree in Occupational Therapy from Escola Superior de Saúde do Alcoitão. Later graduated in Cultural Heritage and did a Master's degree in Portuguese Art History from the Universidade do Algarve. Author of a book about the Sanatorium of São Brás de Alportel, published by D.

Tem o curso de Terapia Ocupacional, da Escola Superior de Saúde do Alcoitão. Posteriormente, licenciou-se em Património Cultural e fez o Mestrado em História da Arte Portuguesa, pela Universidade do Algarve. Foi responsável por uma obra sobre o Sanatório de São Brás de Alportel, publicada pela D.

Quixote. Foi da sua lavra a investigação e o catálogo da Exposição permanente do Laboratório Regional de Saúde Pública do Algarve Dra. Laura Ayres, assim como colaborou na exposição “Espaço-Memória” sobre o Ex-Sanatório Carlos Vasconcelos Porto em São Brás de Alportel, localizada no CMRSul. Integrou a Comissão Coordenadora da *Promontoria Monográfica – História do Algarve*, dedicada à História da Saúde no Algarve, onde também publicou dois artigos. Foi coordenadora e co-autora do livro *Pousada de São Brás: 1944-2014*. Tem colaborado com diversas instituições em actividades ligadas à área do património. Actualmente, trabalha no Hospital de Faro, como técnica superior no Gabinete de Recursos Humanos.

Quixote. Was also responsible for there search and the catalogue of the permanent exhibition of the Laboratório Regional de Saúde Pública Dra. Laura Ayres in the Algarve, as well as collaborated on the “Space-Memory” exhibition, on the former Sanatorium Carlos Vasconcelos Porto in São Brás de Alportel and located in CMRSul. Participated in the Coordinator Commission of the magazine *Promontoria Monográfica – História do Algarve*, dedicated to the Algarve’s Health History, with 2 articles published. Coordinator and co-author of the book *Pousada de São Brás: 1944-2014*. She has collaborated with several institutions in heritage related activities. Currently works in Hospital de Faro in the Human Resources Department.

ANA MARIA LOURENÇO PINTO

amlpinto@hotmail.com

Licenciou-se em História da Arte na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 2008, tendo dedicado o seu percurso académico ao património histórico-artístico do concelho de Monchique (Algarve), localidade de origem da sua família materna.

Nesta sequência, concluiu na mesma instituição o Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, em 2014, com a dissertação *Realizações e Utopias: o património arquitectónico e artístico das Caldas de Monchique na cenografia da paisagem termal*.

Com experiência profissional no sector da animação turística (Touring Cultural e Paisagístico), participou em acções de inventário de património religioso (Diocese de Bragança-Miranda), estágio no departamento de Exposições e Reservas Museológicas do Museu do Oriente (Lisboa), produção de exposições em Monchique, entre outras.

Trabalha actualmente como investigadora na área de História da Arte num projecto sobre o património arquitectónico e artístico da Companhia União Fabril na sua cidade-natal, Barreiro.

Has a degree in Art History by the Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, since 2008, and has dedicated her academic course to Monchique’s historical-artistic heritage, origin place of her mother’s family.

In addition, has finished in 2014, in the same institution her Art, Cultural Heritage and Restoration Theory Masters degree, with the essay ‘Realizações e Utopias: o património arquitectónico e artístico das Caldas de Monchique na cenografia da paisagem termal’. Has professional experience in the touristic animation (Cultural and Landscape Touring), participated in religious heritage inventories, received training in the Museu do Oriente (Lisbon) Exposições e Reservas Museológicas department and produced, amongst others, several exhibitions in Monchique.

Nowadays works as an investigator in the Art History area, in a Project related to the Companhia União Fabril’s architectural and artistic heritage in her home land, Barreiro.

ALBERTO STRAZZERA

aostrazzera@gmail.com

Nascido em 1942, com formação académica em Línguas e Literaturas Modernas, ingressou no mundo do turismo em 1966, depois de frequentar o primeiro

Was born in 1942, with academic training in Literature and Modern Languages. He entered the world of tourism in 1966, after attending the first course of the Hotel

School of the Algarve. Acquired professional experience in different 4 and 5 star hotels in Portugal, England and France, and lived for several years in Germany, Italy and Spain. He returned to Portugal to take over the direction of a four star hotel in the Algarve. In 1980, he changed from Hospitality to the Travel Agencies sector as sales director, acting mainly on contracting with foreign tour operators. In 1983 he was registered in the National Board of Tourism of Portugal as Director of Hotel and as Technical Director of Travel Agencies since 1988, participated in various courses, seminars and international congresses. He was invited to teach first at the Hotel School of the Algarve since 1980 and after on E.S.G.H.T of Algarve's University on a part-time basis since 1993. From 2000 on he dedicated exclusively to academic teaching, having concluded the Master at the University of Huelva about "The European Tour Operators. Origins, Development and Influence among Tourist Destinations."

curso da Escola de Hotelaria do Algarve. Adquiriu experiência profissional em diferentes hotéis de 4 e 5 estrelas em Portugal, Inglaterra e França, vivendo ainda na Alemanha, Itália e Espanha. Regressa a Portugal para assumir a direcção de um hotel de quatro estrelas no Algarve. Em 1980 troca a hotelaria pelas agências de viagens na função de director comercial, actuando principalmente na contratação com tour operadores estrangeiros. Registado na Direcção Geral de Turismo de Portugal como Director de Hotel, em 1983 e como Director Técnico de Agência de Viagens desde 1988, participa em vários cursos, seminários e congressos internacionais. Convidado para leccionar primeiro na Escola de Hotelaria do Algarve desde 1980 e depois na E.S.G.H.T da Universidade do Algarve a tempo parcial desde 1993, acaba, a partir de 2000, por se dedicar exclusivamente ao ensino académico, tendo ainda concluído um Mestrado na Universidade de Málaga sobre "Los Tour Operadores Europeos. Surgimiento, Desarrollo e Influencia en los Destinos Turísticos".

PATRÍCIA SANTOS BATISTA

patbatista@gmail.com

Works in the Câmara Municipal de Albufeira since 2005. Has a degree in History by the Universidade de Coimbra, specialized in Archaeology and Heritage, Museum and Educations areas, also has a Master degree in Museology by the Universidade de Évora. Lately became a researcher in local and regional history, mainly in the Algarve tourism history and also in the heritage education.

Técnica superior na Câmara Municipal de Albufeira desde 2005. É licenciada em História, pela Universidade de Coimbra, tem uma pós-graduação em Arqueologia e Património, pela Universidade Nova de Lisboa, especialização em Museus e Educação e Mestrado em Museologia pela Universidade de Évora.

Nos últimos anos tem desenvolvido investigação no âmbito da história local e regional, nomeadamente, sobre a história do turismo no Algarve e na área da educação patrimonial.

AURÉLIO NUNO DOS SANTOS CABRITA

aurelionuno@sapo.pt

Is from São Bartolomeu de Messines, he was born on the 14th August 1978. He has a degree in Environmental Engineering from the Universidade do Algarve. At the moment he is doing his Master Degree in History of the Algarve at the same University. His published works include: *A igreja matriz de São Bartolomeu de Messines; O comboio no Algarve: festejos e inaugurações; A*

Natural de São Bartolomeu de Messines, nasceu a 14 de agosto de 1978. Licenciado em Engenharia do Ambiente, na Universidade do Algarve e atualmente mestrando em História do Algarve, na mesma instituição. Dos vários trabalhos publicados destacam-se: *A igreja matriz de São Bartolomeu de Messines; O comboio no Algarve: festejos e inaugurações; A proclamação*

da República no Algarve. É colunista no mensário do concelho de Silves Terra Ruiva e no jornal digital Sul Informação. Tem colaborado com diferentes entidades regionais na organização de exposições temáticas sobre personalidades ou acontecimentos históricos de relevo para o Algarve.

proclamação da República no Algarve. He writes for the Silves newspaper Terra Ruiva and for the Sul Informação. He has collaborated with several regional entities in the organization of exhibitions about personalities and historical landmarks of the Algarve.

JOSÉ GONÇALO NOBRE DUARTE DA SILVA

zefoncalo.jose@gmail.com

É licenciado em Património Cultural e Mestre em História da Arte pela Universidade do Algarve com a tese *A igreja matriz de Monchique*.

Co-fundador da Associação Cultural O Monchiqueiro e director do Jornal de Monchique.

Investigador e autor de trabalhos sobre património cultural, com diversas comunicações apresentadas em Congressos, Jornadas e Seminários. Colaborador com diferentes instituições, com estudantes do ensino superior e com investigadores em temáticas relacionadas com as suas áreas de estudo e conhecimento.

Membro organizador das várias Jornadas de Monchique, integrando a Comissão Instaladora do Museu local.

Co-autor do roteiro *Uma caminhada por Monchique*, no âmbito do património religioso.

Autor de um artigo publicado na revista *Promontoria Monográfica-História do Algarve*, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, intitulado *A primeira das obras temporais e a Misericórdia de Monchique* e de uma comunicação com o título *Hospital da Misericórdia de Monchique-Duas construções três séculos* no Colóquio Internacional Arquitetura assistencial luso-brasileira da Idade Moderna à contemporaneidade da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Tem no prelo *Dando “logar” a Monchique*, trabalho de seminário da licenciatura em Património Cultural.

Has a degree in Cultural Heritage and a Master degree in Art History from the Universidade do Algarve, with the thesis *A igreja matriz de Monchique*.

Co-founder of the Cultural Association *O Monchiqueiro* and director of the local newspaper *Jornal de Monchique*.

Researcher and author of papers about cultural heritage, he presented several reports in Congresses, Conferences and Seminars. Collaborator with several institutions, university students and researchers about topics within his fields of study and knowledge.

Organizing member of several Monchique’s Congresses, he integrates the local Museum Setting-up Committee.

Co-author of the script *Uma caminhada por Monchique*, within the religious heritage topic.

Author of an article entitled *A primeira das obras temporais e a Misericórdia de Monchique*, published in the magazine *Promontoria Monográfica – História do Algarve*, from the Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. Author of a report with the title *Hospital da Misericórdia de Monchique - Duas construções três séculos*, presented in the Colóquio Internacional Arquitetura assistencial luso-brasileira da Idade Moderna à contemporaneidade promoted by the Faculdade de Letras from the Universidade de Lisboa. Author of the unpublished article *Dando “logar” a Monchique*, a seminar paper within the degree in Cultural Heritage.

ANTÓNIO CORREIA MENDES

Antigo Diretor do Aeroporto de Faro 2002-2015

Former Faro Airport Director 2002-2015

JOÃO ROMÃO

jfromao@ualg.pt

Professor at Universidade Lusíada (Lisboa). Researcher at CIEO (Universidade do Algarve). Consultant in Tourism, Regional Development, Urban Planning and Project development. PhD in Tourism (Universidade do Algarve) and Master in Economics and Science and Technology Management (Universidade de Lisboa). Fellow Researcher at the Department of Spatial Economy (VU Amsterdam, Netherlands), the Hokkaido University (Japan) and the Yale University (U.S.A.).

Professor Auxiliar da Universidade Lusíada (Lisboa). Investigador do CIEO (Universidade do Algarve). Consultor nas áreas do turismo, desenvolvimento regional, planeamento urbano e desenvolvimento de projetos. Doutor em Turismo (Universidade do Algarve) e Mestre Economia e Gestão da Ciência e Tecnologia (Universidade de Lisboa). Investigador visitante no Departamento de Economia Espacial (VU Amsterdam, Netherlands), na Hokkaido University (Japan) e na Yale University (USA).

JOÃO GUERREIRO

jguerreiro@ualg.pt

Full Professor at the University of Algarve. Researcher at CIEO and Scientific Adviser for the CRIA (Universidade do Algarve). PhD in Economics and Master in Rural Planning (CIHEAM, Paris). Former Rector of the Universidade do Algarve (2006-2013).

Professor Catedrático da Universidade do Algarve (Faro). Investigador do CIEO e Assessor Científico do CRIA (Universidade do Algarve). Doutor em Ciências Económicas (Economia Agrária) e Mestre em Ordenamento Rural em função do Ambiente (CIHEAM, Paris). Ex-Reitor da Universidade do Algarve (2006-2013).

PAULO M. M. RODRIGUES

prodrig@novasbe.pt

Senior Economist at the Department of Economics Studies, Bank of Portugal. Professor of Econometrics at the Nova School of Business and Economics (Universidade Nova de Lisboa, Lisboa). Was awarded a Jean Monnet Scholarship from the European Institute of Florence. Fellow Researcher at the Institute of Advanced Studies (Vienna, Austria), at the British Columbia University (Vancouver, Canada) and at the Navarra University (Spain).

Economista Sénior do Gabinete de Estudos Económicos do Banco de Portugal. Professor de Econometria da Nova School of Business and Economics (Universidade Nova de Lisboa, Lisboa). Obteve uma bolsa Jean Monnet do Instituto Europeu de Florença. Investigador visitante no Instituto de Estudos Avançados (Vienna, Austria), na University of British Columbia (Vancouver, Canada) e na Universidad de Navarra (Espanha).



Com o apoio de:



Comunidade Autónoma do Algarve

Com o Alto Patrocínio da Direcção Regional de Cultura do Algarve

